



DANILA GENTIL RODRIGUEZ CAL

Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É professora da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA) e uma das líderes do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia. É autora de "Comunicação e Trabalho Infantil Doméstico: política, poder, resistências" (Edufba/Compós, 2016).



ROSALY DE SEIXAS BRITO

Doutora em Ciências Sociais, área de concentração em Antropologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA). É professora associada da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da UFPA. É uma das líderes do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia.

# COMUNICAÇÃO, GÊNERO E TRABALHO DOMÉSTICO

das reiteraões  
coloniais à invenção  
de outros possíveis

Exercido no Brasil preponderantemente por mulheres pobres, em sua maioria negras e com baixa escolaridade, o trabalho doméstico tensiona a divisão sexual do trabalho e expõe opressões interseccionais, que remontam a nosso passado colonial e contribuem para reiterar uma lógica de dominação. Este livro se propõe a pensar a trabalhadora doméstica e sua atividade como elementos heurísticos para a análise das desigualdades interseccionais e para a compreensão da própria sociedade brasileira.

Ao focalizarmos o trabalho doméstico remunerado no Brasil e os processos comunicacionais que o circundam tornam-se evidentes, por um lado, o que chamamos de reiteraões coloniais, que demarcam posições sociais e hierarquias valorativas na nossa sociedade. Por outro, abrem-se horizontes para projetarmos campos de possíveis, a partir, entre outros caminhos, da luta política das mulheres trabalhadoras e dos feminismos negros. O livro se destina ao público acadêmico e em geral com interesse na reflexão sobre processos comunicacionais num contexto de desigualdades interseccionais, feminismos, racismo, decolonialidade e trabalho doméstico.



Danila Gentil Rodriguez Cal  
Rosaly de Seixas Brito (orgs.)

COMUNICAÇÃO, GÊNERO E TRABALHO DOMÉSTICO

Editora CRV

Danila Gentil Rodriguez Cal  
Rosaly de Seixas Brito (orgs.)

# COMUNICAÇÃO, GÊNERO E TRABALHO DOMÉSTICO

das reiteraões  
coloniais à invenção  
de outros possíveis



Ao mesmo tempo em que se trata de uma coletânea, que aciona diversas chaves de leitura para analisar o trabalho doméstico, os capítulos deste livro interagem e se complementam entre si. No conjunto, oferecem uma lente complexa e problematizadora para a compreensão do trabalho doméstico como eixo explicativo que permite pensar a realidade social brasileira. Esse olhar é construído por meio das pesquisas realizadas por pesquisadoras e pesquisadores das áreas da Comunicação e da Antropologia e também pelo conhecimento produzido por trabalhadoras e ex-trabalhadoras domésticas.



Danila Gentil Rodriguez Cal  
Rosaly de Seixas Brito  
(Organizadoras)

COMUNICAÇÃO, GÊNERO E  
TRABALHO DOMÉSTICO: das reiteraões  
coloniais à invenção de outros possíveis

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Editora CRV  
Curitiba – Brasil  
2020

Copyright © dos autores  
**Editor-chefe:** Railson Moura  
**Diagramação e Capa:** Designers da Editora CRV  
**Foto da Capa:** Nay Jinkns  
**Foto de Danila Cal:** Bruno Carachesti  
**Foto de Rosaly Brito:** Alexandre Moraes/Ascom UFPA  
**Revisão:** Analista de Escrita e Artes

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bibliotecária responsável: Luzenira Alves dos Santos CRB9/1506

---

C728

Comunicação, Gênero e Trabalho Doméstico: das reiteraões coloniais à invenção de outros possíveis / Danila Gentil Rodriguez Cal, Rosaly de Seixas Brito (organizadoras) – Curitiba : CRV, 2020.  
272 p.

Bibliografia

ISBN Digital 978-65-5868-774-0

ISBN Físico 978-65-5868-775-7

DOI 10.24824/978655868775.7

1. Comunicação 2. Gênero e trabalho doméstico I. Cal, Danila Gentil Rodriguez. org. II. Brito, Rosaly de Seixas. org. III. Título IV. Série.

CDU 331-057.157 (81)(094)

CDD 331.4

---

Índice para catálogo sistemático  
1. Trabalho doméstico 331.4

Esta obra contou com financiamento do CNPq.

ESTA OBRA TAMBÉM ENCONTRA-SE DISPONÍVEL  
EM FORMATO DIGITAL.  
CONHEÇA E BAIXE NOSSO APLICATIVO!



2020

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004  
Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização dos autores  
Todos os direitos desta edição reservados pelos autores  
Tel.: (41) 3039-6418 – E-mail: sac@editoracriv.com.br  
Conheça os nossos lançamentos: [www.editoracriv.com.br](http://www.editoracriv.com.br)



## Conselho Editorial: Comitê Científico:

Aldira Guimarães Duarte Domínguez (UNB)	Ana Lucia de Alcântara Oshiro (UAM)
Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR/UFRN)	Arnaldo Oliveira Souza Júnior (UFPI)
Anselmo Alencar Colares (UFOPA)	Fernando do Nascimento Gonçalves (UERJ)
Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)	Flávia Affonso Mayer (UFMG)
Carlos Alberto Vilar Estêvão (UMINHO – PT)	Flávio Lins Rodrigues (UFJF)
Carlos Federico Domínguez Avila (Unieuro)	Helena Santiago Vigata (UnB)
Carmen Tereza Velanga (UNIR)	Júlio César Machado Pinto (UNA)
Celso Conti (UFSCar)	Kelly Cristina de Souza Prudencio (UFPR)
Cesar Gerónimo Tello (Univer. Nacional	Liv Rebecca Sovik (UFRJ)
Três de Febrero – Argentina)	Lívia Fernanda Nery da Silva (UFPI)
Eduardo Fernandes Barbosa (UFMG)	Márcio Souza Gonçalves (UERJ)
Elione Maria Nogueira Diogenes (UFAL)	Marcos Rizolli (MACKENZIE)
Elizeu Clementino de Souza (UNEB)	Maria Schirley Luft (UFRJ)
Élseo José Corá (UFFS)	Mohammed ElHajji (UFRJ)
Fernando Antônio Gonçalves Alcoforado (IPB)	Otacílio Amaral Filho (UFPA)
Francisco Carlos Duarte (PUC-PR)	Ricardo Ferreira Freitas (UERJ)
Gloria Fariñas León (Universidad	Sergio Augusto Soares Mattos (UFRB)
de La Havana – Cuba)	Suyanre Tolentino de Souza (PUC-PR)
Guillermo Arias Beatón (Universidad	
de La Havana – Cuba)	
Helmuth Krüger (UCP)	
Jailson Alves dos Santos (UFRJ)	
João Adalberto Campato Junior (UNESP)	
Josania Portela (UFPI)	
Leonel Severo Rocha (UNISINOS)	
Lídia de Oliveira Xavier (UNIEURO)	
Lourdes Helena da Silva (UFV)	
Marcelo Paixão (UFRJ e UTexas – US)	
Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFSCar)	
Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNOESC)	
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)	
Paulo Romualdo Hernandes (UNIFAL-MG)	
Renato Francisco dos Santos Paula (UFG)	
Rodrigo Pratte-Santos (UFES)	
Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)	
Simone Rodrigues Pinto (UNB)	
Solange Helena Ximenes-Rocha (UFOPA)	
Sydione Santos (UEPG)	
Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA)	
Tania Suely Azevedo Brasileiro (UFOPA)	

Este livro passou por avaliação e aprovação às cegas de dois ou mais pareceristas *ad hoc*.



*Para Miguel, Mirtes, Marta e  
todas as trabalhadoras domésticas do país.*





A tarefa da feminista decolonial começa por ver a diferença colonial, resistindo enfaticamente a seu próprio hábito epistemológico de apagá-la. Ao vê-la, ela enxerga o mundo com novos olhos, e então deve abandonar seu encantamento com a “mulher”, com o universal, e começar a aprender sobre outros e outras que também resistem à diferença colonial.

**María Lugones**  
“Rumo a um feminismo decolonial”, 2019



# SUMÁRIO

- 13           **APRESENTAÇÃO**  
Desatando o nó de uma ferida colonial  
*Danila Cal e Rosaly de Seixas Brito*
- PARTE I**  
**SOB O VÉU DAS OPRESSÕES INTERSECCIONAIS**
- 21           “Lutas bem lutadas”: desigualdades sociais,  
família e início no trabalho doméstico  
*Delha Ferreira dos Santos, Elzalina dos Reis Pamplona,*  
*Lucileide Mafra Reis e Maria Luiza Soares, com Nathália Fonseca*
- 35           Uma vez “cria” sempre “cria” (?):  
adoção, gênero e geração na Amazônia  
*Maria Angelica Motta-Maués*
- 49           Juventudes à margem: trabalho doméstico,  
corpos racializados e violências imemoriais  
*Rosaly de Seixas Brito*
- 67           “Eu carrego comigo sete mulheres: elas viveram  
e vivem limpando a casa dos outros”: sobre o trabalho  
doméstico e suas imbricações  
*Mônica Conrado*
- 85           O trabalho doméstico remunerado como  
duração e intersecção: casos de domésticas em luta  
*Luísa Maria Silva Dantas*
- 101          Interfaces entre comunicação e feminismos  
do Sul Global: construindo direcionamentos analíticos  
*Nathália Fonseca, Danila Cal e Rosângela Darwich*

## PARTE II

### TRABALHADORAS DOMÉSTICAS EM CENA

- 119 “Ainda tem muita luta pela frente”:  
trabalho doméstico, direitos, política e pandemia  
*Delha Ferreira dos Santos, Elzalina dos Reis Pamplona,  
Lucileide Mafra Reis e Maria Luiza Soares, com Danila Cal*
- 127 O levante de Benedita da Silva:  
subjetivação, dissenso e encenações políticas  
*Leandro Rodrigues Lage*
- 143 Telenovelas, interseccionalidade e relações de poder:  
representações midiáticas das trabalhadoras domésticas  
*Lorena Esteves, Camila Leal, Danila Cal e Rosaly de Seixas Brito*
- 165 “Família cordial”: marcas visuais da desigualdade  
na cobertura noticiosa da “PEC das domésticas”  
*Louize Nascimento e Kelly Prudencio*
- 181 De anjos a trabalhadoras, de patrões  
gentis a falidos: enquadramentos sobre a  
“PEC das domésticas” no jornalismo  
*Danila Cal, Maria Luiza Lopes e Thais Rezende*
- 205 Ativismo digital, humor e o questionamento de hierarquias  
sociais na *fanpage* “Vagas Arrombadas”  
*Nathália Fonseca, Luana Laboissiere, Danila Cal e Raphael Carvalho*
- 225 Miguel, filho do Brasil: interseções entre colonialidade,  
desigualdades e trabalho doméstico no contexto da pandemia  
*Danila Cal, Rosane Albino Steinbrenner, Lorena Esteves,  
Elias Serejo e Rosaly de Seixas Brito*
- 253 “Lutamos tantas outras guerras [...] essa é mais uma  
guerra que a gente precisa vencer”: afetações da crise e  
horizontes possíveis do trabalho doméstico  
*Delha Ferreira dos Santos, Elzalina dos Reis Pamplona,  
Lucileide Mafra Reis e Maria Luiza Soares, com Rosaly de Seixas Brito*
- 261 ÍNDICE REMISSIVO
- 265 SOBRE AS ORGANIZADORAS
- 267 SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

# APRESENTAÇÃO

## DESATANDO O NÓ DE UMA FERIDA COLONIAL

*Danila Cal  
Rosaly de Seixas Brito*

O ano de 2020 ficará inscrito na memória de todas as sociedades do mundo pela tragédia de proporções avassaladoras provocada pela pandemia da Covid-19, gerada pelo novo coronavírus, que instalou uma crise sanitária global. Ainda em janeiro, a Organização Mundial de Saúde declarou, dada a rápida e já então incontrolável disseminação do vírus, uma emergência de saúde pública internacional. A marca de um milhão de mortes no mundo foi atingida pouco mais de dez meses depois do registro do primeiro caso registrado na China. No Brasil, a crise sanitária coincidiu com uma aguda crise política, graças à ascensão, em 2018, de um governo ultraliberal e ultraconservador que, tal como acontece atualmente em várias partes do mundo, vem impondo graves recuos aos avanços democráticos duramente conquistados no país nas últimas décadas.

Em vista disso, a crise sanitária assumiu aqui contornos dramáticos. Negacionista da ciência, o governo brasileiro tratou com descaso a emergência de saúde pública e levou o Brasil a figurar entre os países com maior número de mortes do mundo. O vírus chegou ao país de avião. O primeiro registro oficial é de um homem vindo da Itália ainda em fevereiro. É bastante reveladora a maneira pela qual se disseminou pelas favelas, bairros de periferia e áreas de habitações precárias, escancarando as profundas e abissais desigualdades sociais brasileiras. A primeira morte foi de um porteiro em março, na zona sul de São Paulo. A primeira morte no Rio de Janeiro foi de uma empregada doméstica, contaminada pela sua empregadora, que também havia recém-chegado da Itália (IPEA, 2020). A crise sanitária pôs a nu a falência da lógica neoliberal global e, de forma inequívoca, como afirmou David Harvey (2020), configurou-se como uma pandemia de classe, de gênero e de raça.

E por que é importante descrever esse cenário ao apresentarmos ao leitor este livro “Comunicação, gênero e trabalho doméstico: das reiteraões coloniais à invenção de outros possíveis”? Porque ele foi responsável por expor de maneira ainda mais contundente os marcadores sociais da diferença entre ricos e mais abastados e um grande contingente de pessoas que vivem na pobreza ou na linha abaixo dela no Brasil. Entre elas situam-se as trabalhadoras domésticas, cerca de seis milhões de mulheres, o que corresponde a quase 15% das trabalhadoras ocupadas no país – 10% das brancas e 18,6% das negras, segundo dados do IPEA (2020). A despeito da grande representatividade nos dados sobre a ocupação de mulheres e de sua importância na reprodução do próprio sistema capitalista no Brasil, o trabalho doméstico é desvalorizado socialmente e carrega consigo estigmas que decorrem

de lógicas coloniais arraigadas em um país que se constituiu à base da exploração da mão de obra escrava. No cotidiano dessas trabalhadoras, a democracia racial, que o pensamento social brasileiro ousou enunciar, jamais existiu.

Exercido preponderantemente por mulheres (92% do total) pobres, em sua maioria negras e com baixa escolaridade, o trabalho doméstico radicaliza a divisão sexual do trabalho e a lógica de opressões interseccionais. No interior das unidades domésticas, essas trabalhadoras assumem as práticas de cuidado com a casa e os filhos de famílias mais abastadas, ao mesmo tempo que viabilizam, com o seu trabalho, que as mulheres que as empregam, em sua maioria brancas e com mais recursos, possam exercer suas atividades profissionais, enquanto os homens, majoritariamente, seguem liberados para o mesmo fim. “A terceirização do trabalho doméstico cria, portanto, uma oposição de classe e raça entre as próprias mulheres, ao mesmo tempo que se configura em uma solução privada para um problema público, sendo, portanto, acessível apenas àquelas famílias com mais renda”, diz a nota técnica do IPEA, publicada em junho de 2020, sobre as vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil.

E foi justamente no contexto da pandemia que a morte do menino Miguel Otávio, aos cinco anos de idade, em 2 de junho de 2020, após cair de 35 metros de altura no prédio em que os patrões de sua mãe, Mirtes Renata Souza, moram num bairro de classe alta do Recife-PE, representou, de maneira tristemente exemplar, um caso extremo das lógicas de exploração e aviltamento do trabalho doméstico, das quais nos ocupamos aqui. Mirtes era trabalhadora doméstica na casa de Sari Corte Real e Sérgio Hacker há quatro anos. Por um breve período, deixou o filho aos cuidados da patroa para que pudesse levar a cachorra da casa para passear. Nesse intervalo de tempo, após a patroa da mãe deixá-lo sozinho no elevador, aconteceu a tragédia. O caso é tratado no penúltimo capítulo desta coletânea, que analisa, em tom de denúncia, a relação entre trabalho doméstico e pandemia.

É nesse cenário tão singularmente sombrio que este livro vem a público. Nasce movido pela motivação de pensar a trabalhadora doméstica e sua atividade como elementos heurísticos para a análise das desigualdades interseccionais (CARNEIRO, 2015) e, podemos dizer, para buscar compreender a própria sociedade brasileira. Quem sabe, contribuir para desvelá-la diante de si própria. Ao focalizarmos o trabalho doméstico remunerado no Brasil tornam-se evidentes, por um lado, o que chamamos de reiterações coloniais, que demarcam posições sociais e hierarquias valorativas na nossa sociedade. Por outro, abrem-se horizontes para projetarmos campos de possíveis, a partir, entre outros caminhos, da luta política das mulheres trabalhadoras e dos feminismos negros. É nesse sentido que buscamos, se não desatar o nó dessa ferida colonial, como sugere o título da apresentação, pretensão inalcançável com um livro apenas, ao menos deslocar olhares e promover tensionamentos que sejam capazes de incidir para transformar uma realidade com a qual já não é mais possível compactuar. Longe de uma pretendida e inócua neutralidade científica, portanto, as análises feitas aqui são situadas e posicionadas em favor de uma outra ordem social.

No que tange à Comunicação, campo de origem das organizadoras do livro e de vários pesquisadores que dele participam, interessa-nos pôr em evidência como a esfera midiática, dimensão simbólico-discursiva central na vida contemporânea, produz e faz circular ampla e decisivamente, sentidos que, na maior parte das vezes, contribuem para reafirmar preconceitos e estigmas em torno do trabalho e das trabalhadoras domésticas.

Um marco recente nesse contexto foi a aprovação da proposta de emenda constitucional que ficou conhecida como a “PEC das Domésticas”. Aprovada em 2013, após intensa luta dessa categoria de trabalhadoras pela equiparação dos direitos aos dos demais trabalhadores, deu origem à Emenda Constitucional nº 72/2013 e à Lei Complementar nº 150/2015. As discussões públicas em torno desse processo mostraram os resquícios coloniais nos tensionamentos sobre o lugar da trabalhadora doméstica na família empregadora e, de forma clara, o conflito entre a garantia de direitos para essa categoria e a vontade de manutenção de privilégios, tanto por parte da classe média, quanto das elites econômicas brasileiras.

Analisar as teias simbólicas e sociais das relações de poder que enredam trabalhadoras domésticas é o objetivo da pesquisa “Mídia, debate público e negociação de sentidos sobre o trabalho doméstico”<sup>1</sup> na qual estamos atuando desde 2017, com financiamento pelo Edital Universal 2016 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Antes dela, desenvolvemos uma trajetória de pesquisa sobre trabalho infantil doméstico (CAL, 2016; 2007) e sobre juventudes e subalternidades (BRITO, 2014).

É a partir dessa pesquisa que este livro se organiza. Ao mesmo tempo em que se coloca como uma coletânea, reunindo pesquisadores com diferentes olhares e entradas para pensar o trabalho doméstico, os capítulos interagem, conversam e se complementam para construir uma lente complexa e problematizadora para a compreensão do trabalho doméstico como eixo explicativo que permite pensar a nossa realidade social. Esse olhar é construído por meio das pesquisas realizadas por pesquisadoras e pesquisadores, que integram o projeto, por convidados e também por trabalhadoras e ex-trabalhadoras domésticas.

Na primeira parte do livro, intitulada “Sob o véu das opressões interseccionais”, os diversos textos, em conjunto, oferecem chaves analíticas que permitem ler o trabalho doméstico e a condição de vulnerabilidade interseccional das trabalhadoras domésticas, desvelando as relações de poder que a atravessam a partir de marcadores de raça, gênero e classe.

Delha Santos, Elzalina Pamplona, Lucileide Reis e Maria Luiza Soares, com a participação de Nathália Fonseca, falam sobre a inserção do trabalho doméstico, as tensões entre afeto e dominação no serviço doméstico e evidenciam desigualdades vivenciadas no capítulo “‘Lutas bem lutadas’: desigualdades sociais, família e início no trabalho doméstico”. Algumas delas iniciaram ainda crianças nesse tipo de atividade e cresceram em meio a famílias empregadoras.

Maria Angelica Motta-Maúes, no capítulo “Uma vez “cria” sempre “cria” (?): adoção, gênero e geração na Amazônia”, analisa a circulação de crianças a partir de duas histórias de vida e discute a oscilação entre o estatuto de “criada” e de “filha de criação”. Esse texto foi originalmente publicado em 2009 e, nesta edição, a autora nos presenteia com uma apresentação em que atualiza as trajetórias investigadas e faz “reparos” em relação à rígida diferenciação de gênero operada no texto.

1 Processo CNPq: 429074/2016-6. A pesquisa é coordenada pela professora Danila Cal e desenvolvida no âmbito da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, da Universidade Federal do Pará.



A discussão sobre as “crias de família” alimenta o debate proposto por Rosaly de Seixas Brito no capítulo “Juventudes à margem: trabalho doméstico, corpos racializados e violências imemoriais” em que a autora explora as imbricações entre infâncias, juventudes e trabalho doméstico, compreendido como “sintoma” colonial.

No capítulo “‘Eu carrego comigo sete mulheres: elas viveram e vivem limpando a casa dos outros’: sobre o trabalho doméstico e suas imbricações”, Mônica Conrado analisa os atravessamentos estruturais que incidem sobre o trabalho doméstico, ancorado no racismo, no sexismo, na exploração econômica e em violências. Para isso, busca compreender as bases da supremacia branca com consciência crítica a partir de teóricas do feminismo negro.

Luísa Dantas focaliza a atuação sindical no capítulo “O trabalho doméstico remunerado como duração e intersecção: casos de domésticas em luta”, ao abordar o trabalho doméstico remunerado como um objeto temporal a partir das narrativas de duas mulheres sindicalizadas.

Finalizando a primeira parte do livro com o capítulo “Interfaces entre comunicação e feminismos do Sul Global: construindo direcionamentos analíticos”, Nathália Fonseca, Danila Cal e Rosângela Darwich, realizam aproximações entre a perspectiva praxiológica da Comunicação e parte da literatura feminista do Sul Global como possibilidade teórico-metodológica para investigar as relações sociais num contexto de desigualdades interseccionais.

A segunda parte deste livro, a qual chamamos de “Trabalhadoras Domésticas em Cena”, é composta por capítulos que discutem o trabalho doméstico desde diferentes olhares e em distintas ambiências comunicacionais. As discussões sobre a “PEC das Domésticas” e as negociações de sentido em torno dela permeiam boa parte dos trabalhos apresentados. Além disso, são discutidas também as relações entre trabalho doméstico e pandemia e são apresentadas perspectivas futuras desse tipo de trabalho.

No capítulo que abre a seção, “‘Ainda tem muita luta pela frente’: trabalho doméstico, direitos, política e pandemia”, Delha Santos, Elzalina Pamplona, Lucileide Reis e Maria Luiza Soares, com a participação de Danila Cal, ressaltam a luta política das trabalhadoras pela aprovação da “PEC das Domésticas”, a reverberação desta na vida das trabalhadoras, os desafios que se apresentam no governo de um presidente que, quando deputado, votou contra a ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas, além das mudanças ocasionadas pela pandemia do novo coronavírus.

Em “O levante de Benedita da Silva: subjetivação, dissenso e encenações políticas”, Leandro Lage analisa a dimensão performática e visível da subjetivação política enquanto gesto de resistência e levante. De modo específico, reflete sobre a intervenção da deputada Benedita da Silva (PT-RJ) quando, vestida de uniforme de trabalhadora doméstica, discursa na Câmara dos Deputados no período de debates sobre a regulamentação da “PEC das Domésticas”.

No capítulo “‘Família cordial’: marcas visuais da desigualdade na cobertura noticiosa da ‘PEC das Domésticas’”, Louize Nascimento e Kelly Prudencio discutem o conceito de cordialidade ou “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda como uma chave interpretativa para a análise dos enquadramentos visuais sobre as trabalhadoras domésticas no fotojornalismo de portais de notícia de referência no Brasil.

O conteúdo noticioso também é problematizado no capítulo “De anjos a trabalhadoras, de patrões gentis a falidos: enquadramentos sobre a ‘PEC das Domésticas’ no

jornalismo”, de Danila Cal, Maria Luiza Lopes e Thaís Rezende. As autoras analisam como foram construídas as representações e os posicionamentos discursivos de trabalhadoras domésticas e patrões em jornais impressos, antes e após a promulgação da “PEC das Domésticas”.

Lorena Esteves, Camila Leal, Danila Cal e Rosaly de Seixas Brito, no capítulo “Telenovelas, interseccionalidade e relações de poder: representações midiáticas das trabalhadoras domésticas”, investigam as telenovelas como espaços de produção simbólica sobre as trabalhadoras domésticas e suas vinculações sociais, considerando produções realizadas antes e após a aprovação da PEC.

Em “Ativismo digital, humor e o questionamento de hierarquias sociais na fanpage ‘Vagas Arrombadas’”, Nathália Fonseca, Luana Laboissiere, Danila Cal e Raphael Carvalho, ao investigarem anúncios de trabalho doméstico divulgados na fanpage “Vagas arrombadas”, argumentam que a publicização crítica dos conteúdos, ao desvelarem hierarquias sociais, pode ser observada como ação de ativismo digital.

O capítulo “Miguel, filho do Brasil: interseções entre colonialidade, desigualdades e trabalho doméstico no contexto da pandemia”, de Danila Cal, Rosane Albino Steinbrenner, Lorena Esteves, Elias Sereje e Rosaly de Seixas Brito, organiza-se em torno do acontecimento morte do menino Miguel como elemento heurístico para compreensão das desigualdades interseccionais relacionadas ao trabalho doméstico, que se agudizaram no contexto da pandemia da Covid-19. Por fim, questionam como esse acontecimento nos interpela em relação à nossa atuação nas lutas por justiça social.

O último capítulo, “Lutamos tantas outras guerras [...] essa é mais uma guerra que a gente precisa vencer’: afetações da crise e horizontes possíveis do trabalho doméstico”, de Delha Ferreira dos Santos, Elzalina dos Reis Pamplona, Lucileide Mafra Reis, Maria Luiza Soares, com a participação de Rosaly de Seixas Brito, apresenta projeções sobre o futuro, tanto do Brasil quanto do trabalho doméstico.

Gostaríamos de deixar registrados nossos agradecimentos às instituições e às pessoas cujo apoio foi essencial para esta publicação. Agradecemos o auxílio financeiro do CNPq por meio do Edital Universal 2016, assim como o apoio institucional da Universidade Federal do Pará (UFPA), especificamente da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, do Instituto de Letras e Comunicação, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia e da Faculdade de Comunicação. Também somos especialmente gratas pela parceria e pelo empenho dos autores dos capítulos que confiaram neste projeto e participaram ativamente dele. De modo carinhoso, também gostaríamos de demonstrar nossa gratidão aos integrantes do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (Compoa), que coordenamos na UFPA, a partir do qual este livro foi forjado. Por fim, nosso muito obrigado especial a Delha, Elzalina, Lucileide e Maria Luiza pela confiança e pelo engajamento social.

## Referências

BRITO, Rosaly de Seixas. *Diferentes, desiguais e conectados (?)* Vivências juvenis, representações midiáticas e negociação de sentidos na cena metropolitana. 2014. 251f.

Tese(Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

CAL, Danila. *Comunicação e Trabalho Infantil Doméstico*: política, poder, resistências. Salvador: Edufba/Compós, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19357>. Acesso em: 15 jul. 2020.

CAL, Danila. *Entre o privado e o público*: contextos comunicativos, deliberação e trabalho infantil doméstico. 2007. 152f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

CARNEIRO, Sueli. Apresentação. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze. *Saberes subalternos e decolonialidade*: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. Brasília: Editora da UnB, 2015, p. 7-12.

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. In: DAVIS, Mike *et al.* (org.). *Coronavírus e a luta de classes*. Terra sem Amos: Brasil, 2020. p. 13-22. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/coronavirus-e-a-luta-de-classes/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

IPEA. Nota Técnica 75. *Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil*. Diretoria de Estudos e Políticas Sociais-DISOC. ONU Mulheres. Publicado em: jun. 2020. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35791](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35791). Acesso em: 10 jul. 2020.

PARTE I  
SOB O VÉU DAS OPRESSÕES  
INTERSECCIONAIS



# “LUTAS BEM LUTADAS”: desigualdades sociais, família e início no trabalho doméstico<sup>1</sup>

*Delha Ferreira dos Santos  
Elzalina dos Reis Pamplona  
Lucileide Mafra Reis  
Maria Luiza Soares  
com Nathália Fonseca*

“Não existe agonia maior do que guardar uma história não contada dentro de você”  
Maya Angelou

Este capítulo é tecido com a voz de quatro mulheres: Delha, Elzalina, Lucileide e Maria Luiza. Diferentes de muitas formas, semelhantes em muitas outras, todas atravessadas pelo Trabalho Doméstico, o transformaram tanto em fonte de sustento quanto em uma bandeira de luta. Ao longo das páginas a seguir, a leitora e o leitor conhecerão essas mulheres, suas origens, seus sonhos e anseios, e também terão acesso a reflexões acerca de questões de gênero, rotina dupla e relação entre patrões e empregadas e, certamente, sobre o Brasil contemporâneo. Portanto, este capítulo se oferece como uma fonte de criticidade sobre os temas discutidos a partir de mulheres concernidas, a partir do grupo afetado, e que tem muito o que teorizar sobre as questões que atravessam suas vidas.

**Delha Ferreira dos Santos**, 38 anos idade, veio para Belém do Pará aos 11 anos com objetivo de dar prosseguimento aos estudos, isso porque, à época, sua terra natal, a cidade de Curuçá, no nordeste paraense não oferecia recursos para essa continuidade. Tendo estudado até o ensino médio, narra que as dificuldades financeiras, mais especificamente a garantia do sustento aos dois filhos, a levaram até o trabalho doméstico.

**Elzalina dos Reis Pamplona**, 59 anos de idade, nasceu em Santa Cruz do Arari, na Ilha do Marajó (Pará) e estudou todo o ensino fundamental. Chegando a Belém, em uma viagem a passeio realizada em 1982, resolveu ficar. Casou-se, teve quatro filhos. De forma semelhante à trajetória de Delha, Elzalina conta que também iniciou no trabalho doméstico em busca de melhores condições de vida para seus filhos, hoje, adultos.

1 Para a redação deste capítulo, realizamos os seguintes procedimentos: contato com a Federação das Trabalhadoras Domésticas da Região Amazônica-FETRADORAM para indicação de possíveis participantes; contato com as indicadas para apresentar a proposta e verificar disponibilidade para participação; definição por entrevistas individuais que, em seguida, foram transcritas e agrupadas por temáticas. Optou-se por manter o modo coloquial das falas. O texto do capítulo foi apresentado para aprovação das autoras. Equipe envolvida neste trabalho: na elaboração do roteiro, Danila Cal, Nathália Fonseca e Rosaly Brito; na realização das entrevistas, Nathália Fonseca e Danila Cal; transcrição do material, Camila Fagundes Leal, Bianca Galhardo e Cristiane Gonçalves; e na edição deste capítulo, Nathália Fonseca.

**Maria Luiza Soares**, 59 anos de idade, faz questão de ressaltar ser filha de Maria Nazaré Soares e de Teófilo Bispo. Nasceu no estado do Maranhão e saiu de lá em direção à cidade de Jari (Pará), onde seu pai passou a trabalhar como gamelino<sup>2</sup>. Na mesma cidade, Maria Luiza iniciou, aos nove anos de idade, sua trajetória no trabalho doméstico.

**Lucileide Mafra Reis**, turismóloga, 55 anos de idade, nasceu em Cururupu, no estado do Maranhão. Lucileide conta que seus avós eram detentores de uma grande extensão de terra no Maranhão, que, no entanto, foram perdidas por seu pai. A partir disso, ela e seus irmãos passaram a trabalhar para outras pessoas na roça e, posteriormente, em casas de família. É ex-presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Estado do Pará (Sintdac-PA). Atualmente, é presidenta da Federação das Trabalhadoras Domésticas da Região Amazônica (Fetradoram).

A frase utilizada como epígrafe deste capítulo, de Maya Angelou, ilustra o quanto as histórias que por anos foram relegadas ao âmbito privado precisam ser trazidas ao conhecimento do público. Contudo, os relatos aqui apresentados não devem ser enquadrados apenas como individuais, tampouco como perspectivas que contemplam apenas as autoras das falas. Como poderemos perceber ao longo do texto, as experiências de Delha, Elzalina, Lucileide e Maria Luiza retratam questões que atravessam o trabalho doméstico não como idiossincrasias, mas coletivamente. Logo, ao ler este capítulo, precisamos estar sensíveis ao potencial político das falas e percepções de mulheres que compartilham entre si marcas da desigualdade social, mas que também constroem diariamente, a partir disso, formas de resistência e solidariedade para combater as hierarquias sobre as quais a sociedade brasileira se constitui.

## O começo no trabalho doméstico

**Maria Luiza:** Com 12 anos, eu trabalhei na casa de uma mulher que o povo dizia que a filha aparece e desaparece no carnaval. Trabalhando lá, ela saiu um dia, por volta de 11 horas da manhã e disse que era pra eu ficar limpando a casa, que ela ia lá no Ver-o-Peso [grande mercado em Belém-PA] comprar comida e não demorava. A casa dela era enorme, muito grande, tinha aquele corredor e os quartos, parecia uma casa de terror. Lá ia eu limpando, arrumando o meio do corredor, quando levantei o meu rosto, eu me deparei com um homem, negro, ele todo algemado e ele vinha segurando na parede, um braço aqui, braço lá, na minha direção e eu desmaiei. Quando ela chegou, eu estava desmaiada e aí ela me levou pro hospital e lá retornei. Eles perguntaram o que foi que eu tinha visto, eu falei e ela não acreditou e, depois, ela disse pra uma colega, vizinha dela lá do lado o seguinte: “ah, é a segunda menina que vem trabalhar aqui e vê essa presepada, eu nunca vi nada” e daí eu não fui mais trabalhar com ela. Eu trabalhei muito na casa dos outros, lavava, passava, cozinhava e fora as humilhações que a gente ouve: “ah, pobre tem que comer resto”, “pobre tem que dormir no chão”, “pobre tem que fazer isso”, tudo que o patrão mandar”, fora as calúnias, não é? Isso todos sabem.

**Delha:** Quando eu tinha 14 anos, comecei a namorar e tive meus filhos. Quando a minha mais velha estava com 10 anos, eu me separei. Aí fiquei só eu e eles, sem nada

2 Extrator de celulose da árvore gamelina para a fabricação de papel.



porque nessa época ele não dava pensão, nem nada. Só tinha a ajuda das minhas irmãs, que moravam aqui perto, e de uma vizinha. Foi ela quem me falou e me levou lá na casa da minha patroa. E aí eu comecei, fui pra fazer uma diária como experiência. Desde esse dia, eu fiquei. Passei oito anos com ela. Agora, eu tô em casa, trabalho em casa, faço costura e conserto roupas.

**Elzalina:** Quando eu comecei a trabalhar em casa de família, eu já tinha a minha segunda filha, ela era bebê; então, a necessidade me obrigou. Eu também sempre fui independente, sabe? Eu sempre quis ter minhas coisas. Desde que eu morava com o meu pai, eu não dependia dele pra comprar coisas pra mim, as minhas coisas. E, como no Marajó não tem emprego, em Santa Cruz do Arari, toda a renda vem dos pescadores, o que eu fazia: eu tecia a rede de lancear, e vendia; entregava pro dono, eles me pagavam, eu tirava uma nota e dava pro meu pai comprar as coisas aqui em Belém, que comprava essas coisas de mulher, de jovem. As minhas coisas pessoais, que eu sempre quis.

**Lucleide:** Até os meus 15 anos eu não sabia ler, meu pai não deixava. Nós éramos cinco mulheres e quatro homens, só os homens podiam estudar; as mulheres tinham que trabalhar na roça para manter os homens estudando na cidade. As mulheres não podiam aprender a ler pra não fazer bilhete pra homem. E aí eu sempre coloquei isso na minha cabeça: não, eu não tenho que viver como os meus pais, essa é a vida dos meus pais; preciso escrever minha própria história. E eu fugia de casa em busca dos meus sonhos. E até que fui morar com meu irmão mais velho, ser babá do filho dele. Meu irmão era sargento do exército e ele passava dias dentro do quartel, na infantaria de selva. Quando ele estava em casa, eles me tratavam bem, mas quando ele não estava, eles me tratavam super mal.

**Maria Luiza:** Trabalhando na casa de família, fui lavadeira, fui passadeira, fui arrumadeira, tudo isso. Mas, sendo franca, fui muito feliz porque, graças a Deus, os meus filhos todos trabalham. Hoje já sou casada, tenho minha casa, dei uma casa para o meu filho. Hoje sou uma pessoa muito feliz porque a luta não foi fácil. Na minha terra, trabalhei de coco babaçu, quebrava coco babaçu no Maranhão. Os meus pais eram umas pessoas muito honestas e também muito sofridos.

**Delha:** Quando eu comecei trabalhar, minha expectativa eram meus filhos. Sempre eles. Eu levantava cedo para trabalhar por eles, eu comia pensando neles. É até um pouco difícil pra eu falar, porque lá, quando eu comecei a trabalhar, eu saía e deixava eles com a minha vizinha. Quando eu ia comer, na hora do almoço, às vezes eu não comia; eu guardava meu almoço pra eu ter o que trazer pra eles. Eu fiz isso por muitos anos, por quatro ou cinco, até eu me estabilizar. Até eu receber meu salário certinho pra eu poder fazer minhas compras e dar uma estrutura melhor pra eles. A minha vida foi assim: eu levantar de manhã, querendo estar na cama pra dormir, mas eu tinha que levantar porque eu tinha que trabalhar pra sustentar eles, porque éramos só eu e eles dois. Só dependiam de mim.

**Elzalina:** Quando eu me casei, tive minhas primeiras filhas e, um dia, eu determinei que eu ia trabalhar, porque eu gostava de ter minhas coisas e não gostava de ficar pedindo pra marido. Eu comecei a trabalhar, trabalhei dois anos e parei. Foi quando tive meu terceiro filho, não tive mais como trabalhar. Quando meus filhos começaram a crescer, e a minha filha mais velha tinha 13 anos, eu vi que ela já dava conta da casa e dos outros irmãos, e disse “bom, agora eu vou trabalhar, vou voltar à minha atividade de novo”. Foi quando eu cheguei com o meu ex-marido e disse “olha, Francisco, eu vou começar a trabalhar”. Ele

olhou pra mim e disse “é, se tu for trabalhar, eu vou sair de casa”, aí eu virei pra ele e disse assim: “pode pegar sua mala e pegar suas coisas e ir embora porque eu vou trabalhar!”.

**Lucileide:** Eu tinha que lavar a roupa de todo mundo, com uns 12 anos de idade. Tinham umas doze pessoas na casa. Quando eles terminavam de comer, eu ia comer a cabeça de camarão com xibé<sup>3</sup>, essa era minha comida. Eles me ameaçavam: se eu contasse, quando ele saísse de novo, eles iam me pegar, e acabou que me jogaram na rua aos 13 anos de idade. Eu tive que morar na rua. A sogra do meu irmão me botou na rua porque eu queimei um ferro. Eu dormi uma semana debaixo de uma árvore lá em altimira, a dona de um quartinho ficou com pena e deixou a gente morar lá enquanto a gente conseguia um emprego. Minha irmã tinha 17 anos, meu outro irmão, 14. Eles foram naquelas churras-carias de rodoviária e pediram pra dona da churrascaria deixar eles lavarem a louça, limpar banheiro, limpar o salão, em troca de eles darem comida pra gente. Mas a minha irmã já sabia cozinhar bem. Ela pegava aquelas sobras dos pratos dos clientes, limpava e levava pra eu comer, passava o dia todo e eu só comia quando chegasse à noite. A minha irmã conseguiu, eles foram contratados, depois eu consegui emprego. Aos 16 anos, eu vim pra Belém; morei em Altimira, Santarém, Itaituba, de Itaituba eu vim pra cá. Eu queria estudar. Me matriculei pra fazer Mobral aos 15 anos, porque as escolas não me aceitavam mais, que eu já tinha 15 anos, não podia estudar no colégio, que chamava de grupo escolar. Já na quarta série, vim pra Belém e estudei no Vilhena Alves, estudei sempre em escola particular, porque era difícil conseguir vaga nas escolas, os patrões não deixavam eu ir ficar na fila pra conseguir vaga numa pública. Então, eu tirava do meu salário pra pagar escola particular. Mandava meu salário pra minha mãe, pros meus irmãos e eu vendia Avon, Christian Gray, catálogo de assinatura do jornal Liberal, vendia tudo que ganhasse dinheiro. Nos finais de semana, nas minhas folgas, eu saía pelas ruas de Belém. Por isso se tu me perguntar de lá do comércio até aqui em Ananindeua eu sei o nome de cada rua; eu me perdia, eu me achava, pra poder ajudar minha mãe com meus irmãos menores. Consegui estudar, me formar e lutar pela categoria até a gente conseguir a equidade de direitos

**Delha:** Depois de dois anos que eu já estava lá, eu conversei com minha patroa, disse: “olha minha patroa, eu moro de aluguel, eu queria construir minha casa, eu já tenho um terreno que eu consegui comprar, aí eu queria construir. A senhora pode me ajudar?”, ela respondeu assim: “eu compro o material pra ti no meu cartão [de crédito] e vou descontando do teu salário”. Aí a gente foi fazendo assim. Ela comprava de 3 em 3 mil; quando eu terminava de pagar, ela comprava de novo. E assim fui construindo minha casa. Eu consegui que a minha filha terminasse o ensino médio, consegui com que ela se tornasse uma mulher honesta, uma mulher guerreira, uma mulher que queira levantar de manhã pra trabalhar. Eu passei isso pra ela. Às vezes, eu levava ela lá, uma vez na semana, uma vez no mês; eu mostrava pra ela o que eu fazia por ela, por eles. Deu certo, ela foi criando aquele jeito de pensar “poxa, eu quero estudar, eu quero tirar a minha mãe dessa vida”. Não é que não seja um trabalho digno, é um trabalho digno, mas é muito cansativo, estressante, mil coisas que a pessoa tem que ter ao mesmo tempo na cabeça, tem que fazer várias coisas ao mesmo tempo e nem todos os patrões são iguais, não é? Ela começou a fazer um estágio, arrumou um trabalho, o meu filho já tá indo junto, são do programa jovem aprendiz, eles

3 Um prato feito a partir do cozimento de farinha de mandioca, água e sal.

estão encaminhados. Eu me sinto como se eu já tivesse uma missão cumprida na formação deles como pessoas. Eu sozinha, só eu e eles, consegui formar eles como pessoas, criar eles com a visão do mundo, mostrar o que é bom e o que é ruim do mundo. O que eu mais quis passar pra ela foi isso: seja uma mulher principalmente honesta, e que não diminua ninguém abaixo de você, porque ninguém é menos que ninguém. Eu me sinto satisfeita de ter conseguido passar isso para eles. Hoje em dia eu tô aqui em casa, antes quando eu saía para trabalhar eles faziam pra mim. Eu chegava, eu tinha minha roupa, tinha comida, tinha casa. Além da outra parte da vida e do mundo tinha que passar os deveres de dentro de casa pra eles aprenderem o que tinha que fazer em casa.

**Lucileide:** Hoje eu costume dizer que eu me sinto ociosa, sabe? Depois que nós conseguimos todos esses direitos. Pra ter uma ideia, eu dediquei 25 anos totalmente ao movimento sindical, perpassado por ter dormindo no colchão que a patroa mandava o cachorro levantar pra eu dormir, por ter ouvido dos meus patrões que pra estudar a noite eu tinha que acordar de madrugada pra fazer as coisas. Pra eu estudar eu tinha que estudar com vela, aquelas velas de sete dias, sete noites, sabe? Acendia aquela vela. Quando eu saía, eu já deixava o banheiro sequinho. Quando eu chegava, eu forrava o banheiro com jornal, acendia a vela e ficava estudando dentro do banheiro, porque eu não podia usar a energia da casa. Um dia, eu ouvi o patrão dizer “tu nunca vai conseguir nada, porque empregada doméstica não passa de não passa disso. Tu tá sonhando muito alto.” E era assim os incentivos que eu tinha. Aí eu disse: “eu vou te contrariar”. Eu me dediquei aos meus estudos. Não atuo mais como trabalhadora doméstica desde que eu tive que ser liberada pra ir pra Brasília, por conta do projeto de lei que transitou durante 23 anos, para a gente conseguir a equidade de direitos para os trabalhadores domésticos.

**Maria Luiza:** Eu acredito que deveria ter mais direito, respeito, dignidade... Da parte dos patrões, entendeu? Mas eu acredito que deveria ter mais respeito pelo trabalho doméstico, porque o trabalho doméstico é um trabalho igual aos outros, só diferencia que é lavando, passando, cozinhando e arrumando. É um trabalho que não para, um trabalho 24h se você for parar pra pensar, se você for ver na sua casa é um trabalho 24h. Então deveria ser mais respeitado, ter uma melhoria, um pagamento melhor.

**Elzalina:** De lá pra cá, eu não parei mais. Sempre trabalhando, sempre buscando a minha independência. Agora, somos eu e Deus e o meu filho. Na minha casa própria. Ainda continuo como empregada doméstica, só que agora eu sou babá. Eu não trabalho mais com serviços gerais. Eu gosto de trabalhar, eu gosto de ter o meu próprio dinheiro, eu sou eu, a Elzalina. Eu não gosto de receber muita ordem, entendeu? Quando o patrão está estressado, querendo mostrar o que ele não é eu corto logo pela raiz. Então eles têm que perceber, ver isso, que eu tenho meus direitos. Eu sei meu horário de trabalho. Dia de sábado, mesmo que eu trabalhe o dia inteiro, eu sei que dia de sábado é 4h de serviço.

**Maria Luiza:** Quando eu trabalhava na casa dos outros, eu me sentia muito, muito constrangida, porque a patroa dizia “olha, hoje você vai ter que fazer isso e aquilo”. Ela não te dava aquele espaço, pra ti liberar tua mente, pra poder resolver a situação do que você ia fazer. Tinha que ser o que ela quisesse, não o que você pensasse, o que você poderia fazer, o que você estava sentindo. Eu gosto de plantar, eu gosto de cozinhar, eu gosto de limpar, passar, lavar roupa, organizar a casa, são essas coisas que eu gosto de fazer. E outra coisa: quando eu trabalho, eu não gosto de trabalhar com muita gente, com pessoas, eu

sou muito solitária, gosto muito de fazer minhas coisa sozinha. Se é dia de eu plantar, eu levanto cedo, faço meu café, aí vou lá pra frente, pro meu jardim, arrumo minhas plantas. Não gosto que ninguém fique me olhando e nem tampouco me mandando, sabe? Fazer isso, fazer aquilo.

**Lucileide:** A gente conquistou tudo e acabou vendo tudo descer ralo abaixo, não é? Mas eu continuo com a CTPS assinada, porque eu sou liberada para fazer trabalho do sindicato, da federação e também sou vice-presidente estadual da Central dos Trabalhadores Brasileiros (CTB) e faço parte da direção nacional também. Faz seis anos que eu estou liberada. Porque antes era uma complicação pra gente estar viajando. Pra que eu dedicasse meu tempo todo eu tive que praticamente me mudar pra Brasília, porque eu ficava dois, três meses pra lá e ficava dez, quinze dias aqui. Eu trabalhei desde o início, fui uma das fundadoras da organização, uma das idealizadoras, fundadora da federação nacional. Eu criei a Federação das Trabalhadoras Domésticas da Região Amazônica, Amazônia, Norte.

**Maria Luiza:** Eu não estou aposentada, eu dependo do meu marido ultimamente. Eu adoeci, apareceu uma diabetes e também um problema na vista chamado glaucoma, eu uso dois colírios, graças a Deus eu consegui os dois medicamentos de graça. E aposentadoria não tem como. Eu já fui procurar e eles disseram que eu não tenho tempo de contribuição e como eu sou casada, o meu marido vai se aposentar e eu fico na dependência dele. Muitos direitos meus, depois que eu casei, foram cortados. Eu tinha direito àquele benefício social e também foi cortado devido ao salário dele. E eu dependo dele em tudo. Meus filhos me ajudam quando podem, mas eles também têm compromissos, entendeu? A única coisa que eu gostaria de ter uma certeza é se eu não teria direito pelo menos àquele benefício social. Mas até agora eu já lutei, já perguntei, já fui lá com os conhecedores da lei, mas nunca me deram uma resposta à altura do que eu quero saber.

**Elzalina:** Então eu sou essa pessoa, sabe, essa pessoa alegre, sou uma pessoa extrovertida. O meus filhos até ficam bravos comigo: "ah, mãe", sou uma pessoa sincera, quando tenho que falar eu falo mesmo. Eu sou uma pessoa que quem chega na minha casa é bem tratado, é bem recebido. Eu não dispense serviço, seja o serviço que for, eu pego.

**Lucileide:** Eu dediquei a minha vida, acabei esquecendo aquele sonho de casar que toda menina tem, de ter sua casa, de ter filhos. Eu consegui construir minha casa, mas eu acho que pelo fato de eu ver a vida da minha mãe, de como meu pai batia na minha mãe, de como os maridos das minhas irmãs maltratavam elas, então eu via essa relação e dizia "eu não quero isso pra minha vida", sabe? Que homem nenhum faria isso pra mim, então escolhi minha liberdade. Como diz Clarice Lispector, não é? Liberdade é pouco, o que eu quero ainda não tem nome.

## Relacionamento entre trabalhadoras domésticas e patrões

**Lucileide:** Eu tive bons patrões. Eu investia bastante em curso de qualificação profissional, porque eu gosto de cozinhar. Depois fiquei só trabalhando na área de cozinha, de forno e fogão, mesmo. Então me especializei, porque ganha melhor, e dizia: "não, você paga o salário mínimo". Hoje isso tá bem melhor no termo de trabalhadoras domésticas conseguirem se impor, conseguir equilibrar essa relação, por causa dos direitos conquistados.

Hoje elas já sabem cobrar em uma relação com que antes sempre foi de exploração, de exploradores e explorados. Hoje não. Hoje em dia já se consegue sentar, já se consegue conversar, já consegue exercer o poder do não. “Isso eu não faço, porque fui contratada pra isso”, “a senhora me paga pra fazer isso”, “eu vou fazer o que eu fui contratada”, “isso é desvio de função”, já consegue fazer, mas isso aqui nas capitais. Já nos interiores, a história é bem diferente daqui da cidade. Em muitos casos a gente conseguiu resolver, por conta de abuso, a gente tinha muitos casos de parceiro privado para resolver esses casos de exploração.

**Maria Luiza:** Olha, o trabalho doméstico, se ele não é uma coisa que você trabalhe porque gosta, é um trabalho que você tem que gostar. Eu acredito que é um trabalho igual a qualquer um outro trabalho, entendeu? De uma professora, de um advogado, de um outro profissional. Só que não existe aquele respeito sobre os nossos direitos, é isso que nós temos que ir à luta. Já lutamos muito, mas muitos governantes acabaram tirando. Estão tirando nossos direitos, mas nós não podemos nos apagar diante disso.

**Elzalina:** Olha, tem patrão que é bacana, mas tem patrão que só quer explorar, só quer o trabalho. É como eu sempre digo pras minhas colegas e pras minhas irmãs, “olha patrão é patrão, empregada é empregada”. Não vem com essa mania de dizer “ah meu patrão é isso, meu patrão é aquilo” ele ta te pagando porque tu estás trabalhando pra ele. Tu estás servindo ele, mas faz uma coisa assim que não agrada ele pra ver como é que ele te trata. Ele põe logo as unhas dele pra fora”. Então, eu vejo o lado do patrão e o do empregado. Não adianta a pessoa dizer que o patrão é maravilhoso é isso, é aquilo. Maravilhoso só existe Deus. Esse aí sim, ouve nossos clamores, nossas orações, nossas humilhações, e ele responde pra gente. Mesmo muitas vezes a gente não sendo obediente pra ele.

**Lucileide:** Tem uma cena que, pra mim, parece que foi ontem. Foi logo que eu cheguei aqui em Belém. Eu trabalhava na casa do filho de uma senhora, e ela não tinha uma pessoa adulta; ela tinha 3 meninas pra trabalhar: uma de quinze anos, uma de treze, uma de doze, elas faziam tudo. As roupas impecáveis, isso há 35 anos atrás. E as roupas impecáveis, brancas, eram passadas no ferro a brasa. A garota de treze anos, ela tinha o cabelo bem crespinho e a senhora destruiu esse cabelo dela. Um pouquinho das cinzas do ferro caíram e ela não viu e passou por cima da roupa... A senhora abriu o ferro, eu tinha ido levar peixe para ela, que estava na cozinha, ela pegou o ferro, abriu o ferro, pegou uma colher, mandou essa menina ajoelhar e colocou a brasa do ferro, em chamas, na cabeça da menina e o cabelo foi queimando. Ela, com treze anos, era um pouco maior do que eu, que sou pequenininha, eu já tinha dezesseis. Queimou até o couro cabeludo, deu bicho na cabeça dessa menina, eu não esqueço essa cena nunca. É só eu fechar os olhos que eu vejo aquela garota ajoelhada, se tremendo de dor e ela falando, chamando as outras pra ver. E cada vez que eu via isso eu dizia “eu vou fazer por mim e por todas vocês”, porque eu coloquei na minha cabeça que eu tenho que estudar e a partir daí, do estudo, eu consegui mudar a minha vida. Mas a maioria acha que não consegue fazer isso. Os não das pessoas acaba anulando a capacidade da pessoa de pensar que ela é capaz, de que ela pode escrever a própria história.

## Atravessamentos de afeto, de carinho ou de dominação?

**Lucileide:** Enquanto houver capital, e houver pessoas necessitando desse capital, em um país que não tem distribuição de renda, infelizmente, nós vamos viver dessa forma. Porque a pessoa acha, já que está pagando e acha que paga bem, um salário e meio, dois salários, ela se acha no direito de dizer "eu posso fazer contigo o que eu quiser, porque eu tô te pagando muito bem". Eu já ouvi muito isso, sabe? Então, essa relação, são casos sim de ter patrões realmente humanos, a gente não pode tratar as coisas a ferro e fogo, tem exceções sim, de patrões que pagam direito, tem patrões que respeitam, principalmente pela questão do medo das sanções da lei. E outros que não pagam porque simplesmente... "Olha, tu vai pra justiça? Eu vou pagar em 40 vezes, porque eu vou dizer que eu não tenho condições de te pagar, vou pagar R\$100,00 por mês, vou pagar R\$50,00 por mês". Todos os dias, chegam pessoas no sindicato que os patrões os desafiam a irem pra justiça. Principalmente hoje, com a precarização dos direitos trabalhistas, de modo geral, se tu der entrada agora na justiça, aí marca pra daqui a quatro, cinco, seis meses, é assim que estão sendo marcadas as audiências. Se não se apresenta na primeira audiência, não tem conciliação, dificilmente consegue conciliar na primeira audiência e aí você vai passar o ano todo e quando joga na justiça eles ligam.

**Delha:** Tem o afeto que os patrões têm com a empregada. Mas tem esse outro jeito, por exemplo, tinha uma moça que o filho do patrão até agrediu a menina que trabalhava lá, porque ele chegou pra almoçar e ela foi ajeitar a cama da outra menina em cima, e o almoço não estava servido, ele sentou pra almoçar e ela tinha esquecido de fazer o suco pra ele. Também tem esse lado do assédio moral, sexual, da violência que as meninas têm que suportar, tem que aguentar aquilo por precisar do trabalho. É uma situação complicada, tem que aguentar certas coisas porque precisam, mesmo; a gente precisa trabalhar, é necessidade. É bom quando a gente encontra uns patrões que são compreensíveis, geralmente são aqueles patrões que vem lá de baixo, que sabem o quanto é difícil a vida; e não aqueles que já cresceram no berço de ouro. Esses não têm respeito pelo trabalho da empregada, eles só querem que esteja pronto e bem feito na hora que querem. Os outros já têm um respeito maior porque sabem o quanto que é difícil aquele trabalho. Sabe o que é um trabalho, sabe o que é uma labuta estar ali. Eu vejo assim. A classe dos patrões influencia muito, acho que isso é o que mais influencia, depende de como aquela pessoa foi formada. Acham que o dinheiro é aquilo e pronto, o dinheiro é para conseguir o que quer, principalmente quer que a pessoa seja submissa ele porque eles têm dinheiro.

**Lucileide:** Se uma pessoa, se eu e você, que já temos uma opinião formada, a gente tem conhecimento de mundo na nossa mente, na nossa cabeça, de pensar de uma forma mais macro, se nós estamos em uma empresa e já é difícil pra gente negociar um salário, imagine uma trabalhadora doméstica num ambiente de trabalho que só tá ela e o patrão. Gente, a parte fraca é o trabalhador e sempre vai aceitar as condições, porque ele vai pensar que ele paga aluguel. Você sabe que normalmente, principalmente as trabalhadoras domésticas, uma grande maioria são mães solteiras, chefes de famílias que sustentam de 3 a 5 filhos, que dependem dessa única renda? Ela não vai aceitar? A situação não está fácil, até mesmo pra gente reunir as trabalhadoras está difícil, muito difícil. Quantas e quantas



queixas a gente recebe. Eles perguntam: “você é sindicalizada? Porque se você for sindicalizada eu não quero”, “Você conhece seus direitos, qualquer coisa você vai chorar pro seu sindicato, eles vão ficar aqui no meu pé”, eles chamam a gente de vagabundo, que não tem o que fazer, “vão ficar perturbando a gente”, “eles vão comer teu dinheiro todinho”, é desse tipo. A gente bate muito na questão das creches, que as trabalhadoras domésticas têm que deixar seus filhos sozinhos, os maiorzinhos cuidando dos menores, e nós não temos creche.

**Elzalina:** Depende do patrão. Tem patrão que é bacana. Mas tem patrão que só quer pisar no empregado, só o trabalho do empregado mesmo. Uma vez, em uma casa de família, eles apareceram lá com um bocado de copo de azeitona pras empregadas tomarem água.

**Lucileide:** Hoje, nesse momento, você não tem noção da quantidade de empregadores que não deixam nem a empregada beber água, elas têm que levar sua própria água de casa. Porque “eu não tô pagando a tua diária? Então pronto, eu não pago o teu ônibus, nem come nada da minha geladeira”, são as queixas que eu recebo, digo “gente, mas nem água?”, “nem água, a gente tem que levar a nossa água”. Se for uma mansão da vida, é R\$200,00, mas só sai de lá depois que terminar o serviço, sem comer e sem beber. Quando não é salsicha com ovo, comida que tá na geladeira não sei quantos dias, é que elas oferecem, quando oferecem..., mas a maioria das diaristas tem queixa em relação a isso, que elas não podem comer, se comer eles querem descontar. Você negar um prato de comida pra um trabalhador que tá ali? Tem muito, principalmente nos condomínios de luxo. O engraçado é que nós somos boas o suficiente pra fazer a alimentação deles, pra limpar a casa deles. Ou seja, “vocês todos que estão votando contra, tem alguém que tá lá na sua casa ganhando um mísero salário mínimo pra fazer tudo na sua casa, porque a sua esposa não vai quebrar a unha dela pra lavar sua cueca”, eu disse isso abertamente no plenário. Nesse empoderamento da mulher, a trabalhadora doméstica tem papel muito importante. Se não fosse o trabalho dessa trabalhadora doméstica, aquela médica não estaria lá no plantão dela. O marido dela não vai tomar conta dos filhos dela, não vai limpar, cuidar da alimentação dela. É a pessoa que cuida do seu patrimônio mais importante da sua vida, que é o seu filho, que é sua família, sua casa, a cama que você deita, o lençol que você se embrulha, a toalha que você se enxuga, a sua alimentação. Ser tão maltratada, tratada com tanta indiferença como se tivesse uma doença infectocontagiosa? Tinha casa que eu tinha um banquinho pra sentar, porque eu não podia sentar na cadeira que o patrão sentava. Eu não assistia televisão, se eu quisesse assistir à televisão, eu tinha que trazer meu banquinho de madeira e colocar uma distância que eu só escutava o som da televisão.

**Elzalina:** Pra que isso? Humilhante! É uma coisa humilhante, eu dizia “pra quê isso?”, a cozinheira respondia “é pra a gente tomar água”. Como é que é? Nem na minha casa eu tomo água em copo de azeitona. Amanhã eu vou trazer meu copo, meu prato, minha colher, tu vais ver só. Quando foi no outro dia, levei.

**Lucileide:** Infelizmente são poucos, existem casos, sim, de empregadores que pagam direitinho. Mas são casos esporádicos, daqueles patrões que pagam direitinho, porque eles reconhecem o direito do outro, reconhecem que aquele trabalho é um trabalho necessário, porque se não fosse essas trabalhadoras estando lá nas suas casas, que levantam 4h da manhã pra deixar pronto, pra encher água, que nem poço na sua casa tem, encher água pra deixar pros seus filhos menores. Sai de casa e seus filhos estão dormindo, o maior toma conta dos menores e quando chega a noite, mesmo que ela saia do trabalho 5h da tarde, ela vai



chegar 8h, 9h da noite na casa dela. Ela chega, sai, os filhos estão dormindo, num quadrado de 4x4, onde cabem cinco, seis, sete, oito pessoas, que fazem as necessidades fisiológicas e jogam no jornal, porque não tem condições de fazer uma fossa no seu terreno, porque ganha um mísero salário mínimo pra manter a subsistência de sua família e trabalha anos e anos. Conheço várias pessoas, várias, que inclusive são sociais do sindicato. Hoje elas têm carteira assinada, trabalhando há 30 anos nessa casa, depois de tanto eu insistir e ela não queria "não, eles me tratam como da família" e eu, "pelo amor de Deus, coloca na tua cabeça que é trabalho", é relação comprador e prestador. Respeito é regra. Tratar bem as pessoas é regra, não é exceção. E hoje, tem carteira assinada graças a Deus, ela conseguiu fazer um cômodo, as casinhas cheias de papelão, assim, é muito triste e que trabalha há 30 anos e a pessoa nunca se deu o trabalho de ajudar essa funcionária, conseguir uma casa, de conseguir uma coisa melhor pra ela, de saber onde ela mora, de saber o que ela tá precisando, a questão humana. E dizer que você é tratada como alguém da família? Imagine os seus cachorros, como não devem ser tratados?!

**Elzalina:** É assim, algumas pessoas, é uma diferente da outra. Não aquilo de dizer "ah todos são bons". Alguns são bons, outros são ruins. Tem uns que são ricos, ricos que têm dinheiro, e são bacanas, tem uns que já são pobres e querem ser ricos, entendeu? Querem ser melhor do que os outros. Nós somos feitos da mesma matéria. Então eu penso assim, tem gente que quer, por ter um estudo mais elevado, porque tem um dinheiro bom, uma situação financeira boa, tem uma casa maravilhosa, quer ser melhor de que todo mundo. Ninguém é melhor de que todo mundo. Ninguém é melhor de que ninguém.

**Lucileide:** Eu mesma, quando saí da casa de um patrão, que fundei o sindicato, que ele me acusou do roubo de uma agenda pra poder me dar justa causa. Eu trabalhava de carteira assinada, ele disse assim: "não, ela é uma ladra" isso apareceu até no Barra Pesada. Ele mandou foi metralhar meu quartinho de 4x4. Eu ganhei na justiça, mas foram oito anos de processo e aí eu fiquei numa situação que ninguém me dava emprego, ligavam pra referência e não me davam emprego. Eu ia pro sindicato, o pessoal do sindicato me dava o vale transporte, os diretores, era um vale pra ir, outro pra vir e eu ia pra faculdade andando. Eu saí do comércio pra ir lá pra Federal [Universidade Federal do Pará] andando e de lá eu pegava o ônibus pra vir pra casa. Meu sapato rasgou todinho, eu não consegui emprego. Eu pegava aquelas sacolinhas de farinha e ia lá pra praça da república, ficava esperando manga cair, pra comer com farinha, aquele era meu almoço. Eu não conseguia emprego. Aí foi que eu comecei a vender perfume, comecei a vender roupa, uma pessoa me chamou pra fazer caixinha, um amigo, ele me deu o dinheiro e comprei os perfumes e fui vendendo, até que resolveu o processo na justiça, mas foi bem difícil. Tive que ir pra Brasília, aí falei com uma senadora, ela intercedeu junto ao Ministro do Trabalho, marcou com ele e disse o que tava acontecendo aqui comigo do Pará, aí ele ligou pra cá que na época, não era a superintendência, era delegacia regional do trabalho e disse que se alguma coisa acontecesse comigo eles seriam responsabilizados. Eu trabalhei durante anos na casa dele e depois ele me acusa de roubo só porque eu tinha fundado o sindicato das domésticas. O que me faz cada vez mais acreditar na luta, porque eu vi que não tava fazendo aquilo só por mim, eu tava fazendo por uma categoria do Brasil. E não é uma luta nacional, é uma luta internacional, porque temos contato com outros sindicatos, outras organizações de

outros países, principalmente países do Cone Sul. Tem uma discussão a nível de categoria de cone sul e nós, graças a deus, conseguimos.

**Maria Luiza:** Olha, eu não acredito muito. Não estou desclassificando o trabalho doméstico, mas eu sofri muito na casa dos outros. Eu fui muito humilhada, muito marginalizada. Por sinal, eu nunca aceitei que os meus filhos trabalhassem na casa de ninguém, nem tampouco vendessem na rua. E olha, eu tive quatro filhos de homens diferentes e não pedi um alfinete, não dependi de um alfinete. Nessa parte eu sou sincera, eu sou muito orgulhosa. Porque eu nunca queria que ele dissesse “tu tem isso, porque eu te dei”, essa frase me machuca, porque era assim que as minhas patroas diziam pra mim: “olha, essa roupa porque eu te dei, tu só tem isso aqui porque eu te dei”, então aquilo foi me machucando, aquilo foi ensinando que não tem que ser assim, que eu tinha que lutar pra ter o que é meu e aquilo ser só meu.

**Lucileide:** Se a gente não se juntar, se a gente não se unir como trabalhadoras domésticas, como trabalhador brasileiro, vai chegar uma hora que a gente realmente vai voltar a era da revolução industrial, em que crianças de 9 anos tinham que trabalhar 12h por dia, os demais trabalhadores trabalhavam 15h, 18h por dia. Esse momento está praticamente na nossa porta. Como você vê, a carteira de trabalho já não tá valendo mais nada, nossa carta maior, está sendo rasgada; a CLT já foi assassinada e qual a mentira que a gente ficava repetindo? Que todos sindicatos são bandidos, não prestam, um bando de vagabundos, que fazem greve... Os trabalhadores acabaram acreditando nisso, se acomodaram, não vão pras ruas, preferem ver uma besteira na internet do que ir pra prática, enquanto isso tá todo mundo aí... Você sabe defender seus direitos, mas quantos milhões de pessoas não sabem? Acabam aceitando. Quando eu ministro aula, eu conto essa história do sapo que você põe ele na água morna, dentro de uma panela e acende a boca do fogão, e aí a água vai esquentando e o sapo vai achando que aquela água tá parecida com a água da lagoa dele e vai se aconchegando cada vez mais e quando vê ele já morreu cozido naquela água quente. O trabalhador brasileiro está assim, vendo o retrocesso dos direitos trabalhistas, a precarização desses direitos, mas ele tá ali acomodado.

## A rotina das trabalhadoras domésticas em face à dupla jornada de trabalho

**Maria Luiza:** Eu pedi pra Deus assim: “senhor, eu não quero casar, eu quero ter quatro filhos, dois homens e duas mulheres e dar um patrimônio para meus filhos antes de eu morrer”. Deus me deu tudo isso, me deu os quatro filhos, dois homens e duas mulheres, me deu a direção. Hoje, meus filhos têm a própria casa que eu construí pra eles, entendeu? É muito grande a casa, eu construí com muito sacrifício. Eu trabalhei demais pra dar esse patrimônio para eles.

**Delha:** Quando meus filhos eram menores, eu lavava roupa de noite. Chegava do trabalho 5h, 6h da tarde, aí que eu ia lavar roupa, na mão. Não tinha bomba, tinha que puxar água do poço com aquele balde, lavava a roupa todinha, deixava estendida, secava dentro de casa mesmo porque se eu colocasse no sol como eles eram pequeninos, não davam conta de tirar. Como eu deixava eles com a vizinha, eles ficavam dentro de casa e a

vizinha ficava olhando. Eu fazia todas as coisas da casa de noite, deixava a comida pronta de noite, lavava roupa, varria a casa, tudinho. Eu ia dormir era 1h ou 2h da manhã. Deitava, dormia pra sair no outro dia 5h da manhã, e isso era de segunda a sábado. Todos os dias eu chegava às 9h da noite.

**Lucileide:** Como eu sempre estudei a noite, quando eu chegava, eu moro aqui em Ananindeua, no Paar, então normalmente sempre trabalhei e estudei em Belém. Até chegar pra cá, eu chego uma hora da madrugada. Meia noite, uma hora, porque a aula ia até 10h30 e eu ficava 20, 30 minutos esperando o ônibus, até chegar aqui 1h30 de ônibus. Eu tinha que andar mais uns minutos, correndo risco de vida. Uma vez, teve um mototáxi que me levou pra dentro do mato, não sei se ele queria me matar ou se ele queria me estuprar, com desculpa de desviar caminho. Sorte que eu tava na garupa da moto e botei o dedo na cintura dele e disse que eu ia puxar o gatilho, fingi que estava armada. Aí foi que ele voltou pro caminho. Eu não tenho dinheiro pra pagar R\$5,00 de moto todos os dias, então eu ia andando. Aí eu chegava em casa e ia lavar a minha casa, eu passava pano e lavava, de manhã já tava pronto. Eu levanto 5h da manhã, o mais tarde que eu levanto é 6h30. Eu trabalho em Belém, são duas horas de ônibus pra chegar pra lá. Então tem que lavar roupa a noite, fazer comida a noite, pra deixar pronta e já levar pro trabalho. Quando era em casa de família a gente almoçava por lá. Alguns patrões tem esse negócio de descontar comida; era a primeira coisa que eu negociava, nunca aceitei. Aprendi a dizer “você vai me pagar hora extra?”, “não.”, “então você não vai descontar minha comida, até porque nem é lei”. Eu sempre procurei me inteirar muito sobre isso. Teve um período que a lei permitia 5% de descontos sobre o salário, em relação a alimentação. Agora com a CLT, a lei complementar 150, a gente não permitiu de jeito nenhum que fosse descontada a alimentação.

**Elzalina:** É, a nossa rotina é cansativa. Desde o momento que tu entras no ônibus já é cansativo, porque tu entras em um o ônibus lotado. Muitos olham pra gente e já oferecem uma cadeira, mas muitos olham pra gente e viram a cara. E a gente chega no trabalho da gente e vai lidar com o patrão, o patrão quer isso, o patrão quer aquilo; isso não está bom, mas é assim. A gente faz o serviço lá do dia a dia e chega em casa. Às vezes, quando a gente ainda tem uma pessoa bacana, ajuda a gente. Meu companheiro que eu convivi, ele me ajudava muito, sabe. Eu chegava, a casa estava limpa, até a minha roupa estava lavada. Mas quando a gente não tem ninguém pra ajudar, que a gente chega e ainda tem que fazer em casa...

**Delha:** Agora melhorou. De dois anos pra cá é que já melhorou. Casei de novo, meu esposo me ajuda, meus filhos já estão maiorzinhos, já dão conta de fazer a comida deles, já lavam a roupa deles, já fazem as coisas deles. Agora tá bem melhor, mas foi uma luta muito bem lutada, como diz a Lú [Lucileide Mafra].

**Elzalina:** Olha, eu cheguei, fui ali e comprei uma carne pra fazer a janta pro meu filho. Eu já disse pra ele “tu aprende a fazer as coisas!”. Porque lá no meu serviço agora, ele não é cansativo. Porque pra eu chegar de lá e ainda ir fazer as coisas aqui, fica difícil. Ontem eu cheguei e encontrei as louças lavadas, digo “ô meu filho, quem foi que lavou essa louça?”. Então é assim, a gente trabalha duas vezes: trabalha lá e trabalha em casa. São duas jornadas, e quem é fraco não aguenta. Já chega morta em casa, cansada. Eu chegava, ia fazer minhas coisas, ia lavar roupa, ia fazer janta. E aí por diante. Graças a Deus, já vou fazer 60 anos e estou aqui. Vou tocando a vida, esperando a aposentadoria.

## Filhas de trabalhadoras domésticas e seus futuros

**Delha:** Eu acho que mudou, devido ser mais fácil estudar hoje em dia. A primeira coisa que as mães falam: estuda pra tu não ter que trabalhar na casa de família. Porque a gente vê que o trabalho na casa de família não é a mesma coisa que a gente faz em casa, a gente tem que saber que não é pra gente que estamos fazendo, é pro outro. Então, pro outro, é sempre bem feito, pro outro é o que tem que ser melhor distribuído as tarefas, não como em casa. A minha filha, por exemplo, quando eu levava ela pra trabalhar, pra ver meu trabalho, ela falava assim: “mãe, a senhora não se senta pra comer?”, aí eu dizia: “minha filha, se a mãe sentar pra comer o tempo vai passar e eu não vou terminar de fazer o que tenho que fazer”.

**Elzalina:** Olha, as minhas filhas, todas as duas estudaram, concluíram o terceiro ano. Mas graças a Deus que o Senhor colocou um futuro maravilhoso na vida delas. Todas as duas. Então, hoje em dia tem um estudo, têm cursos. A pessoa só segue a mesma profissão da mãe se quiser, porque se não quiser, hoje em dia tem vários cursos, tem várias maneiras de você não seguir a profissão da sua mãe. Hoje tem muita possibilidade de você ser outra pessoa, não ser doméstica. Não querendo desvalorizar as domésticas, Deus me livre. Mas é como eu falei, tem patrão que é bacana, tem patrão que é ruim, tem patrão que “dá em cima”<sup>4</sup> da empregada. Eu sofri isso. Então é assim, hoje dia só segue a carreira da mãe quem quer, quem não quer, corre. Busca uma outra coisa. A minha segunda filha tá se formando, daqui a um ano ela se forma. Qual é a profissão dela? Até esqueci. É na UNIP [Universidade Paulista] a faculdade dela.

**Maria Luiza:** Hoje, os meus filhos já são todos casados, todos trabalham. Então, eu acredito que já houve muita mudança sobre isso. As filhas que as mães eram trabalhadoras domésticas, elas não seguem mais essa carreira de doméstica. Elas não aceitam, elas estudam e a maioria das mães lutam pra que as filhas se formem, para que elas tenham outro tipo de trabalho. Não é discriminando, não tô discriminando. Mas falo de outro tipo de trabalho, mais digno, que você se sinta mais à vontade, melhor, que vá se desenvolver, entendeu? É isso que eu penso. Já teve uma grande mudança sobre isso, muito mesmo. Ninguém quer... Você vai no interior, no interior desses interiores, que antigamente as madames iam buscar as meninas pra trabalhar na casa delas, não é? Ainda dizia assim: “vou buscar as caboquinhas lá do interior, as pretinhas lá do interior, pra vir trabalhar, pra criar meus filhos”. Eu passei por isso muito, muito mesmo, ainda mais sendo era nordestina, do Maranhão. As pessoas vinham, “ah, vou pegar aquela caboquinha lá pra cuidar do meus filhos, que ela cuida muito bem”. Eu criei famílias, eu criei umas três famílias de patrão, entendeu? Fora os abusos que a gente sofre, que aquilo ali me machucou muito, e eu batia no peito: “minhas filhas não vão ser trabalhadoras domésticas, não vão trabalhar em casa de família, jamais”, ainda dizia assim “jamais, esse é o último trabalho”. Não com orgulho, pra Deus me castigar, mas é um trabalho que deveria ser respeitado e digno, entendeu?



# UMA VEZ “CRIA” SEMPRE “CRIA” (?): adoção, gênero e geração na Amazônia<sup>1</sup>

*Maria Angelica Motta-Maués*

## **Apresentação**

Neste breve escrito solicitado por Rosaly Brito, minha colega de ofício, ex-orientanda de doutorado e amiga querida, para republicar meu artigo, no livro que está organizando com Danila Cal, quero fazer três observações – para usar, reverentemente, o termo de Mauss em seu seminal texto, de 1937, sobre a sociologia da infância.

A primeira, um agradecimento, a segunda, algo como uma ‘notícia’ complementar à pesquisa, a partir da qual registrei e analisei as situações sociais e suas personagens exemplares, a terceira, um reparo, muito necessário, de uma certa – ainda que involuntária (?), àquela altura – ‘omissão’ desta pesquisadora, ao falar sobre uma espécie de relação (no caso dos homens), entre os estatutos de gênero e de “cria”.

A primeira observação é um especial agradecimento às organizadoras do livro, Professoras Danila Cal e Rosaly Brito, pela lembrança da inclusão de meu trabalho, o que significa, e é para mim mais importante, a presença, no debate do tema, candente em nossa sociedade, que a coletânea propõe discutir, da “cria de família”, personagem, historicamente presente na vida social da Amazônia (e alhures), sobre a qual me debruço nele. Embora não possa dizer que, no exato perfil fundante, emblemático do modelo dessa personagem (que procuro traçar no artigo), ela ainda exista entre nós, a “sempre cria”, da qual meus registros, desde os anos 50 do XX, de tantas mulheres – uma vez contei cinquenta e duas – e uns raros homens, são perfeitos, encarnados retratos, preciso dizer, porém, que inumeráveis continuam sendo aquelas meninas que, atravessando caminhos de água ou terra, chegam a diferentes lares dos, assim chamados, pobres, remediados e ricos, para, como numa perversa profecia, por elas atualizada, cumprir sua “sina”, por menos longa ou não perpétua que seja.

Silenciosa e apagada sina, da qual só nos damos conta quando alguma rara (assim reconhecida) acusação de violência sexual e ou física chega às páginas dos jornais e (outra raridade) às barras dos tribunais. Como já referi em outro trabalho (MOTTA-MAUÉS, 2012), no qual, aliás, indesejada lembrança que a memória ‘escondeu’, em meus outros relatos acadêmicos – me incluí como partícipe, no início dos anos 70, desta secular, indevida ‘ciranda’, por breve tempo que tenha sido, no qual recebi, convivi (desigualmente) e reencaminhei

1 Texto inicialmente enviado ao 13º Encontro de Ciências Sociais Norte e Nordeste (CISO), realizado em setembro de 2007 na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em Maceió. Foi publicado posteriormente na coletânea LEITÃO, Wilma Marques; MAUÉS, Raymundo Heraldo (org.). *Nortes Antropológicos: trajetões, trajetórias*. 1. ed. Belém: EDUFPA, 2009, p. 157-170.

de volta à sua família, aquela bem falante menina, pela mesma mão e pelo mesmo rio que a haviam trazido até meu lar, de jovem mãe de outras duas meninas.

A segunda observação é (já que tenho esta chance) para atualizar as histórias, o ‘destino’ das personagens centrais de meu trabalho.

Devo dizer, então, que as duas histórias de meu relato tomaram rumos absolutamente distintos.

Fernando, tal como já anunciava sua inconformação e queixas, traduzidas, pela família receptora, como rebeldia e ingratidão, interrompeu, por sua conta, a “condição” e o estatuto que lhe eram impostos, desde cedo, na vida, e, ainda adolescente, saiu daquele lar onde vivia e servia e, até, da cidade em que todos moravam, como para, assim, não haver “perigo” de uma volta.

Que vida foi viver – como, mais tarde a família também se mudou – não pude mais saber.

Helena, rija e lúcida (pequena e ‘forte’, como sempre foi), do alto de seus já noventa janeiros, mora, há anos, com sua primeira, querida “menina” – agora, também, como ela, uma velha senhora de quase oitenta – como companheiras de uma vida inteira, que, na verdade (apesar dos pesares, como reza popular dito), são.

Mas, como para não fugir, nunca, de sua assumida ‘sina’, Helena ainda “toma conta” de duas crianças, uma menina e um menino, representantes já da quarta geração da família daquela primeira mulher, à qual, quando ainda bem mocinha (à época, anos 50, não se falava adolescente), fora entregue, e, no secularmente repetido movimento, entre uma mãe e “outra”, iniciou sua longa circulação, de várias décadas, entre os distintos lares que a foram recebendo e constituindo, como o caso modelar que apresento no artigo. Assim, para sempre retomar a tarefa primordial da “cria”, Helena passa as tardes noutra casa, bem próxima àquela em que mora, cuidando de dois netos de sua primeira pequena, para não deixá-los sozinhos, no período do dia em que não estão na escola, e sua mãe e seu pai estão no trabalho.

A terceira observação prometida aqui, o ‘reparo’ que mencionei antes, traduz-se na rígida diferenciação de gênero com que operei no artigo, quando considerei crias femininas e masculinas. Particularmente atualizadas, através de meus dois casos exemplares, analisados no texto.

Embora, àquela altura, não tivesse a informar minha escrita a pletera de nomeações, hoje existente, exigida para referir, sinalizar a identificação de gênero de alguém (por provisória que seja), ainda assim, devo dizer que, neste particular campo, o do gênero, deixei de lidar com um ‘dado’ que sei, ou considero presente – e do qual já havia falado – no referente à permanência da situação e do estatuto de “cria” (especialmente na sua versão tradicional, clássica, enquanto tal) quando se trata de uma mulher ou de um homem.

Minha falha, neste ponto da discussão que faço no texto, implica, na verdade, em duas omissões. De um lado, a de uma divisão de gênero engessada, entre homens e mulheres *tout court*, deixando, então, de levar em conta, como se fosse, a existência das identidades homossexuais, que, inclusive, meus próprios registros de campo apontavam, para o caso de personagens homens.

De outro lado, e ainda que o privilegiamento, no trabalho, da interpretação antropológica da vida de duas personagens “cis”, como hoje se diz, não me exigisse tratar daqueles



registros, no corpo do texto, talvez, uma nota, ao menos, poderia mostrar uma diferença entre a “carreira” de cria (tal como a exploro no artigo), quando se trata de um homem ‘cis’ ou ‘gay’.

No primeiro caso, num certo momento, sua sexualidade passa a ser identificada como ameaça real, em relação às filhas e filhos da casa (às meninas especialmente), e isso encerra, de um modo ou outro, sua permanência naquele lar. Se, ao contrário, a expressão de sua identificação de gênero, de sua sexualidade, principalmente, é percebida de forma oposta, é possível a continuidade, até o requesto, de sua permanência naquele lar, com o estatuto ambíguo de alguém “quase” da família. Em meus raros registros de crias homens, os dois que, ‘uma vez crias o foram sempre’, eram ambos homossexuais.

E para terminar com minhas (outras) paixões, a literatura e o cinema, peço a quem me lê, que lembre de duas personagens emblemáticas, para o que irão ler no artigo. Figuras que são a própria combinação da ambiguidade & ambivalência, entre servidão & autoridade, hierarquia & intimidade, seja como for que se atualizem esses pares. Estou falando da Françoise, de Proust, na sua “Recherche”, e, para carregar mais nas cores, da Mammy, na sua versão (do romance) ‘eternizada’ em “E o Vento Levou...”.

A seguir, o texto original, aqui republicado.

\*\*\*

Este trabalho trata de duas personagens de histórias infantis (dado que suas próprias histórias sempre começam na infância), ambas protagonizando trajetórias de adoção, que, diferentemente daquelas dos chamados “contos de fadas”, quase sempre, pelo menos para elas, não acabam bem. Estou falando das meninas e meninos que protagonizam o papel da (entre nós, tão conhecida) “cria” da casa ou de casa de família (SALLES, 1988; WAGLEY, 1956; FIGUEIREDO, 2006; FONSECA, 1995; MOTTA-MAUÉS, 2004; MARIA CECÍLIA, 2003). Esta personagem, como o próprio nome sinaliza, e do modo que o mesmo indica, é, principalmente, para não dizer quase exclusivamente, representada por meninas; o menino, quando é o caso, se na mesma situação é, simplesmente, designado como o “menino” ou o “pequeno”. Embora, como o termo é apenas de referência, também se fale “menina”, no caso das mulheres, como na frase tão comum de se ouvir: “Não quer que te arranje uma ‘menina’ pra te ajudar?”.

Presente em minha memória pessoal, tanto quanto no meu conhecimento mais atual, através das inúmeras situações observadas ao meu redor, esta figura (da cria) tem passado a ser, de algum tempo a esta parte, ponto importante no quadro mais amplo das reflexões sobre família que tenho procurado fazer. Na verdade, tudo começou, para não alongar esta história, quando me propus considerar e discutir a existência atual da circulação de crianças entre as camadas médias e altas (MOTTA-MAUÉS, 2004), tanto numa forma particular, de fluxos mais curtos, mais dinâmicos e incluindo outros personagens e instâncias especializadas, quanto na forma usualmente referida como própria ou característica apenas dos “grupos populares” (FONSECA, 1995) ou dos “pobres” (SARTI, 1996). Ao assim fazer, deparei-me com um conjunto interessante (no sentido original do termo) e diversificado de práticas dessa circulação, que apenas enumerei e brevemente descrevi naquela ocasião. Volto a elas, agora, porque, a partir daí é que surgiu a ideia deste trabalho que vai

tematizar uma das personagens “descobertas” naquela ocasião (percorrendo, como dizia ali, os “palácios” da minha memória) como categoria crucial de um sistema, evidenciando seus principais contornos e com isso, iluminando, até onde puder fazê-lo, nossas configurações de família e as diferenciações e hierarquizações de gênero e geração que, à base de certas representações de seus componentes, podem se atualizar no seu seio. Conformando, para não dizer criando nele, ou podendo assim proceder, personagens iguais, como categorias de uma classificação, mas tão diferentes, para não dizer opostos, como os de que vou me ocupar, preferencialmente, neste artigo. E cuja existência, entre nós, cobre um já longo período de tempo, que vai, pelo menos, segundo dados registrados, desde as primeiras décadas do XIX (ALMADA, 1990). Isto se não quisermos considerar, como tal, uma espécie de envio ou “distribuição” compulsória de adolescentes e jovens, muitas vezes trazidos de cidades do interior para a capital, entre os que, logo após a abolição, em 1888, passaram a integrar o chamado “corpo de trabalhadores”, criado em Belém, pelas autoridades do governo da província para executar serviços públicos na cidade, chamando, assim, ao trabalho morigerado, os bandos de “vadios” e “perturbadores da ordem”, como eram ditos, que a liberdade, pretensamente, teria produzido. E que, num desvio de finalidade, eram encaminhados às casas de autoridades do Estado para emprego nos serviços domésticos, conforme denúncia à assembleia provincial (SALLES, 1988). Seriam esses (poderiam ser) os precursores das “crias”?

## Circulando em Belém: o sistema e suas distintas personagens

No elenco mencionado antes em outro trabalho (MOTTA-MAUÉS, 2004), referente à circulação de crianças, identifiquei: 1) o regime de tutela infantil, criado para gerir o destino da “infância desvalida” – os “órfãos”<sup>2</sup>, segundo a lei, em que um juiz, o “juiz de órfãos”, entregava a criança a um tutor para criá-la; 2) os encaminhamentos ou a “colocação” de crianças, como refere Fonseca (1995) para esses movimentos no Rio Grande do Sul, por seus pais e/ou responsáveis, geralmente vindas de cidades do interior do estado para Belém, para morar com uma família e “ajudar” nas tarefas domésticas, no desejo pretendido do “estudo” e de uma melhor condição de vida: as “crias de casa de família”; 3) a prática da criação de crianças (às vezes um grupo delas, da mesma ou de diferentes procedências) pelas obrigações do parentesco, por “dever” de solidariedade e/ou caridade (caso de crianças órfãs ou necessitadas de amparo), ou pelo desejo particular de alguém de, simplesmente, “criar” uma criança: os “filhos de criação”; 4) o costume de “reparar” crianças (cuidar delas) diante da ausência temporária da mãe, circuito onde, nos grupos populares, até outras crianças entram (LAGO, 2002). E que, nas camadas médias e altas, inclui, preferencialmente, as avós, mesmo em se tratando de profissionais que exerçam funções fora do lar, que nesta classe, contam, quase sempre, com a ajuda de outras profissionais, as “babás” – por vezes as “crias” ocupam tal função – que acompanham as crianças nessa sua vilegiatura, por vezes, diária e de até quase metade do dia (ESTUMANO, 2004; MOTTA-MAUÉS, 2004; LAGE, 2007); 5) os fluxos mais curtos, mais dinâmicos, incluindo outros atores e espaços

2 Uma vez que nem sempre o eram, já que, por exemplo, o filho de uma mulher sem marido podia ser, e era muitas vezes, considerado e tratado como tal.

especializados, fora dos circuitos do parentesco e da sociabilidade mais restrita, fluxos esses próprios da circulação das crianças das camadas médias e altas, com ênfase nos filhos de pais separados e com re-casamentos, que ficam, como eu dizia – “na casa da mãe” / “na casa do pai” (e de suas “novas” famílias)<sup>3</sup>, embora, de certa forma, também possam ocorrer entre os grupos populares – o que, aliás, já estamos encontrando como dados de pesquisa (MOTTA-MAUÉS, 2006; IGREJA, 2007) –, evidentemente que em “versão” e/ou espaços, digamos, menos “sofisticados”, ou assim considerados, a partir de um certo gosto e estilo de vida (BOURDIEU, 1983; VELHO, 1994).

A partir do que encontrei e analisei no artigo que tenho mencionado (MOTTA-MAUÉS, 2004), quero me voltar agora, para uma categoria de criança a qual, se considerada a dimensão (as diferenciações, hierarquizações) do gênero, isto é, se pensarmos em meninas e meninos, embora, do ponto de vista formal, vivam (viveram) o mesmo processo – a experiência de serem (terem sido) criados em um lar diferente do de sua mãe biológica –, considerando o modo de vivê-lo, este seja ou possa ser, absolutamente diferente. Tomo, então, para tematizar, essas diferentes faces da mesma personagem – a “cria” de casa de família – cuja história, como tal, sempre começa na infância ou na pré-adolescência (fase que, assim, evidentemente, não vivenciam do mesmo modo que nossas crianças das camadas médias urbanas, tão informada pela cultura “psi”), mas cuja trajetória, nesse papel, difere, até frontalmente, de acordo com o gênero a que pertença. O que vai determinar, também, um marcante acento na distinta participação geracional conforme seja a “cria” mulher ou homem. Parto, assim do relato etnográfico de dois casos de adoção que contemplam as diferenciações sinalizadas na mesma categoria indicada acima – embora, é bom dizer, no caso em pauta (das “crias”) não se costume falar, propriamente, em adoção, mesmo informal. Quando muito se fala em “criação”, como no exemplo: “a menina que eu estou criando”.

O primeiro caso remonta aos anos trinta do século passado, com a personagem central, no sentido aqui considerado, ainda fortemente presente na vida da família receptora; o segundo, muito mais recente, data dos anos noventa e envolve um menino, sua mãe e a família que o recebeu. Diante disso, minha intenção é refletir sobre e discutir, muito brevemente, ideias e práticas de adoção em camadas médias e altas em Belém, através de meus dois casos típicos. Pensando as injunções e diferenciações de gênero e geração na conformação e atualização dessa personagem, de sua atuação e, de certo modo, até, de seu “destino”, ao longo da relação ambígua que se estabelece na situação concreta de seu desempenho como tal. Além de um contraponto entre esses dois tipos de (seja lá como for) “adotados”, as “crias” no caso, quero sinalizar também, para eles, um processo histórico estabelecido em Belém (provavelmente alhures) e, aí, com estatuto legal e sob outra rubrica, pelo menos desde as primeiras décadas do XIX. Quero assinalar, ainda, a existência de uma diferenciação hierarquizada entre os gêneros no perfil deles e nas relações com esses adotados, em que, mesmo que ambos sejam atingidos pela extrema ambiguidade de quem vive a estranha posição de, embora não sendo o empregado doméstico, também jamais ser confundido,

3 Depois de escrito e publicado o trabalho, dei-me conta de que devia, na verdade, numa análise mais ‘fina’, ter relativizado minha afirmação sobre esta última modalidade, na medida em que, dependendo da situação vivida pelo grupo familiar da criança (pois, como sabemos, os chamados “grupos populares” não formam, como, aliás, quaisquer outros, uma categoria homogênea), esta pode bem circular por espaços correspondentes aos que considero para as outras camadas (aulas de ballet, judô, música, reforço escolar).

mesmo por alguém de fora, com um filho, ainda assim, como espero poder mostrar, ser homem ou ser mulher faz diferença. Juntando, a partir daqui, duas personagens de minhas “histórias infantis”, como falo no início deste texto, vou passar, agora, para completar a breve discussão proposta nele, a história, exemplar, emblemática para o que me interessa aqui, das pessoas que, mais que ilustrar, como se costuma dizer, “encarnam” os processos referidos até agora. Com o relato de suas histórias e dos processos particulares (do ponto de vista de suas biografias, apenas), de que participaram – na verdade, vêm participando ainda –, vou terminar meu próprio relato.

## Helena: uma “cria” muito especial

Helena veio, ainda pequena, de uma cidadezinha distante de Belém para viver com sua madrinha, trocando a execução de tarefas domésticas (pretensamente, como se dá nesses casos) por acolhimento, cuidados e estudo. Sua vida, já bem longa (de perto de oitenta anos), pode ser tomada como um caso exemplar da personagem feminina do tipo de prática que estou examinando aqui. Alguns anos depois de ter chegado ao lar receptor, Helena, já adolescente, “deu um mau passo”, eufemismo com que se costumava designar, popularmente, a situação de uma mulher que tivesse dado início, mesmo que apenas de forma episódica, a uma vida sexual ativa. Ou seja, na linguagem corrente, inclusive até hoje, havia “perdido” a “virgindade” fora do casamento, esta a situação socialmente ideal para fazê-lo – o que revela nossa forma enviesada de lidar com a questão, quando se trata de mulheres. Na sequência, foi internada em uma instituição religiosa que recebia (ao que parece, recebe, até hoje) meninas nessa situação, onde viveu uns anos, para ser exortada no caminho dos preceitos da moral e bons costumes cristãos e onde aperfeiçoou o que já sabia e aprendeu coisas novas no campo das habilidades domésticas, preparando sua reintegração no mundo de fora, quando fosse considerada apta a retornar, exemplada e corrigida, à casa que a acolhera antes. Foi o que se deu e, daí por diante, Helena virou a menina (quase uma jovem) obediente, cordata, exímia na execução das tarefas da casa, “próprias” de alguém na sua posição. Sabia cozinhar, lavar, passar, limpar, arrumar, e, além disso, também costurar, bordar, configurando um perfil mais completo da boa “serviçal”. Tantas “qualidades” não fizeram esquecer, porém, o motivo de seu recolhimento anterior e o controle e o olhar sobre ela ligados à interpretação de sua sexualidade “perigosa e indevida” acompanharam-na pela vida afora, até quase sua velhice, sempre vigiada por outras quatro mulheres moradoras do lar receptor, sua madrinha, uma irmã, ambas solteiras, uma cunhada delas, além de por uma outra “cria”, fiel cumpridora das duras normas daquela casa de rígida moral “cristã”, onde viveu e serviu a vida toda, tendo, em relação à Helena, mesmo que, a rigor, absolutamente dentro de sua mesma “condição”, outro estatuto nessa família – quase (sempre o quase a mudar tudo) de uma “irmã menor” dos filhos da casa, onde havia, também, dois irmãos homens. Todas aquelas quatro mulheres – que, aliás, podiam se multiplicar em seis, se contarmos que as duas casadas e que tinham suas próprias casas, também faziam o mesmo, à distância, com a eficiência devida, já que moravam em ruas vizinhas –, zelosas em fazer Helena observar, daí por diante, uma vida casta, voltada apenas ao trabalho e a uma dedicação, a toda prova, às suas “benfeitoras”.

Alguns anos mais tarde, Helena foi mandada pela madrinha para uma outra cidade, para servir daí por diante, à sua irmã mais velha, casada (que se mudara de Belém), para “ajudá-la” em todos os serviços da casa e, particularmente, tomar conta de sua filha que fora daqui bem pequena ainda. Tal fato é de uma importância crucial neste relato (na própria história de Helena), pois inicia um longo e, apesar de tudo, interminável ciclo de devotada dedicação a esta família, o que já inclui, até agora, a “criação” de crianças da sua segunda e terceira gerações e, pelo menos, o acompanhamento e cuidado menos contínuo, daquelas da quarta geração da mesma. Além, evidentemente, de ter servido à geração anterior à sua própria, o que contabiliza, a rigor, as quatro gerações, desde que foi entregue àquela família.

Na nova casa, ganha também uma nova “madrinha”, pois assim passa a chamar sua dona para sempre, e um regime de reclusão mais severo – já que, além de tudo, se via numa cidade desconhecida e muitas vezes maior que a que deixara – e de extrema dedicação à mulher e seu marido e, especialmente, a filha única do casal, a quem continua afetuosamente ligada até hoje, desde os anos 40, do XX, quando ela era ainda uma pequena criança. Quando “sua” menina, já uma jovem, terminada a faculdade (coisa com que Helena nunca chegaria a sonhar), casou, foi morar noutra cidade. Ao chegar o primeiro filho do casal, ela passava pequenas temporadas ajudando à jovem mãe. O bebê, depois de ter completado um ano, adoeceu seriamente, e foi levado pela avó materna para a cidade em que morava, onde ficou quase outro ano, sendo, na verdade, “criado” por Helena, já que a avó não era apenas “dona de casa”. Para encurtar a história, os pais da moça acabaram mudando para a cidade da filha (única, como já disse) e depois de algum tempo, construíram juntos uma grande e bela casa e Helena passou a cuidar de tudo, incluindo a segunda filha do casal que, a essa altura, já havia nascido. Nela viveram longos anos e depois mudaram mais de uma vez de casa, com Helena sempre acompanhando a família, conduzindo, na verdade, a criação do casal de irmãos e cuidando de tudo que era preciso.

Nesse transcurso, passados outros tantos anos, os filhos de sua “menina”, já crescidos, ela fez uma tentativa de dirigir sua própria vida – saiu da casa, foi trabalhar num pequeno estabelecimento, mas... acabou voltando e continuou tudo como antes – como antes, não. Agora ela queria ser remunerada (o que nunca havia sido) e conseguiu, a partir daí, ganhar um salário e, também, poder sair de casa para “passear” sozinha, encontrar colegas, enfim, viver fora daquela “prisão”. E nisso, conheceu um ‘senhor’ e, com mais de cinquenta anos, conseguiu casar. Apesar de ter de enfrentar forte oposição da família, de sua primeira geração, inclusive os que moravam na cidade onde começara sua história – pois, diferentemente deles, sua “menina” (agora uma senhora de “meia idade”), o marido e o casal de filhos a apoiaram e até lhe prepararam digna cerimônia de casamento e uma pequena festa na casa deles. Helena foi morar em uma pequena cidade na zona rural, cuidando do marido e de seus vários filhos e netos, de um primeiro casamento. Enquanto isso, a família que vivia numa bela propriedade nos arredores da cidade (onde haviam festejado o casamento de Helena), já não tinha crianças; os netos do 1º casal (terceira geração a que Helena servia) já estavam moços, namorando e... lá pelas tantas... Helena voltou, mas agora veio com o marido e dois filhos solteiros deste, passando a viver numa pequena casa, no terreno da propriedade, de onde, na verdade, se dividia indo e vindo o dia todo, literalmente, entre uma casa e outra, cozinhando e administrando, ao mesmo tempo, cada uma das duas

casas – agora ajudada por mais uma mulher para a limpeza geral e lavagem da roupa da casa de sua “patroa”<sup>4</sup>.

Nesse transcorrer, os netos do primeiro casal também se casaram, tiveram filhos e Helena continuou sua missão de, na verdade, “mãe de criação” de três gerações. Pois, embora vivesse, como se diz, cada um na sua casa, ela se deslocava, ao sabor das necessidades da sua (segunda) “menina”, agora uma bem jovem mãe (só não fazia o mesmo com o seu “menino”, porque a mulher dele era dona de casa em tempo integral, e cuidava só do seu bebê). Nesta vida ficou Helena, até que a família, então já sem o patriarca, que morrerá com mais de oitenta anos, resolveu se mudar para uma outra cidade (deixando alugada a quinta) e Helena voltou para sua própria casa de novo. Algum tempo depois, ficando viúva, e já bem mais velha, também se mudou para a mesma cidade onde estava a família – agora formada só pela filha do primeiro casal (a primeira “menina” de Helena), seu marido e a velha mãe dela, viúva. Com o tempo, Helena adquiriu uma casinha bem próximo à da família e lá vive, até hoje, ajudando a todos quando precisam dela – isso significa que, além de atender e ajudar sua mais antiga “menina”, hoje uma senhora de sessenta e tantos anos, ainda se desloca para outra cidade a fim de “ajudar”, por pequenas temporadas (de um a dois meses, ou só de alguns dias, uma semana), conforme o que precisam, “criando” também, de alguma forma, mais ou em vez da própria avó, os filhos da neta de sua “madrinha”, na casa de quem iniciou propriamente, a longa trajetória, ainda em curso, mesmo com a autonomia que possui como a “cria” fiel e dedicada, e em “circulação”.

## A história de Fernando: “rebelde” e “mal-agradecido”

Diferentemente de Helena, que já está caminhando para completar 80 anos, Fernando é um adolescente quase chegando aos 16. Sua história, como encarnação masculina da personagem de que trata este trabalho, começa há uns dez anos atrás, quando vivia com sua mãe, empregada doméstica da mulher que o cria hoje. A mãe não ocupa mais hoje tal função, mas sua ex-patroa tomou a si a “criação” do afilhado, tendo já um casal de filhos, um dos quais da mesma idade de Fernando e a outra, mais nova do que ele. Dizendo desse modo, até aí pareceria configurar-se um caso como tantos outros, daquilo que Fonseca (1995) chamou de “adoção à brasileira”, na qual alguém toma simplesmente uma criança para criar como filho. Ledo engano. O menino de que trata nossa pequena história, apesar dessas pretensas aparências, representa, na verdade, um exemplo do que se pode considerar, não uma adoção às avessas, mas, mais sofisticada e perversamente do que isso, um processo ambíguo e ambivalente dentro do qual se movem as personagens envolvidas neste drama que, como peças de um jogo, ocupam ora uma, ora outra posição, no campo em que este se desenrola. É isso que ocorre, como já disse aqui, com as crianças entregues por seus pais ou responsáveis – no caso, pela mãe –, para serem cuidadas e educadas por uma família receptora entre as camadas médias e altas. Não tendo um estatuto precisamente definido

4 É bom registrar aqui a ideia da “passagem de bastão” que Lins de Barros (1987) refere em relação ao pai e seu filho, quando este se torna pai, por sua vez, a qual no caso em exame, posso dizer que se dá entre as mulheres pela característica de liderança e poder que assumem na família.



como empregado doméstico, também não pode ser visto ou tratado como filho da família. Sua identidade é, assim, algo indefinido, impreciso.

Fernando estuda em um colégio particular, participa do dia a dia da família, das brincadeiras, juntamente como os filhos de sua madrinha (jogos de computador, por exemplo, embora estes nunca pertençam a ele), acompanha a família – marido, mulher e os dois filhos – aos passeios, aniversários, temporadas na praia, férias etc. Aparentemente tem, assim, na prática, a mesma situação ou posição dos filhos do casal. Aparentemente, apenas. Se examinarmos melhor o que acontece, podemos ver a diferença profunda que existe entre as três crianças. A começar pela escola, pois, embora ambas sejam particulares, os filhos da família frequentam a escola confessional (católica) mais tradicional da cidade, considerada de elite, mesmo, enquanto Fernando frequenta um modesto colégio que atende às camadas mais populares. Quanto à sua presença, acompanhando sempre a família, embora isto se dê, realmente, conforme o local aonde vão, tal como foi dito, se alguma tarefa se apresenta a ser feita nessas ocasiões, mesmo estando no meio de uma brincadeira – um partida de futebol, por exemplo –, ou se nesse mesmo jogo, na praia, um dos meninos chuta a bola erradamente para muito longe, mesmo não sendo ele, é o nome de Fernando que se escuta, pela voz da madrinha, mandando-o ir fazer a tarefa ou buscar a bola, na distância em que se encontra. O mesmo ocorrendo com relação a qualquer serviço que se apresente nessas ocasiões.

No que se refere às viagens de férias ou excursões, quando se trata de viagens mais distantes, para outros estados, aí Fernando nunca vai. Para dar uma ideia, melhor ainda, talvez, do que quero dizer, Fernando e o filho da madrinha, fazem aniversário em datas próximas, um do outro e eles sempre são “festejados juntos”, embora o convite às pessoas não o inclua como aniversariante, o que significa que jamais alguém que vai à festinha diga que vai ao aniversário de Fernando, conseqüentemente, não leva presente para ele, que de fato só é lembrado na ocasião de apagar as velhinhas do bolo, quando é chamado depois do aniversariante “mesmo” a fazê-lo. No ano que passou, os dois completaram 15 anos. Organizou-se a devida festa, com convites distribuídos, casa de recepção contratada, filmagem, DJ, festa, tudo o que cabe hoje, nessas camadas, em tais ocasiões. Mas, em momento ritual tão marcante, só a referência ao filho do casal apareceu em todos os seus elementos: no convite só havia o seu nome, na festa só se sabia do seu aniversário, no discurso que o pai proferiu, era ele o personagem, na valsa, que ele dançou, com todas as mulheres da família. Enfim, o menino era o centro das atenções. E Fernando, que também completava a mesma idade? Para não dizer que foi absolutamente esquecido, na hora de apagar as velas do belo bolo do filho de sua madrinha, esta surgiu com uma espécie de miniatura – que nem isso era –, um pequeno bolo, para que o gesto de Fernando, apagando suas velhinhas, indicasse, palidamente, que ele também “festejava” sua data. Todos sabiam, certamente ele também, que não era bem isso que ocorria. Não seria exigir muito esforço do leitor pedir-lhe que compare a situação dos dois meninos emblematicamente exposta na ocasião ritual descrita acima. Mas, aquilo era só uma das duas partes do ritual de 15 anos nas camadas médias (melhor situadas) e altas de Belém. Além da festa, há a viagem, ou seja, a participação, junto com um grupo representativo de adolescentes, meninos e meninas, que, sob a responsabilidade de uma agência de viagens, realiza uma excursão para fora do país, em geral para os EUA (leia-se Disney, Miami, Nova York). Obviamente, Fernando

não acompanhou o filho da madrinha em sua vilegiatura americana. Marcante diferença que sua memória certamente terá registrado.

A história, a vida ainda tão curta de Fernando, não sinaliza apenas a situação da personagem que este trabalho tematiza; não só por sua trajetória mais particular, mas também porque, enquanto tal, essa personagem participa, originariamente, do mesmo circuito que ele (é gestada nele mesmo), e continua a fazê-lo seguidamente por vezes. Estou falando da relação que, no caso de Fernando, vem se atualizando mais uma vez, de algum tempo para cá, entre a situação da “cria” e a prática da circulação de crianças. A forma como esta prática vem se dando é relevante para a breve incursão que procuro fazer aqui ao seu universo, percebendo, através da personagem focalizada, as ligações que mantém e a sua constituição específica mesmo, em relação às diferenciações de gênero e geração.

Neste sentido, e como aparece na chamada de sua história no texto, diferentemente de Helena, a “rebelião” de Fernando é outra. Ele começa a reagir a sua situação descumprindo ordens, relaxando com os estudos, “desobedecendo” e, mais que isso, reclamando do rígido regime a que é submetido. Resultado... foi encaminhado de volta para a casa da mãe, mas pouco tempo lá fica; esta prefere mandá-lo de volta para a casa de sua ex-patroa, madrinha do menino, que, por sua vez, o encaminha para a casa da mãe dela. Esta é reconhecida por todos (muito além de seu círculo familiar) como a rigidez e a “autoridade” em pessoa; aquela que comanda ou tenta fazê-lo, até hoje, a vida dos filhos e netos. Fernando vai para lá para “se endireitar”. Mas, ele continua se insurgindo, mesmo que não frontalmente (o que, na sua situação, jamais poderia fazê-lo), reagindo aqui e ali do mesmo jeito. Acenando, inclusive, nos bastidores da casa (na cozinha) que a fofoca da cozinheira faz chegar à sala, com o seu direito à liberdade – que entre os jovens das camadas médias urbanas lemos como individuação e autonomia – quando chegar sua próxima maioridade. Vista, por ele, como o momento esperado para seguir seu próprio rumo. O que, nos comentários das filhas da senhora (dela mesma também) não passa de uma grande ingratidão a quem todo cuidado, educação, orientação tem lhe dado. É bem verdade que não chegam a falar em amor, carinho... Mas, o certo é que muito se fala do assunto, a ponto de ser este um dos temas vindos à baila na roda de praia da temporada de verão entre as filhas e suas amigas que acompanham solidárias, a situação; conhecendo-a desde o início e partilhando com aquelas mulheres as ideias sobre essas pessoas e sua “índole” herdada de berço. Na verdade, mesmo sem sabê-lo, as pessoas “criam” as “crias” para serem como são – é profecia, mas também uma representação, que se realizam. Como homens ou como mulheres elas seguem suas distintas sinas, o que permite (parece poder permitir) que o sistema, velho como é, possa seguir do mesmo jeito. A alimentar, secularmente, a “produção” das doces e eternas “crias” e dos “rebelde” e temporários “meninos”.

Não sei, não posso saber mesmo, como se desdobrará a história de Fernando, agora com seus 16 anos. Sei, porém, de inúmeros outros meninos que, como ele, um dia foram parar numa casa que não era bem a sua, onde tinham um estatuto ambíguo, nem filho, nem propriamente empregado. Nesses outros casos, o que sempre se dá, se o menino não “deserta” ou é mandado embora desse lar antes, é seu encaminhamento, ao se tornar um jovem a uma profissão, uma atividade mais “modesta” (técnica, no máximo), um emprego em loja de comércio, por exemplo, e a saída do lar receptor com a formação de sua própria



família, às vezes resgatando, então, o laço com a mãe biológica – que pode ter sido, por sua vez, também uma cria –, se ela existe ainda.

## Pensando o sistema: as “crias” entre gênero e geração

O que quero dizer com isso, afinal? Por enquanto, umas duas coisas apenas. Primeiro, chamar atenção para uma diferença crucial que, pelos dados de que disponho, parece se colocar se a cria é mulher ou homem. Sendo mulher, seja criança, jovem ou adulta, há uma espécie de naturalização de seu papel como prestadora de serviços (por vezes não só domésticos, mas até sexuais<sup>5</sup>), desde a infância até a velhice. O que significa, ou pode significar, inclusive, seu deslocamento praticamente compulsório, de uma casa para outra da família, conforme a necessidade se apresente – como vimos aqui na história de Helena. É neste sentido, aliás, que falo em “circulação” de adultos, também (Motta-Maués, 2004). No caso do homem, é como se isso não pudesse ocorrer, pela mesma razão, ao inverso. A naturalização, no caso masculino, implica em seu encaminhamento para uma vida própria, num certo momento, que parece sempre corresponder à juventude, quando se espera que a pessoa complete a construção de seu processo de individuação e autonomia (BRANDÃO, 2004, 2005). No caso das “crias” mulheres ocorre, justamente, o contrário – a ideia é que elas se perpetuem na “servidão” (lembro aqui a reação exacerbadamente contrária à pretensão de casar-se de Helena). Nos casos já registrados no estudo que venho fazendo, a proporção de mulheres que permanecem servindo no lar receptor ou no de descendentes é muito expressiva, enquanto ainda não foram registrados casos de homens que tenham tido o mesmo destino (MOTTA-MAUÉS, 2007).

É neste sentido que sinalizo, também, a diferença no tocante à participação geracional de homens e mulheres pertencentes ou enquadrados nesta categoria. Pois jamais são encontrados velhos homens na situação de crias de família, enquanto para as mulheres esta chega a ser personagem emblemática registrada inclusive em conhecida obra literária que tem como palco a Amazônia – é o caso de Domingas, figura chave do romance “Dois Irmãos” de Milton Hatoum<sup>6</sup>. Mais do que isso, encontrável em Belém, ainda hoje em muitas casas das camadas médias altas, facilmente identificáveis acompanhando publicamente outras velhas senhoras ou supervisionando privadamente os assuntos domésticos dos lares em que parecem chegar a ter, por vezes, a ilusão da igualdade. Ilusão que talvez seja até possível existir, dada a extrema ambiguidade e indefinição em que se move ou pode se mover, conforme o caso, a personagem aqui tematizada e cujo rótulo só aparece, sintomaticamente, como termo de referência, nunca de tratamento direto, e que pode, sem

- 5 Além das inúmeras histórias que conheço – através de relatos guardados em minha memória pessoal e de registros em pesquisa (ÁLVAREZ, 1990) –, posso citar também, entre aqueles que os jornais da grande imprensa paraense estampam, o caso recente do assassinato de Marielma, uma pequena “babá” de 12 anos, explorada sexualmente (pelo dono da casa, que a rigor devia protegê-la) e espancada até a morte pelo casal, no interior do lar que a recebera.
- 6 Quero ressaltar, também, que esta personagem é registrada em obras de autores como Wagley (1967), em seu clássico estudo sobre a Amazônia, em outros romances, como os de Rosenblatt (1963) e de Jurandir (1960) e, mais extensamente, numa recente publicação de autora paraense, em que a figura de que trato aqui, a cria de casa de família, é pintada, descrita, com cores bem fortes (Maria Cecilia, 2003).

que isso se concretize realmente no tocante ao segundo estatuto, oscilar entre a “criada” e a “filha de criação”. É justamente seu estatuto localizado, esdruxulamente, *entre* essas duas categorias, que dá à “cria” seu perfil e sua posição particulares na já longa história de sua presença nos lares da Amazônia.

## Referências

ALMADA, Paulo Daniel. *A infância desvalida: menores do Pará entre a Lei do Ventre Livre e a Abolição*. Monografia de conclusão do Curso de História, Belém, UFPA, 1990.

ÁLVAREZ, Maria Luzia Miranda. *Saias, laços & ligas: um estudo sobre as formas de participação política das mulheres paraenses*. Dissertação de Mestrado. Belém: NAEA/UFPA, 1990.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRANDÃO, Elaine R. Iniciação sexual e afetiva: exercício da autonomia juvenil. In: Maria Luiza Heilborn (org.). *Família e sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2004.

BRANDÃO, Elaine R. Um olhar alternativo à gravidez na adolescência: individualização juvenil em famílias de camadas médias. In: MENDES DE ALMEIDA, M. I. (org.). *Culturas juvenis e novas sensibilidades*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ESTUMANO, Evanildo Moraes. *Uma vida, duas vidas, muitas vidas: diferenciações de gênero no cotidiano familiar e profissional de camadas médias urbanas*. Dissertação de mestrado em Antropologia. Belém, UFPA, 2004.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Memórias da infância na Amazônia. In: DEL PRIORE, Mary Lucy Murray (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 317-346.

FONSECA, Cláudia. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 1995.

IGREJA, Daniele Greice Lopes. *Nascendo, crescendo, circulando em Belém*. Configurações de família e cuidados com a criança em grupos populares e camadas médias. Relatório de IC/PIBIC/CNPq. Belém: UFPA, 2007.

JURANDIR, Dalcídio. *Belém do Grão-Pará*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1960.

LAGE, Nara Isa da Silva. *Falando de família: Lembranças e vivências em Belém*. Relatório de IC/PIBIC/CNPq. Belém: UFPA, 2007.

LAGO, Syane de Paula Costa. *Namoro pra casar, namoro pra escolher (com quem casar)*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Belém, UFPA, 2002.

LINS DE BARROS, Myriam Moraes. *Autoridade & afeto: avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.

MARIA CECÍLIA. *Uma Casa Chamada 14*. Belém: IAP, 2003.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. Na 'casa da mãe'/na 'casa do pai'. Anotações de uma antropóloga & avó sobre a circulação de crianças". *Revista de Antropologia*, v. 47, n. 2, 2004, p. 428-452.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. *Modos e Modas de Família: Configurações, circulação de crianças e adoção na Amazônia*. Projeto de Pesquisa (em andamento). Belém: UFPA/CNPq, 2006.

ROSENBLATT, Sultana Levy. *Barracão*. Rio de Janeiro: Leitura, 1963.

SALLES, Vicente. *O negro no Pará sob o regime da escravidão*. Brasília/Belém: Ministério da Cultura/Secretaria de Estado de Cultura, 1988.

SARTI, Cynthia Andersen. *A Família como Espelho. Um estudo sobre a moral dos pobres*, Campinas: Autores Associados, 1996.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. São Paulo, Brasiliense 290, Editora Nacional, 1956.



# JUVENTUDES À MARGEM: trabalho doméstico, corpos racializados e violências imemoriais

*Rosaly de Seixas Brito*

*O nascimento do sujeito racial – e, portanto, do negro – está ligado à história do capitalismo [...] Restituição, reparação e justiça são as condições para a elevação coletiva da humanidade.*

*Achille Mbembe*

Para minha Flor de Maio

O corpo negro e subnutrido de Fátima<sup>1</sup> sentia frio, mesmo sob o sol escaldante da região do Marajó, onde nasceu e se criou em uma fazenda, em meados dos anos 1940. Para mitigar o desconforto desse frio que lhe corria o corpo, ela se deitava na calçada na esperança de que, em contato com o calor ali concentrado, pudesse encontrar algum alento e acolhida. Intuitivamente desenvolveu essa prática para compensar os efeitos atrozos da desnutrição que sofria desde a infância, em função dos muitos momentos em que passou fome ou se alimentou precariamente. Aquecer o corpo era também uma maneira de fazer frente a tanto desamparo, sofrimento físico e da alma, que a acompanharam desde que se entendeu por gente no mundo e agora persistiam em seu desabrochar de menina moça.

Até os oito anos de idade ela viveu com a mãe e a avó na fazenda de gado leiteiro onde nasceu. A avó era cozinheira na “casa grande” ou “casa dos brancos”, como era referida entre os empregados a casa dos patrões, e a mãe de Fátima a ajudava na cozinha. Foi lá que conheceu e depois se casou com o pai dela, queijeiro da fazenda. O pai era branco, o que justificava a cor da pele mais clara de sua única irmã até então, também nascida lá. Mais tarde nasceria sua irmã mais nova, negra como ela, mas filha de outro relacionamento da mãe, depois que esta fugiu da fazenda. Sem suportar mais as brigas com o marido, a mãe de Fátima preferiu fugir para Soure, a sede do município, carregando as duas primeiras filhas consigo. “Minha mãe deixou ele, porque eles brigavam, ele batia nela e ela não quis mais isso”, conta.

Desde então, Fátima não viu mais o pai, eles viveram vidas paralelas e essa falta a acompanhou para sempre. Parte da interdição a este convívio deveu-se à barreira racial. A família do pai a recusava por ser negra, enquanto acolhia sua irmã, de pele clara. Anos

1 O nome Fátima é fictício, escolhido por ela, para preservar a identidade de minha interlocutora, na entrevista feita para este capítulo. Neste texto, ela é tomada como “personagem guia” para a discussão proposta.

depois, a vida lhe permitiu compensar ao menos em parte esta falta, com o padrasto que as adotou afetivamente. Ao deixar a fazenda para trás, as três abrigaram-se e passaram a morar na casa da tia mais velha de Fátima, enquanto sua mãe retomava a rotina de trabalho doméstico, “na casa dos outros” para prover minimamente o sustento da família.

Os fios invisíveis da memória que trazem de volta a infância vivida na fazenda tecem um emaranhado de lembranças muito dolorosas, marcas das quais Fátima gostaria muito de poder se desvencilhar, mas não consegue. De tempos em tempos elas retornam à sua revelia e a tomam de assalto. “A gente trabalhou muito, como diz o outro, com trabalho escravo, trabalho de roça, de lenha, de carvão, dias e dias de fome [...] Isso aí nunca se apaga da sua memória. Isso são coisas para a vida toda. Isso é uma coisa que todo tempo vem lá de trás, tu te lembra do que foi a tua vida”.

A denominação de “trabalho escravo”, que Fátima atribui ao tipo de atividade que desenvolvia desde muito criança, é profundamente reveladora de uma infância permeada de privações e violências de todas as ordens, materializadas de múltiplas formas, como nas longuíssimas jornadas diárias de trabalho duro na mata, desde o raiar do dia até o cair da noite, quando sempre retornava para casa carregando feixes de lenha na cabeça.

Entre os 13 e os 14 anos, já em Soure, Fátima teve seu primeiro emprego daquela que viria a ser uma longa trajetória como trabalhadora doméstica, na casa de uma família tradicional do Marajó. A família tinha três filhas moças e dois rapazes. Aí ela pôde experimentar, de maneira ultrajante, a violência sexual por parte dos filhos do patrão. Fátima sequer menstruava e no seu corpo ainda de menina essa violência ficou inscrita para sempre, como ela acredita, convertendo-se em um trauma que repercutiu em sua vida sexual futura. “Eu não sabia o que fazer, chorava, pedia a Deus que me orientasse, que me desse uma luz”. Ao revelar o fato para sua mãe, esta se viu impedida de tomar qualquer atitude. “Se ela falasse, era gente que tinha dinheiro, ainda iam dizer que era mentira, então ficou por isso mesmo”.

Mas em que pese a dureza e até cruzeza de sua história, Fátima não se resignou ante a um futuro ao qual parecia estar predestinada. Tomou nas mãos as rédeas para conduzir sua vida em outra direção, como veremos adiante. A propósito disso e pensando com Veena Das (2012), a agência das pessoas se tece não só em momentos extraordinários de resistência e transgressão, mas também no cotidiano, costurada por linhas às vezes invisíveis, mas com efeitos efetivos. “Uma disposição ética é cultivada no âmbito do ordinário como uma atenção intensificada no interior do hábito, em vez de fora dele” (DAS *apud* MISSE *et al.*, 2012, p. 345).

É partindo desse pressuposto, de que é possível articular outros modos de vida e resistir às opressões e às lógicas que as tornam possíveis desde tempos imemoriais, materializadas no trabalho doméstico, que busco aqui estabelecer um diálogo crítico entre essa forma de trabalho e os estudos de juventude. De qual juventude ou de que experiência juvenil estamos falando quando nos referimos às pessoas que exercem o trabalho doméstico remunerado (TDR)? Em que medida é possível falar de uma experiência geracional compartilhada entre pessoas atravessadas por hierarquias sociais estabelecidas de maneira tão enraizada e com contrastes tão abissais? Como se constituíram, historicamente, as experiências juvenis dos pobres no Brasil e na Amazônia? É possível estabelecer alguma relação entre a vida dessas

pessoas e as imagens de jovens/juventude propagadas nos aparatos globais de mídia? São algumas das indagações centrais que movem as reflexões feitas aqui.

Considerando que 92% das pessoas que exercem o trabalho doméstico remunerado são mulheres e que, dentre elas, prevalece em muitos casos uma relação de trabalho precarizada, a discussão feita neste texto parte do pressuposto de que a divisão sexual do trabalho é um lócus privilegiado da produção das hierarquias de gênero e que estas se conjugam com as dimensões de classe e raça, em uma perspectiva interseccional (CRENSHAW, 1991, 2002; DAVIS, 2016; CAL, 2016; BIROLI, 2018; HIRATA, 2016; HIRATA E KERGOAT, 1994; GONZALEZ, 1984). A história de Fátima, que abre este capítulo, se revela exemplar nesse sentido, razão pela qual ela figura como personagem guia para as discussões apresentadas sobre juventude(s) e trabalho doméstico.

## A juventude é apenas uma palavra?

Ainda que seja possível identificar regularidades nas formas de ser e estar no mundo por parte de jovens, estabelecendo entre eles um vínculo geracional, um olhar mais prospectivo permite revelar mundos e experiências absolutamente diversos entre si, vividas por jovens diferentes e desiguais, em suas múltiplas formas possíveis, conforme a história de Fátima, que abre este texto, revela de maneira contundente. Quando muito, podemos falar “de jovens” e não “dos jovens”. “Jovens de idades iguais vivem juventudes desiguais”, assinala, a propósito, Regina Novaes (2006, p. 105). Logo, é impossível naturalizar ou definir de forma unívoca e universal o que se convencionou chamar de juventude.

É importante destacar, também, que, a despeito de soar como algo já dado, a juventude não pode ser tomada como condição natural ou biológica dos seres humanos que pertencem a este segmento etário. Ao contrário, trata-se de uma construção social, que varia de acordo com determinantes histórico-culturais, verificando-se relativa fluidez de fronteiras etário-geracionais conforme o contexto. “[...] Há várias maneiras de “ser jovem”, como também de “ser velho” [...] Todas essas categorias e sua duração são discutíveis e sujeitas a constantes revisões, redefinições, reinterpretações” (VELHO, 2006, p. 194).

Por isso, ao transformar em indagação o enunciado provocador que dá título à célebre entrevista de Pierre Bourdieu – A `juventude` é apenas uma palavra<sup>2</sup> –, desejo, neste tópico, justamente colocar em questão e tensionar, seguindo a mesma trilha do sociólogo francês, qualquer visão que, de maneira reducionista, busque unificar e homogeneizar o entendimento da categoria juventude. Trata-se de problematizar e examinar as diferentes condições, sob diversos aspectos, em que se dá a experiência juvenil, marcada, de antemão, pela situação de liminaridade entre o mundo da criança e o mundo do adulto.

Na entrevista, Bourdieu (1978) traz importante contribuição a esse respeito ao apontar, antes de tudo, a arbitrariedade nas divisões estabelecidas entre as idades, e discutir como são complexas as relações entre a idade biológica e a idade social. A seu ver, a delimitação dessas fronteiras é objeto de disputas em todas as sociedades e as classificações por idade, assim como as que tomam como referência o sexo e a classe social, acabam impondo limites

2 Concedida em 1978 a Anne-Marie Métalié e publicada inicialmente em *Les jeunes et le premier emploi*. Paris, Association de Ages.

e produzem uma ordem em que, na repartição dos poderes, os lugares sociais são aprendidos e internalizados pelos sujeitos. Segundo ele, quando nos referimos a jovens/velhos sempre o fazemos tomando a relação entre eles em sua forma mais vazia, e não relacional, já que “somos sempre o jovem ou o velho de alguém”. Ao se desnaturalizar a idade como dado biológico, investindo-a de significados construídos socialmente, fica ainda mais claro, conforme o pensador, como ela é passível de ser manipulada.

O fato de falar de jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. Seria preciso, pelo menos, analisar as diferenças entre as juventudes ou, para encurtar, entre as duas juventudes (BOURDIEU, 1978, p. 2).

As “duas” juventudes por ele mencionadas não são mais, como assinala, que dois extremos de um espaço de possibilidades oferecidas aos jovens. Esses extremos corresponderiam, de um lado, aos jovens que já trabalham, em geral filhos das classes populares, sujeitos às coerções do universo econômico real, e, de outro, os adolescentes e jovens que só estudam, que vivem imersos em um estado de “irresponsabilidade provisória”, pois são adultos para umas coisas e crianças para outras, jogando nos dois campos. A seu ver, mais contemporaneamente as pesquisas sociais avançaram muito nesse campo e têm apontado que, entre um extremo e outro, encontramos muitas figuras intermediárias possíveis.

Corroborando a menção feita por Bourdieu, o antropólogo espanhol Carles Feixa (1997), uma referência nos estudos de juventude, afirma que mais recentemente houve uma notável multiplicação de pesquisas sobre a temática, conformando um novo campo de investigação, e até mesmo uma subárea, no caso da antropologia. A seu ver, uma das principais contribuições da abordagem antropológica sobre as idades no âmbito social é tomá-las como construção cultural. Paralelamente ao fato biológico de que todos os indivíduos experimentam ao longo da vida fases distintas de seu desenvolvimento físico e mental, o que interfere no modo como são categorizados e na expectativa em relação ao seu comportamento, a forma como são especificadas culturalmente essas categorias e previstos esses comportamentos é muito variada, novamente ratificando o que disse Bourdieu a respeito.

[...] Pues si no son universales las fases em que se divide el ciclo vital [...] mucho menos lo son los contenidos culturales que se atribuyen a cada una de estas fases. Ello explica el carácter relativo de la división de las edades, cuya terminología es extraordinariamente cambiante en el espacio, en el tiempo y en la estructura social. Es obvio que la edad como condición natural no siempre coincide con la edad como condición social (FEIXA, 1997, p. 2).

Considerando o caráter relativo e variável na história da divisão das faixas etárias, como aponta o autor, se tomamos como referência o mundo ocidental, pode-se dizer que a emergência da juventude como faixa etária reconhecida socialmente e como imagem cultural foi uma das marcas do século XX, que testemunhou mudanças em larga escala em todas as esferas da vida social. A ascensão da chamada vida moderna assinala uma



demarcação mais clara da linha divisória entre a infância e a adolescência/juventude e entre estas e a maturidade, embora essa demarcação tenha resultado de uma longa construção que remonta, pelo menos, ao século XVIII.

Nos países centrais do capitalismo, os jovens passaram a ocupar uma parte importante da cena cultural das cidades, transformadas por completo com o avanço da industrialização, atraindo massas de migrantes vindas do campo e, de forma crescente, constituindo-se em palco de um circuito de produção e consumo em massa de bens e serviços. Em meados do século XX, no pós-guerra, esse cenário assume contornos decisivos, o que vai se reproduzir, também, nas grandes metrópoles dos países da periferia do capitalismo, em franco processo de industrialização, a esta altura. Houve maciço investimento na formação de um mercado de consumo juvenil para uma nascente indústria da moda, da beleza e do entretenimento especialmente voltada a este segmento social. Outro aspecto crucial foi o desenvolvimento de uma indústria de comunicação de massa que, desde o advento do cinema, ofereceu à sociedade e aos jovens, em particular, imagens em que se espelhar, que foram gradativamente introjetadas como padrões de comportamento e papéis sociais correspondentes a esta faixa etária.

Tomo de empréstimo as ideias de Walter Benjamin, a respeito desse processo de ascensão das massas e sua direta relação com o cinema, embora no contexto do nazifascismo nos anos 1930. “Nos grandes desfiles, nos comícios gigantescos, nos espetáculos esportivos e guerreiros, todos captados pelos aparelhos de filmagem e gravação, a massa vê o próprio rosto. Esse processo [...] está estreitamente ligado ao desenvolvimento das técnicas de reprodução e registro” (BENJAMIN, 1986, p. 194-195).

De maneira análoga, embora em outro sentido e contexto, podemos dizer que a massa de pessoas jovens, com o intenso desenvolvimento das indústrias de mídia, em particular do cinema e da televisão – esta última na segunda metade do século –, podia ver seu rosto e se espelhar nas imagens e comportamentos juvenis que passaram a circular nessa esfera simbólica ampliada. Lembremos, por exemplo, entre inúmeros filmes surgidos desde o final dos anos 1920 sobre o tema, do clássico *Juventude Transviada*, com James Dean, que data de 1955. Nesta mesma época, para citar um exemplo brasileiro, passou a ser publicada no país a revista *Capricho*, inspirada na americana *Seventeen*. Havia um público jovem ávido pelas novidades, seja de comportamentos, modas e produtos de consumo em geral, que passam a alimentar o seu imaginário e a se constituir em espécies de emblemas geracionais. “A juventude apareceu como depositária de valores novos, capazes de reavivar uma sociedade velha e esclerosada. Havia-se experimentado um sentimento semelhante no período romântico, mas sem uma referência tão precisa a uma classe de idade” (ARIÈS, 1981, p. 14).

Nos países centrais do capitalismo, a educação foi universalizada e criaram-se escolas específicas para a educação secundária – modelo exportado adiante para os países periféricos – que, mais tarde, se desdobraram na extensão da educação de nível superior. Esse modelo educacional favoreceu o desenvolvimento de uma sociabilidade juvenil, pois a escola se constituiu como espaço de convívio próprio para os jovens, fora das injunções da vida familiar, a despeito do controle e normalização existentes no ambiente escolar. A escola desempenhou um papel central, conforme Angelina Peralva (1997), para que a ordem moderna pudesse se concretizar.

A autora reconhece, no entanto, que o ordenamento do mundo moderno se deu de maneira altamente hierarquizada, “de cima para baixo, da aristocracia e da burguesia em direção às classes populares”, razão pela qual estas últimas por muito tempo passaram ao largo das injunções da racionalidade moderna. Isso ocorreu, porém, enquanto a educação escapou à esfera de atuação do Estado. A generalização e difusão da escola, ao mesmo tempo em que permitiu a delimitação mais clara dos grupos etários, pressupôs, também, uma progressiva exclusão das crianças e jovens das famílias mais abastadas do mundo do trabalho, retardando o ingresso destes na vida adulta. Já aí se configurava o que passou a se chamar, depois, de “moratória social”, em vista do tempo investido na preparação de sua formação profissional, por meio dos estudos, período em que eram poupados do trabalho. Esse processo vigora até os dias atuais e, desde então, traçou a grande linha divisória a separar as “duas juventudes”, nos termos já citados de Bourdieu.

Mas se a escolarização retardou o ingresso e esquivou os filhos das camadas médias e altas do trabalho, os filhos das camadas populares, ao contrário, passaram a trabalhar para atender as intensas demandas por mão de obra assalariada na manufatura e na nascente indústria. Eram arregimentados para trabalhar junto com os pais, sem receber, contudo, a devida formação profissional. Essas crianças e jovens das famílias populares urbanas desempenhavam tarefas subalternas e incorporaram-se de forma precária ao mundo do trabalho, recebendo salários que eram um terço ou um quarto daqueles recebidos pelos pais. O problema assumiu uma dimensão social tão avassaladora, segundo Peralva, que as elites incorporaram ao seu discurso higienista a regulamentação e limitação da jornada de trabalho das crianças e adolescentes, causa abraçada de forma ainda mais contundente pelo movimento operário que começava a se firmar.

A esse respeito, Rosilene Alvim e Lícia Valladares (1988) também enfatizam como as crianças exploradas no trabalho industrial passaram a constituir, na França e Inglaterra do século XIX, um tema importante de análise sobre as condições de vida das camadas populares em contexto de acelerado avanço do capitalismo e do desenvolvimento urbano. Mas além desse, outros enfoques também se tornaram recorrentes. “Tanto se falava das crianças exploradas pelo trabalho industrial como de crianças abandonadas, vadias, mendigas, que integravam o universo cruel da grande cidade e que foram retratadas com grande realismo por escritores famosos da época” (p. 3). Crianças e jovens das camadas populares, desde então, foram excluídos das benesses da urbanização capitalista. A cidade produziu seus *outros*, a ordem urbana já nasceu fraturada por notáveis desigualdades. A cidade comporta em si vários mundos. Entre eles, interpõem-se fronteiras invisíveis, mas muito palpáveis para quem as sente na pele.

Outro fator do protagonismo dos jovens na cena urbana foi o surgimento e a proliferação de subculturas juvenis, muitas delas como expressão de contestação à uniformização cultural e à marginalização de amplos setores sociais precariamente integrados à vida nas metrópoles. Ao aparecimento dessas subculturas correspondeu também o surgimento de estilos, formas de consumo cultural e marcas distintivas para cada grupo específico, o que conferiu ainda maior visibilidade aos jovens tanto no cenário cotidiano das cidades como nas telas do cinema e mais tarde da televisão.

Ainda na primeira metade do século passado os Estados Unidos constituíram um solo fértil para os estudos da juventude. Os pesquisadores da chamada Escola de Chicago

foram uma das principais fontes de estudos de juventude que se tornaram clássicos, sobre as gangues e as experiências juvenis dos que viviam nas franjas das metrópoles americanas. O processo excludente de industrialização fez emergir as expressões juvenis marginais, que se insurgiam contra a ordem da qual efetivamente não se beneficiavam. Em 1929, foi publicado um dos mais famosos trabalhos de um ambicioso projeto de pesquisa liderado por Robert Park, “The gang”, escrito por um de seus alunos, Frederic Thrasher. Outros dois alunos, Clifford Shaw e Henry MacKay, também se debruçaram sobre uma série de pesquisas sobre o tema da delinquência (BECKER, 1996, p. 181).

A delinquência era uma espécie de resposta dos jovens à forte segregação espacial, social e racial que, com o avanço da industrialização, as ondas migratórias e a consequente explosão demográfica deixavam uma massa populacional à margem das oportunidades, confinada nos guetos e bairros pobres. A distância física e espacial decorrente da estratificação e fragmentação urbana, base do argumento de Park, levava as gangues juvenis à defesa de seu próprio território e do de suas comunidades, por ele denominadas de *região moral*, fronteira imaginária que separava uma determinada área da cidade das demais.

Mais tarde, no âmbito do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos/CCCS na Universidade de Birmingham, na Grã-Bretanha, uma das mais importantes vertentes dos chamados estudos culturais, desenvolveram-se muitas investigações sobre a juventude, em especial no pós-guerra, quando um amplo programa de pesquisa voltou-se a entender o significado e as atividades desenvolvidas pelas subculturas juvenis no contexto londrino – *teddy boys, rockers, hippies, e skinheads* (anos 1950-1960), *punks e new romantics* (anos 1970).

Os jovens passam a ser vistos como produtores de formas autônomas de expressão, que, ao mesmo tempo que afrontavam os padrões morais vigentes das gerações que os antecederam, também criticavam o crescente desemprego e a pobreza. O intento do CCCS era desmitificar a representação estereotipada que circulava amplamente no discurso dos meios de comunicação de massa de que havia um bloco homogêneo de pessoas da mesma faixa etária que, no contexto de internacionalização do capitalismo, integrava “a nova classe juvenil do lazer, cujo estilo de vida fulgurante (explorado, com frequência, pelos publicitários como símbolo de “modernidade” e “prazer descomprometido”) era o prenúncio da prosperidade que logo estaria ao alcance de todos” (FREIRE FILHO, 2005, p. 140).

Em vista dessa crescente presença e participação juvenil na cena urbana, diversos autores (ARIÈS, 1981; PERALVA, 1997; FEIXA, 1998; CANEVACCI, 2005; GRO-PPO, 2004; FREIRE FILHO, 2006; SAVAGE, 2009; DEBERT, 2010; CHAVES, 2010) concordam que foi no século XX, e mais especificamente no pós-guerra, nos países mais avançados economicamente da Europa e nos Estados Unidos, que a adolescência e a juventude ganharam os contornos de um *fato social*<sup>3</sup>. Os jovens passaram a ter existência para si e para os outros, representações sobre eles passam a circular amplamente. Na esteira das doutrinas positivistas e evolucionistas em voga, sobretudo na primeira metade do século, produziram-se fartamente conhecimentos e “verdades” sobre esta faixa etária.

3 Conceito seminal da sociologia, formulado por Émile Durkheim, os  *fatos sociais*, por definição, são aqueles que existem fora das consciências individuais, e que “não apenas são exteriores ao indivíduo, como também são dotados de uma força imperativa e coercitiva, em virtude da qual se impõem a ele, quer ele queira, quer não” (2007, p. 2).

A sociedade moderna assentava-se na ideia de que seus cidadãos precisavam ser auto-determinados, individualizados e seguir à risca normas de civilidade e comportamento, de forma a ajustarem-se às exigências da ordem estabelecida, conforme Freire Filho (2006). Por isso, as imagens difundidas em diferentes formações discursivas – do discurso científico, jurídico ao governamental e midiático – não só evocavam a figura do “adolescente ideal”, como também de seu duplo negativo, “os precoces, os rebeldes, os ociosos, os delinquentes, os sexualmente desregrados, estigmas dos perigos latentes intrínsecos à adolescência e ao cotidiano das grandes cidades” (FREIRE FILHO, 2006, p. 43). As duas imagens são homogeneizantes e estão impregnadas dos marcadores sociais da diferença. O “normal” e o “patológico” no comportamento juvenil e a linha que os separa são em grande medida estabelecidos discursivamente pela mídia, ao fazer uso de seu privilegiado lugar de fala na sociedade contemporânea.

Este breve panorama permite inferir que a juventude, amplamente aceita como categoria analítica no âmbito das ciências sociais desde o século passado, tal como afirmou no início deste tópico, não pode ser pensada de forma homogênea, já que sujeita à variação histórica e atravessada por lógicas de poder e pelos marcadores sociais da diferença – de classe, de gênero, racial, geracional. As diferentes sociedades a ela outorgam significados diversos, alguns que têm sentido hegemônico e outros que lhes são alternativos, produzidos no jogo e nas disputas simbólicas inerentes às relações sociais. No próximo tópico, examino a emergência das infâncias e juventudes pobres e vulneráveis no Brasil como tema de preocupação social e do Estado e algumas das singularidades delas no contexto amazônico. Busca-se a compreensão de como o trabalho doméstico nele se insere, a testemunhar, como resalta Brenda Taketa (2019), um “universo de subalternidades”.

## **Infâncias e juventudes pobres: o trabalho doméstico como “sintoma” colonial**

Remonta ainda a meados do século XVIII, nos países centrais do capitalismo, a preocupação da sociedade com a infância pobre, nessa época recobrimdo uma faixa etária bem mais abrangente do que hoje, que abarcava o que atualmente se entende por adolescência e até juventude. Já no XIX, nesses países, são inúmeras as referências a ações propostas pelo Estado, pelo patronato, Igreja, médicos, jurídicos, entre outros, sobre a necessidade de proteger e “conservar” as crianças (ALVIM; VALLADARES, 1988). Nesse contexto, de acordo com as autoras, prevalece uma visão que associa a miséria ao vício e à geração do abandono, responsável pelos altos índices de vadiagem e mendicância havidos nas cidades europeias, enquanto o trabalho prematuro de meninos e meninas no universo fabril significa a disciplina e a ordem e carrega consigo possibilidades supostamente redentoras para eles.

No Brasil é ainda no início da época republicana que essas preocupações vão tomar corpo, fazendo ressoar, aqui, a mesma mentalidade conservadora e moralista em torno da infância pobre em diferentes registros discursivos. “É no bojo de uma situação urbana marcada pelo crescimento acelerado de duas metrópoles, pela Abolição da Escravatura e a consequente criação de uma força de trabalho livre – também constituída por contingentes

de imigrantes estrangeiros – que a infância pauperizada surge como parte da questão social” (ALVIM; VALLADARES, 1988, p. 4).

As cidades de Rio de Janeiro e São Paulo já eram, então, os dois principais polos metropolitanos do país e se viam às voltas com vários dos problemas advindos da urbanização acelerada, destacando-se as altas taxas de mortalidade infantil, a insalubridade, epidemias que dizimaram a população, a pobreza de amplos segmentos populacionais, criminalidade, vadiagem e mendicância, para citar os que ganhavam mais notoriedade. No cerne desses problemas, a infância abandonada passou a despertar especial atenção e a indignação, segundo as autoras, de jornalistas e cronistas, a políticos, médicos e juristas, dentre outros setores. O principal e crescente foco de preocupação era o crescimento em larga escala da chamada delinquência infantil e juvenil.

“As crianças são vistas [...] como vítimas de adultos inescrupulosos, que as exploram das mais variadas formas (a indústria da esmola, por exemplo), induzindo-as ao mundo da mendicância e do crime”, afirmam Alvim e Valladares (1988, p. 5). A família muitas vezes era responsabilizada pelo descaso em relação à educação das crianças e jovens, favorecendo atitudes “desviantes”. Mas é na rua, como espaço primordial de socialização deles, que pareciam residir as maiores ameaças. A rua converte-se em *perigo moral*. Crianças e jovens eram severamente tachados de “vagabundos”, que ocupavam os espaços públicos para promover a desordem e desrespeitar a moralidade das famílias. “Habitada por uma população marginal que rompe com os valores da moral e dos costumes, a rua se opõe ao espaço disciplinado da família e da fábrica, lugares de socialização legítimos por excelência” (ALVIM; VALLADARES, 1988, p. 5-6).

É interessante notar que essa delimitação e separação entre os espaços “da ordem” e os do “desregramento” e da “perdição”, em uma visão eivada de preconceitos, dirigia-se de forma exclusiva aos filhos das famílias pobres. Não por acaso, as sanções e formas de regulação do comportamento infantil e juvenil não tardaram a chegar, mas seus destinatários já estavam previamente definidos de forma discricionária. Na década de 1920, a infância e a juventude pobres são objeto de formulação de um conjunto de leis e instrumentos com este fim. Entre eles, o mais importante e que sintetiza os demais é o Código de Menores, datado de 1927, supostamente destinado a promover a assistência e a proteção a “menores”. Mas não quaisquer “menores”, e sim àqueles “abandonados” e “delinquentes”, com menos de 18 anos de idade. O código foi responsável por popularizar o uso da palavra “menor” de maneira tão intensa, que ainda hoje, um século depois, ela é correntemente usada com o mesmo sentido, de discriminação de classe, diretamente associado à prática social de criminalização da pobreza tão disseminada no Brasil. Como assinalam Alvim e Valladares, desde então, esta tornou-se “uma categoria classificatória da infância pobre” (1988, p. 6)<sup>4</sup>.

As duas derivações da categoria “menor”, abandonados e delinquentes, a quem o código se destina, estão circunscritas, evidentemente, ao universo da pobreza. Por isso as autoras chamam atenção que esse procedimento jurídico, de antemão, sugere que os filhos

4 Vários termos que eram utilizados no início do século passado para se referir à infância pobre no Brasil – infância desvalida, expostos, órfãos, menores viciosos, infância abandonada, vadios, capoeiras, dentre outros –, segundo as autoras, acabaram sendo subsumidos na categoria dominante, “menor”. O termo, substantivado, com o tempo ganhou vários adjetivos – “menor abandonado”, “menor carente”, “menor em situação de risco”, “menor delinquente”, e assim por diante (ALVIM; VALLADARES, 1988, p. 17).

das camadas populares são regidos por um direito e uma justiça distintos dos filhos das camadas sociais mais abastadas, negando a priori qualquer pretensão universalista de que a lei é a mesma para todos. Nascer pobre no Brasil é como estar predestinado a ser visto como potencial criminoso e a ter seus direitos de cidadania negados.

Se a infância e a juventude pobre nasceram e foram postas à margem dessa maneira desde os primórdios da urbanização nas grandes metrópoles do país, nos espaços amazônicos, historicamente espoliados tanto econômica quanto simbolicamente por uma lógica colonial perversa, essa construção assume contornos ainda mais próximos do Brasil escravocrata. Como assinala Brenda Taketa (2019), o capitalismo periférico decorre de um projeto colonial de longo alcance, que se assenta, em grande medida, em desigualdades baseadas na discriminação racial e na produção de formas diferenciadas de cidadania. A organização da economia e da sociedade amazônicas funda-se, segundo a autora, na produção de danos, tanto sociais, quanto ambientais e culturais, fazendo deles o seu modo próprio de funcionamento.

Na Amazônia, ainda que projetos de modernidade concorram sob enunciados distintos em momentos históricos também diversos, o capitalismo tem se manifestado pela reedição de formas de acumulação primitiva de capital e do despojo de povos tradicionais, instituindo de forma recorrente espaços de não-direitos, de vilipêndios contínuos, de permissão à exclusão, de sujeição de corpos, violência e morte como algumas das suas principais mediações. Vida e morte aqui não são distribuídas de modo uniforme, mas geridas sob filtros raciais, de classe, gênero e distribuição geográfica, entre outros fatores (TAKETA, 2019, p. 140).

Sob esse pano de fundo, Taketa analisa o universo ficcional de Dalcídio Jurandir, autor marajoara de fundamental importância na literatura paraense, no seu clássico *Belém do Grão-Pará*<sup>5</sup>, colocando-o em diálogo um conjunto de autores e estudos, para buscar compreender o que é nomeado por ela, a partir do romance, como um “universo de subalternidades ribeirinhas”, que diz muito sobre a (re)produção de desigualdades no contexto amazônico. Um dos aspectos importantes que emergem no universo do romance, discutido pela autora, é o sistema de compadrio, tão comum na Amazônia, “elo entre a elite econômica e as classes subalternas, como promessa não cumprida de acesso a direitos” (2019, p. 117). Entre essas promessas destaca-se em especial o acesso à educação e outra, ainda mais vaga, de uma suposta mobilidade social em decorrência da escolarização.

É por meio desse sistema que Alfredo, personagem principal do romance e alter ego de Dalcídio, vindo da região do Marajó, chega a Belém, onde é acolhido pela família que o apadrinhou. Ao fazer esse mergulho na obra de Dalcídio, a autora quer buscar na Belém da época do romance, entre os anos 1920 e 1930, traços que se atualizam na Belém do presente, por ela entendida como necrópole, nos termos de Achille Mbembe (2018), de vez que se situa entre as dez cidades mais violentas do mundo.

É este aspecto em particular que desejo pôr em relevo aqui, considerando similitudes entre o percurso de Alfredo e de minha personagem-guia, Fátima, ambos egressos do arquipélago do Marajó e que aportam em Belém na expectativa de uma vida melhor, embora

5 O quarto romance do ciclo romanescos de Dalcídio Jurandir.



com trajetórias bastante diferenciadas entre si. Para além disso, interessa-me apontar, na discussão sobre juventude e trabalho doméstico feita aqui, como esse sistema foi capaz de gerar na região amazônica a figura das “crias de família”, expressão máxima da violência racializada e das vulnerabilidades interseccionais, em que gênero, raça e classe se entrecruzam cumulativamente, típicas de uma sociedade de herança escravagista. Como na aguda síntese feita por Taketa, “o corpo de criança, traficada como mercadoria, resíduo vivo de uma história escravocrata latente, reeditada por muitas gerações de famílias da capital” (2019, p. 138).

A “cria” se situa no estatuto ambíguo entre a “filha” ou “filho de criação” e a(o) empregada doméstica(o), como assinala Maria Angelica Motta-Maués (2009)<sup>6</sup>, sendo quase que exclusivamente representada por mulheres, crianças e adolescentes, que são trazidas do meio rural para a capital, onde são recebidas em casas de família, para “ajudar” nos trabalhos domésticos, “reparar” as crianças da casa, entre outros afazeres, em troca de uma suposta “proteção” e, às vezes, a possibilidade de estudar na capital, o que quase sempre fica em segundo plano. As “crias”, embora não sejam assim referidas pelas famílias que as recebem como “apadrinhadas”, são personagens de uma prática secular muito arraigada na Amazônia, também presente em outros lugares do país. Constituem uma categoria central, de acordo com a autora, de um sistema marcado por diferenciações e hierarquizações de gênero e geração.

É interessante notar, como destaca Motta-Maués (2009), que quando se trata das “crias”, como o próprio nome sugere, não se fala em adoção, e sim em “criação”, por ser uma prática informal, sem qualquer amparo jurídico, tal como acontece nos sistemas atuais de adoção. Essas personagens atualizam o sistema de servidão típico da lógica colonial e escravagista. E têm sua história profundamente marcada, conforme a autora, pela extrema ambiguidade de, embora não serem assumidamente empregadas domésticas, também jamais serem confundidas como filhas, nem pela família que as “adota”, nem pelos que veem de fora.

Em vista da ambiguidade de sua posição na família, as “crias” constituem, uma espécie de “categoria encoberta”, aponta Luísa Dantas (2008), tratadas ora como “parentes”, ora como agregadas ou domésticas. O status dos filhos legítimos é um e o das “crias” é outro, marcado pelo estigma e subalternidade, segundo a autora. É claro também o corte racial, já que esse lugar é ocupado por crianças ou jovens negras ou não brancas. A origem do sistema remonta possivelmente, conforme a autora, ao período situado entre 1870-1888, entre a Lei do Ventre Livre e a Abolição da Escravidão, em que o “menor escravo” era mantido em sistema de tutela, de maneira a assegurar o seu trabalho compulsório e servil. “Então os menores filhos de escravos eram mantidos em condição de exploração” (DANTAS, 2008, p. 13). Depois disso disseminou-se a prática, na Amazônia, de “adoção” de crianças diretamente relacionada à sua utilização como mão-de-obra, tanto por fazendeiros e outras parcelas das elites econômicas, como por parte de famílias de Belém. “Esse costume antigo, continua atual”, afirma a autora (2008, p. 68).

Ainda sobre as raízes culturais dessa prática e a invisibilidade do trabalho infantil doméstico, Danila Cal (2016) reitera seu vínculo com a escravidão e o hábito que se

6 Em texto seminal sobre esta prática, republicado nesta coletânea.

perpetuou, tal como apontado acima, de trazer meninas da área rural para as casas de família e estudar na capital. Informando essa prática como questão de fundo estava “a concepção de que meninas devem assumir as tarefas domésticas como naturais da condição feminina e, portanto, como não trabalho e por ocorrer nas casas de família, distante, assim dos olhares públicos” (CAL, 2016, p. 34). No Pará, essa prática deita raízes no período colonial, sublinha a autora, quando “mulheres e meninas escravas já trabalhavam dentro das casas dos senhores cuidando dos filhos deles, realizando todo tipo de serviço doméstico e, não raro, sofrendo abusos sexuais por parte dos patrões” (idem, p. 34).

Na paisagem da Belém entre os anos 1910 e 1920, era possível perceber claramente a separação, de acordo com Aldrin Figueiredo (2010), entre as meninas da elite local, vestidas à moda parisiense, e as “crias” dessas mesmas famílias, que vestiam outros trajes e a quem eram destinados outros espaços à sua sociabilidade. As primeiras eram criadas para seguir à risca, segundo o autor, o “modelo” de criança civilizada, já as demais “quando se rebelavam ou davam um passo errado”, cresciam em torno delas as acusações de que eram “adoráveis” crianças, mas que guardavam por trás dessa face inocente, a marca precoce da mulher “dissimulada” (FIGUEIREDO, 2010, p. 188). Nos manuais de conduta, portanto, uma vez mais os estigmas se corroboravam e qualquer gesto de transgressão por parte das “crias” era julgado e reprimido de maneira implacável.

Em todo o percurso feito neste tópico é possível visualizar de forma inequívoca, e pode-se dizer cruel, tal como discutido também no tópico anterior, que as infâncias e juventudes são absolutamente plurais e diversas entre si e qualquer pretensão de abarcá-las de maneira universal não resiste ao primeiro exame da realidade concreta e das linhas divisórias abissais que se estabelecem entre elas, a partir de marcadores de classe, raça, gênero e mesmo geracionais. A seguir discuto como a divisão sexual do trabalho no Brasil e no mundo persiste como um lócus privilegiado da produção de discriminações interseccionais e como o trabalho doméstico nela se insere.

## **Trabalho doméstico e vulnerabilidades interseccionais**

No Brasil, seguindo uma tendência em toda a América Latina, houve mudanças substantivas e muito importantes nas últimas décadas, no que tange tanto à ampliação do acesso das mulheres à educação formal quanto ao trabalho remunerado, o que repercutiu intensamente na vida cotidiana das mulheres (BIROLI, 2018). Mas, a despeito disso, verifica-se que a divisão sexual do trabalho continua a ser um dos pilares fundamentais sobre os quais se materializam as hierarquias de gênero nas sociedades contemporâneas em geral e na brasileira em particular, que atuam de maneira combinada com as desigualdades de classe e de raça. A tal ponto que só é possível compreender a relação entre mulheres e trabalho, tanto quanto nas demais dimensões da vida social, pela chave analítica da interseccionalidade. “Postulamos tanto a interdependência desses conceitos enquanto categorias de análise, quanto a indissociabilidade dessas categorias na prática dos movimentos sociais”, assinala Helena Hirata (2016, p. 4).

A interseccionalidade busca capturar, segundo Kimberlé Crenshaw (2002), a interação entre dois ou mais eixos de subordinação. “Ela trata especificamente da forma pela qual



o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (2002, p. 177). A metáfora da intersecção, de acordo com a autora, é muito importante para entender como esses diferentes eixos de poder se entrecruzam e superpõem para promover, cumulativamente, o desempoderamento de mulheres.

“As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram”, argumenta a autora (CRENSHAW, 2002, p. 177). A seu ver, os danos interseccionais se concretizam justamente nas situações em que desvantagens relativas interagem com vulnerabilidades previamente existentes para agravar a desigualdade. Crenshaw traz uma observação importante para o entendimento do trabalho doméstico. Segundo a autora, a discriminação interseccional se torna mais difícil de ser identificada em contextos onde há uma conjugação de forças econômicas, culturais e sociais que atuam silenciosamente para moldar o pano de fundo, “de forma a colocar as mulheres em uma posição onde acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação. Por ser tão comum, a ponto de parecer um fato da vida, natural ou pelo menos imutável, esse pano de fundo (estrutural) é muitas vezes invisível” (CRENSHAW, p. 176).

É possível estabelecer um claro nexu entre o que discutíamos há pouco, sobre o sistema de compadrio, tão bem tematizado na obra de Dalcídio Jurandir, em que as formas de exploração são dissimuladas e mantos, disfarçados de afetos, cuidados e solidariedade, encobrem a usurpação de direitos e os vilipêndios contra os corpos racializados das “crias” de família. Uma cena que, nos termos trazidos por Crenshaw, soa como natural e imutável, obscurecendo a violência estrutural que a torna possível secularmente nos espaços amazônicos, como analisamos no tópico anterior.

A divisão sexual do trabalho e as formas assumidas pelo trabalho feminino são temas que ganharam grande importância nos círculos acadêmicos nas últimas décadas, constituindo mesmo, segundo Flávia Biroli (2018) a porta de entrada dos estudos sobre a mulher nesses círculos. Nos debates que correlacionam gênero e trabalho, as abordagens feministas marxistas tiveram grande peso e se tornaram referência, conforme a autora, ao considerar que a dominação de gênero tem no trabalho sua forma privilegiada de expressão. De acordo com essas teorias, é preciso correlacionar a divisão do trabalho não remunerado, a divisão do trabalho remunerado e as relações de poder na sociedade contemporânea (BIROLI, 2018, p. 27).

Na medida em que o capitalismo avançou, “a separação entre a casa e o trabalho serviu para justificar hierarquias dentro e fora da do espaço doméstico familiar, ultrapassando o universo burguês” (BIROLI, 2018, p. 28). A partir daí, deu-se uma responsabilização desigual daquilo que se definiu como trabalho produtivo e não remunerado, que seria a base do sistema patriarcal do capitalismo, conforme a autora. A distinção entre trabalho remunerado e não remunerado – este último exercido pelas mulheres sem remuneração na criação dos filhos e em todos os afazeres domésticos – assume uma dimensão crucial nesse sistema de dominação. Enquanto as mulheres trabalham em casa sem nada receber, os homens ficam liberados para exercer o trabalho remunerado. Nessa divisão, o trabalho gratuito das mulheres é considerado não produtivo.

O patriarcado pode ser apreendido em dois âmbitos – privado e público, conforme a abordagem de Sylvia Walby, discutida por Biroli (2018, p. 21-32). No centro do patriarcado privado está a família e o espaço doméstico, caracterizado pela exclusão das mulheres e pelo controle direto de um homem sobre uma mulher, tanto na condição de marido quanto na de pai. As mudanças históricas ocorridas nas sociedades capitalistas atualizaram essa forma de dominação, fazendo com que ela assumisse uma dimensão mais coletiva do que individual, sem eliminar, no entanto, esta última. “No “patriarcado público”, Estado e mercado de trabalho passariam a ser as dimensões em que as coerções se organizam e se institucionalizam. Novas formas de inclusão seriam acompanhadas de formas também renovadas de opressão e controle” (BIROLI, 2018, p. 32).

Acompanhando o percurso da relação mulher e trabalho, portanto, percebe-se que a associação entre mulher e domínio doméstico, trabalho doméstico e mulher, é uma construção histórica, ancorada no patriarcado, cuja ideologia naturalizou o trabalho não remunerado doméstico como não trabalho, e sim como atribuição feminina para a reprodução social (SANTANA E DIMENSTEIN, 2005, p. 95).

E se por um lado, as mulheres saíram de casa para estudar e trabalhar, por outro acabaram por contratar mulheres para assumir as tarefas que antes recaíam sobre elas. Nesse movimento, foi mantida a divisão sexual do trabalho no interior da casa, em uma relação marcada pela hierarquia de classe, com a apropriação da força de trabalho de mulheres da classe dominada por mulheres das classes mais abastadas.

No Brasil, conforme dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA, 2020) há cerca de seis milhões de trabalhadoras e trabalhadores domésticos, sendo que 92% deste total são mulheres e, destas, 68,4% são negras. E apesar da regulamentação deste tipo de trabalho pela Lei Complementar 150/2015, com direitos trabalhistas assegurados apenas às trabalhadoras mensalistas, apenas 28%, desse contingente trabalha com carteira assinada (PNAD, 2020).

Os dados reiteram cabalmente a discriminação interseccional, o racismo estrutural e a as condições precarizadas que cercam o trabalho doméstico no Brasil, apesar de ele ocupar uma parcela considerável da força de trabalho feminina no país. Isso leva a concluir que ainda há um longo caminho a ser percorrido no enfrentamento das desigualdades legadas pela ordem colonial e patriarcal, em que as mulheres racializadas foram duplamente subalternizadas e silenciadas.

## **Onde você me nega, eu me afirmo: (r)existir e insistir**

Após esse longo percurso, o relato biográfico de Fátima, personagem “de carne e osso”, com que abri esse texto, volta ao centro da cena. Se o roteiro de sua vida parecia traçado quase como uma sina, ela quis reescrevê-lo. E, ao seu modo, o fez. Foi essa *reescrita* que lhe permitiu extrair do período de sua juventude prazeres com os quais sequer era possível sonhar quando ainda estava no Marajó.

Em certo momento, quando já se esgotara a sua cota de sofrimentos com as miseráveis condições materiais e afetivas de sua vida em Soure, deu um ultimato à mãe de que queria ir para a capital. Com a pouca escolaridade – só aos 14 anos começou a estudar

e cursou só até a segunda série primária – ao chegar em Belém se empregou novamente como trabalhadora doméstica. Por intercessão de uma tia que trabalhava com uma família de classe média já há algum tempo na época, conseguiu rapidamente emprego na casa de outra família que a patroa da tia conhecia. Fátima tinha então 19 anos. “Quando ela botou o olho em mim, disse logo que queria ficar comigo. Aí eu fiquei feliz e já passei a morar lá”, conta, referindo-se à sua nova empregadora. Até os 30 anos ela trabalhou nessa casa, de lá só saiu casada. Foi aí, segundo relata, que encontrou uma acolhida de afetos dos quais sentira falta a vida toda. Projetou na patroa a figura da mãe, já que sempre tivera dificuldades de relacionamento com sua mãe biológica.

Comparativamente à maneira como vivia antes, Fátima se descobriu feliz nas novas condições de vida. “Foi a melhor coisa que eu fiz foi vir pra cá, sair de Soure. Ter uma família que me acolheu, me deu carinho e me deu uma vida nova. Foi aí que eu me achei, porque conversava muito com ela (a patroa)”. Nos dias de folga, aproveitava para se divertir com as amigas que fez na vizinhança. Dançavam, circulavam pela cidade e eventualmente iam a uma praia mais próxima. Mesmo tendo nascido em uma cidade praiana, lá ela não tinha essa regalia. Interrompeu o vínculo de trabalho para casar e constituir sua própria família. Mais adiante voltou a trabalhar com uma pessoa de outra geração da mesma família de sua antiga empregadora, que então já havia falecido.

“Hoje eu te digo sinceramente, eu sou uma pessoa realizada, me sinto uma pessoa feliz, tenho minha família, tenho meus amigos. Então para mim isso é uma glória, uma bênção”, diz Fátima, fazendo um balanço de sua história. De um lado, a trajetória dela como trabalhadora doméstica não fugiu à regra de tantas outras trajetórias discutidas aqui como reiteraões de uma lógica de dominações que se interseccionam desde tempos imemoriais. De outro, a história de Fátima é um testemunho de que é sempre possível às sujeitas e sujeitos se afirmarem e resistirem. No contrafluxo da ordem que lhes quer negar.

## Referências

ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane R.; ESTEVES, Luiz Carlos G. (org.). *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007. 342 p. (Coleção Educação para todos; 27).

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary G. (coord.). *Juventude, juventudes: o que une e o que separa*. Brasília: Unesco, 2006.

ALVIM, Maria Rosilene B.; VALLADARES, Licia do P. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. In: *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)*. N. 26. São Paulo, Rio de Janeiro: Edições Vértice/ANPOCS, 2º semestre de 1988, p. 3-37. ISSN 0100-199X.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora – LTC, 1981 [1973].

BECKER, Howard. Conferência A Escola de Chicago. *Revista Mana* [on line] 1996, v. 2, n. 2, p. 177-188. ISSN 0104-9313.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 165-196.

BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra. Entrevista concedida a Anne-Marie Métaillé, publicada em *Les Jeunes et le premier emploi*, Paris, Association des Ages, 1978. Disponível em: <http://www.observatorioadoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/04/a-juventude-e- apenas-uma-palavra-bourdieu.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2020.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRITO, Rosaly de Seixas. *Diferentes, desiguais e conectados (?) Vivências juvenis, representações midiáticas e negociação de sentidos na cena metropolitana*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – área de concentração em Antropologia. Belém: PPGSA/UFPA, 2014. 254 p.

CAL, Danila Gentil Rodriguez. *Comunicação e trabalho infantil doméstico: política, poder e resistências*. Salvador: EDUFBA, 2016.

CANEVACCI, Massimo. *Culturas eXtremas: mutações juvenis nos corpos das metrópoles*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CHAVES, Mariana. *Jóvenes, territorios y complicidades: una antropología de la juventud urbana*. 1.ed. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2010.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: *Estudos Feministas*. Tradução de Liane Schneider. Ano 10, 1º semestre de 2002, p. 171-188.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. *Stanford Law Review*. v. 43, n. 6, jul. 1991, p. 1241-1299.

CRUZ, Mariane dos Reis. Trabalhadoras domésticas brasileiras: entre continuidades coloniais e resistências. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016, 201 p.

DANTAS, Luísa Maria S. “Pais” ou “Patrões”? Um estudo sobre “crias de família” na Amazônia. 2008. Monografia (Graduação em Ciências Sociais), IFCH, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

DANTAS, Luísa Maria S. As domésticas vão acabar? Narrativas biográficas e o trabalho como duração e intersecção por meio de uma etnografia multi-situada – Belém/PA,

Porto Alegre/RS e Salvador/BA. Tese de Doutorado em Antropologia Social, PPGAS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBERT, Guíta Grin. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. *In: Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 49-7, jul./dez. 2010.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FEIXA, Carles. *Antropología de las edades, 1997*. Disponível em <http://www.cholonautas.edu.pe/> Biblioteca Virtual de Ciencias Sociales. Acesso feito em 15 Mai. 2020.

FIGUEIREDO, Aldrin. Memórias da infância na Amazônia. *In: PRIORI, Mary del Priore. História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 176-192.

FREIRE FILHO, João. Formas e normas da adolescência e da juventude na mídia. *In: FREIRE FILHO, J.; VAZ, Paulo (org.). Construções do tempo e do outro: representações e discursos midiáticos sobre alteridade*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2006, p. 37-63.

FREIRE FILHO, João. Das subculturas às pós-subculturas juvenis: música, estilo e ativismo político. *In: Contemporânea, Revista de Comunicação e Cultura*, v. 3, n. 1, p. 138-166, janeiro/junho de 2005.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In: Revista Ciências Sociais Hoje*. Anpocs, 1984, p. 223-244.

GROPPO, Luís Antonio. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. *Revista de Educação do Cogeime*. São Paulo, ano 13, n. 25, dez. 2004, p. 9-22.

HIRATA, Helena. Mulheres brasileiras: relações de classe, de “raça” e de gênero no mundo do trabalho. Dossiê Brasil, potência em questão. *In: Confins*, n. 26, 2016. Disponível em <https://journals.openedition.org/confins/10754>. Acesso em: 09 ago. 2020.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A classe operária tem dois sexos. *In: Estudos Feministas*. n. 1, ano 2, 1º sem. 1994, p. 93-100.

IPEA. Nota Técnica 75. *Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil*. Diretoria de Estudos e Políticas Sociais-DISOC. ONU Mulheres. Junho de 2020. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35791](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35791) Acesso em: 07 out. 2020.

HOOKS, bell. *Ain't I a woman*. Black women and feminism [1981]. Tradução livre para a Plataforma Gueto, 2014.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MISSE, Michel; WERNECK, Alexandre; BIRMAN, Patricia *et al.* Entre palavras e vidas: um pensamento de encontro com margens, violências e sofrimentos. Entrevista com Veena Das. *DILEMAS*. V. 5, n. 2, abr./maio/jun. 2012, p. 335-356.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. Uma mãe leva a outra (?): práticas informais (mas nem tanto) de “circulação de crianças” na Amazônia. *In: MAUÉS, Raymundo Heraldo; MACIEL, Maria Eunice (org.). Diálogos Antropológicos: diversidades, patrimônios, memórias*. 1. ed. Belém: L&A Editora, 2012, v. 1, p. 285-315.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. Uma vez “cria” sempre “cria” (?): adoção, gênero e geração na Amazônia. *In: LEITÃO, Wilma Marques; MAUÉS, R. Heraldo. (org.). Nortes Antropológicos: trajetjos, trajetórias*. 1. ed. Belém: EDUFPA, 2009, p. 157-170.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. *In: ALMEIDA, Maria Isabel M.; EUGENIO, Fernanda (org.). Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 105-120.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. *In: Revista Brasileira de Educação*. Edição Especial Juventude e Contemporaneidade n. 5 maio/jun./jul./ago. n. 6 set./out./nov./dez. 1997, p. 15-24.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA (PNAD CONTÍNUA). *Primeiro trimestre de 2020*. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-detalhe-de-midia.html?view=mediaibge&catid=2103&cid=3729>. Acesso em: 15 out. 2020.

SAFIOTTI, Heleith. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013 [1969].

SANTANA, Munich; DIMENSTEIN, Magda. (2005). Trabalho doméstico de adolescentes e reprodução das desiguais relações de gênero. *Psico-USF*, v. 10, n. 1, p. 93-102, jan./jun. 2005.

SAVAGE, Jon. *A criação da juventude: como o conceito teenage revolucionou o século XX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

TAKETA, Brenda V. O novelo de Dalcídio: mundo ribeirinho e subalternidades amazônicas no romance Belém do Grão Pará. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA), 2019. 262p.

VELHO, Gilberto. Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea. *In: ALMEIDA, Maria Isabel M.; EUGENIO, Fernanda (org.). Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

# “EU CARREGO COMIGO SETE MULHERES: elas viveram e vivem limpando a casa dos outros”: sobre o trabalho doméstico e suas imbricações

Mônica Conrado

“Give name to the nameless so it can be thought.”

Audre Lorde

Na década de 60, a família de Maria Alice fabricava roupas. A mãe de Josilene (negra) trabalhava, *quase de graça*, como empregada doméstica na casa da mãe de Maria Alice (branca), pois o emprego de seu marido (negro) dependia do pai de Maria Alice (branco). O pai de Josilene trabalhava, *quase de graça*, como operário na fábrica do pai de Maria Alice, pois o emprego de sua mulher dependia da mãe de Maria Alice. Vinte e poucos anos depois, o irmão de Josilene, o Waldir (negro) iria trabalhar, *quase de graça*, como cozinheiro no restaurante do amigo de Maria Alice (branco). A Josilene (negra) iria trabalhar, *quase de graça*, como empregada doméstica na casa de Maria Alice e de Carlos (ambos brancos).

Trecho de narração do filme *Cronicamente Inviável*, de Sérgio Bianchi, 2000.

À Verônica

&

À Doroteia

## Introdução

A frase título desse artigo é de Verônica (todos os nomes são fictícios), negra, 37 anos, professora, formada em Ciências Sociais com Mestrado na área cuja história é trazida em destaque a partir de entrevista realizada em agosto de 2020 que carrega atrás de si uma história familiar, nesse caso, de mulheres de sua família que sobreviveram e sobrevivem do trabalho doméstico. Quais são as bases de meu interesse nessa temática tão urgente e devastadora nos dias de hoje?

O trabalho doméstico na capital paraense exercido por meninas e mulheres de outras regiões do Estado do Pará foi o meu interesse ao longo dos anos de 2003 a 2008, ao abordá-lo em conversas informais com mulheres brancas de camadas médias, ao dizerem de que



*ouvi falar* ou alguém que trouxe *uma menina para criar* originariamente *do interior* para a capital que apequena suas histórias e referências locais tão diversas ao passar a trabalhar nas *casas dos outros* – denominação de Verônica em contraposição à *casa de família*. As observações trazidas dessas conversas informais situam, contextualmente, onde desenvolveu essa pesquisa: Belém, capital do Pará, ao trazer o comentário muito comum no âmbito da classe média, feita por mulheres lidas como brancas de que trouxe *uma menina do interior* ou *pegou uma menina para criar*. A juventude negociada segundo critérios raciais, de gênero, material e simbólica de meninas vistas como mulheres – das mais jovens ainda crianças.

No âmbito da exploração do trabalho infantil doméstico não pode ser enquadrado na categoria de aprendizado (CAL, 2016) até as que têm um pouco mais de 18 anos – por saber limpar uma casa, fazer faxina reforçando o que ouvi: *coloco do meu jeito; por ser nova, sem vícios; para ficarem do meu jeito* – para adequação à vontade e mando da senhora ou da patroa – esta última quando há remuneração. A lógica de subordinação se baseia em cobranças sustentadas por *saberem cuidar de uma casa*, são arrancadas de sua infância e adolescência por serem meninas pobres, negras (morenas e pretas) das periferias e *do interior*. Muitas delas buscam *é estudar* como promessa feita por quem a trouxe *do interior* à capital carregando consigo *planos para o futuro*.

Até mesmo aquelas que sejam socializadas no lugar onde residem centro/periferia em Belém do Pará, e se pauta no direito de locomoção, que passa a ser diretamente associado às necessidades da senhora ou de parentes, como a ida a supermercados, padarias em contexto urbano. Nessa conjuntura, a sobrecarga de trabalho se dá como se fosse a única coisa em potencial a fazer: trabalhar dia e noite, horas a fio (LAMARÃO; MENEZES; FERREIRA, 2003).

O estudo de Shirlei Florenzano Figueira (2011, p. 15) reforça a evidência da “exploração de mão de obra nos serviços domésticos de meninas negras (pretas e pardas) (que) constatei em pesquisa qualitativa se processa também no âmbito dos fluxos migratórios pautados na ambivalência interior/cidade. Dentro da cidade há, ainda, a divisão geográfica centro/periferia.”

*Do interior* lido como condensado em oposição à metrópole-capital, enterrando a diversidade regional e de seus municípios e localidades rurais, vilas e *interiores* – expressão muito comum na Amazônia e de uso abrangente em diversas situações por não fazerem parte da região metropolitana de Belém – com linguagens próprias e expressões nativas que as distingue segundo a classificação de coisas, objetos e natureza, modos de vida em um mundo para ser deixado para trás, enterrado *para ficar do meu jeito*. No entanto, há contextos diversos que tais práticas de subordinação e de dominação racial não se fazem valer, mas sua recorrência se faz pouco presente baseada em pesquisa qualitativa e de observações e notas feitas em contexto urbano belenense ao longo de cinco anos.

Ainda sobre esse estudo (CONRADO, 2008, p. 179), trouxe entrevistas realizadas com seis homens, brancos, da camada média, entre 21 e 40 anos que referenciam, inclusive, rapazes de sua convivência como irmãos e colegas, no que ganha foro, em suas interpretações, de iniciação sexual, identificadas como abusos, estupro e assédios sexuais com *as meninas que vêm do interior*, como foram referenciadas por mais de um entrevistado.

Lélia Gonzalez (2018, p. 47) comenta sobre as jovens que ao trabalharem como domésticas para as senhoras, ao iniciarem sexualmente seus jovens filhos, no que ela



denomina de superexploração econômico-sexual das mulheres negras como objeto sexual. Mas, ao mesmo tempo, fiquemos atentos às estratégias de sobrevivência e de resistência de meninas e mulheres negras em condições desumanas numa formação social racista capitalista; como as trazidas aqui.

Eles disseram que elas 1. *Sabiam tudo sobre sexo*. 2. *Nunca forcei ninguém*. 3. *Elas gostam*. 4. *Não sabiam (os rapazes) nada porque apenas experimentavam*. 5. *São menos desejadas sexualmente, são do tipo feia. Não são o tipo que os meus conhecidos procuram pra namorar, pra casar*. 6. *Quem não quer transar com o filho do patrão?* – intercursos sexuais em condições violentas em posições hierarquicamente desiguais, desumanizadas como objeto sexual em situações de abuso, estupro, intimidações – entre homem branco e filho do patrão, por um lado e menina pobre morena, de outro.

O que nos obriga a entender de como as percepções sexuais interseccionam com questões raciais (WEST, 1994, p. 102) segundo estereótipos de gênero e raciais, a partir da leitura de corpos vistos como acessíveis. Para Sueli Carneiro:

até os nossos dias a prática, impunemente tolerada, de utilização das mulheres negras, especialmente as empregadas domésticas, como objetos sexuais, destinadas à iniciação sexual dos jovens patrões ou à diversão sexual dos mais velhos. As entidades de defesa dos direitos das empregadas domésticas vêm, há tempos, denunciando a persistência deste tipo de abuso de poder sobre as empregadas no espaço de trabalho doméstico. Este tipo de relação, de uso e abuso sexual das mulheres negras, deu origem a um dos grandes estereótipos que ainda estigmatizam as mulheres negras na sociedade brasileira, ou seja, o de mulheres sexualmente disponíveis (CARNEIRO, 2003, p. 12)

O trabalho doméstico está profundamente enraizado nas hierarquias de classe, gênero, raça, etnia e nacionalidade de acordo com Irene Browne e Joya Misra (2003, p. 502).

Belém é *locus* dessa pesquisa conhecida como Cidade Morena. A Morenidade do Sudeste se difere da Morenidade no Sul e do Nordeste do país que traz uma variedade de classificações de bases societárias regionais, locais. Ressalta-se, então, que a Morenidade é situada, regionalizada o que vai constituindo uma abordagem de pesquisa do/para o Pará, para/da Amazônia.

Ainda persiste, no século XX, a ideia de a população negra é ínfima e que a construção de Amazônidas se baseia no mito indígena com a mistura de europeus (português) (CONRADO; CAMPELLO; RIBEIRO, 2015) e que serve ainda no apagamento da diversidade étnico-indígena no Pará. Vicente Salles (1985) demonstrou que a presença negra étnico-cultural é predominante tanto no campo como nas cidades urbanas no Pará. Em *Casa Grande e Senzala*, Gilberto Freyre (1984) prega a integração racial por meio da apologia da miscigenação como afirmação da identidade do brasileiro (CONRADO, 2004, p. 86). Como bem afirma Lélia Gonzalez (2018, p. 35), “Freyre não leva em conta é que a miscigenação se deu às custas da violentação da mulher negra.” Quem inaugura esse debate é Gonzalez sobre o duplo fenômeno do racismo e sexismo: o racismo na articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra (GONZALEZ, 2018, p. 191)

A história de Verônica se baseia na exploração do trabalho doméstico como temática, com um roteiro de perguntas abertas, no meio do inteligível de coisas vividas sob esse jugo,

que a levou, mais adiante, a tomar a decisão de morar em Belém. Vale então assinalar quando Frankenberg (2005, p. 4) comenta que uma entrevista não é relato de uma vida. A autora indaga: qual é o *status* de uma narrativa de entrevista? A entrevista não é, em um sentido simples, a narração de uma vida, mas uma história incompleta voltada para as perguntas de quem as elabora.

A narrativa de Doroteia, com tempo mais apressado para entrevista, foi trazida *do interior* do Maranhão, do Nordeste para Belém, aos oito anos de idade, para o Norte do país cujas cidades são próximas, separadas pela fronteira entre estados – que sustenta a ideia de que ali ela veio para trabalhar, nos moldes da exploração infantil, como Verônica, imposta às crianças em épocas distintas, que já se dava antes e permanece até os dias atuais, respectivamente: nos anos de 1970 e 1990.

Na busca de compreensão desse leque de coisas, como diz Anthias e Yuval-Davis (2005), devemos deixar de ignorar o modo como gênero e classe, diferenciadamente, afeta mulheres de diferentes grupos raciais e etnias e como grupos socialmente racializados têm assumido uma categoria unívoca de mulheres em suas análises e se assassina, assim, o debate de gênero, com seus usos e abusos. E motivada ainda por perspectivas teóricas que visam a subverter modelos teóricos dominantes atrelados a lógicas universalizantes. Patricia Collins (2019) chama a atenção de que é preciso desnudar a classificação biológica contida nas percepções raciais, de classe e de gênero. A construção social de raça e gênero como categoria de análise, as condições materiais que acompanham essas construções sociais e a consciência das mulheres negras acerca desses temas a partir de experiências concretas das mulheres negras.

O risco que não podemos incorrer é de naturalizarmos categorias históricas, como gênero, raça, classe, ao fixarmos esse significante fora da história, da mudança e da intervenção política (HALL, 2003, p. 345). “Raça” é a modalidade na qual a classe é “vívida”, expondo o forte componente de superexploração econômica subjacente às relações raciais, ou seja, a produção da pobreza, da miséria está diretamente relacionada ao modo como o racismo incide sobre os direitos sociais, especialmente no que concerne aos direitos fundamentais.

Kimberlé Crenshaw (2002, p. 171) tem uma das chaves explicativas “[...] é o entendimento de que pobreza não pode ser separadamente explicada sobreposta à questão racial, mas sim, segundo a experiência interseccional”. Nesse sentido, é importante trazer para o debate que o problema da abordagem superinclusiva: é que a gama total de problemas, simultaneamente produtos da subordinação de raça e de gênero, escapa de análises mais detidas, profundas e complexas do problema, ganhando superficialidades.

Figueira (2011, p. 13) atribui que a exploração dos serviços domésticos tem conteúdo político fomentado pela invisibilidade como resultante da violação de direitos fundamentais. Nesse contexto, o privilégio branco abre portas para violações de direitos básicos, fundamentais. bell hooks assinala que, em “situações históricas concretas, o racismo pode operar de muitas maneiras” (1999, p. 215).

Peggy McIntosh (2007) conclama em contexto estadunidense o privilégio branco. Como disse a autora, as pessoas brancas são ensinadas cuidadosamente a não reconhecer o seu privilégio. Gonzalez (2018, p. 63) chama de privilégio racial o benefício do grupo branco, em todos os níveis, da exploração dos grupos raciais no Brasil. A ênfase do

trabalho doméstico como questão de gênero, raça, classe e de estereótipos sexistas reforça esse privilégio.

O objetivo deste capítulo é trazer em voga atravessamentos que são estruturais sobre o trabalho doméstico inerentemente ancorado pelo racismo, sexismo, exploração econômica e violências como abusos de diversas naturezas sexuais, verbais e psicológicas naturalizados sob essas bases estruturais de opressões. De histórias de mulheres que machucam e que fazem sangrar a elas mesmas, histórias que causam dor, da dor já sentida e que ainda não devidamente contadas, obscurecidas que devem ser trazidas à luz para a elaboração de políticas sociais que se transversalizam.

### *Minha mente viajava para dentro da mata*

Verônica, 37 anos, negra, natural de Óbidos-Tapajós, localizado no oeste do Pará. Sobre sua cidade natal, em sua memória afetiva, ela se refere à *literatura de Inglês de Souza, José Veríssimo, Macunaima. Cidade das ladeiras e garganta profunda do rio Amazonas*:

Fui salva de delírios por Ewá (Orixá do panteão africano). O horizonte sempre foi um lugar confortável e acolhedor. Da mata sempre veio paz e abraço. Viver na floresta nos cura, durante toda adolescência eu vivia na cidade (de Óbidos), mas minha mente viajava pra dentro da mata, lá estão todos os espíritos de cura, eles nunca me deixaram, ou eu nunca os deixei.

A força cultural apresenta-se como a melhor forma de resistência (GONZALEZ, 2018, p. 327). Verônica não se desvincula de suas origens, sua referência familiar da figura da *avó retinta* como carinhosamente mencionou e de crenças amazônicas, múltiplas e diversas que dão sentido às suas visões e concepções de mundo em nome de percepções socioculturais e de sua religiosidade constituídas local e regionalmente.

As feridas começam a se espalhar pelo corpo com a perda da minha avó. A propósito, eu me chamo Verônica, nascida no Tapajós a oeste do Estado do Pará. Perdi o contato familiar ainda criança, este veio com a perda da minha avó. Minha mãe não sabia como cuidar dos cinco filhos e não queria voltar pra nossa cidade.

Na dinâmica do comércio de escravizados no período escravocrata, as famílias africanas sequestradas de seu continente são arrancadas/separadas por não serem vistas como pessoas e, sim, como coisas vendáveis para exploração do trabalho a partir da negação de humanidade, portanto não reconhecidas como pessoas com afetos, afetividades uma vez que o único modelo vigente como legítimo é o modelo patriarcal que excluía seus modelos familiares e visava retirar sua humanidade. bell hooks (1995, p. 468) considera que:

o sexismo e o racismo, atuando juntos, perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros. Desde a escravidão até hoje o corpo da negra tem sido visto pelos ocidentais como o símbolo quintessencial de uma presença feminina natural orgânica mais próxima da natureza.

Em entrevista realizada em agosto de 2020, com Doroteia, negra, 58 anos, natural de Carutapera – Maranhão, sabe-se que esta foi levada por uma família de políticos de Belém para o universo da exploração do trabalho doméstico nessa capital aos oito anos de idade. Não recebia nenhuma remuneração. Era trabalho em troca do que ela compreende como *agrados* (*roupas*, por exemplo), que é paradoxal porque ganha sentido também de um cala boca referente a formas de pagamento da exploração do trabalho realizado. Sua família era composta de quatro irmãos e de sua mãe que trabalhava capinando e no roçado. Os irmãos trabalhavam como pedreiro. Seu pai abandonou a família quando eram crianças.

Aos 14 anos, o filho dessa família de políticos de Belém, após sucessivas tentativas de abusos, a espancou com fio elétrico e, em outra ocasião, a estuprou quando tomava banho no chuveiro e a engravidou. Foi mandada de volta para sua casa, sem direito a apoio algum. Sua mãe deu-lhe uma surra e, depois de meses após o nascimento do seu primeiro filho, trabalhou em outras casas em Belém e, com o salário, enviava remessas de dinheiro para a criação da criança que permaneceu com a sua avó. Em Belém, se casou, teve outros filhos e o marido registrou o seu primeiro filho. Até os dias de hoje, exerce o trabalho doméstico como modo de sobrevivência. Ficou viúva, criou seus três filhos ainda pequenos sem apoio da família de seu marido que é de Belém. O sogro desviou o dinheiro do seguro porque a morte do marido se deu em acidente de barco no exercício de sua profissão como pescador, tal como o pai. Seu filho caçula, já adulto, como ela mesma disse, *é o meu braço direito e esquerdo* e ela atua no trabalho doméstico remunerado. Sonha em se aposentar nos próximos três anos para passar uma longa temporada em sua cidade natal.

Um dos aspectos a considerar sobre o confinamento de mulheres no trabalho doméstico, de acordo com Sílvia Federeci (2019), é o debate sobre o salário do trabalho doméstico sob uma perspectiva política, e não como coisa. E muitas das empregadas domésticas em Belém, e no país, se deslocam das periferias nas linhas de ônibus reduzidas para os bairros das senhoras, ainda aos sábados. Em sua maioria, mulheres negras. Passam a semana toda na *casa dos outros*, e não basta, e ainda todos os sábados. Até no domingo, depois de uma festa no sábado quando *dão um dinheiro* e é tratado de modo acintoso por causa das necessidades materiais, que dificilmente é negado, para acompanhar a família para suas casas de praia ou sítio— aí nem voltam para casa. Geralmente, aos domingos, elas reservam, após uma semana exaustiva, tempo em que se dedicam a lavarem roupas, a fazerem faxina em suas próprias casas. Qual lazer, muitas vezes, que nada! Só é dia de descanso para a patroa e o patrão. Elas retornam da *casa dos outros* o que só é possível quando a patroa não se atrasa do horário combinado de saída (seus compromissos e vida pessoal ficam à mercê dos compromissos da patroa, que se sobrepõem aos dela). Empregada doméstica não é valorizada sua autonomia nem vida própria, de modo geral. Retornam para suas casas em um transporte público muito ruim para mal dormirem e fazerem mais serviços domésticos em suas próprias casas; para, no dia seguinte, retornarem a sua jornada na casa da patroa. E a patroa ainda diz orgulhosa para todo mundo: – “Eu pago salário (mínimo)!”, ouvi de muitas mulheres brancas – às patroas cabe a função de negociar e administrar o trabalho doméstico remunerado.

Grávida, Doroteia é mandada de volta para casa de sua mãe e depois retorna para o trabalho doméstico em Belém para o sustento da criança, para trabalhar em outra casa. Ela não teve apoio emocional, suporte institucional e psicológico. Já apanhou ao resistir aos

assédios sexuais de quem a estuprou e, depois de tudo isso que lhe foi negado ao longo da infância e adolescência, porque nem sequer era possibilidade efetiva ser estuprada e ficar grávida aos 14 anos de idade. E continua a exercer o trabalho doméstico a partir de então com remuneração.

As mães de Doroteia e Verônica buscam sobreviver porque têm filhas e filhos sob sua responsabilidade. De algum modo, para seguirem em frente em contexto social-político que produz o mercado (de exploração) do trabalho doméstico.

O pai de Verônica era o patrão de sua mãe, *homem de posses: cavalos de corrida, duas fazendas, muito gado*. Ela teve contato com ele durante quatro anos a partir do momento em que a caminho *na minha bicicletinha para comprar gelo* foi abordada quando disse que era seu pai, mas nunca deu apoio financeiro ou retirou da condição em que vivia. Durante um assalto foi assassinado. Não houve reconhecimento legal quando vivo. Não recebeu herança.

Sueli Carneiro (2011, p. 128) cita o poeta Arnaldo Xavier que cunhou o termo matriarcado da miséria por causa da experiência histórica de mulheres negras marcada pela exclusão, rejeição social e discriminação que resistiam. Verônica tem como referência somente mulheres de outras gerações.

Eu era babá, a criança pela qual eu era responsável era também meu trunfo para escapar das investidas do pai, dos primos, dos tios e até do rapaz que fazia os serviços pra família. Eu amo essa criança, ela me dava muito afeto. Ensinei a ler, escrever, lavar as calcinhas. Pra ela eu li todos os livros de história da casa, com ela eu brinquei de teatro, dela ganhei muitos beijos, abraços... Eu abraçava tanto essa menina... Ela era branca como a neve, muito inteligente. A mãe sempre ausente, eu era tudo o que ela tinha e ela era tudo o que eu tinha.

À Verônica cabia ainda o cuidado da criança como babá em tempo integral – a mãe preta, trazida por Gonzalez (2018), é quem ensina à criança valores de suas referências de uma cultura brasileira africanizada e perpetua valores culturais afro-brasileiros como *os espíritos de cura, eles nunca me deixaram, ou eu nunca os deixei*.

E o que é que fica? A impressão de que só os homens, os homens brancos, social e economicamente privilegiados, foram os únicos a construir esse país. A essa mentira tripla dá-se o nome de: sexismo, racismo e elitismo. (GONZALEZ, 2018, p. 119).

Ann DuCille (1994) chama a atenção de que a figura da mãe preta é socialmente, politicamente e economicamente construída servindo para a manutenção das desigualdades presentes na exploração do trabalho doméstico e de suas imbricações no sistema capitalista. A subordinação em que as mulheres negras se encontram não se justifica como avaliação em postos de trabalho precários e acréscimo até os dias de hoje no que pontua Beatriz Nascimento (20016, p. 106) no fato que foi atraído para elas serem submetidas a dominação sexual desde os primórdios da colonização.

O que me fez lembrar em pesquisa anterior do relato de Magda, branca, 50 anos, casada, mudou-se para Belém de sua cidade natal do *interior do Ceará* e que prefere trabalhar em loja porque *sente mais valorizada do que no trabalho doméstico*. Ela trabalhou em

várias lojas, e não havia dificuldades para contratação quando tinha vagas devido a sua cor da pele (CONRADO, 2008)

A mãe não deixava eu esquecer que eu não era da família. Quando tinha visita ela fazia questão de dizer que eu era da família. Esse pertencimento durava o tempo em que ela pronunciava essas palavras (VERÔNICA).

Collins (2016) apresenta as formas como, mesmo estando dentro das casas das suas patroas brancas e sendo *quase da família*, essas mulheres nunca alcançariam o *status de insiders*. bell hooks (2000) nos alerta de que precisamos ter consciência das maneiras pelas quais o racismo capacita as mulheres brancas a agir como exploradoras e opressoras. Ao contrário de outras formas de dominação, o sexismo molda e determina diretamente relações de poder em nossas vidas privadas.

Verônica conta *quando os outros te veem como alguém sem importância ou valor, eles não sentem nada ao ver a violência que você sofre*. Seguindo a trilha de Collins (1998), vale interrogar após essa narrativa em constante processo: como a violência opera para conectar relações de poder no âmbito da raça e gênero?

Minhas feridas são abertas aos oito anos de idade, e na adolescência eu já tinha medo suficiente pra não falar nada. Eu não tinha teto, não me pagavam nada, vivia pela comida e pela morada, o trabalho era de babá e empregada. Fazia de um tudo, acordava às 5h30 da manhã e ia dormir depois que eles jantassem, tinha que lavar a louça do jantar, ia dormir no máximo às 22h. Não podia ficar nenhum momento sem atividade, se me vissem sem atividade arranjavam qualquer coisa pra eu fazer, minha estratégia era fazer tudo bem devagar. Não podia ouvir música nem ligar a televisão [...] (VERÔNICA).

Desde menina, Verônica é destituída de direitos em nome da exploração do trabalho doméstico infantil na sua própria região sendo negada sua infância e, posteriormente, a adolescência sob condições desumanas por horas exaustivas, todos os dias, sem descanso e folga. As atividades realizadas estão diretamente relacionadas com o rendimento do trabalho doméstico, sem parar nenhum instante, medido pela satisfação subjetiva da senhora, no seu grau de exigência segundo critérios muito particulares alicerçados pelo pacto narcísico da branquitude, de acordo com Maria Aparecida Bento (2002) na construção de parâmetros para um serviço bem feito somente possível sem lazer, ou conexão ao mundo exterior. Estar atenta ao que a casa branca consome, engole o tempo das mulheres negras. No trabalho doméstico, o tempo da mulher negra não é igual ao tempo de mulheres brancas e de homens brancos e nem de meninos e homens negros.

Maria Aparecida Bento ensina que “o foco da discussão é o negro e há um silêncio sobre o branco. Assim, o que parece interferir neste processo é uma espécie de pacto, um acordo tácito entre os brancos de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais no Brasil” (BENTO, 2002, p. 26).

As diversas formas de aprisionamento às quais se encontram submetidas as mulheres e as meninas em situação de violência no trabalho doméstico dão-se de várias formas e em diversos contextos específicos, com significações diferentes. Denomino cárcere simbólico

as formas de aprisionamento a que são submetidas, que acabam por se configurar como prisões efetivas, expressas em posturas, atos, gestos, e acabam por visar a silenciar corpos femininos (como registro histórico de uma determinada época, tempo e lugar) (CONRADO, 2008, p. 183).

Essa criança permitiu que evitasse ou adiasse ao máximo as investidas do pai. Ficar nos espaços da casa onde ela estava, vestir roupas que eu pudesse me esconder, evitar passar na frente dele. Eu tinha a noite de sono garantida porque eu dormia no quarto da criança. Ocorreu-me agora, que não falei em quantas casas eu, nesse período de 16 anos, estive em quatro casas, dessas quatro eu só fui abusada em duas. Teve uma casa em que não fui abusada, mas o dono me batia tanto que eu penso que era uma forma de castigo por ele não fazer o que realmente queria, bebia e me batia com muxinga (uma espécie de chicote que usam para bater em cavalo) (VERÔNICA).

Crenshaw (1991, p. 1243) ao focar as duas dimensões da violência de homens contra mulheres – espancamento e estupro – evidencia como as experiências das mulheres negras são, frequentemente, o produto da intersecção de padrões de racismo e sexismo, segundo a narrativa de Verônica, atuam com o medo servindo para controle. Estereótipos gerados pelo racismo e sexismo colocam mulheres negras no baixo nível de opressão. (GONZALEZ, 2018, p. 44)

O trabalho doméstico se encontra associado às diversas violências sexuais quando Verônica, negra, 37 anos, professora com Mestrado mora em Belém desde 2007 contou:

Se você me perguntar em qual casa eu não fui assediada! Vou respirar e ficar em silêncio por alguns minutos. Todos os espaços da casa, pelos moradores e pelos visitantes. Tava posto que todos podiam ter algum tipo de liberdade. Tinha os que usavam palavras, os que olhavam e os que queriam tocar. De quem fugir? De todos.

Segundo Collins (2016), o sexismo tem feito parte da estratégia de dominação racial e de como esta dominação compartilha imagens em controle (a menina que pode ser tocada, abusada, disponível para as violências sexuais e demais abusos verbais e psicológicos porque o que vale é a vontade de quem a assedia) que serve para controle e desumanização de mulheres negras.

Após incontáveis micros abusos, o momento que não teria como escapar chegou. Eu já tinha feridas profundas vindas da infância, agora seria mais perverso. Ele era forte, gordo, pesado, eu era fraca [...], corpo magro, sem força física e muito medo. O pai dele morreu, todos foram pra casa do pai dele, fiquei só na casa e ele sabendo do itinerário de todos, voltou pra casa, me cercou em um canto, falou algumas coisas que não tenho lembrança. Minha cabeça só pensava no que eu podia fazer. Não tive saída, ele me derrubou no chão e me violentou. Tudo o que eu tinha conseguido evitar, resgatar e curar tinha desaparecido. O medo e vazio vieram à tona. Fiquei ainda mais frágil. Não tinha mais força pra nada. Até o medo desapareceu. Só sentia vazio... Anos com esse vazio (Verônica)



Há uma conexão histórico-político-econômica do estupro cometido contra as mulheres negras com opressão racial que merece ser devidamente trazida de modo aprofundado nos estudos sobre trabalho doméstico como um dos maiores medos do risco a que vivem submetidas na *casa dos outros* que fazem parte de um sistema de dominação em larga escala, de acordo com Crenshaw (1991, p. 1271) ao abordar a violência contra as mulheres negras, conclama que o descrédito das reivindicações de mulheres negras é consequência de uma complexa intersecção de um sistema sexual generificado que constrói regras apropriadas para “as mulheres boas e mulheres más”, e de um código de raça que fornece imagens, supostamente da “natureza essencial das mulheres negras”, servindo de base para colocar em dúvida a credibilidade de suas narrativas.

A esposa sabia, elas sempre sabem. As mulheres brancas sempre sabem, fingem, fazem vista grossa. Ao escolher entre a menina da casa e uma amante da rua, é mais fácil lidar com a menina da casa. Tudo ficou pior, os maus tratos aumentaram. Mais humilhação, mais gritos, mais palavras que te transformam em nada. Entrei em um vazio, se foi o orgulho, o amor próprio, a dignidade. Tudo desapareceu (Verônica).

Na leitura de bell hooks em um de seus capítulos de *Ensinando a transgredir. A educação como prática da liberdade* (2013) quando relembra de sua adolescência ao final dos anos 60, no sul dos Estados Unidos, em contexto de segregação racial legal traz paralelos para refletir, em contextos diferenciados, as situações que Verônica nos narra como a do estupro. Em diálogo com hooks, as posições de brancas e negras dentro das normas sexistas:

era cuidadosamente construído de forma a reforçar a diferença de *status* baseada na raça. O reconhecimento das diferenças de classe social não era divisão suficiente; as mulheres brancas queriam que seu *status* racial fosse afirmado. Criaram estratégias manifestas e ocultas para reforçar a diferença racial e afirmar sua posição de superioridade [...] No decorrer da história, o esforço das mulheres brancas para manter a dominação racial esteve diretamente ligado à política de heterossexismo (heterossexualidade) dentro de um patriarcado da supremacia branca. As normas sexistas, que estipulavam que as mulheres brancas eram inferiores em razão de seu sexo, podiam ser mediadas pelos vínculos raciais (HOOKS, 2000, p. 129).

Segundo McIntosh (2007), há uma quantidade de tabus em torno das vantagens que os homens obtêm das desvantagens das mulheres. Como uma pessoa branca, a autora percebeu que havia aprendido sobre racismo como algo que coloca outros em desvantagem o que impedia de enxergar o seu corolário: o privilégio branco, o que a coloca em vantagem em relação aos outros grupos etnicorraciais.

Conceitualmente, o sujeito negro é identificado como objeto “ruim” na sociedade branca porque tem sido reprimido e transformado em tabu: agressividade e sexualidade (KILOMBA, 2019, p. 37). O estupro também foi uma metáfora apropriada para a colonização imperialista europeia da África e da América do Norte. A sexualidade sempre forneceu metáforas de gênero para a colonização. Não existe uma história psicossocial de escravidão que explore o significado da exploração sexual masculina branca de mulheres negras ou a política da sexualidade por nenhum trabalho que esclareça todas as informações



disponíveis. Muito do meu trabalho dentro da teoria feminista enfatizou a importância de compreender a diferença, das maneiras como a raça e o *status* de classe determinam o grau em que se pode afirmar a dominação e o privilégio masculino e, mais importante, as formas como o racismo e o sexismo são sistemas interligados de dominação que sustentam um e outro (HOOKS, 1990).

Esse homem me oferecia para os parentes, amigos e até o empregado da casa. Essas pessoas não abusaram de mim, mas me rondavam, e eu fugia. O rapaz da casa me contou. Teve uma madrugada que eu acordei e ele tava deitado embaixo da minha rede, tava me olhando. Dormir era luxo pra mim. Me assustei e briguei, conversei com ele, ele não me fez nada e me relatou todas as coisas que esse homem falava de mim pros outros homens (Verônica).

São forças opressivas de gênero e sexista alicerçadas sob o manto da supremacia branca do patriarcado capitalista. As estratégias de intimidações, assédios e violência para arrancar sua humanidade ao esgotá-la, ao sentir-se fraca: *corpo magro, sem força física e muito medo*. Verônica fugiu *da cidade duas vezes e o conselho tutelar me resgatou, polícia atrás de mim. Parei de lutar, continuei rezando e estudando*. Como afirma Grada Kilomba (2019) de que ainda há a necessidade de tornarmo-nos sujeitos.

Ela rompe com a ideia de família em um modelo que ela não tivesse vinculada por afeto vinculada à sua verdadeira humanidade.

Durante dezesseis anos de minha vida, não tive casa nem família. Nesse tempo, eu não morei em casa de família, mas na casa dos outros. Na casa dos outros, eu nem era considerada gente. Durante toda a infância, eu dormia com as panelas em um corredor apertado e sem iluminação. Em minha memória, não há vestígio de laço familiar ou casa de família.

Ela desmonta a referência *casa de família* para *casa dos outros*. Sua permanência não significa se sentir em casa, ou ter uma casa para morar. Um objeto, uma louça, por exemplo, tem um lugar nas casas que supunha morar. Verônica não. Não é ali que residem suas referências para si mesma: o processo de desumanização a que constantemente é submetida, vilipendiada. As condições de existência material, como disse Gonzalez (2018, p. 145), da população negra remetem a condicionamentos psicológicos que deviam ser atacados e desmascarados.

Soube de, aproximadamente, seis casos durante a minha pesquisa anterior e em nenhum desses as meninas tiveram algum tipo de apoio profissional. O que me foi relatado por outras mulheres é que o assunto foi considerado tabu até mesmo para os círculos mais íntimos. Um dos rapazes que entrevistei, Raul, branco, 27 anos, relatou que em sua família um dos filhos de uma das empregadas era *a cara de meu tio*. Ninguém comentava. Mas, tal semelhança já tinha sido motivo de comentário entre ele e sua mãe. Soube que alguns de seus familiares tinham certeza do elo de parentesco. Quando decidi entender algo que era visto como segredo, algo não dito – que transita entre o dito, como segredo – e o não dito. Selma, branca, classe média quando aproveitava em alguns momentos a comentar sobre

o objetivo de minha pesquisa e adentrava o assunto para dizer que *não tem jeito; é sabido por todos*. É pertinente verificar que tal prática se esbarra em interpretações equivocadas, muitas vezes, como culturais, moldando um padrão que naturaliza as desigualdades, a perversidade e as violências que as alimentam.

### *Eu existo porque existem livros. Os livros me salvaram*

Falando em educação, só pude frequentar a escola aos 12 anos de idade, fiz uma prova e me colocaram na segunda série. Com treze anos, eu morei em uma casa com meus quatro irmãos, pessoas estranhas pra mim, a mais velha era minha irmã de 18 anos. Não os conhecia, não sentia afeto por eles, eram estranhos. Passávamos fome, eu estudava no turno da tarde e quando não tinha merenda na escola eu desmaiava, tinha vergonha, tinha fome. Depois de dois anos passando por desmaios, uma paixão por estudar se apossou de mim, nunca tive aquilo, agora eu era tratada bem, a professora gostava de mim, os coleguinhas gostavam de brincar comigo, agora eu brincava, isso era algo escasso na minha vida. O ambiente da escola era minha casa, era minha família, eles não sabiam, mas lá eu era feliz. Preciso chorar [...].

Estudava até às 2h da madrugada pra entender matemática. Estudei muito, muitas noites. Ganhei um presente daquela mulher que eu pedi de natal. Pedi e ganhei uma enciclopédia, meu primeiro livro. Era meu refúgio, o livro era meu melhor amigo, me dizia coisas, eu viajava pelo mundo, aprendia lógica, me ensinava sobre ética, tinha problemas e solução para os problemas. Eu existo porque existem livros. Os livros me salvaram. Eu conseguia passar segurança, coordenação lógica das ideias e sabia muita coisa interessante. No ensino médio, que na época era chamado de ensino normal eu tive uma professora de sociologia que lembrava minha avó: negra retinta, inteligente, forte, justa, e ela me dava afeto. Lembrei-me dessa mulher maravilhosa e resolvi que seria sociologia.

A narrativa de Verônica remeteu às leituras de Beatriz Nascimento (2006) quando a educação representa para a população negra “melhores condições de vida e ascensão social” e como “um requisito para o acesso às melhores ocupações na hierarquia de empregos”, (p. 101, 106) o que a levou à docência no ensino básico e médio e está em busca, atualmente, de uma vaga como docente no ensino superior e, sobretudo, elevou sua autoestima e alterou seu sentido de mundo.

Cuidei do meu pequeno e entrei na universidade (pública). Eu consegui, que felicidade, a alegria era tanta que eu não conseguia parar de sorrir, a professora achou que eu tava rindo dela e me advertiu. Eu só pensava, eu tô aqui, eu consegui, sou forte, tenho brio, sou inteligente, o meu nome na rádio (ao anunciar os aprovados no vestibular); no papel (na lista de aprovados). A minha avó entrou na universidade (através de mim) e eu considero que todas de alguma forma entraram comigo. Eu carrego comigo sete mulheres, elas viveram e vivem limpando a casa dos outros. Elas são maravilhosas, todas

têm feridas profundas. Não se fala sobre as violências, tem sempre esse silêncio, ele mais parece uma herança. Eu as amo tanto [...].

Ela construiu uma autoimagem positiva e orgulhosa de si mesma que vai afrouxando as amarras para libertá-la da desumanização a que foi submetida.

Estou aqui, podendo fazer escolhas, me descobrindo, amando mulheres, lutando por respeito com o ex-marido branco, negociando minha existência. Formada, Mestre em Ciência Política. Tenho 37 anos e sou feliz. O amor das pretas tem me curado. Estou inteira e estou em pedaços todos os dias.

*O amor das pretas* fortalece Verônica em uma postura ativa e questionadora do legado de submissão e violências que a exploração do trabalho doméstico impôs em um processo constante, diário e cotidiano de silêncio e obediência. *Amando mulheres* arrebatava sentimentos mútuos, de afinidade e de amor com outras mulheres, e com mulheres negras. “Tradicionalmente, mulheres negras se unem por sabedoria, força e apoio ao criarem vínculos de apoio[...]”, como reflete Audre Lorde (2019) e de relações lésbicas.

### *Se erguer tem sido uma luta diária, todos os dias, todo o sempre*

Verônica conta sobre a decisão de ir morar em Belém após estar casada com alguém que amava:

Não demorou e logo fomos morar juntos. Depois de um ano como dona de casa eu tive uma conversa e disse que não poderia ficar naquela cidade. Todos sabiam da minha trajetória limpando chão, nas reuniões de final de ano, as confraternizações da empresa, eu sofria violência. As mulheres brancas são perversas. Me fazem perguntas constrangedoras, testavam meu conhecimento ou não se aproximavam e não falavam comigo. Não vou ficar aqui. Foi o que eu disse pra ele, eu preciso de uma faculdade, vou ser psicóloga e me especializar em psicologia infantil. Eu sei que tem muitas crianças passando pelo que passei [...].

A ida à capital se deu por causa da exploração do trabalho doméstico que, mesmo rompida, a fazia se sentir aprisionada em cárcere simbólico em suas diversas (possíveis) significações. A ida à capital como ruptura das teias simbólicas que a aprisionavam acerca das coisas vividas se faziam presentes no seu dia a dia por meio das discriminações das senhoras guardiãs da respeitabilidade e moralidade da supremacia branca do patriarcado capitalista.

Audre Lorde (2019) coloca em evidência a necessidade de transformar o silêncio em linguagem e em ação para que, a partir daí, possa nos levar, dentre outras problematizações, à ruptura de análises de dominação e opressão universais que forjam possibilidades de se pensar as diferenças.

Esse artigo salienta para os estudos sobre trabalho doméstico o que Angela Davis (2016) já evidenciava de como o racismo sempre encorajou a habilidade de coerção sexual, de intimidação contra as mulheres negras. É o que alimenta abusos sexuais impunemente.

A estrutura de classe do capitalismo encoraja os homens que têm poder no domínio econômico e político em se tornarem “agentes rotineiros de exploração sexual”. O racismo é que encoraja a desumanidade às mulheres negras impostas na exploração econômica-sexista e nas condições de trabalho que se encontram majoritariamente representadas.

## Considerações finais

Françoise Vergès (2020) ressalta a importância das análises das feministas negras que, diferentemente das feministas brancas, mudam com profundidade as problemáticas em jogo ao trazer a racialização do trabalho doméstico. A autora indaga: quem limpa o mundo? Ela se debruça sobre a economia do desgaste dos corpos racializados, do esgotamento das forças “na qual pessoas são designadas pelo capital e pelo Estado como aptas a serem usadas, a serem vítimas de doenças, de debilidades e deficiências” (p. 125). Ela explica que há uma feminização da indústria da limpeza do mundo que divide entre quem tem direito a uma boa saúde e ao descanso e àquelas cuja saúde não importa, sem descanso à exposição ao assédio e à violência sexual como estruturais. Tornando tudo isso um grande exemplo de como funciona o capitalismo racial.

As feministas negras em uma abordagem interseccional trazem possibilidades histórico-analíticas das condições a que as mulheres negras são submetidas em contextos específicos para o universo do trabalho doméstico na *casa dos outros* exercidos majoritariamente por mulheres negras, desde a sua infância até a vida adulta conforme a história de Doroteia e de Verônica. A politização, por sua vez, transformou a forma como entendemos a violência contra mulheres (CRENSHAW, 1991). É preciso dar centralidade ao trabalho exercido por mulheres negras. É de grande importância o feminismo negro como teoria social crítica para investigar opressões interseccionais.

As mulheres negras são vistas para o trabalho pesado, empregadas domésticas (COLLINS, 2019, p. 47) cozinheira, faxineira, servente (GONZALEZ, 2018, p. 193).

Doroteia e Verônica carregam histórias de suas dores e feridas que nos impõem compreender o trabalho doméstico e suas imbricações. Verônica carrega em sua história palavras de luta, de muito sofrimento e de resistências. Cada uma delas carrega seus sonhos: em estudar e com a aposentadoria passar uma temporada em sua cidade natal. A margem é ao mesmo tempo local de repressão como de resistência, nos alerta bell hooks (2019). Longe de uma identidade fixa de mulheres negras que as essencializa. Doroteia e Verônica não tinham entre si uma compreensão em comum do que é ser mulher negra. São gerações de mulheres negras: tias, mãe e avó de Verônica e a mãe de Doroteia – todas negras. São histórias em que o abandono e responsabilidade de homens na criação de filhos se tornam alternativa para alguns.

E somam-se às questões trazidas aqui a real necessidade de “[...] compreensão dos processos estruturantes e interseccionais que confluíram para a vulnerabilização desta população e condições sociais de vida [...] (ao) tornar peculiar a experiência da pobreza, que marcam os processos de empobrecimento e as eventuais estratégias de superação” (SILVA, 2013, p. 111) para um possível trabalho posterior e a convite de um debate de todos que complexifique ainda mais. Que no campo da representação se descontra este

que continua sendo um lugar de luta mais evidente quando examinamos criticamente as representações contemporâneas de negritude e negros. Por exemplo, vamos ouvir o que Preta Rara nos conta quando escreveu sobre sua experiência, de sua mãe e trouxe outras histórias de empregadas domésticas em *Eu, empregada doméstica – a senzala moderna é o quartinho da empregada!*

Ao longo desse artigo, o objetivo foi compreender as bases da supremacia branca com consciência crítica segundo uma literatura especializada do feminismo negro, em sua grande maioria, e referências do feminismo decolonial ao convidar as estudiosas e estudiosos do trabalho doméstico para “transformar as estruturas que reforçam e perpetuam a supremacia branca” como um esforço coletivo (HOOKS, 2019, p. 244) sem precedentes e de toda uma sociedade.

Precisamos constantemente questionar as bases de nossas perspectivas, de nossas referências, se são suficientes para as perguntas, reflexões e investigações de que precisamos (incessantemente).

## Referências

ALBURQUERQUE JÚNIOR, D. M. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2007. v. 3. (Coleção Preconceitos).

BENTO, M. A. Branqueamento e Branquitude no Brasil *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BROWNE, I; MISRA, J. *The Intersection of Gender and Race in the Labor Market*. Annual Review of Sociology, v. 29 (2003), p. 487-513.

CAL, D. G. R. *Comunicação e trabalho infantil doméstico: política, poder, resistências*. Salvador, EDUFBA, 2016.

CARNEIRO, S. *Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – Plano Nacional*. Diálogos sobre Violência Doméstica e de Gênero Construindo políticas públicas. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília: A Secretaria, 2003. 68p.

CARNEIRO, S. O matriarcado da miséria. *In*: CARNEIRO, S. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*. São Paulo, Selo Negro Edições, 2011, p. 127-130.

COLLINS, P. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Brasília, *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016.

COLLINS, P. *The tie that binds: race, gender and US violence*, *Ethnic and Racial Studies*, 21:5, 917-938, 1998.

CONRADO, M. *A Questão Racial no Brasil sob a Perspectiva de Gilberto Freyre e Florestan Fernandes*. Belém, Humanitas, v. 20, n. 1/2, 2004, p. 83-98.

CONRADO, M. A juventude negociada entre a vida adulta e a adolescência: uma abordagem sobre gênero, cor, violência e sexualidade. LEITÃO, Wilma Marques; MAUÉS, Raymundo Heraldo (org.). *In: Nortes Antropológicos: trajetos, trajetórias*. Belém; EDU-FPA, 2008.

CONRADO, M.; CAMPELLO, M.; RIBEIRO, A. *Metáforas da Cor: Morenidade e Territórios da Negritude das Construções de Identidades Negras da Amazônia Paraense*. Salvador, Afro-Ásia, 2015.

CRENSHAW, K. *Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color*. Stanford Law Review, Califórnia, v. 43, n. 124, p. 1241-1299, jul. 1991.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Rev. Estud. Fem.* [online], v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DUCILLE, Ann. *The Occult of True Black Womanhood: Critical Demeanor and Black Feminist Studies*. Signs, v. 19, n. 3, 1994, p. 591-629. Disponível em: [www.jstor.org/stable/3174771](http://www.jstor.org/stable/3174771)

FIGUEIRA, S. G. F. *Patroas e meninas: afilhadas e madrinhas: gênero e raça como conteúdos de análise sobre a efetividade social do Decreto-Lei n.º 6.481, de 12 de junho de 2008, nas relações de trabalho infantil doméstico*. 2011. 165 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

FRANKENBERG, R. *Frantz Fanon and Methodology of the Opressed*. In: *Displacing Whiteness: Essays in Social and Cultural Criticism*. Durham, Duke University Press, 1997. ebook

FRANKENBERG, R. *White on White: the Interviewees and the Methods*. In: *White Women, Race Matters: The Social Construction of Whiteness*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2005.

FREYRE, G. *Casa grande e senzala*. 23. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras*. Diáspora Africana, Editora Filhos da África, 2018.

GRUÈNELL, M.; SAHARSO, S. *bell hooks and Nyra Yuval-Davis on Race, Ethnicity, Class and Gender*. The European Journal of Women's Studies. SAGE Publications, London, v. 6, 1999, p. 203-218.

HALL, S. Que negro é esse da cultura negra? *In: Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HOOKS, b. Intelectuais negras. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, IFCS/UERJ, PPCIS/UERJ, vol. 3, no 2, 1995, pp. 464-479

HOOKS, b. Feminism: a transformational politic *In: Talking Back. Thinking Feminist, Thinking Black*. Boston, South End Press, 1989.

HOOKS, b. *Reflections on race and sex*. *In: Yearning. Race, gender and cultural politic*. Boston, South and Press, 1990.

HOOKS, b. *Black Looks: Race and Representation*. Boston, South End Press, 1992.

HOOKS, b. De mãos dadas com minha irmã. Solidariedade feminista. *In: Ensinando a transgredir*. A educação como prática da liberdade. São Paulo, Martins Fontes, 2013.

HOOKS, b. Race and gender. *In: Feminism for Everybody*. Passionate Politics. Cambridge, South End Press, 2000.

HOOKS, b. *Teoria feminista*. Da margem ao centro. São Paulo, Ed. Perspectiva, 2019. E-book

HOOKS, b. Superando a supremacia branca: um comentário. *In: Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo, Ed. Elefante, 2019.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação*. Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro, Cobogó, 2019

LAMARÃO, M.L.N; MENEZES, S.; FERREIRA, W. *O trabalho doméstico de meninas em Belém*. 2. ed. Relatório de Pesquisa. Belém, CEDECA/Emaús, dez. 2003.

LORDE, A. *Irmã Outsider*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2019.

McINTOSH, P. White Privilege: Unpacking the invisible Knapsack. *In: ROTHENBERG, Paula S. (org.). Race, Class and Gender in the United States*. 7. ed. Nova York, Worth Publishers, 2007. p. 177-182.

NASCIMENTO, B. *A mulher negra no mercado de trabalho*. *In: RATTTS, Alex. Eu sou Atlântica. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo, Instituto Kuanza & Imprensa Oficial, 2006.

SALLES, V. *O negro no Pará sob o regime da escravidão*. Belém, IAP, Programa Rai- zes, 1985.

SILVA, T. D. Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda. *In*: MARCONDES, Mariana Mazzini *et al.* (org.). *Dossiê mulheres negras*: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea, 2013. 160 p.

VERGÈS, F. *Um feminismo decolonial*. São Paulo, Ubu Editora, 2020.

WEST, C. *Questão de raça*. São Paulo, Cia das Letras, 1994.



# O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO COMO DURAÇÃO E INTERSECÇÃO: casos de domésticas em luta

*Luísa Maria Silva Dantas*

## Introdução

Este capítulo interpela o trabalho doméstico remunerado (TDR) a partir de uma *etnografia da duração*, conceito proposto pelas antropólogas Cornelia Eckert e Ana Luíza da Rocha (2013), visando estudar o caráter temporal da experiência humana no mundo contemporâneo, e suas repercussões nas práticas e saberes dos indivíduos em suas relações com a cidade. Essa experiência temporal se manifesta nos jogos de memória dos habitantes em uma rítmica de tempos superpostos produzidos por identidades narrativas com o intuito de perdurarem. Aplicada a uma abordagem antropológica de pesquisa, a etnografia da duração se constitui prioritariamente pelo conceito de *dialética temporal* de Gaston Bachelard (1989) e da *imaginação criadora* de Gilbert Durand (1980).

Neste caso, propomos a abordagem do TDR enquanto um fenômeno temporal, que dura no tempo histórico, mas também no tempo pensado, vivido e narrado de trabalhadoras domésticas. As identidades narrativas (RICOEUR, 1991) são construídas a partir da relação com os outros, provocando a reflexão do sujeito, que a partir de uma situação social específica se reconstrói, saindo da estabilidade da identidade-idem, para se transformar em identidade-ipse, “pois é por intermédio da identidade narrativa que se tem acesso ao sujeito que age, com qualificação ética de ser reflexivo, mediante a experiência do tempo” (ECKERT; ROCHA, 2013, p. 40).

Pensar a partir da dialética temporal, isto é, de uma multiplicidade de tempos e ritmos, uma configuração tão presente desde a formação da sociedade brasileira, ou seja, a terceirização das atividades domésticas, predominantemente realizadas por mulheres negras e não brancas, por meio da escravização ou do trabalho remunerado, nos parece ser um caminho potente para salientar a heterogeneidade das trajetórias de trabalhadoras domésticas, as diversas construções de si-mesmas (RICOEUR, 1994) e os mecanismos de resistência que desenvolvem para sobreviverem e construir realidades menos abusivas e precárias.

O TDR como intersecção sugere a compreensão deste fenômeno social a partir de um conjunto de opressões que não podem, nem devem, ser entendidas de maneira isolada ou hierárquica, mas sim com a visibilidade da atuação de vários marcadores sociais da diferença que são acionados conjunta e simultaneamente nas práticas e representações do trabalho doméstico remunerado. O conceito-metáfora *interseccionalidade* foi produzido por feministas afro-estadunidenses – Hazel Carby, bell hooks, Patrícia Hill Collins,

Patrícia Williams e Kimberlé Crenshaw – na década de 1980, com o objetivo de salientar a especificidade das experiências de mulheres negras que, muitas vezes, foram invisibilizadas tanto pelo movimento feminista, tendo como referência o modelo de mulher ocidental, branca, heterossexual e de camadas médias, quanto pelo movimento negro, muitas vezes, centralizado nas vozes masculinas; desse modo, seria uma tentativa de “enegrecer” a agenda do movimento feminista e “sexualizar” a do movimento negro (CARNEIRO, 2003).

A metáfora da intersecção também se constitui como um instrumento poderoso para o entendimento e possibilidade da construção de políticas públicas que sejam eficazes para melhores condições de vida e trabalho de domésticas; além de evidenciar a marca indelével do racismo que estrutura a sociedade brasileira (ALMEIDA, 2018) e enclausura mulheres e homens negros nas posições de maior vulnerabilidade; em contraposição ao suposto *mito da democracia racial* (FREYRE, 1933), tão propagado para caracterizar a especificidade da escravidão brasileira, que teria sido mais branda e não racista. Isto porque não coincidentemente, no Brasil, além de mais de 90% das trabalhadoras domésticas serem mulheres, 60% dentre elas são negras, somando aproximadamente 3,42 milhões<sup>1</sup> e 18,6% das mulheres negras ocupadas (PNAD, 2019).

Um dos mecanismos de resistência e re-existência para muitas mulheres tem sido a organização sindical, que apesar de congregar um percentual baixo de trabalhadoras, em relação aos mais de 6 milhões registrados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existe desde 1936<sup>2</sup> e, desde então, vem pressionando fortemente os diferentes âmbitos governamentais na busca por direitos, valorização e garantia de dignidade no emprego doméstico.

Este capítulo se propõe a apresentar narrativas biográficas de duas trabalhadoras domésticas, construídas ao longo da etnografia da duração realizada por mim, em que elas se constroem e ritmam seus tempos vividos e pensados, chamando maior ou menor atenção para distintas dimensões e fases da vida. Também poderemos identificar quais marcadores identitários foram acionados na conformação de suas experiências e interpretações, e de que maneira o sindicato passou a fazer parte dos seus cotidianos. Posteriormente analisaremos as diferentes trajetórias (BOURDIEU, 1974) com o propósito de relacioná-las e legitimar as vozes dessas mulheres enquanto teorias produzidas do e no trabalho doméstico remunerado brasileiro.

## Domésticas em luta

Os dados apresentados neste texto foram produzidos durante os anos de 2012 a 2016, período que abarcou desde o Projeto de Emenda Constitucional – PEC 66/2012, conhecido como *PEC das domésticas*, até a regulamentação da Lei Complementar – LC 150/2015 (BRASIL, 2015); naqueles anos a situação do emprego doméstico foi bastante discutida

1 Conforme várias lideranças sindicais, esses dados são subnotificados.

2 A primeira associação profissional de empregados domésticos data de 8 de julho de 1936, na cidade de Santos/SP, liderada por Laudelina de Campos Melo (1904-1991), mineira, nascida em Poços de Caldas, que antes da associação já militava em organizações negras, sendo membro da Frente Negra Brasileira (DANTAS, 2016, p. 92).

nas diversas mídias e negociada em várias relações de trabalho. A PEC e a LC foram resultado da luta histórica dos sindicatos e lideranças brasileiras, somada a um Governo Federal simpatizante às causas sociais e também a atuação da Organização Internacional do Trabalho – OIT que, em 2011, estabeleceu a Convenção n° 189 visando à equiparação dos direitos das trabalhadoras domésticas aos demais trabalhadores, e a Recomendação n° 201, com o objetivo de garantir um trabalho decente para as domésticas.

Apesar do texto da Lei ainda não contemplar todas as demandas da categoria, pela primeira vez foi regulamentada a jornada de trabalho (8h diárias e 44h semanais), criado um sistema (eSocial) para garantir o pagamento de 8% para a previdência, 8% para o Fundo de Garantida por Tempo de Serviço – FGTS, 0,8% para o seguro contra acidentes de trabalho e 3,2% para um Fundo de rescisão contratual. Essas porcentagens têm como referência o Salário Mínimo e devem ser adicionadas a ele. Contudo, esses direitos apenas são garantidos às trabalhadoras mensalistas e com a carteira de trabalho assinada, que representam apenas 28,6% da categoria (PNAD, 2019), deixando descobertas as trabalhadoras informais (71,4%) e diaristas (44%).

Desafios persistem, mas a atuação dos sindicatos no cenário brasileiro chama atenção e é referência para muitos outros países da América Latina. Por isso, por meio das narrativas biográficas e trajetórias de duas domésticas, presidentas dos sindicatos de suas cidades, uma capital da Região Sul e outra da Região Nordeste, poderemos descobrir quais as motivações que as fizeram chegar aos sindicatos, permanecer e atuarem como lideranças no contexto contemporâneo.

### **Taís: *Eu fiz uma promessa***

O sindicato no qual Taís atua há mais de vinte anos foi fundado em 1988, bastante apoiado pelas pastorais católicas, e tem atualmente 32 anos. À época de nossa pesquisa, localizava-se no centro da cidade e, além de contar diariamente com a presença de Taís e uma diretora, quatro advogados atendiam as trabalhadoras duas vezes por semana, dias em que a lotação do espaço era bastante extrapolada. Sem imposto sindical, o sindicato era mantido exclusivamente pela mensalidade de 2 reais das trabalhadoras que pagavam e pela Assistência Judiciária (AJ) que se constituía na metade dos 10% remunerados aos advogados em causas ganhas. Esse cenário não permitia que a presidenta ou qualquer dos participantes se dedicassem exclusivamente à atividade sindical.

Taís nasceu no interior do Estado, em uma família com 6 irmãos. Ainda com 12 anos começou a trabalhar em uma casa de família para ajudar a mãe no sustento dos filhos. Neste emprego em que ela morava na casa durante a semana e voltava para a sua família aos finais de semana, Taís permaneceu até os 15 anos. Após a separação dos pais ela veio com a mãe e os irmãos para a capital e continuou trabalhando como doméstica, por intermédio de uma senhora que trabalhava informalmente indicando empregos para mulheres que a demandavam. Taís passou a trabalhar como faxineira, diarista e alguns empregos como mensalista, chegando a morar novamente na casa dos patrões. Dentre as atividades do trabalho, Taís gosta de cozinhar e limpar a casa, mas não *suporta* passar roupa. Ela alega

que aprendeu o trabalho *com a vida*, a faxina, observando e ajudando a mãe, e a cozinha, com o primeiro e demais empregadores.

Um dia ele perguntou, que quando ele me contratou era mais pra ficar de companhia da mãe dele, pra fazer uma limpeza. E um dia ele chegou à noite: Ah Taís, eu tô com vontade de comer uma comida não feita por mim, tu sabes fazer bife? Eu disse, ih, eu não sei! Aí ele, sabe? Eu fui cortar o tal do bife, cortei todo quadradinho assim, sabe, tirei. Ele disse, Taís, para aí, eu vou te explicar como se corta um bife! Aí, comecei a aprender. Depois trabalhei em outra residência também, aprendi a fazer doces! Porque a minha empregadora, final de semana ela fazia todo tipo de pudim. Aprendi a fazer os bolos sabe, então, me casei, e fui aprendendo com a vida a fazer o que eu sei fazer. Hoje eu faço tudo. Mas aprendi sozinha, aprendi olhando as pessoas fazendo, e esse meu empregador me ensinou a cortar o bife (Taís, 26/02/13).

Na capital, elas moraram primeiramente na casa da irmã de sua mãe e posteriormente em uma comprada por seu pai, onde ela reside até hoje. Taís casou com 18 anos, e quando seu filho mais velho estava com 7 anos e a filha com 5 anos, ela engravidou novamente. Naquele momento ela estava trabalhando para um casal peruano e seus dois filhos pequenos há mais ou menos 1 ano. Contudo, com a notícia da gravidez, a patroa não ficou satisfeita. Segundo Taís, ela começou a criar situações para que a doméstica fosse induzida a pedir demissão, já que ela não poderia demiti-la estando grávida, pelo menos, não sem pagar os encargos sociais. Além disso, a presidenta alega que a família recebia muitos hóspedes, sobrinhos do casal que vinham estudar, então que ela sempre trabalhou para mais pessoas do que o núcleo familiar. Para completar, no primeiro andar da casa funcionava a clínica de cirurgia plástica do patrão e Taís limpava o consultório e lavava os lençóis brancos e sujos de sangue das operações, mesmo ciente de que essas atividades não deveriam compor o seu repertório.

Nesta casa e grávida, Taís passou por algumas agressões que a levaram a recorrer ao sindicato. A primeira delas diz respeito à alimentação, pois a patroa começou a reclamar que por estar grávida, ela estava comendo demais, ao que a funcionária começou a levar sua marmitta de casa. Posteriormente, Taís foi assediada por um sobrinho do casal.

Aí começou aquela situação de vem um sobrinho do doutor, do marido, e esse sobrinho começou falar algumas bobagens dentro da residência, tipo: Como é que é? Vocês brasileiras são muito, da vida, puta, dizia naquela língua deles. E eu comecei a ficar meio assim, né, porque, poxa vida, tu tá ali trabalhando, a pessoa tá ali te desrespeitando, né! Aí, o que que aconteceu, um dia eu tava na cozinha lavando louça, ele chegou e disse: Ai, essas brasileiras são todas putas! E me agarrou. Eu tava já com meus 3, 4 meses de gravidez. Ele chegou e me levantou pelas costas, colocou as mãos dele nas minhas costas e aí ele repetiu aquela palavra: Brasileira é tudo puta! E eu disse: O senhor está enganado, não é bem como o senhor pensa. E doméstica também! Ele disse. E eu disse: Olha, eu vou dizer pro senhor, nós somos pessoas de respeito e eu gostaria que o senhor me respeitasse. E eu disse: E eu vou levar ao conhecimento

do doutor, porque isso não pode acontecer. Eu estou aqui trabalhando! Aí ele ficou bravo, saiu: É porque é mesmo! O que eu estou falando é verdade! Eu fui lá, chamei o doutor, num horário até, fui meio indiscreta porque num horário que ele estava em atendimento no consultório. Eu disse, mas é o horário, é a hora, eu acho que eu não posso deixar passar! Chamei, contei pra ele o que tinha acontecido, mostrei as marcas nas minhas costas, aí, a partir dali começou a se gerar vários atritos entre mim e a sobrinha, o sobrinho, que eram os dois peruanos, e mais a dona da casa. Ela achou assim que foi um desaforo meu chamar o doutor, que eu poderia ter chamado ela. Eu disse: Senhora, eles fazem coisas na sua frente, a senhora nunca resolveu nada! Então, como eu senti que o doutor é uma pessoa mais séria, estou colocando ele a par da situação, eu preferi que acontecesse no mesmo momento que tinha acontecido o episódio lá dentro (Taís, 26/02/13).

Após esta situação, Taís passou por uma nova agressão, quando a patroa, com a ajuda de uma amiga e da sobrinha a trancaram em um quarto, dizendo que ela apenas sairia dali com a demissão assinada. Taís persistiu, mas passou mal, indo parar no hospital. Quando se recuperou, decidiu procurar o sindicato da categoria.

Saí do hospital, fui ao sindicato, conversei com o pessoal do sindicato. O sindicato chamou ela (patroa) pra conversar. Daí no dia do chamamento pra conversa, eu estava no saguão aguardando a chegada dela. E ela chegou e me agrediu, dentro do sindicato da categoria. Aí ela chegou, me pegou no braço, puxou e me deu um arranhão e até hoje eu tenho a marca da unha dela! Então, assim, fui embora. Só que na época, como tu é leiga, tu não sabe o que tá fazendo, e eu acho que fui mal atendida pela diretoria antiga, né. E não me mandaram fazer exame de corpo e delito, nada. Eu somente fui pro pronto socorro, e no pronto socorro fui atendida e medicada, voltei e disse: Ó, fui agredida dentro do sindicato, pra advogada do sindicato. Esta entrou com uma ação judicial, mas entrou erroneamente, porque faltou dados, faltou exames, faltou exames de corpo e delito, uma ocorrência policial. Acabou eu perdendo minha ação judicial na justiça. Devido a isto, eu prometi, porque, aí, na continuidade dessa ação, eu comecei a participar de reuniões no sindicato, a ajudar no atendimento uma, duas vezes por semana, comecei a me inteirar da situação, dos direitos da doméstica e participando, acabei sendo convidada pra diretoria. Eu fiz uma promessa, quando eu perdi a ação eu fiz uma promessa que eu iria entrar para o sindicato e não ia deixar acontecer o que aconteceu comigo com nenhuma doméstica na minha presença dentro do sindicato, e até então eu tô aqui, lutando pelos direitos da categoria (Taís, 26/02/13).

Em 1992, após o nascimento da terceira filha e a começar a participar do sindicato, Taís passou a trabalhar apenas como diarista, ainda que uma das empregadoras tivesse assinado sua carteira de trabalho. Ela teve três filhos do primeiro casamento, que durou 12 anos e um filho do segundo, que já dura 17 anos.

Desde então ela atua no sindicato como presidenta. Taís me explicou que o sindicato realiza eleições em que as associadas que estão em dia com as mensalidades podem votar, e que ela já pensou em sair algumas vezes, mas que as trabalhadoras sempre insistem para

que ela continue. Atualmente ela complementa sua renda com uma lanchonete na sua casa, mas durante muito tempo conciliou as faxinas com o sindicato e diz que era muito cansativo. Ainda hoje, ela realiza faxinas eventualmente.

Segundo Taís, o trabalho no sindicato é muito desgastante, pois as mulheres chegam com vários problemas familiares e de trabalho e que é difícil não levar um pouco desse sofrimento consigo. Os atendimentos são gratuitos e abertos a todas as trabalhadoras, após ouvi-las, convidam os patrões para um encontro no sindicato na tentativa de um acordo, quando não conseguem, a trabalhadora pode acionar os advogados e dar início a um processo judicial. Taís enfatiza que luta bastante para que todas tenham seus direitos garantidos e diz que acha que ficará até *bem velhinha* atuando lá.

A gente chama o empregador aqui e conversa com eles, né. Coloca pra eles as leis, quando vêm. Quando não vêm, vai um chamado judicial mesmo. Tem casos graves que já aconteceram aqui, de pessoas virem quebrada, que a empregadora bateu com a janela na mão. Não dá rodo, tem que ficar de joelho dobrado esfregando e passando prejuízo. Tem muitas domésticas que chegam aqui chorando: Olha, não dá mais pra aguentar! Eles me pagam um salário tal, um salário baixíssimo! E exigem demais do meu trabalho. Mostram machucados no joelho (Taís, 26/02/2013).

Apesar da prioridade do trabalho delas ser a conciliação, quando não há acordo o processo judicial é iniciado. A rescisão de contratos, com falta de assinatura da carteira de trabalho e o não recolhimento da previdência correspondem à maioria dos casos tratados pelo sindicato.

Para o empregador não é viável ela conhecer os direitos dela. Então, tem muitas vezes, eles dificultam o horário, né, pra elas fazerem cursinhos, pra elas se aprimorarem na profissão, já que pra elas tá bom assim, entendeu? Porque eu pago o teu salário, tu fazes o teu trabalho, não vem reclamar e deu. Mas hoje em dia as domésticas tão se especializando na profissão, então, por isso que tem aquela polêmica de vai acabar a profissão, entendeu, porque o que acontece, a partir do momento que elas começam a entrar dentro do assunto empregada doméstica, de direitos trabalhistas, elas se aprimoram, elas se atualizam e elas cobram do empregador! (Taís, 26/02/13).

Taís argumenta que muitas trabalhadoras se referem a diferentes denominações sem afirmarem-se como trabalhadoras domésticas e diz que seu trabalho também é de conscientização da categoria, incentivando-as a reconhecer a profissão e a brigar pela defesa de seus direitos. Em relação à ambiguidade bastante vivenciada nos empregos, ela relata um caso:

Teve um caso de uma doméstica, que trabalhava pra uma família e ela era, tipo, governanta da casa. Então, trabalhou trinta e poucos anos na mesma família e até vinha no sindicato fazer rescisões, brigava pelos direitos do empregador dela! E a gente sempre colocou pra ela, todas dizendo, que tu não brigue, que tu tá aqui em defesa do teu patrão! Rescindindo com uma doméstica! Não te ilude que tu não é da família! Família coloca-se no testamento! Ela vinha representando o empregador, porque ela era aquela fulana faz tudo. Sabe, ela fazia compras, pagamento de contas, ela tomava conta da

casa! Ela se tomava por governanta e pessoa da família. Durante esses anos todos, que a gente teve de convivência, a gente sempre colocou pra ela, não te coloca como pessoa da família! Porque tu não é pessoa da família! Tu é a mesma empregada que essas pessoas que tu vem aqui rescindir, empregada doméstica! Não, não sou empregada doméstica não, sou secretária do lar. Eu disse, secretária do lar não existe na nossa categoria. Então, tu és empregada doméstica, tá, e ela ficava brava com a gente! Porque eu disse, eu tô te dizendo que é pra te alertar! Tu deu toda a tua vida, tu não teve filhos, tu não teve família, tu deu toda a tua vida pros teus empregadores! Cuida do teu futuro! Tu não tem aonde morar, a tua família, tu não sabe nem aonde está, porque tu viveu pra eles! Ela criou todos os filhos da empregadora e viveu a vidinha dela sempre pra empregadora! Tinha um quartinho nos fundos da residência do empregador, o empregador faleceu, os filhos tomaram conta e mandaram ela embora. Com uma mão adiante e a outra atrás. Porque a indenização dela foi o último ano trabalhado! Não tinha indenização por tempo de serviço. O que que sobrou pra ela? Nada! (Taís, 26/02/13).

Taís salienta que existem casos de denúncias de furtos por parte dos empregadores, mas que esse tipo de prática é realizada por mulheres que se infiltram na categoria, e que, portanto, não possuem uma trajetória como domésticas. A presidenta reconhece os avanços na ampliação de direitos da categoria, com o fim do que nomeia de *sistema escravo*, quando a doméstica não era considerada trabalhadora, com direitos e jornada de trabalho regulamentada. No momento de nossa entrevista Taís estava com 45 anos, tendo estudado até o sétimo ano do Ensino Fundamental, e seus filhos com 27, 25, 21 e 15 anos, ela já sendo avó. Devido a experiência no cotidiano do sindicato, há alguns anos Taís sugeriu e o marido abriu uma agência de empregos. Mesmo com o trabalho diário no sindicato das trabalhadoras domésticas, ela finalizou com a avaliação:

É claro que eu gostaria de ter uma profissão melhor. É claro que eu gostaria de não ter sido, sofrido tanto dentro de residências! Né, porque o sofrimento de uma doméstica dentro de uma residência, é enorme! Porque as pessoas não te tratam como trabalhadora, e sim como uma serviçal que tem que prestar o serviço pra eu ir fazer as minhas obrigações. Eu vi, muitas vezes, as minhas empregadoras: Eu tô te pagando, tu faz o que eu tô te mandando! Quer dizer, a gente sofreu demais. Então, claro que eu preferia ter tido uma outra profissão, mas devido aos acontecimentos da minha vida eu tive que entrar com a profissão doméstica. Ser doméstica até hoje, que hoje, com muito orgulho, eu sou doméstica (Taís, 26/02/13).

### **Angela: Mais empoderada, me aceitando como mulher, mulher negra e trabalhadora doméstica**

Angela atua em um sindicato de uma capital do Nordeste que este ano completou 30 anos, tendo sido fundado em 1990, após ser grupo e associação. Seu surgimento foi bastante apoiado por membros da igreja católica e professores que atuavam em cursos supletivos noturnos. Ela iniciou sua participação em 2001 e assumiu a presidência em 2008,



juntamente a uma diretoria composta por 17 membros, todos atuando voluntariamente. O sindicato conta com a participação de dois advogados e possui um contador contratado. A mensalidade das associadas, à época de nossa pesquisa, era de 6,80 reais, mas o sindicato é frequentemente beneficiado com projetos coordenados por Organizações Não-Governamentais – ONGs nacionais e internacionais, por órgãos governamentais, além de forte apoio dos movimentos sindicais, de mulheres e de negros. Essas parcerias contribuem na atuação do sindicato em bairros periféricos, onde oferecem cursos de cidadania, alfabetização e capacitação. O atendimento é diário e todo segundo domingo do mês há uma reunião geral. De acordo com dados do IBGE, este sindicato é o segundo maior do Brasil em número de associadas<sup>3</sup>.

Angela nasceu na capital, no momento de nossa entrevista estava com 47 anos e é a segunda filha de oito irmãos, sendo quatro mulheres e três homens. Quando seu pai decidiu deixar a família para viver outro relacionamento, sua mãe ficou em uma situação financeira muito difícil, tendo Angela que ir para uma casa de família, com 12 anos de idade, onde teoricamente iria fazer companhia a uma criança, mas na prática assumiu todas as atividades domésticas e não frequentou a escola. Nesta casa, ela permaneceu por oito anos. “E aí quando eu fui morar com essa família a minha vida mudou radicalmente, né, quando eu fui pra lá. Aí eu dormia num quartinho cheio de, na verdade era um depósito que tinha ali, dos velhos, bujão de gás, passarinho, aonde o cachorro dormia, e era ali que era o meu quartinho” (Angela, 2013). Durante este período Angela não recebia salário, apenas roupas usadas e quando sua mãe ia visitá-la a patroa lhe dava sobras de comida.

A partir de uma colega que morava no mesmo apartamento, Angela conseguiu outro emprego e fugiu sem dar satisfação, indo trabalhar na casa de uma família composta por um casal e dois filhos. Nesta casa ela também desempenhava todas as atividades, dormia em um colchão no quarto das crianças, mas alega que era melhor que o quarto que dormia na casa anterior; além disso, nos dias que a patroa chegava cedo ela podia frequentar a escola e ganhava uma quantia em dinheiro. Após aproximadamente nove anos morando neste trabalho, Angela engravidou de seu único filho, o que fez com que sua patroa registrasse sua carteira de trabalho e ela ganhasse pela primeira vez um salário mínimo. Após ter o filho, Angela passou a não dormir mais no emprego.

E nesse meio tempo eu conheci umas colegas que elas falaram: Poxa, Angela, tem um pedaço de lama vendendo lá onde eu moro, que é em cima das palafitas. Como eu já não queria mais, né, já tava grávida, né, não tinha onde ficar, e aí, eu comprei esse pedaço de maré, aí eu fiz uma casa de madeirite, no tempo da maré. Aí nesse tempo, quando eu tava grávida, aí eu disse pra ela (patroa): Não, eu já tenho o meu barraquinho, eu vou dormir agora em casa, pelo menos aos finais de semana. Aí, eu trabalhava, ficava lá de segunda a sexta, ou a sábado, e sábado eu dormia no meu barraco (Angela, 26/11/2013).

Contudo, passada a licença-maternidade, sob a alegação de que Angela estava com o filho muito pequeno, teria pouco tempo e não poderia mais dormir no emprego, ela foi demitida. Ela relata que esse período da sua trajetória foi bastante difícil, pois seu dinheiro

3 De acordo com a PNAD 2016 seriam 4 mil, mas conforme o sindicato, são 6 mil associadas.

estava acabando, ela não tinha onde deixar o filho recém-nascido, mas conseguiu fazer faxinas e conhecidos tomavam conta, até ele completar 11 meses, quando Angela conseguiu uma vaga em uma creche.

Em relação aos familiares e a possível ajuda que poderiam lhe fornecer com o filho, ela esclarece: “E com 12 anos eu perdi contato com minha família! Entendeu, eu perdi o contato com minha família, porque cada um foi pra um canto; um foi morar com a tia, outro foi trabalhar, e aí ficou um na casa dela (mãe)”. Atualmente Angela sabe onde a mãe mora e também mantém muita proximidade com uma de suas irmãs.

Ao realizar faxina no domicílio de um casal de idosos, eles gostaram do trabalho de Angela e lhe propuseram que ela começasse a trabalhar fixo com eles. Desse modo, ela permaneceu durante sete anos e apenas saiu após o falecimento da patroa.

Ao lembrar a maneira como descobriu o sindicato, Angela explica que foi através de um boletim informativo distribuído na parada de ônibus; ao lê-lo, ela diz que tomou conhecimento de que tinha direito a férias, feriados e um repouso semanal que lhe eram negados. Mostrou o boletim para o patrão que, ainda que contrariado, passou a obedecer tais direitos. O episódio do boletim ocorreu no ano de 2001 e desde então ela passou a frequentar o sindicato e suas atividades. Com o passar do tempo, diz que aprendeu a negociar com os patrões, saindo dois dias da semana às 14h para atender no sindicato.

Àquele tempo a presidenta do sindicato era outra, que em 2007 terminaria seu mandato, momento que Angela foi convidada a se candidatar, assumindo a presidência em 2008. Ela lembra que ficou surpresa com a indicação das *companheiras* e não esperava ganhar, já que tinham várias mulheres que frequentavam o sindicato há muito mais tempo que ela, portanto com mais experiência. Por isso, ela argumentou que mesmo feliz com o cargo, o primeiro ano de sua gestão foi muito difícil, pois ela não sabia como lidar com todos os afazeres. Em relação a sua atuação no sindicato e aparições públicas, ela desabafa:

Difícil! Até hoje ainda é difícil! Porque a gente sempre, principalmente as mulheres negras, trabalhadoras domésticas. A gente sempre ouve: Ah, você não é capaz! Você não vai pra lugar nenhum! Você é burra! Você só serve pra ficar na cozinha do branco! A gente sempre ouve isso. [...] Acredita mesmo, é, acredita que eles que fizeram faculdade, entendeu, que estudaram numa escola melhor, eles que sabem, eles que têm que tomar a frente. E eles tem que decidir pela gente. E não a gente decidir pela gente mesma (Angela, 26/11/2013).

Além disso, a presidenta ressalta que o trabalho no sindicato é muito cansativo, pois elas precisam atender as trabalhadoras e os empregadores, muitas vezes, sem um acompanhamento psicológico, e presenciaram situações muito difíceis de denúncias de assédios verbais e sexuais, roubos, precisando agir como *mães* e *psicólogas*. O trabalho também é voluntário, já que a categoria não tem imposto sindical.

Salientando as conquistas realizadas em seu mandato, Angela chama atenção para a transformação do Boletim Informativo, que atualmente é colorido e com várias informações *na linguagem da trabalhadora doméstica*. Além disso, o sindicato possui parceria com uma ONG para a alfabetização de trabalhadoras domésticas. Inclusive Angela finalizou seu Ensino Fundamental, com vinte e poucos anos nos cursos realizados através do sindicato.

Após o rompimento da relação com o pai de seu filho, Angela passou por um relacionamento problemático, que culminou com ela tendo sofrido agressão física, mas com o apoio do sindicato fez a denúncia e seu antigo namorado precisou pagar cestas básicas durante um ano para o sindicato: “E a partir daí, graças a Deus, ele me deixou em paz. Mas é assim, terrível, porque se eu não tivesse ajuda daqui, das meninas daqui do sindicato, eu não teria coragem de denunciar” (Angela, 2013). Posteriormente, ela encontrou um companheiro com quem viveu por 12 anos até o falecimento dele. Neste período da sua vida ela mudou-se para o conjunto residencial onde mora atualmente.

Porque aquele terreno ali onde eu moro, era um terreno baldio cheio de mato. Aí o pessoal da palafita, de vez em quando, invadia e eu também! Eu morava lá, como eu queria uma moradia decente... Aí invadia, aí a polícia vinha e tirava a gente, derrubava os barracos e tudo. Aí tinha uma associação lá também que era muito forte e aí a gente conseguiu junto com um projeto lá da Itália, aí fizeram aquelas casas, aí tiraram aquele pessoal da palafita e colocou lá (Angela, 26/11/2013).

Angela tornou-se uma liderança comunitária em seu conjunto, fundando um grupo de mulheres com espaço próprio. De acordo com ela, lá existem cerca de 250 famílias, a maioria chefiada por mulheres negras trabalhadoras domésticas; então, o grupo também estabelece parcerias, como por exemplo, com uma ONG que está realizando um curso de confeitaria e cidadania com as moradoras, já na segunda edição. Ao fazer uma avaliação das mudanças e continuidades do trabalho doméstico a partir de sua trajetória, Angela finalizou:

Eles falam que a gente não gera lucro, não gera riqueza. Como é que nós não geramos? Um bem estar, riqueza e lucro pra poder um professor tá na sala de aula, um médico tá lá no seu consultório, quem tá dando suporte a ele? Quem tá dentro de sua casa, cuidando do seu maior bem? Que são seus filhos, sua casa, seu idoso. É a trabalhadora doméstica! Porque sem ela, ele não poderia... As mulheres brancas, né, tinham que tá dentro de casa cuidando da sua casa, da sua família, dos seus filhos. No entanto, né, elas falam: Ah, por que a trabalhadora doméstica quer estudar? Pra que a trabalhadora doméstica quer direito? Se ela busca melhorar de vida, se ela busca ter uma faculdade, as trabalhadoras domésticas também buscam isso! Uma cidadã como outra qualquer. Então, temos direitos sim! Porque a gente luta para a equiparação de direitos (Angela, 26/11/2013).

## Trajatórias e teorias do e no trabalho doméstico remunerado brasileiro

Na narrativa biográfica de Taís percebemos que o esforço para durar no tempo é adensado por suas vivências atuando como presidenta do sindicato das trabalhadoras domésticas. Ela ingressa ao mundo do trabalho com 12 anos de idade e desde então, mesmo mudando de cidade e empregos, atuou como doméstica, tendo aprendido as atividades com a mãe

e empregadores. Apesar de ter vivido em alguns momentos nas casas dos empregadores, Taís possui a casa da família, casou e teve quatro filhos.

Sua procura pelo sindicato foi motivada por diversos assédios sofridos em um emprego, como a pressão para pedir demissão por estar grávida, a investida em seu corpo sem consentimento por um sobrinho do patrão e a agressão física cometida pela patroa, já no espaço do sindicato. A busca por justiça não foi efetivada, de acordo com Taís, devido à falta de orientação fornecida a ela; e isto se colocou como forte justificativa para que ela passasse a atuar no sindicato, com o esforço de que outras trabalhadoras não passassem pela mesma situação ou injustiça que ela. Taís salienta que o sindicato possui poucos recursos, e que, dentre várias debilidades, não garante apoio psicológico para as dirigentes e trabalhadoras, além de ser necessário que as dirigentes busquem outras atividades para sobreviverem. Além de faxinas eventuais, Taís possui uma lanchonete que funciona em sua residência e seu marido tem uma agência de empregos que se localiza ao lado do sindicato e atua em conjunto com o mesmo, cadastrando várias domésticas e empregadores na busca por emprego e funcionária.

Apesar de lamentar não ter tido outras oportunidades que o emprego doméstico, para além da rescisão de contratos e busca por direitos, a presidenta denuncia maus-tratos direcionados às trabalhadoras e a falta de respeito de vários empregadores e advogados para com o sindicato. Argumenta que sua atuação também é de valorização do trabalho doméstico, para que as mulheres saibam que pertencem à classe trabalhadora, conheçam e lutem pelos seus direitos, e não se considerem como fazendo parte da família dos patrões, sentimento que, na maioria das vezes, gera frustração, sofrimento, dependência e exploração do trabalho (DANTAS, 2008, 2016).

Oriunda do interior, Taís é uma mulher não-branca e foi assediada sexualmente por um empregador. Em sua narrativa, não percebemos tensões relativas à identidade de trabalhadora doméstica, ou de pertencer ou não às famílias empregadoras. Isso pode ter acontecido devido a sua longa permanência no sindicato e o aprendizado da linguagem dos direitos. Os marcadores que parecem ter sido acionados em sua trajetória são a classe e o gênero, além de um imaginário de terceiros da sexualidade e acesso ao corpo do outro, que objetifica e violenta grande parte das mulheres. A partir da abordagem interseccional, podemos perceber que as situações que Taís passou não foram determinadas apenas por ser pobre, ou mulher, ou não-branca, mas pela sua atuação conjunta.

Na narrativa biográfica de Angela percebemos maior densidade nos momentos em que fala da precariedade do quarto em que morou na casa dos primeiros empregadores e do engano em achar que iria brincar com uma criança, mas assumir as atividades domésticas da casa. O *quarto de empregada*, além de ser mencionado em vários relatos de trabalhadoras como um espaço desagradável, que elas compartilham com objetos e mesmo animais da casa, também é tema de vários estudos, como a pesquisa de Virgínia Pereira (2012) que analisa plantas de apartamentos de camadas médias de Recife e foca neste cômodo, frequentemente pequeno, escuro, sem ventilação ou privacidade, para exemplificar como a aproximação no domicílio não quer dizer a diminuição da distância social entre patrões e empregadas. Também Jurema Brites (2000) discorre sobre as hierarquias dos espaços, sobre a falta de privacidade vivenciada pelas trabalhadoras e o lugar *sujo e impuro* (DOUGLAS, 1991) remetido a elas fisicamente, no quarto de empregada, ou no campo das

representações; como se o ambiente em que moram e as relações que estabelecem fora do trabalho fossem sempre destrutivas e inferiores ao mundo dos patrões, que as desejam subservientes e disponíveis às suas necessidades. Este espaço também nomeia um curta-metragem produzido em 1995, através da parceria do Centro Josué de Castro com o sindicato das trabalhadoras domésticas de Recife e dirigido por Luciane Ferreira de Alcântara<sup>4</sup>.

A trajetória de Angela é exclusivamente composta por empregos domésticos, seja como mensalista, babá, diarista ou cuidadora, e seus deslocamentos foram em busca de melhores condições de vida e trabalho. Ela menciona a ida à escola e o recebimento de remuneração monetária como momentos importantes de mudança na configuração do emprego. Contudo, ao ter seu filho, foi demitida e passou por inúmeras dificuldades, ainda que já pudesse contar com uma residência própria. A falta de políticas de assistência às crianças é um problema recorrente na vida das mulheres, que acabam assumindo a responsabilidade, muitas vezes, de maneira solitária e sem contar com o apoio dos genitores e do Estado.

O primeiro contato de Angela com o sindicato se deu através do Boletim Informativo, jornal produzido para divulgar informações em prol das trabalhadoras, distribuído em uma parada de ônibus. As descobertas foram iniciadas com a exigência de direitos já garantidos em Lei, mas que não eram contemplados em seu emprego, a negociação com seus empregadores, até a participação nas atividades e consolidação de sua liderança, enquanto presidenta. Angela, assim como várias diretoras do sindicato, também atua fortemente em sua comunidade, coordenando um grupo de mulheres que, de acordo com ela, é composto majoritariamente por domésticas.

O aprendizado e atuação coletiva do e no sindicato permitiram que Angela saísse de uma relação abusiva, melhorasse sua saúde mental e autoestima. Sem contar a reflexão que nos ensina sobre o estatuto e importância do trabalho doméstico, a heterogeneidade de vivências de mulheres e o racismo que estrutura a sociedade brasileira. O importante é perceber as diferentes mulheres em seus contextos particulares, em que são produzidas nas relações sociais e nos sistemas de significação atribuídos a elas (MOHANTY, 2008).

Contrariamente aos discursos feministas hegemônicos (brancos e ocidentais), estamos de acordo que as mulheres possuem experiências singulares que as aproximam e as distanciam dependendo do contexto. No caso das domésticas os marcadores de raça, gênero e classe estão bastante presentes, mas cada trajetória narrada pelas trabalhadoras põe em relevo outras dimensões desse trabalho não pensadas por nós a priori. Nos interessam os processos pelos quais essas mulheres passam e se (re)constroem cotidianamente, sem absolutamente correr o risco de essencializá-las ou aprisioná-las a algum determinante isolado, como gênero, raça ou classe, que não leve em conta a complexidade de suas subjetividades.

A etnografia da duração realizada<sup>5</sup> se propôs a construir o trabalho doméstico remunerado como um objeto temporal, que dura por meio de múltiplos suportes, sejam documentos históricos e literários, filmes, trabalhos acadêmicos, dados estatísticos, mas, sobretudo, pelas vivências e narrativas biográficas de trabalhadoras que, a partir do encontro etnográfico, foram incentivadas a construir trajetórias a respeito de si mesmas. Nos seus jogos de memórias houve fases e dimensões da vida que foram mais densificadas do que

4 Disponível em: <http://cinematecapernambucana.com.br/filme/?id=3112>.

5 Trabalhada de modo mais amplo em minha tese de doutorado (DANTAS, 2016).

outras. Na imaginação criadora de nossas interlocutoras o tempo presente se constitui como o melhor e mais emancipado pelo fato de terem descoberto o sindicato, se reconhecido enquanto trabalhadoras domésticas e um sentido para continuarem trabalhando para que cada vez mais domésticas vivam em condições dignas e independentes.

Neste trabalho não temos o objetivo de representar as trabalhadoras, mas seguir os *rastros* da alteridade (SPIVAK, 2010), com o respaldo da empatia. “Creio na possibilidade de que uma experiência subjetiva seja compreendida por outro” (FANON, 1975, p. 71). Nosso objetivo é pensarmos em alternativas e proposições que sejam oriundas dos próprios grupos subalternos e a abordagem etnográfica se mostra de extrema relevância, pois desse modo as narrativas de trabalhadoras podem ser estudadas enquanto teorias que podem se aproximar em alguns aspectos, mas, principalmente, concorrer com narrativas hegemônicas, além de abrirem novos caminhos de análise e potência sobre o trabalho doméstico remunerado no Brasil e no mundo.

## Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BOURDIEU, Pierre; MICELI, Sergio. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BRASIL. Presidência da República. *Lei Complementar Nº 150, de 1º de junho de 2015*. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis no 8.212, de 24 de julho de 1991, no 8.213, de 24 de julho de 1991, e no 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei no 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei no 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei no 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp150.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm). Acesso em 2015.

BRASÍLIA. Câmara dos Deputados. *Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2012*. Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores urbanos e rurais. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4083999&ts=1594004424265&disposition=inline>. Acesso em 2013.

BRITES, Jurema. *Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico*. 2000. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, n. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

DANTAS, Luísa Maria S. “Pais” ou “Patrões”? *Um estudo sobre “crias de família” na Amazônia*. 2008. Monografia (Graduação em Ciências Sociais), IFCH, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

DANTAS, Luísa Maria S. *As domésticas vão acabar? Narrativas biográficas e o trabalho como duração e intersecção por meio de uma etnografia multi-situada – Belém/PA, Porto Alegre/RS e Salvador/BA*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, PPGAS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo – Ensaio sobre a noção de poluição e tabu*. Lisboa: Edições 70, editora perspectiva, [1966] 1991.

ECKERT, C.; ROCHA, Ana Luiza C. *Etnografia da duração: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas*. Porto Alegre: Marcavizual, 2013.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. ed. Tradução de Alexandre Pomar. Porto. Paisagem. 1975.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, [1933] 1984. IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2016*. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 7 de agosto de 2016, às 10h30.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019*. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 5 de junho de 2020, às 19h.

MOHANTY, Chandra, Bajo los ojos de Occidente: academia feminista y discursos coloniales. In: NAVAZ, Liliana S.; CASTILLO, Rosalva A. H. (ed.). *Descolonizando el feminismo*. Teorías y Prácticas desde los Márgenes, Madrid: Cátedra, 2008.

OIT. *Convenção (N.º 189) Trabalho Digno para o Trabalho Doméstico – 2011*. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms\\_179461.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_179461.pdf). Acesso em: 2013.

OIT. *Recomendação 201 – Sobre o Trabalho Doméstico Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos – 2011*. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-domestico/WCMS\\_242769/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-domestico/WCMS_242769/lang--pt/index.htm). Acesso em: 2013.

PEREIRA, Virgínia A. *Herança Escravocrata e Trabalho Doméstico Remunerado – Rupturas e Permanências*. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

QUARTO de Empregada. Direção: Luci Alcântara. Produção do Centro Josué de Castro e do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Recife. Recife: Cinemateca Pernambucana, 1995. Disponível em: <http://cinematecapernambucana.com.br/filme/?id=3112>. Acesso em 2020.



RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*. Trad. Luci Moreira Cesar. Campinas: Papirus, 1991.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. São Paulo: Papirus, v. I, II, III, 1994.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.



# INTERFACES ENTRE COMUNICAÇÃO E FEMINISMOS DO SUL GLOBAL: construindo direcionamentos analíticos<sup>1</sup>

Nathália Fonseca  
Danila Cal  
Rosângela Darwich

## Introdução

A relação entre o colonialismo e a produção acadêmica feminista Ocidental produziu, a partir da diferença colonial, duas mulheres: a mulher hegemônica, do Primeiro Mundo, e a subalterna, do Terceiro Mundo. Esse antagonismo parte das vozes do Norte Global, que constroem a si mesmas como universais enquanto constroem as mulheres do terceiro mundo como suas Outras. Nesse movimento, a produção acadêmica – que parte de um olhar ocidental – busca enquadrá-las em categorias analíticas, como divisão sexual do trabalho, família, reprodução, patriarcado (MOHANTY, 1988). Esse movimento analítico não apenas apagou a particularidade das vivências dessas mulheres, mas as construiu como passivas, domésticas e incapazes de reconhecer os mecanismos de opressão aos quais estão submetidas.

Frente a esse cenário, buscamos realizar neste artigo aproximações entre perspectivas feministas que questionam essa colonialidade do saber – tanto ao acusar formas de subjugação quanto apontando as resistências frente a elas – e o modelo praxiológico dos estudos em Comunicação, que a entende como um processo constituinte de sujeitos, sentidos e que participa da construção de um comum (QUÉRÉ, 2018; FRANÇA, 2008). O objetivo é compreender como os processos comunicacionais, em interface com perspectivas feministas do Sul Global, podem corroborar com a construção de um olhar crítico às formas de dominação e mais sensível às resistências e redes de solidariedade do que as noções feministas hegemônicas.

Ao discutir comunicação, trabalhamos com uma perspectiva abrangente e que não enfoca apenas as interações oriundas dos media, mas, ao invés disso, observa o processo comunicativo em seu potencial de construção, afetação e mesmo subversão dos sentidos tecidos na sociedade. Exploramos o paradigma relacional ou praxiológico da Comunicação, a partir da aproximação com as perspectivas feministas descentralizadas como uma prática de sujeitas<sup>2</sup> em comunicação (FRANÇA, 2003, 2016): lançando luz sobre o papel

1 Este texto foi originalmente publicado na Revista Logos (UERJ), v. 27, n. 2 (2020).

2 Tratamos de *sujeitas* do feminismo mesmo conscientes de que, na literatura feminista, o termo “sujeitos” ainda é utilizado, por compreendermos que a própria linguagem, ao tomar o masculino como expressão universal do gênero, fundamenta-se da fonte a partir da qual as mulheres foram [são?] subjugadas.

dos processos comunicativos na construção, contestação e subversão de sentidos acerca das sujeitas do feminismo. Para isso, parte-se da reflexividade de G. H. Mead na configuração do self por meio dos processos de interação social, que nos fornece a base para pensar a comunicação como um processo relacional na qual os sujeitos constroem sentidos acerca da realidade e se situam nela (FRANÇA, 2008).

Este artigo está dividido em três seções principais. Na primeira, apresentamos a crítica realizada por autoras do Sul Global à universalidade com a qual as perspectivas feministas hegemônicas construíram a si mesmas como sujeitas – enquadrando, por consequência, todas as mulheres que não compartilhavam de suas características e experiências como Outras. Em seguida, explicamos a visada comunicacional que anima este trabalho, com a finalidade de explicitar de que forma ela se oferece como alternativa ao universalismo contestado pelas autoras do Sul Global. Por fim, traçamos um paralelo entre as duas linhas teóricas exploradas neste trabalho, para desvelar de que forma elas se complementam e, em diálogo, oferecem-nos uma lente complexa de análise e subversão das desigualdades sociais.

## Igualdade, diferença e as sujeitas do feminismo

“O que tem validade enquanto conhecimento?” questão emprestada de Donna Haraway (1995), tem sido foco de uma variedade incontável de trabalhos. Dentre os que mais reverberaram, optamos por partir das técnicas políticas de construção hierárquica que determinaram a colonialidade do saber (QUIJANO, 2005). Quijano (2005) identifica um novo padrão de poder, que se origina no processo de colonização e no estabelecimento do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado, que, somado a um terceiro elemento, constitui a tríade de dominação colonial: a raça.

Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de *raça*, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido (QUIJANO, 2005, p. 227).

Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de *raça*, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido (QUIJANO, 2005, p. 227).

Ao estabelecer a tríade de dominação colonial como o argumento usado para sustentar a exploração, Quijano (2005) elucida como as hierarquias construídas para essa finalidade fornecem a base para a colonialidade do poder, seja no campo dos conhecimentos, nas relações estabelecidas entre os dois grupos, ou na construção da subjetividade.

Contudo, Quijano (2005) pouco se detém a pensar de forma complexa o papel das mulheres em meio a essas diferenças. Ainda que seja crítico da intrínseca relação entre o

colonialismo, o capitalismo e a raça, as reflexões do autor mostram-se pouco sensíveis ao gênero e à forma heterogênea como ele atravessa a vida das mulheres.

Tal qual Quijano (2005) e corroborando com aquilo que ele critica, prevaleceu, por muito tempo, uma homogeneidade na origem do saber feminista. Desde Mary Wollstonecraft com “Uma Reivindicação pelos Direitos da Mulher”, passando por Beauvoir e a “outridade” da mulher em relação ao homem e por Betty Friedan em sua “Mística Feminina” e chegando a Carol Hanish e sua declaração de que “o pessoal é político”, o saber feminista foi pautado pela dominação dos homens sobre as mulheres a partir da divisão entre público e privado, do acesso a esses espaços, da valorização do trabalho masculino e desvalorização do feminino, dentre outros pontos. Essas perspectivas, sustentadas na colonialidade do saber, construíram uma visão universalista do “ser mulher”.

Em contrapartida, perspectivas feministas do Sul Global se oferecem como lentes para desestabilizar a hierarquia construída entre as mulheres. Consideramos do “Sul Global” aquelas perspectivas feministas que, apesar de não se constituírem de forma homogênea, partem de realidades distintas para demarcar a pluralidade de saberes e experiências que atravessam as mulheres de acordo com sua classe, orientação sexual, etnia e localização geopolítica, entre outras interseções.

Contribuindo com Quijano (2005), para que contemplasse de modo mais sólido as desigualdades de gênero, María Lugones (2008) contradiz o olhar que toma o acesso negado à esfera pública como a base universal da dominação dos homens sobre as mulheres. A autora constata que enquanto as mulheres dos países colonizadores estavam relegadas ao lar, nas áreas colonizadas, as relações entre mulheres e homens eram baseadas na solidariedade mútua. Dessa forma, fica “visível a dissolução forçada e crucial dos vínculos de solidariedade prática entre as vítimas da dominação e da exploração que constituem a colonialidade”<sup>3</sup> (LUGONES, 2008, p. 77, tradução nossa).

Portanto, durante o processo de colonização, os colonizadores instituíram a raça, a exploração capitalista e desmontaram essa solidariedade, configurando o que Lugones (2008) conceitua como o sistema moderno/colonial de gênero. As mulheres passaram a viver sob o jugo de múltiplas formas de dominação, mas não sem resistir a elas – e mesmo os homens vítimas da colonização, em sua aliança com os colonizadores, não o fizeram com prazer, mas sob ameaça, muitas vezes de morte.

No entanto, especificamente no que diz respeito às mulheres, as formas de resistência foram apagadas pela colonialidade do saber feminista, moldando o que Chandra Mohanty (1988) conceituou como a construção das “Mulheres de Terceiro Mundo” como monolíticas, subalternas, pouco escolarizadas e religiosas, entre outros adjetivos – o oposto (ou as outras) das empoderadas, escolarizadas e donas de si, “mulheres de primeiro mundo”, ou do Norte Global. Isso demarca o enquadramento das mulheres do Sul Global, a partir destes olhares externos à sua realidade, como exclusivamente submetidas a múltiplas formas de poder como dominação, tal qual pode ser observado no quadro a seguir, criado a partir da pesquisa em que Mohanty (1988) analisa como as mulheres do Sul Global eram retratadas por autoras do Norte Global.

3 No original: “visible la disolución forzada y crucial de los vínculos de solidaridad práctica entre las víctimas de la dominación y explotación que constituyen la colonialidad”.

**Quadro 1 – “Mulheres de terceiro mundo” sob os olhos do Ocidente**

<b>Autora</b>	<b>Problema de pesquisa</b>	<b>Localização da investigação</b>	<b>Vítimas de quem? Vítimas de quê?</b>	<b>Conclusão: as mulheres...</b>
Fran Hosken (1981)	Relação entre direitos humanos e mutilação genital	África e Oriente Médio	Do controle sexual masculino, que mutila o prazer e a satisfação feminina	São vítimas do controle sexual masculino.
Beverly Lindsay (1983)	Relações de identificação entre mulheres do terceiro mundo	Países “subdesenvolvidos”, Mulheres vietnamitas e afroamericanas.	Subordinadas universais, vítimas da raça, do sexo e da classe social	Do Terceiro Mundo criam laços de solidariedade embasados em sua situação de dependência
Maria Rosa Cutrufelli (1983)	Condição de subalternidade das mulheres africanas	África	Dos sistemas político e econômico; do processo colonial, através do casamento	A prostituição é o único meio de trabalho para as mulheres africanas como <i>grupo</i>
Elisabeth Cowie (1978)	Estruturas das relações familiares	Oriente Médio (mulheres árabes e muçulmanas)	Da família patriarcal	Mesmo que ocupem lugares de valor dentro da família, essas mulheres seguem sendo vítimas do “patriarcalismo”
Patrícia Jeffery (1979)	Relação entre “as mulheres” e a religiosidade	Oriente Médio (mulheres islâmicas do grupo Pizarda)	Da clausura doméstica ( <i>purdah</i> )	O <i>purdah</i> afeta as relações socioeconômicas dessas mulheres

Fonte: Mohanty, 1988, elaboração das autoras.

A partir do diálogo entre a questão que inicia esta seção e o quadro acima, fica perceptível a necessidade, por parte do Sul Global, do movimento de autorrepresentação em contrapartida à sua subalternização, ao apagamento da complexidade de suas vivências e ao silenciamento de suas experiências (SPIVAK, 2010) imposto através da colonialidade do saber. Diante disso, como o poder estabelecido entre o colonizador e os colonizados não afetaria a validação do conhecimento daqueles postulados como subalternos? Se a subalternização está estabelecida, como desmontar suas estruturas? De acordo com Donna Haraway (1995), tal debate, agonístico mesmo dentro do campo feminista de gênero, pode ser superado por meio do olhar “a partir de” e “para os” saberes localizados.

Seguindo esse raciocínio, o pensamento de Lélia Gonzalez (1988) contribui ao agregar ao marcador de raça as especificidades da América Latina. Gonzalez (1988) defende que o racismo, construído durante o período colonial, representa “a ciência da superioridade eurocristã (branca e patriarcal)” (GONZALEZ, 1988, p. 71), marcando o que ela denomina “modelo ariano de explicação” como direcionador da produção acadêmica ocidental. Essa visão etnocêntrica alimenta representações de tradições culturais outras à ocidental como selvagens e exóticas, entre outros adjetivos. De acordo com Gonzalez (1988), o racismo foi internalizado pelos colonizados por meio de múltiplas estratégias discursivas que reforçavam a “superioridade” do colonizador, degradando os colonizados não apenas fisicamente, mas também em sua construção subjetiva, por meio da internalização de valores:

Dessa forma, as sociedades que constituíram a América Latina são herdeiras destas hierarquizações ideológicas que classificam os sujeitos. Sendo racialmente estratificadas, e com isso, garantindo a superioridade dos brancos, estas sociedades dispensam formas

abertas de segregação. [...] Um racismo sofisticado que mantém subordinados negros e índios a partir da “ideologia do branqueamento” [articulada nas teorias da miscigenação] (GONZALEZ, 1988, p. 73).

Mobilizamos a perspectiva da autora por compreendê-la como imprescindível para a análise dos feminismos do Sul Global, uma vez que nos fornece base para pensar relações raciais no Brasil e, de modo geral, na América Latina, complexificando o olhar acerca da constituição das sujeitas do feminismo, das opressões e mesmo da resistência.

Em consonância com Gonzalez (1988), Marlise Matos (2010) defende a proficuidade de pesquisas que partam do que conceitua como um modelo altermundialista, ou seja, que tratem a luta feminista de modo internacional contra o neoliberalismo que se institui no regime capitalista global e que busque justiça social através da consideração das particularidades locais e sua relação com o global. A autora reforça, ainda, que mobilizar a prática política e teórica das autoras do Sul Global fornece subsídios para feminismos mais horizontalizados e que se preocupem para além das fronteiras das nações.

A partir do que foi apresentado, argumentamos que as perspectivas feministas do Sul Global reivindicam um processo de visibilização, discussão e reconstrução dos sentidos subalternizantes.

## Processos comunicacionais e a possibilidade de configuração do comum

Se os sentidos tecidos sobre a base do pensamento colonial foram estabelecidos como universais, é necessário contestá-los. Percebemos a comunicação tanto como a base do processo que refletiu no reforço à subalternização das mulheres do Sul Global, quanto como o ambiente através do qual novas gramáticas podem ser formuladas, pois as “palavras não são gratuitas, nem se equivalem; elas trazem sentidos que conformam nossa apreensão e compreensão dos fatos do mundo” (FRANÇA, 2008, p. 71), o que ocorre de modo conjunto, em ações que se referenciam reciprocamente.

Compreendemos a comunicação como uma prática capaz de pôr em cena as sujeitas como ativas no mundo comum, tecendo sentidos sobre sua realidade e configurando a si mesmas – em contrapartida às definições externas, mas em interação com elas –, tomando-as como sujeitas em constante interação e afetação mútua. Essa noção emerge do paradigma relacional (FRANÇA, 2016) ou praxiológico (QUÉRÉ, 2018), que tem como base a perspectiva do interacionismo simbólico, desenvolvida por G. H. Mead (1863-1931).

Mead, segundo França (2008), não percebe a sociedade como algo externo e desconectado dos sujeitos, mas como um “contexto objetivo de ação”, construído nas interações entre seus membros.

A sociedade, para Mead, não é uma totalidade exterior ou transcendente aos indivíduos, mas um *contexto objetivo de ação*; ela existe através da atividade cooperativa de seus membros, dos atos e trocas efetuadas em comum. A vida social promove e requer dos indivíduos uma personalidade social: os membros da sociedade são dotados de um



*self*, um si mesmo unitário (embora flexível) que orienta e avalia sua ação concertada (FRANÇA, 2008, p. 74, grifo nosso).

Este *self* que marca a subjetividade em constante interação social é constituído socialmente. Podemos compreender como a personalidade dos sujeitos se forma e se manifesta socialmente a partir da interação entre o “eu” – a instância criativa, “a fonte não regulamentada” (HONNETH, 2003, p. 130) das ações dos sujeitos – e o “mim” – a “imagem cognitiva que o sujeito recebe de si mesmo, tão logo aprenda a perceber-se na perspectiva de uma segunda pessoa” (HONNETH, 2003, p. 133). Desse modo, o “mim” conforma o olhar internalizado do outro generalizado; a maneira como a reação dos interlocutores os afeta mutuamente.

O *self* não é simplesmente uma construção social (a importância de um modelo do exterior para o interior), mas o resultado de um embate – e ele apenas se torna possível pela intervenção do espírito. Este último, por sua vez, consiste na consciência reflexiva, na possibilidade de autoavaliação permanente do *self*, que se realiza graças à capacidade ou função de falar a si mesmo da mesma maneira como pode falar a um outro. O espírito é a “inteligência reflexiva do animal humano” (MEAD, 2006, p. 193), e se manifesta “quando o organismo é capaz de apontar significado aos outros e a si mesmo (MEAD, op. cit., p. 205) (FRANÇA, 2008, p. 75).

França (2008) elucida que o processo comunicativo e a linguagem configuram o eixo do trabalho do autor, uma vez que se inserem na construção dos sentidos, tornando a linguagem a materialidade das interações entre o *self* e o espírito. Tomada como um ato social, a comunicação configura os gestos – que fazem parte deste ato –, estabelecendo um estímulo para que os interlocutores participem possibilitando a adaptação da conduta por meio das “modificações de comportamento resultantes das provocações” (FRANÇA, 2008, p. 76), conformando a ação coletiva e a convivência social.

Portanto, os sujeitos interlocutores estão implicados igualmente, pois atuam na produção de gestos que são atualizados na reação diante da ação e assim sucessivamente. Esse movimento gestual imprime sobre o processo comunicativo um caráter reflexivo, pois “um afeta o outro que é afetado pelo um” (FRANÇA, 2008, p. 79), possibilitando um ajustamento por meio da afetação mútua entre um e outro, o que também ilumina a possibilidade de constituição dos processos de agenciamento diante da vida social. A perspectiva interacionista, enfocando ações reciprocamente referenciadas, possibilita a superação das dicotomias que segmentam a vida social e individual (FRANÇA; SIMÕES, 2015).

Quéré (2018), inspirado em Mead, toma essa reflexividade como base para pensar a comunicação a partir do paradigma praxiológico/relacional. França (2003), ancorada em Quéré, sistematiza as especificidades desse paradigma a partir da natureza da comunicação, do papel da comunicação e dos sujeitos da comunicação. No encontro entre as teorias comunicativas e a perspectiva sociológica emergem nuances que incentivam uma nova abordagem da questão comunicacional (FRANÇA; SIMÕES, 2015, p. 83), na qual há “a preocupação com o cotidiano e o resgate das pequenas atividades do dia a dia; a combinação entre valores coletivos e atitudes individuais; a ênfase no trabalho empírico e a utilização

de técnicas qualitativas [interessando-se] pelo particular e pelas pequenas ocorrências da vida cotidiana” (FRANÇA; SIMÕES, 2016, p. 84).

Nesse paradigma, a comunicação é um processo; uma prática de construção, reconstrução e transformação de sentidos. Sua natureza está inserida na esfera da “ação, da intervenção e da experiência humana” (FRANÇA, 2003, p. 40), e é por meio dessa prática que o mundo é constituído pela humanidade como “o mundo”. O papel da comunicação é o de constituir e organizar os sujeitos, suas subjetividades e intersubjetividades, assim como a “objetividade do mundo comum e partilhado” (FRANÇA, 2003, p. 40). Logo, o sujeito da comunicação é dialógico, afetável, sensível, dotado de experiências e conhecimentos anteriores que afetam seu processo de interação com o mundo e que afetarão e serão afetados pelos processos comunicativos. O papel da linguagem no paradigma relacional é marcado por “uma concepção expressiva e constitutiva” (FRANÇA, 2003, p. 42), pois a linguagem é a materialização da expressão (QUÉRÉ, 2018).

Essa visada nos permite compreender a vida social como uma chave de leitura que observa sua dimensão constitutiva da sociedade, por possibilitar a dinâmica de manutenção e mudança das relações sociais, enfocando a importância dos processos comunicativos (FRANÇA, 2018). Quéré (2018) constrói quatro ações que delinham a comunicação a partir da reflexividade:

1. Conectando “a objetividade e a subjetividade, a individualidade e a sociabilidade” (QUÉRÉ, 2018, p. 16) – dimensões que se configuram recíproca e simultaneamente e possibilitam a formação de sentidos coletivamente compartilhados a partir da interação no mundo comum e com outros sujeitos;
2. Dispensando as representações predeterminadas que emergem de fora do contexto de ação – visada relacional que prioriza a “atividade organizante”, “conjugada dos atores sociais, por meio da qual um mundo comum, um ‘espaço público’, um campo prático, um sentido compartilhado de uma realidade comum são continuamente modelados e mantidos como condições e resultados da ação” (QUÉRÉ, 2018, p. 16).
3. Associando “o sentido, a racionalidade, a inteligibilidade, [e] a intercompreensão” (QUÉRÉ, 2018, p. 16) à articulação de ações no espaço público, possibilitando práticas conjuntas que emergem das mediações simbólicas compartilhadas entre os sujeitos;
4. Concedendo à linguagem sua expressão constitutiva do comum, por percebê-la como “parte integrante das próprias realidades que permite descrever e relatar” (QUÉRÉ, 2018, p. 17).

Quéré (2018) entende a comunicação como atividade de organização social na qual o comum se configura, de modo que as relações sociais e a própria organização da sociedade sejam reconhecidas como diretamente atravessadas por esquemas comunicacionais.

Seguindo esse raciocínio, a perspectiva relacional possibilita compreender a atuação e interferência dos feminismos do Sul no comum construído pelo Norte Global, criando um espaço que nos permita vislumbrar sua ação no mundo a partir das questões que tematizam. As perspectivas delas podem, então, ser analisadas a partir de seu reconhecimento como sujeitas em comunicação.

## Comunicação relacional e os feminismos Sul Global

Percebemos a interface entre as demandas levantadas por autoras do Sul Global – como a desconstrução da universalidade feminista ocidental (LUGONES, 2008) e a subversão dos enquadramentos subalternizantes (MOHANTY, 1988) – e a perspectiva relacional como uma proposta analítica profícua para investigações que busquem compreender a interação no sentido da produção de um comum que não ignore, apague ou subjugue as vivências das mulheres no Sul Global, questionando, assim, as bases hegemônicas sobre as quais os feminismos Ocidentais constituíram a si mesmos.

Se a linguagem, no paradigma relacional, é “parte integrante da construção social da realidade” (QUÉRÉ, 2018, p. 31), foi e é por meio dela que a hegemonia do Norte Global se constitui, mas também é por meio dela que pode ser questionada. Da mesma forma que se a outridade da América Latina – e dos demais países colonizados – foi construída por meio da linguagem, em sua materialidade podemos visualizar, de modo mais articulado, a organização do comum e o lugar que ocupamos nele. Portanto, nela podemos vislumbrar a possibilidade de subverter a mudez imputada aos sujeitos subalternos (SPIVAK, 2010). Isso porque, de acordo com Quéré (2018, p. 31-32),

A linguagem também desempenha um papel importante na compreensão que temos de nós mesmos e de nossas práticas ordinárias. Na verdade, é nela que se torna possível formular o horizonte de valores, a textura das pertinências ou as caracterizações do desejável em função das quais nos orientamos e qualificamos nossas ações e nossas condutas interiores.

Dessa forma, compreendemos os processos comunicativos empreendidos pelas sujeitas como a materialidade desses horizontes valorativos que pode impulsioná-las em direção ao combate às opressões que as interpelam. Vislumbramos na comunicação a possibilidade de publicização de suas próprias narrativas, em contrapartida àquelas hegemônicas e homogeneizantes, desestabilizando o modo pelo qual o discurso dominante nega legitimidade à experiência dos oprimidos (ALCOFF, 2016; CAL, 2016). Contudo, Butler alerta que “não existe uma trajetória moral inata em direção ao engajamento, à participação e à emotividade, já que somos seres que, desde o início, tanto amamos quanto resistimos à nossa dependência, e cuja realidade psíquica é ambivalente por definição” (BUTLER, 2020, p. 145). A autora argumenta que mesmo uma postura comunicativa engajada com o outro não necessariamente caminha em direção ao reconhecimento recíproco, mas, ao contrário, pode levar à reificação.

Investigar processos comunicativos a partir do Sul Global nos permite lançar mão do que Sônia Alvarez (2009) define como o movimento de tornar comum empreendido

pela tradução de realidades. Essa atividade teórica e política permite a concepção de epistemologias que fomentem alianças feministas que abarquem as questões de colonialidade – assim como o racismo e a exploração capitalista, uma vez que o modelo social vigente se construiu sobre essas categorias de diferenciação – e as mulheres concernidas são os sujeitos com maior legitimidade para tematizar suas questões.

Constituímos uma política de tradução ao despudoradamente traficarmos teorias e práticas feministas, cruzando fronteiras geopolíticas, disciplinares e de outras naturezas, trazendo *insights* dos feminismos de latinas, de mulheres de cor e do feminismo pós-colonial do norte das Américas para as nossas análises de teorias, práticas, culturas e políticas do Sul, e vice-versa (ALVAREZ, 2009, p. 743-744, grifo no original).

Por compreender que pesquisar os sentidos que constroem sobre si mesmas permite a análise de sua configuração como sujeitas políticas, tomamos o processo comunicativo como a própria ação de se autoconstruir e, com isso, contestar as construções a partir de olhares externos. Nesse sentido, o paradigma praxiológico nos oferece instrumentos para apreender a comunicação empreendida pelas sujeitas, pois a linguagem é parte das realidades por elas retratadas (QUÉRÉ, 2018). Tal análise não pode prescindir da observação dos contextos socioculturais e valorativos nos quais as sujeitas estão inseridas e do qual participam, como afirma França (2018, p. 98), “analisar relações é captar linhas de força e de fuga” e isso pressupõe recorrer a um desenho conceitual que permita a investigação tanto da produção discursiva e dos seus dispositivos, quanto “das operações e desempenho dos agentes, mas também dos interesses e das questões específicas que estão em causa em cada tipo de interação, bem como de sua inscrição em contextos normativos e axiológicos que são colocados pela sociedade” (FRANÇA, 2018, p. 99). Assim, mesmo as condições de comunicação, de se colocar e de serem reconhecidas como interlocutoras devem entrar em questionamento.

O olhar comunicacional, atrelado às epistemologias do Sul Global, possibilita-nos a realização de investigações para além dos enquadramentos que construíram categorias “tradicionais” e, mais do que isso, a compreensão do mundo que constroem comunicacionalmente, do olhar sobre suas questões e como decidem publicizá-las e resistir à dominação, reescrevendo a historiografia dos movimentos feministas (AMOS; PARMAR, 1984).

Ao realizarmos esse movimento, deslocamos as feministas do Sul Global para o espaço de interlocução (COSTA, 2014), reconhecendo suas vozes não mais como ruídos, mas como audíveis. Dessa forma, a análise comunicacional nos possibilita visualizar a interface entre o comum que tem sido construído pela sua atuação e “o social que se internaliza e conforma o texto; o texto que se externaliza e modifica o campo social e da cultura” (FRANÇA, 2006, p. 18). Isso porque:

A abordagem comunicacional busca desvelar, nos fenômenos sociais, a presença da comunicação enquanto momento constituidor. Seu objetivo é apreender as relações comunicativas, relações estabelecidas pelas práticas simbólicas, como um espaço de agenciamento e de escolha; um embate entre forças (FRANÇA, 2006, p. 19).

Concebemos essa abordagem como produtiva por permitir a observação da constituição do comum no processo comunicativo empreendido por nossas sujeitas. Dessa forma, a comunicação, enquanto prática e ação no mundo (FRANÇA, 2016) se desloca do olhar dos feminismos hegemônicos por: (1) reconhecer as sujeitas como agentes; (2) permitir identificar quais experiências têm sido publicizadas; (3) considerar de que forma a interação e a alteridade se manifestam; e (4) reconhecer a linguagem como parte do processo interativo e de ação no mundo.

O primeiro ponto, *reconhecer as sujeitas como agentes*, pode ser realizado através da descrição dos tipos de ações que elas realizam – seu reconhecimento enquanto sujeitas ativas e capazes de agenciamento, pois a comunicação é prática, é ação (CAL, 2016). Investigar sua atuação nesses moldes desloca nosso olhar da perspectiva hegemônica – que as constrói como politicamente passivas – para um olhar que permite perceber que tipos de ações essas mulheres têm compreendido e a partir de quais operações têm modificado e desenvolvido novas formas de lidar com as experiências.

Para aprofundar esse ponto, é relevante considerar o caráter subjetivo tanto das sujeitas quanto de quem realiza a pesquisa. Enquanto o olhar a partir do Ocidente delimita as experiências de mulheres subalternizadas unicamente ao local da subalternização, mobilizar o pensamento a partir do Sul Global nos oferece a possibilidade de observar o agenciamento como a relação entre a resistência e a opressão, complexificando-a com a inserção do conceito de “subjetividade ativa” (LUGONES, 2003), que provoca a expressão da subjetividade de modo infrapolítico, marcando “a volta para o dentro, em uma política de resistência, rumo à libertação” (LUGONES, 2014, p. 940). Assim, o reconhecimento da capacidade de agenciamento deve ser, ele mesmo, capaz de identificar o histórico de opressões para, dessa forma, conhecer como se tece o agenciamento e ele se converte em resistência.

Para que a realização da pesquisa se desprenda do olhar subalternizante, o movimento infrapolítico, antes de ser buscado no contato com interlocutoras/interlocutores de pesquisa, deve ser realizado por quem realiza a pesquisa. Isso porque, sem a descolonização do olhar, recairemos na própria lógica de assujeitamento criticada por Spivak (2010). Tal movimento, que se concretiza na relação entre o “eu” e o “mim”, mostra-se essencial para o deslocamento da visada colonialista.

O segundo ponto, sobre as *publicizações das experiências*, permite a mobilização de um olhar que não apenas as percebe como vítimas dos sistemas de dominação, em sua relação com o Estado ou suas interações cotidianas, mas também possibilita identificar como elas constroem sentidos acerca dessas experiências, como elas as interpretam e de que forma as instrumentalizam.

O âmbito das experiências é caro às teóricas feministas do Sul Global. bell hooks (2015) ressalta como marco do feminismo contemporâneo *A Mística Feminina*, de B. Friedan, que demarcou a experiência de mulheres brancas, escolarizadas e de classes alta e média como o padrão de mulheres concernidas pelas questões feministas. Esse ponto de vista, como explica hooks (2015), descreveu a realidade como se as mulheres negras não existissem, mantendo-as na condição silenciosa marcada pelas violências de gênero, de classe e de raça intersectadas. Embora trate exclusivamente de como isso se manifestou entre as mulheres estadunidenses, hooks (2015) elucida que essa abordagem unilateral se torna uma das características mais expressivas dos movimentos feministas contemporâneos, que

toma as experiências de mulheres brancas como as questões concernentes aos feminismos, apagando simbolicamente as mulheres que não se enquadram nessa categoria.

É por meio da vocalização das experiências dessas mulheres construídas como subalternas (HOOKS, 2015; SPIVAK, 2010) que essas hierarquias serão desveladas e combatidas. Portanto, se a comunicação “produz espaço e oportunidade para novas e diferentes experiências, que não são iguais e nos afetam numa escala de gradação” (FRANÇA, 2016, p. 161), podemos compreendê-la como uma arena central de confronto com as noções universalistas e subalternizadoras.

O terceiro ponto, *interação e alteridade*, é marcado pelo olhar da reflexividade. De acordo com França (2016), na comunicação, nossas interações são marcadas pela dupla afetação, o que nos permite compreender que a interação ao mesmo tempo em que se constitui, modifica os parceiros de interlocução durante o processo, haja vista que vamos construindo e repensando nossa posição na interação e nos reposicionando diante da reação ou da previsão da reação do outro, tudo isso “em decorrência daquilo que fazemos juntos” (FRANÇA, 2016, p. 162). A reflexividade dos processos comunicativos, portanto, permite-nos perceber que a comunicação implica um trabalho de agente, de ação no mundo. Partindo disso, esse ponto se desdobra em duas vias paralelas de observação possíveis para a desconstrução do feminismo hegemônico: a) o comum que se desvela na interação; e b) o comum que está sendo construído em interação. Ambas as vias são atravessadas pela alteridade, uma vez que a reflexividade é intersectada tanto pelo interlocutor quanto pelo outro internalizado, o que afeta a forma como o interlocutor é ouvido, se é considerado ou tem sua voz interpretada a partir da desumanização alimentada pela colonização. A alteridade precisa ser observada a partir de uma visada capaz de apreender a multiplicidade de experiências que afetaram a construção das sujeitas em questão.

Se as narrativas históricas foram construídas de modo a consolidar determinadas sujeitas como subalternizadas e a subjetividade se constrói na interação – o que pode ser observado, por exemplo, na discussão de Gonzalez (1988) sobre a construção intersubjetiva do racismo na América Latina –, as perspectivas descentralizadas também nos oferecem instrumentos para compreender o movimento da subjetividade ativa (LUGONES, 2003) frente às formas de dominação. Trata-se, portanto, de racionalizar o caráter internalizado da matriz colonial de poder na sociedade a ponto de compreender de que modo essas construções são a base da forma como as mulheres – e demais grupos subalternizados – são ouvidas e tratadas na contemporaneidade.

O quarto e último ponto, centrado na *linguagem enquanto espaço de interação*, possibilita a visualização do modo pelo qual as afetações criam a possibilidade de reconstrução de sentidos e é especialmente relevante no que tange à necessidade de abertura para escuta de narrativas que se deslocam das vozes hegemônicas que pautaram e têm pautado os feminismos no ocidente. Se percebemos as interações como definidas em termos relacionais, compreendemos o comum como atravessado por relações de dominação e resistência que se interseccionam (MOHANTY, 2003). Diante disso, para desestabilizar a hegemonia ocidental, precisamos estar sensíveis às “divisões de gênero, de raça, de classe, de sexualidade e nação” (MOHANTY, 2003, p. 44); se Quéré (2018) percebe a linguagem como o espaço no qual os sentidos se constituem, é nela que se materializam esses marcadores sociais da diferença.



Collins (2016) nos oferece seu olhar forasteira de dentro de mulher negra acadêmica, demarcando a importância da atuação de mulheres negras na construção de um olhar que compreenda o quanto de político sua autodefinição carrega, uma vez que as resistências das mulheres ditas subalternas foram ofuscadas por sua definição como tal. É na linguagem que a resistência é definida como tal e, seguindo a crítica de Mohanty (1988), uma análise feminista que se proponha a desestabilizar os feminismos hegemônicos não deve homogeneizar experiências tão diversas, pois tende a incorrer na marginalização e na incompreensão da resistência. Portanto, devemos abrir mão do modelo que orienta as ciências para ignorar as diferenças e, ao invés disso, buscar a “função criativa da diferença em nossas vidas” (LORDE, 2013), em vias de não apenas desestabilizar as definições externas, mas a estrutura Moderno/Colonial que estabeleceu esse olhar como o único digno de legitimidade.

Se as sujeitas possuem capacidade de agenciamento, é também por meio da linguagem que tensionam e reconstróem os sentidos que fundamentam os marcadores sociais de diferenças. Por esse motivo, entendemos como relevante a identificação dos mecanismos de dominação que atravessam as mulheres e as “poderosas histórias de resistência e revolução no dia a dia e nos movimentos organizados de liberação. E é esse contorno que define o solo complexo no qual emergem e se consolidam as políticas feministas das mulheres do Terceiro Mundo” (MOHANTY, 2003, p. 44).

## Considerações finais

Argumentamos que o eixo hegemônico de produção de conhecimento e das demandas feministas delineadas como universais podem ser tensionados a partir dos processos comunicacionais, por meio da prática de sujeitas em comunicação (FRANÇA, 2006). As aproximações entre o modelo praxiológico comunicacional e as perspectivas feministas do Sul Global que empreendemos permitem diálogos teóricos profícuos, mas também se configuram como gesto teórico-metodológico fundamental, pois denunciam a necessidade de considerar as práticas comunicacionais das próprias mulheres tematizando suas experiências não apenas de dominação, mas também considerando-as como sujeitas políticas. Esse processo atua em duas direções: por um lado, possibilita a desestabilização da hegemonia colonial nos saberes feministas e, por outro, permite o reconhecimento das práticas políticas de mulheres que foram tradicionalmente subalternizadas teórico e empiricamente.

O modelo relacional se oferece, portanto, como eixo norteador para compreensão da mútua afetação e da construção do comum através da linguagem. Nos processos comunicacionais, aquelas mulheres que foram subalternizadas encontram a possibilidade de verbalização de suas experiências, contestando e buscando um novo comum a partir de gramáticas que as considerem sujeitas políticas que, apesar da multiplicidade de formas de opressão, são agentes sobre suas realidades.

Já em relação à contribuição dos feminismos Sul Global à comunicação, percebemos o desvelamento de fraturas no processo de interlocução, que podem afetar a escuta daquele construído como subalterno e desconsiderar sua fala. Diante disso, destacamos a relevância de uma reconstrução epistemológica que se desprenda do modelo Sujeito-Outro Ocidental para tecer relações sociais pautadas na solidariedade. Embora a crítica decolonial se esforce



para demonstrar necessárias novas metodologias que se desloquem do modo cartesiano de pensar, reivindicando um movimento de resistência “teórico e prático, político e epistemológico à lógica da modernidade, colonialidade” (BALLESTRIN, 2013, p. 100). Em contato com as perspectivas como a de Quijano (2008), observamos muita crítica aos efeitos do colonialismo e poucas alternativas a suas amarras. A interface entre o modelo relacional e os feminismos Sul Global, nesse sentido, insere-se como uma possibilidade teórico-metodológica e pode fornecer uma ferramenta mais completa para observar as relações sociais, incluindo as intragênero, de uma forma mais ampla e complexa.

## Referências

ALVAREZ, Sonia E. Construindo uma política feminista translocal da tradução. *Revista Estudos Feministas*, n. 3, 2009, p. 743-753.

AMOS, Valerie; PARMAR, Pratibha. Challenging imperial feminism. *Feminist review*, n. 1, 1984, p. 3-19.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista brasileira de ciência política*, n. 11, 2013, p. 89-117.

BUTLER, Judith. Adotando o ponto de vista do outro: implicações ambivalentes. HONNETH, Axel. *Reificação: um estudo de teoria do reconhecimento*. Editora UNESP, 2020, p. 104-128.

CAL, Danila. *Comunicação e Trabalho Infantil Doméstico: política, poder, resistências*. Salvador: Edufba/Compós, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19357>. Acesso em: 15 jul. 2020.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, n. 1, 2016, p. 99-127.

FRANÇA, Vera. Discutindo o modelo praxiológico da comunicação: controvérsias e desafios da análise comunicacional. In: FRANÇA, Vera; SIMÕES, Paula (org.). *O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em Comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2018, p. 89-118.

FRANÇA, Vera. O objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassallo (org.). *Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 154-174.

FRANÇA, Vera. Interações comunicativas: a matriz conceitual de G. H. MEAD. In: PRIMO, Alex; OLIVEIRA, Ana Claudia; NASCIMENTO, Geraldo; ROSINI, Veneza (org.). *Comunicação e interações*. Porto Alegre: Sulina, 2008, p. 71-91.

FRANÇA, Vera. L. Quéré: dos modelos da comunicação. *Revista Fronteiras*, n. 2, 2003, p. 49-155.

FRANÇA, Vera. Discutindo o modelo praxiológico da comunicação: controvérsias e desafios da análise comunicacional. In: FRANÇA, Vera; SIMÕES, Paula (org.). *O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em Comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2018, p. 89-117.

FRANÇA, Vera. Sujeito da comunicação, sujeitos em comunicação. In: FRANÇA, Vera. *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 61-88.

FRANÇA, Vera Veiga. SIMÕES, Paula G. *Curso básico de Teorias da Comunicação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, n. 92, 93, 1988, p. 69-82.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu*, n. 5, 1995, p. 7-41.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Ed34, 2003.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 16, 2015 p. 193-210.

LORDE, Audre. Mulheres negras: As ferramentas do mestre nunca irão dismantelar a casa do mestre. Tradução de Renata. *Geledés [online]*, São Paulo, n. 07, 2013, s/p.

LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula rasa*, nº 09, 2008, p. 73-101.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, nº 3, 2014, p. 935-952.

LUGONES, Maria. Street Walker Theorizing. In: LUGONES, Maria. (ed.). *Pilgrimages/ Peregrinajes: Theorizing Coalition Against Multiple Oppression*. Lanham, Md.: Rowman & Littlefield Publisher, 2003.

MOHANTY, Chandra. Under Western eyes: Feminist scholarship and colonial discourses. *Feminist review*, n. 1, 1988, p. 61-88.

QUÉRÉ, Louis. De um modelo epistemológico da comunicação a um modelo praxiológico. In: FRANÇA, Vera; SIMÕES, Paula (org.). *O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em Comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2018, p. 51-86.

QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo *et al.* (ed.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*:

perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales= Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2005.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.



PARTE II

TRABALHADORAS  
DOMÉSTICAS EM CENA



# “AINDA TEM MUITA LUTA PELA FRENTE”: trabalho doméstico, direitos, política e pandemia<sup>1</sup>

*Delha Ferreira dos Santos  
Elzalina dos Reis Pamplona  
Lucileide Maфра Reis  
Maria Luiza Soares  
com Danila Cal*

Neste capítulo, Delha, Elzalina, Lucileide e Maria Luiza discutem sobre a aprovação da “PEC das Domésticas” e também refletem sobre o atual contexto político brasileiro e sobre como a pandemia do novo coronavírus afetou as trabalhadoras domésticas. Em certo momento, Maria Luiza expressa o grito como uma das formas de luta. Nesse espírito, este capítulo apresenta-se como um grito, como algo que irrompe a invisibilidade socialmente imposta às mulheres trabalhadoras domésticas e denuncia injustiças. Mais que isso, ele questiona hierarquias sociais e padrões culturais brasileiros, demarca os espaços de resistência, apresenta os bastidores, a luta e a articulação política das representantes das trabalhadoras domésticas para ampliação dos direitos trabalhistas.

## A “PEC das Domésticas”

**Lucileide:** A PEC é um projeto de lei que tramitou durante 23 anos. Ele foi colocado quando a Benedita da Silva (PT-RJ) era senadora, ela adotou o projeto e brigou muito pela gente sendo senadora e, depois, ela passou a ser deputada estadual e aí ele ficou meio adormecido. Foi um período em que a gente continuou na luta, mas não encontrava deputado pra comprar essa briga com a gente, até que o Paulo Paim (PT-RS) veio e foi aí que a gente conseguiu resgatar o projeto de lei da trabalhadora doméstica, a famosa PEC 72 que se transformou na lei complementar 150/2015.

---

1 Para a redação deste capítulo, realizamos os seguintes procedimentos: contato com a Federação das Trabalhadoras Domésticas da Região Amazônica-FETRADORAM para indicação de possíveis participantes; contato com as indicadas para apresentar a proposta e verificar disponibilidade para participação; definição por entrevistas individuais que, em seguida, foram transcritas e agrupadas por temáticas. Optou-se por manter o modo coloquial das falas. O texto do capítulo foi apresentado para aprovação das autoras. Equipe envolvida neste trabalho: na elaboração do roteiro, Danila Cal, Nathália Fonseca e Rosaly Brito; na realização das entrevistas, Nathália Fonseca e Danila Cal; na transcrição do material, Camila Fagundes Leal, Bianca Galhardo e Cristiane Gonçalves; e, na edição deste capítulo, Danila Cal e Nathália Fonseca.



**Delha:** Olha, eu acho que pelo menos pra mim foi bom, muito bom, ter vindo os direitos porque, antes, a gente não tinha e, quando a gente passou a ter, foi muito bem beneficiado pra gente. E muito, mudou e muito.

**Lucileide:** Quando a gente estava discutindo a questão dos direitos das trabalhadoras domésticas em Brasília, em uma das reuniões o Romero Jucá, que foi a pessoa que mais atrapalhou, disse algo assim: “não, a gente pode flexibilizar. Vocês abrem mão da questão de FGTS, vocês trabalham só uma hora da tarde. Dá pra vocês fazerem faculdade de tarde, estudar. E quando for seis horas você chega, aí vocês faz a janta porque, imagine, como é que eu vou chegar na minha casa e minha mulher vai servir minha comida? A minha empregada tem que estar lá pra servir minha comida”. Eu disse: “ok, senador, a trabalhadora acorda às cinco horas da manhã, faz tudo isso, vamos dizer que eu vou trabalhar na sua casa, aí quando chegar ao meio dia, que o senhor vier almoçar e disser “ponha a minha comida”, eu vou dizer “não, eu estou na hora do meu repouso, agora eu vou pra minha faculdade. A comida está lá na panela, vá lá servir”. O senhor iria? Ele disse “claro que não”. Continuei “o senhor acha que os outros empregadores vão querer ir? Não vão querer”. “Você liberaria sua empregada pra ir pra faculdade?”, perguntei. Ele disse: “é claro que não”. “Mas você acha que nós deveríamos abrir mão dos nossos direitos de trabalhadoras em nome de uma insanidade sua?”

**Elzalina:** Sobre a PEC das Domésticas, é muito boa, pelo menos tem gente que hoje em dia se conscientiza da situação. Muita coisa melhorou sim porque, antigamente, você chegava e o patrão dizia “olha, você chega sete horas, você tem horário pra entrar, mas não tem horário pra sair”, saía 10h, 11h da noite. Exploração mesmo. Eu, então, agradeço a Deus primeiramente e a Lucileide que lutou muito, trabalhou muito pra isso.

**Lucileide:** A forma que eu avalio é que, embora a gente esteja com cinco anos de lei sancionada e promulgada, nós temos um número bem expressivo de pessoas na formalidade, com CTPS assinada, com FGTS, te falo isso com os dados que eu tenho da Caixa Econômica Federal, que o pessoal da comissão de constituição me convidou pra falar no dia 27 de abril, que o é Dia Internacional e Nacional das Trabalhadoras Domésticas. Eu fui pra dar uma palestra, fazer uma retrospectiva sobre as mudanças e avanços desse período, o que mudou na lei. A superintendente da caixa econômica estava presente e colocou os números pra gente, assim como o Mário Avelino, da Doméstica Legal<sup>2</sup>. Ou seja, temos um número significativo de pessoas com a CTPS assinada, com FGTS recolhido, esses números dão um alento pra gente. Mas, infelizmente, dos 12 milhões de trabalhadores domésticos no Brasil, nós temos apenas 15% regularizados, recebendo FGTS, com FGTS recolhido, com carteira assinada, com os encargos sociais e trabalhistas em dia. Então, nós ainda temos 85% na informalidade, tava indo muito bem. Esses 15% aumentaram um pouquinho de 2015 pra 2016 esse número chegou a subir mais 12% e dá pra ter uma ideia, que de lá pra cá nos últimos três anos cresceu 3%.

**Maria Luiza:** Olha, esse direito que nós conquistamos, que tanto lutamos, que tanto gritamos, infelizmente, o nosso governante tá lutando pra tirar. Pra mim, eles deveriam enxergar melhor esse direito do trabalho doméstico, eles acham que o trabalho doméstico é o pior dos piores para eles. Você vai trabalhar na casa de uma pessoa, você não tem direito

a nada, você não tem um fundo de garantia, não tem um FGTS, você não tem seguro-desemprego, você não tem nada. Você entra e sai sem direito a nada, só de trabalhar e pegar aquele dinheiro que é realmente o que eles querem pagar. Eu acho que nós ainda temos muito que lutar, ainda tem muita luta pela frente.

**Lucileide:** Há um número muito grande na informalidade. Tava vendo esses dias que um deputado conseguiu que os empregadores, nesse período da pandemia, durante 6 meses, não recolhessem o INSS de sua trabalhadora. Agora, olha só, você sabe que pelo eSocial<sup>3</sup> só é descontado 2,2% e o empregador recolhe, dá um percentual de 6% de 12%. O trabalhador vai recolher só 6%, 8%. Por que que não fez isso pro trabalhador? Já que é pra fazer justiça, pra ser bonzinho, por que a parte mais deficiente é a mais prejudicada? O empregador não vai recolher o INSS e fica por isso, porque ele não vai recolher depois, mas o trabalhador tem que pagar o dele todo mês.

## A PEC e a afetação das relações de trabalho

**Lucileide:** Essa história que a mídia começou a colocar de que ia ter desemprego em massa e que a gente não tava pensando nisso, eu dizia “gente não vai ter desemprego, a gente conhece, o brasileiro é muito comodista, vocês acham mesmo que essas madames vão quebrar a unha na cozinha? Vão cuidar de filho?”. Enquanto o Brasil for Brasil, vai haver trabalhadores domésticos. Vai reduzir? Vai, porque eles foram acostumados, habituados a não pagar ou a pagar mal e quando teve que pagar direitos, aí eles começaram a achar que o trabalhador doméstico era o vilão da história e que ia ter muita demissão. E teve uma que a gente teve que bater muito, que foi a de não ficar três dias da semana, que passasse a ter vínculo se fosse mais de dois dias da semana, só que a gente não conseguiu, ficou a partir de três dias da semana. Mas tem muita jurisprudência em relação a isso, que eles fazem de um dia da semana e a patroa pagar por mês e acabou que a gente reconheceu como uma habitualidade, que houvesse vínculo a partir de então e ainda pagava férias. Pagava duzentos reais a diária e ganhava 800 reais por mês e a justiça reconheceu que havia vínculo, que havia uma habitualidade. Nesse caso, a gente bateu que o médico não tem vínculo, ele não pode ter salário, ele trabalha uma vez só, duas no hospital, assim a gente conseguiu.

**Elzalina:** Melhorou sim, não melhorou 100%, mas melhorou. Eu creio que melhorou uns 40%. Inclusive o respeito. Porque antigamente o patrão ele falava o que queria, já que a gente não tinha direito, a gente não era olhada, ou melhor, era olhada como empregada doméstica, empregada. Tem gente que fala “minha empregada”. Entendeu? “A minha empregada”, objeto possuído. Quando a gente ia trabalhar, “eu tô mandando a minha empregada”. Então, hoje, o respeito já mudou, “eu estou mandando a minha secretária” ou então “a minha secretária vai te receber”. E a gente agora é tratada com mais respeito. Porque antigamente tinha patrão que a empregada era empregada em duas partes: empregada pros serviços gerais da casa e empregada pra satisfazer ele. Sexualmente, exatamente. Hoje só aceita quem quer, quem não quer, bota a boca no trombone, denuncia e ainda ganha uma indenização do sem vergonha lá, pra ele criar vergonha e respeitar a trabalhadora.

3 Disponível em: <https://www.gov.br/esocial/pt-br/noticias/app-esocial-domestico-nova-facilidade-para-os-empregadores-na-palma-da-mao>

**Lucileide:** A mídia, de uma certa forma, ela colocou como se o trabalhador doméstico fosse o monstro da vez e os bonzinhos eram os patrões, sem condições mais de manter uma empregada, vai ter que demitir, não vai ter com quem deixar o filho, mas alguém pensou no trabalhador lá atrás que não tinha com quem deixar os seus filhos também? E essa relação, de certa forma, ficou estremecida porque o patrão começou a ver a trabalhadora doméstica como inimiga. “Não, porque agora ela vai querer o direito dela”. Eu fiquei seis anos em Brasília fazendo trabalho de articulação. Eu visitei 513 deputados, teve vez que eu fui 28 vezes lá, esperando deputado me receber e só saía depois que ele me atendesse, até que ele me atendeu e garantiu que iria votar [a favor da PEC]. Visitei 71 senadores e várias vezes, pra gente seguir as votações, fiz articulações. Sabe o que eles faziam? Quando chegava a hora da votação deixava por último, a gente cansava, dava duas horas da madrugada, aí mudava a pauta pra outro dia, outra semana. Eu vinha embora pra Belém, às vezes ficava dois, três meses nessa arrumação, quando eles sabiam que a gente não tava por lá, botavam em votação e lá ia eu correndo a Brasília de novo, com o ônibus cheio de gente, pra votação. Foi muito, muito complicado sair e a gente brigou muito para ter esses direitos garantidos e que a gente não tava brigando pra ser inimiga dos empregadores, nós só queríamos os direitos por lei. Uma questão de justiça, desde que o Brasil é Brasil, foram 500 e poucos anos do Brasil, 520 anos e que se fizesse justiça, que a gente só queria ser reconhecido como trabalhador.

**Delha:** Antes não tinha essa obrigatoriedade de ter que assinar folha de ponto, de ter aquilo que tem o eSocial, eles não tinham que fazer isso, eles não tinha aquela preocupação de “Ah, não vou pagar isso, vai ficar pra lá”. Agora não, se eles não pagarem, eles sabem que eles vão pagar uma multa. Mexendo no bolso deles é eles vão saber que tem que fazer certinho. Assim, se os patrões não tivessem consciência disso, hoje em dia não teria mudado nada. Estaria da mesma forma.

**Lucileide:** A gente procurou ver também a qualificação das trabalhadoras, hoje as trabalhadoras são mais qualificadas. A gente chegava na casa e tinha que aprender do jeito que os patrões queriam. É de acordo com os costumes da casa, agora, elas procuram fazer mais cursos. A gente tem tantas que já se formaram, que estão fazendo faculdade e que voltaram a estudar, que não sabiam nem escrever o nome e voltaram a estudar. Muita coisa mudou sim e mudou pra melhor. Tá do jeito que a gente gostaria que estivesse? Não tá. Não vai modificar tão cedo, só que a gente não pode perder a esperança, a luta tem que continuar. Enquanto houver fôlego, enquanto tiver motivos pra se lutar a gente vai continuar a luta de classe e que a gente possa viver num país com menos meninas e meninos explorados. É isso, a PEC realmente mudou muita coisa, mudou pra melhor, se não fosse a reforma trabalhista estaria, certamente, mais formalizada, que bom seria se a gente conseguisse 40%, 50% de pessoas formalizadas nesses últimos cinco anos. De certa forma dá sim um pouco de frustração, é como se a gente tivesse parado no meio do caminho e agora a gente tá lutando pra ver se a dá um passo nessa a MP 927 e a MP 936<sup>4</sup>

4 Após o período da entrevista, a MP 927 teve sua vigência encerrada e a Medida Provisória nº 936, de 2020, foi convertida na Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020, que instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispôs sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública ligada à pandemia do novo coronavírus e que estabelece, dentre outras medidas, a

que vão prejudicar ainda mais os trabalhadores em geral: de bancário, rodoviário, petroleiros a trabalhadores domésticos, todo mundo no mesmo pacote.

**“Foi um crime a aprovação da PEC das Domésticas, um crime contra o trabalhador brasileiro. Os sindicatos dos empregadores são unânimes em afirmar que vai ter muito desemprego. Eu fui o único voto contrário à PEC das domésticas”, Jair Bolsonaro, à época deputado.**

**Lucileide:** Desses anos todos no parlamento, ele nada fez além de ofensas à questão de gênero, à questão de raça e de categorias, principalmente. Até porque certamente ele não foi o único a votar contra.

**Delha:** Primeiro, eu quero saber se na casa dele não teria uma doméstica trabalhando porque os patrões não iam querer assinar a carteira, fazer tudo direitinho. O trabalho doméstico não seria um trabalho digno? Não teria direitos trabalhistas? Será que um trabalho de casa, lavar, passar, cozinhar, não é trabalho? É uma obrigação? É um hobby? Ele mesmo teria que fazer isso, mas ele ia fazer isso? Eu acredito que não.

**Elzalina:** Eu não votei no Bolsonaro. Ele não fala coisa com coisa. Ele fala sem medir as palavras. Ele não quer saber quem ele tá ofendendo. Ele quer saber do que ele fala. Talvez ele ainda esteja vivendo o tempo dos nazistas. Que ele faz, ele decide, tudo é ele, “eu decido, eu faço isso, eu faço aquilo”. Pra mim, esse homem não deveria ser eleito nunca pra ser presidente porque ele é uma pessoa desclassificada. Quando ele fala sobre a PEC, ele tá fazendo a defesa dos patrões.

**Delha:** Será que ele não teve mãe? Será que ele não tem irmãs? Não tem tias? Que são mulheres? Elas não são dignas de um trabalho? Só vão ser dignas se não for trabalho doméstico? Se for outra carreira? Eu acho que o trabalho doméstico, deveria ser o trabalho mais digno. O trabalho doméstico deveria ser igual ao de um professor que forma todas as outras profissões. Uma empregada doméstica é isso, o que a gente traz desde berço que a nossa mãe ensina e o que a gente passa para os nossos filhos, que é, por exemplo, a gente quando vem do interior pra trabalhar na cidade, a gente não tem estudo pra conseguir um trabalho melhor. Então, o trabalho que dá pra gente fazer é o trabalho doméstico. É trabalhar na casa de família para construir algo pra gente, pra conseguir construir nossa própria família.

**Lucileide:** Um dia, eu invadi a presidência do senado. Iam nos receber nove horas da manhã, mas já eram quatro da tarde e ele mandou despachar a gente que não ia mais atender, a gente sentou todo mundo no chão, eu tava com 14 mulheres e disse “ok, diga pro senador que a gente vai ficar sentada aqui, a gente vai acampar aqui na sala dele, quando ele chegar nós seremos os primeiros a ser atendidos”. Ele mandou o segurança nos botar pra fora, aí foi só ligar pro Jordi, pra Benedita da Silva, Jô Moraes, Paulo Rocha, todo mundo chegou lá pra defender a gente: “ninguém encosta nelas!”, e o senador não saía... até que ele atendeu a gente e nós saímos de lá quase dez horas da noite. Queriam botar a PEC pra votar num período que não era legal, que gente não ia conseguir a maioria de votos

e ele se comprometeu, depois ele, por trás, fez colocar em votação, a gente ia perder com certeza, porque a gente não tinha maioria; eu perguntei “o senhor não tem palavra?”. Ele tava de cabeça baixa, eu continuei. “O senhor não tem palavra? O senhor consegue olhar no meu rosto, senador? Olhe, no meu rosto. Olhe, senador, eu venho de uma família e uma educação interiorana, a minha mãe mal sabe assinar o nome, mas ela me ensinou que é pouco educado [não olhar nos olhos] e se uma pessoa tá falando, a gente precisa olhar nos olhos dela. Quando essa pessoa não consegue olhar nos olhos, significa que ela está mentindo. Então, o senhor consegue, senador? Porque eu não tô aqui em meu nome, eu tô falando em nome de 12 milhões de pessoas, nós somos aqui uma minoria representante, representando 12 milhões de pessoas, senhor. O senhor consegue olhar nos meus olhos agora?”. Ele arregalou os olhos. “Eu quero a sua palavra, aqui na frente de todo mundo. Gente, gravem, o senhor se comprometendo agora”. O pessoal disse que eu peguei pesado. Então, como eu falei, o Bolsonaro é tão insignificante que o voto dele não alterou em nada e ele não foi o único, realmente, a votar contra. Isso só prova, realmente, como ele não tem compromisso com o Brasil, nem com os brasileiros, muito menos com os trabalhadores. A única política dele é a política do eu, de lá tinha hospital, lá tinha emprego, lá tinha os índios e a terra deles lá tinha muita madeira na Amazônia, porque eles vão vender o resto do Brasil que nos resta, a política dele é a política do “lá tinha”.

## Pandemia da Covid-19 e as trabalhadoras domésticas

**Delha:** Com uma menina que eu falei, que mora aqui perto de casa, eu perguntei como ficou o trabalho dela. Ela me falou que o patrão dela dispensou ela durante duas semanas, mas não descontou o dinheiro dela; ela ficou em casa e outra semana ela ia dia sim, dia não, mas com horário reduzido. Ela continua assim até agora. Eles tiveram essa consciência de saber que a empregada tem família, que a empregada tem filho, que ela tem que voltar pra casa, como eles. Minha irmã também é empregada doméstica, ela mora aqui nos fundos de casa; estava trabalhando na Cidade Nova. A patroa dispensou ela. Ao contrário da menina, que só não dispensaram ela porque ela tá de carteira assinada há 6 anos naquela casa. A minha irmã não tinha carteira assinada, ela tava em três meses de experiência, mas não assinaram a carteira dela, aí eles dispensaram.

**Lucileide:** Ela afetou principalmente a questão de ser a única renda da família. Ainda houve todo aquele problema de o trabalho doméstico ser um trabalho essencial, tanto o governo municipal, quanto o estadual colocaram naquele decreto, mas aí a gente foi pra cima e eles voltaram atrás em relação a isso, deixando apenas em casos esporádicos, por exemplo, uma médica precisa sair pro plantão e ela precisa que a babá fique com a criança, aí nesse caso pode ser, casos pontuais, pode sim flexibilizar, mas não que seja essencial.

**Elzalina:** Tem gente que está vivendo desses R\$ 600,00 do auxílio emergencial. Até que a mim não afetou porque somos só eu e o meu filho e é aquela coisa, uma coisinha pouquinho daqui, uma coisinha pouquinho dali, só pra nós dois. E, graças a Deus, nunca me faltou. E eu sei que nunca vai me faltar porque primeiramente eu sigo um Deus que pode todas as coisas. Ele providencia as coisas na hora certa e no momento certo. E agora tem muita gente...eu penso assim, teve muita gente que não teve a necessidade de receber e

recebeu esse dinheiro. E tem muita gente que tem necessidade e não recebeu e está passando muita necessidade, eu fico muito triste, sabe. Muito triste mesmo.

**Lucileide:** A primeira pessoa que faleceu de Coronavírus no Brasil foi uma trabalhadora doméstica que foi contaminada por sua empregadora. Aí, ficou assim, os representantes da categoria em peso, ficaram indignados e com medo, porque estavam se expondo e o empregador fica com medo que a trabalhadora passe pra eles. Nesse caso, o empregador que passou, não porque o trabalhador tem idoso em casa muitas vezes, ele tem crianças pequenas ou crianças especiais e, em alguns casos, teve patrão que disse “se tu não vem trabalhar, então tu não vai receber”, houve muitos casos assim. Depois disso, veio essa questão do governo, que o empregador pagaria uma parte, 50% ou 70% e o governo entraria com a outra parte dos valores. As trabalhadoras, até agora, foram seis pessoas que nos procuraram para dizer que o empregador não quis pagar. O sindicato<sup>5</sup> mandou carta, dizendo que teria que pagar porque senão ia pagar em dobro, porque estaria pagando o salário atrasado. A gente conseguiu resolver cinco, mas teve um que estava irredutível: “não, se ela acha que tem direito, então manda ela ir pra justiça”; a gente está aguardando a justiça retornar pra fazer esse processo, mas a gente não teve assim tantos casos. Quando o decreto [do lockdown no Pará]<sup>6</sup> saiu todo mundo chamou suas empregadas, um ou outro não chamou. O trabalho doméstico não é um trabalho essencial, importante é, mas não é essencial como o trabalho de um médico, como o trabalho de um guarda municipal, de uma polícia militar, de um bombeiro, não é essencial assim. Está expondo essa trabalhadora, vocês não estão pensando na família dessa trabalhadora. Aí, colocaram dessa forma, que fosse em casos específicos e flexibilizasse nesse caso o trabalho. Demissões, nesse período, a gente também não teve tantos casos, teve bem poucos mesmo, alguns as trabalhadoras que pediram mesmo, com medo de ser contaminadas, ficaram apavoradas e acabaram pedindo pra sair. Não teve impacto tão grande de desemprego, de salário, de ser prejudicado em relação a isso. Isso as que estão de carteira assinada. No caso das diaristas, foi ruim porque como elas não têm vínculo, elas não foram chamadas a trabalhar nesse período e as que não foram chamadas a trabalhar, por serem trabalhadoras autônomas, puderam ser beneficiadas com o auxílio emergencial porque elas optaram e por serem mães e receberem o bolsa família.

**Delha:** Mais uma vez estão minimizando o trabalho da doméstica como se a gente fosse uma coisa que não oferecesse risco; como se a gente fosse um objeto e existisse apenas para fazer as coisas; como se a gente não tivesse família e não corresse o mesmo risco que eles; como se a gente não tivesse um corpo; como se a gente não fosse um ser humano, mas uma coisa pra eles.

**Elzalina:** Eu acho um absurdo. Sabe o que é isso? É poder, é autoridade. Eles estão no poder, eles pensam que eles podem tudo. Eles acham que as empregadas domésticas não são gente.

5 Sindicato dos Trabalhadores Domésticos, Arrumadores e Camareiros dos Municípios de Belém e Ananindeua – SINTDACPA.

6 No Pará, quando foi publicado o decreto estadual nº 729, de 05/05/2020, que instituiu o lockdown na Região Metropolitana de Belém e em outros municípios, havia a definição dos serviços domésticos como essenciais, mesmo no contexto de pandemia. Após pressão de parte da sociedade, houve um ajuste no decreto colocando o serviço doméstico como permitido em apenas alguns casos, como, por exemplo, quando o trabalho for realizado para profissional da área de saúde, uma atualização do decreto foi publicada em 07/05/2020.

**Delha:** E se eles perdem uma empregada hoje, amanhã já contratam outra. A gente não. Perde a vida, acabou. E não há dinheiro que possa recuperar isso, nem mil horas extra.

**Elzalina:** No meu entendimento eles estão desvalorizando as domésticas, porque eles pensam que nós não somos gente. Nós não podemos pegar doença? Mas vamos, porque nós vamos ter contato com o povo no ônibus, em tudo. Isso é um desrespeito com a gente.

**Maria Luiza:** Eles acham que a trabalhadora doméstica tem que trabalhar mesmo doente, mesmo sem condição nenhuma, ela tem que trabalhar. Ela tem que morrer. Isso que eu entendi. Mas nós somos iguais a eles, e todo mundo pode morrer com esse vírus. Então, Deus é justo, Deus não é vingativo. Isso que eu entendi.



# O LEVANTE DE BENEDITA DA SILVA: subjetivação, dissenso e encenações políticas<sup>1</sup>

*Leandro Rodrigues Lage*

*Minha voz  
Uso pra dizer o que se cala  
Ser feliz no vão, no triste, é força que me embala  
O meu país  
É meu lugar de fala*

“O que se cala”, de Elza Soares.  
Composição de Douglas Germano.

## Introdução

Há poucos anos, enquanto apresentava uma conferência no auditório de uma universidade, testemunhei uma situação muito peculiar. De tão singular, a experiência marcou-me a ponto de lhe atribuir, com o tempo, certa exemplaridade. Ao final das apresentações daquele dia, já nos debates, uma jovem estudante pediu o microfone e, de forma determinada, endereçou-me uma pergunta, que acabou por tomar a forma de um comentário. A extraordinariedade do momento não se deveu exatamente ao conteúdo da fala da universitária, disposta ao diálogo respeitoso e interessado. Apesar da pertinência das ponderações, o que logo chamou a atenção dos que estavam presentes foram as evidentes dificuldades de fluência da fala da estudante, cuja expressão apresentava sinais de disfemia, popularmente conhecida como gagueira. Não obstante o tempo levado para concluir o comentário e as reações indiscretas de parte da plateia, ela manteve-se determinada a se expressar.

A própria natureza do questionamento feito, somada às circunstâncias e posturas do público, permitiu-me elaborar uma resposta talvez evasiva ou tangente, mas que tentou examinar aquela cena no curso de seu desenrolar. A única saída que me pareceu coerente foi a de reconhecer, na determinação de minha interlocutora, uma forma de subjetivação política exercida em múltiplas dimensões: pela aparição e inscrição sensível de seu corpo e de sua expressividade, pela persistência em reafirmar sua capacidade de falar, pela própria

---

1 Este capítulo é resultante da interseção temática e teórica entre os projetos de pesquisa "Levantes amazônicos: dimensões estéticas e políticas das imagens da resistência" e "Mídia, debate público e negociação de sentidos sobre o trabalho doméstico", ambos com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

pertinência do conteúdo de sua expressão como algo que merecia ser ouvido e, por fim, pela sua recusa a identificar-se como alguém a quem não caberia se pronunciar por supostamente não partilhar da mesma fluência vocal que os demais presentes. Por certo, o gesto da estudante independia de meu reconhecimento enquanto tal. Tampouco se pode dizer que ela simplesmente ignorou o que se passou no auditório. Assim, tudo levava a crer que aquela *prise de parole* foi, a um só tempo, espontânea, deliberada e, acima de tudo, política.

“Sempre que a relevância do discurso entra em jogo, a questão torna-se política por definição, pois é o discurso que faz do homem um ser político”, escreveu Hannah Arendt (2007, p. 11), na introdução de *A Condição Humana*. Ao salientar a centralidade do discurso para a compreensão do sujeito político, Arendt possibilitou toda uma longa trajetória de pensamento sobre as dimensões comunicacional, linguageira e argumentativa da ação política, que teve em Jürgen Habermas uma das mais expressivas contribuições. Referimo-nos, precisamente, à razão comunicativa como princípio de uma normatividade ética e discursiva das trocas argumentativas voltadas à resolução de problemas comuns. Entretanto, se voltarmos à cena do proferimento da estudante, percebemos que, antes do caráter propriamente racional, argumentativo ou mesmo lógico (*logos*) de sua fala, o que primeiro vem à tona na realização daquele devir político é uma compreensão sensível, afetiva (*pathos*) e performática do “discurso” como ato e, simultaneamente, enquanto constituição da cena em que o próprio ato se realiza.

O que esse preâmbulo sob a forma de uma breve narrativa poderia nos dizer sobre o tema que propomos abordar? Nessa história, o que nos interessa é assumir, de saída, que a constituição do sujeito político pode se dar pela tomada da palavra, gesto cuja relevância deve considerar as dimensões e consequências sensíveis do modo como os sujeitos se inscrevem e, com isso, circunscrevem toda uma cena na qual as próprias possibilidades de fala estão em questão. Ou seja, serve-nos para indicar as premissas de um percurso argumentativo que partirá, em primeiro lugar, do entendimento da política como “conflito em torno da existência de uma cena comum”, tal como formulado por Jacques Rancière (1996, 2005, 2013, 2014) sobre as intervenções no dizível, no fazível e no sensível capazes de (re)definir o comum da comunidade. Em seguida, chamaremos atenção para a dimensão performática ou mais propriamente visível da subjetivação política enquanto gesto de resistência e levante, nos termos de Judith Butler (2015, 2017). Uma vez traçado esse percurso, teremos as condições para argumentar como essa visada afetiva da compreensão da ação política implica o reconhecimento da tensão que tais gestos são capazes de provocar no próprio funcionamento institucional da política.

Toda essa linha argumentativa será conduzida a partir de outra cena política, que constituiu um episódio muito peculiar na história da luta das trabalhadoras domésticas. Diferentemente do protagonismo da estudante em um auditório universitário, a intervenção à qual nos referimos ocorreu no plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília (DF), a partir da ação da deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ), uma ex-trabalhadora doméstica. Entretanto, diferenças à parte, veremos, desde a próxima seção, como a atuação da deputada também coloca em questão, essencialmente, uma tomada de palavra, uma inscrição visual e sensível, um modo de subjetivação política.

## Entre cenários e encenações, uma cena política

Na terça-feira de 29 de abril de 2014, a deputada Benedita da Silva (PT-RJ), dona de uma longa carreira política, vestiu-se de empregada doméstica para discursar ao plenário da Câmara dos Deputados, por ocasião do Dia Nacional da Empregada Doméstica. Um ano antes, a mesma Casa Legislativa aprovara aquela que ficou conhecida como PEC das Domésticas, a Emenda Constitucional nº 72, que estabelece a igualdade de direitos entre trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Naquele mesmo mês do pronunciamento da deputada, a Câmara já havia aprovado regime de urgência para que fosse tramitado o projeto de lei complementar que regulamentaria os direitos adquiridos pelas domésticas com a PEC 72. No entanto, os direitos de profissionais trabalhadores domésticos só foram regulamentados em 2015, pela Lei Complementar 150, que garantiu a essas pessoas o direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), ao seguro-desemprego, ao adicional noturno, entre outras conquistas.

Deduz-se, pelo próprio trâmite desses avanços trabalhistas, que o contexto da intervenção de Benedita da Silva era o de uma evolução gradativa dos direitos das pessoas que compõem essa força específica de trabalho, um tipo de atividade laboral que remonta à própria história escravocrata do Brasil, como ficou conhecida a famosa análise de Luiz Felipe Alencastro (2019) sobre o enraizamento dessa lógica escravista na vida privada brasileira desde o Império. Evolução gradativa de direitos, mas também inacabada. Essas conquistas vieram a partir da luta política de mulheres que, em sua maioria, não puderam alcançar a mesma ascensão social da deputada, a primeira senadora negra do Brasil – um feito ocorrido depois de 170 anos da própria instalação do Senado Federal.

Naquele momento, a própria concretude dos avanços instituídos pela PEC das Domésticas estava em jogo, considerando-se que a matéria, como se diz no jargão político, ainda precisava de regulamentação. Ou seja, necessitava-se de pressão política para que o tema seguisse os trâmites do Legislativo Federal, passando pela sanção do Executivo, até ser implementado de fato. Pode-se dizer, mesmo sem entrar nos detalhes jurídicos, que esse conjunto de normas consolidou, basicamente, o reconhecimento do trabalho doméstico como atividade profissional pelo estado brasileiro, o que, por corolário, significa o próprio reconhecimento de trabalhadoras domésticas como prestadoras formais de um serviço que, desde então, deve ser remunerado e protegido pelos devidos direitos. E a homenagem de Benedita da Silva, acompanhada de muitas outras atuações políticas, compõe um capítulo singular dessa história.

A despeito das cenas tétricas produzidas historicamente no teatro político do Congresso Nacional, que vão de manifestações indecorosas de misoginia e homofobia a menções honrosas a militares torturadores confessos, para citarmos apenas as mais recentes, a disposição da deputada para vestir-se com o uniforme de empregada doméstica e afrontar, de modo corajoso e irônico, a elite política brasileira em sua própria ágora produziu um episódio notável e espetacular, nos mais diversos sentidos do termo.

Fazemos referência à coragem porque, diante da imprecisão do ordenamento legal do que se entende por decoro parlamentar, é notório o uso político dessa ferramenta como forma de intimidação das minorias e oposições políticas por parte das lideranças

parlamentares, a exemplo da denúncia oferecida contra as deputadas que, em 2017, ocuparam a mesa do plenário da Câmara Federal para impedir a votação da reforma trabalhista defendida pelo governo de Michel Temer – marcada por diversos retrocessos em direitos conquistados, denunciados pelo próprio Ministério Público do Trabalho à época.

Por espetacular, aludimos ao caráter nitidamente performático e encenado daquela intervenção política, sem supor que ela tenha necessariamente um caráter dissimulado desabonador da conduta da deputada. Reconhece-se, de saída, que o gesto de Benedita da Silva comporta um tipo de atuação já marcada pela interseção contínua entre as esferas política e midiática, a partir de um pano de fundo teatral, para usarmos os termos de Wilson Gomes (2004). Entretanto, o que se busca aqui não é “desmontar” a encenação, como se ela tivesse apenas um sentido retórico, mas, justamente, tomá-la em seu caráter revelador de uma gênese estética das ações políticas e de seu potencial para movimentar a ordem sensível que subsiste emparelhada com a organização estrutural e institucional da política.

Destacamos, por fim, a dimensão irônica daquele gesto, aqui tomado como uma forma de subjetivação política reveladora de uma partilha do sensível, para usarmos os termos de Rancière (2005). É precisamente essa atmosfera de embaraço, de polêmica e de provocação instaurada por Benedita da Silva que nos interessa, pois nos permitirá, no próximo tópico, interpretá-la como uma cena de dissenso na qual, embora a maioria dos ritos político-institucionais esteja sendo cumprida, revela-se um gesto heterológico, demarcador de uma espécie de linha divisória entre aqueles que são contados e aqueles que não são contados pela aritmética de nossas percepções sobre a própria sociedade brasileira.

## **Manifestar a diferença da sociedade a si mesma**

Por que seria tão relevante uma intervenção política simples e autoevidente como a de Benedita da Silva na Câmara dos Deputados?

Nossa justificação passará pela descrição de outra cena, mencionada por Jacques Rancière (1996) e também por Joan Scott (2001). Em 1849, a professora e ativista Jeanne Deroin inscreveu-se para concorrer a uma eleição para o Legislativo francês, embora a Constituição da Segunda República, que garantia o sufrágio “universal” aos homens, impedisse às mulheres o voto e a candidatura a cargos públicos. Deroin não teve permissão para falar nos clubes sobre sua candidatura, foi perseguida e ridicularizada inclusive pelos políticos socialistas, a exemplo de Pierre-Joseph Proudhon, com quem discutiu publicamente. Após ouvir do filósofo socialista que uma mulher legisladora faria tanto sentido quando um homem ama-de-leite, Deroin respondeu que concordaria com a afirmação desde que seu interlocutor lhe explicasse qual atributo físico ou órgão corporal era indispensável para se exercer a função de legislador (SCOTT, 2001).

Embora não tenha sido eleita, Deroin provocou ao menos duas consequências políticas: em primeiro lugar, denunciou a contradição de um universal excludente, no qual os homens são historicamente considerados representantes de uma totalidade; em segundo lugar, e conseqüentemente, Jeanne Deroin demonstrou “o extraordinário imbróglie que marca a relação republicana entre a parcela das mulheres e a definição mesma do comum da comunidade” (RANCIÈRE, 1996, p. 53). Nesse sentido, a dimensão política da iniciativa

daquela mulher residiu na própria capacidade de demonstração das contradições e excedentes naturalizados historicamente na suposição igualitária das estruturas políticas republicanas e mesmo na própria definição do comum de uma comunidade.

Voltando à cena de Benedita da Silva, a relevância daquela intervenção política está em sua capacidade de teatralizar uma espécie de autopromoção das trabalhadoras quase invisíveis em nosso *sensorium* já habituado a ignorar as múltiplas manifestações das desigualdades. Um pouco à maneira de Jeanne Deroin ao inscrever-se candidata à revelia das normas e expectativas da elite política francesa, quando Benedita da Silva sobe à tribuna, emula-se uma igualdade pressuposta para, ao mesmo tempo, contestá-la e afirmá-la de outra maneira. Nessa instauração de um “como se”, de uma fabulação política, não é mais Benedita quem fala ao plenário. É uma trabalhadora doméstica negra que deixa os lares das classes média e alta, que abandona o serviço nas mansões ostentadas por nossa aristocracia política para assumir um outro lugar, uma outra função, um outro possível. É nesse sentido que reconhecemos a dimensão estética daquela subjetivação política.

Para Rancière (1996), esse tipo de compreensão estética da política sintetiza-se na ideia da recontagem da comunidade. Pensar a política sob o signo do primado da estética como divisão do sensível significa tomar o discurso e a ação política segundo a lógica da demonstração, ou melhor, segundo a estética da manifestação da desigualdade. “A configuração estética na qual se inscreve a palavra do ser falante sempre constituiu o próprio cerne do litígio que a política vem inscrever na ordem policial” (RANCIÈRE, 1996, p. 68). Nesse sentido, o discurso importa tanto pelo que enuncia, quanto pelas condições forjadas para a própria enunciação, no intento de ser ouvido como palavra, e não como mero ruído inconformista. Daí porque, para entendermos a ação política em sua inscrição na ordem sensível, a metáfora cênica que Rancière extrai da poética aristotélica é mais relevante do que a própria retórica (PANAGIA, 2018). A revelação da desigualdade assume uma forma visível e sensível na própria encenação polêmica da igualdade:

A estética assim autonomizada é em primeiro lugar a emancipação das normas da representação, em segundo lugar a constituição de um tipo de comunidade do sensível que funciona sob o modo da presunção, do *como se* que inclui aqueles que não estão incluídos, ao fazer ver um modo de existência do sensível subtraído à repartição das partes e das parcelas (RANCIÈRE, 1996, p. 68, grifo do autor).

Benedita da Silva opera, justamente, uma pequena mudança nas normas da representação, segundo as quais uma deputada deve subir ao púlpito para exercer as prerrogativas formais de seu mandato. Essa intervenção poderia ser tratada como uma questão de representação política, sem dúvida, quando se pensa no papel da deputada como mulher, negra, ex-empregada doméstica, ex-vendedora ambulante... Mas a potência política daquela ação não está apenas na identificação de Benedita da Silva com o papel que lhe é atribuído pelo cargo e pelos ritos da instituição política. Trata-se de um processo de subjetivação, de desidentificação, descrito por Rancière como “um cruzamento de identidades baseado num cruzamento de nomes: de nomes que ligam o nome de um grupo ou de uma classe ao nome do que ficou de fora, do que não foi tido em conta, isto é, que ligam um ser a um não-ser ou a um ser-por-vir” (2014, p. 72). Benedita da Silva passa a encenar múltiplos

personagens, sintetizados numa espécie de devir político do sujeito que afirma recusando e recusa afirmando.

Nesse sentido, Benedita da Silva não pré-existe, enquanto sujeito político, à sua própria ação política. O gesto da deputada, mesmo singelo e autoevidente, consiste na constituição de um sujeito político e da própria cena de sua aparição, pelo potencial que guarda para exhibir, de modo dissensual, as rachaduras que dividem mundos diferentes alojados num só. “Se existe um próprio da política, ele reside inteiramente nesta relação, que não é uma relação entre sujeitos, mas uma relação entre dois termos contraditórios através da qual se define um sujeito” (RANCIÈRE, 2014, p. 138). Ou seja, pensamos aquela como uma cena de dissenso, cuja teatralidade é reveladora dos excedentes na contagem da comunidade (o universal excludente) e escancara nossa incapacidade para desnaturalizar o olhar sobre as desigualdades que não apenas batem à nossa porta, mas que se inscrevem dentro de nossos lares, diariamente, pela presença de trabalhadoras domésticas raramente vistas como sujeitos políticos, como portadoras de linguagem, palavra, capacidade de enunciação, de reivindicação e de subjetivação – em suma, dos signos da politicidade.

Um modo de subjetivação dissensual, diz Rancière (2014), é um tipo de ação capaz de manifestar a diferença da sociedade a si mesma, de maneira imprópria, incômoda, provocadora. Essa poética política não consiste na oposição de polos de uma argumentação, mas, antes, no questionamento da oposição entre seres cuja fala é legítima e seres cuja palavra não é legitimada, ao ponto de nem mesmo ser ouvida. Tal desafio é interposto a partir de ações no visível, no dizível, no realizável, no pensável. É, portanto, essa analogia que estamos construindo entre a fala persistente da estudante universitária, a candidatura provocadora da ativista francesa e a intervenção da deputada vestida com uniforme de trabalhadora doméstica: todas foram gestos políticos “impróprios” capazes de refigurar a separação entre o sensível e o insensível, manifestando as diferentes condições de igualdade e de participação democrática.

## Entre o visível e o sensível: o levante de Benedita da Silva

É importante assinalar que, ao nos referirmos à contradição de mundos distintos alojados num só, tal como metaforiza Rancière, o que vem à tona não são processos de exclusão. A lenta evolução das conquistas e direitos trabalhistas dos empregados domésticos no Brasil caminhou *pari passu* com uma trajetória socioeconômica e cultural marcada pelos signos da desigualdade, o que legou a essa categoria de profissionais uma espécie de subcidadania histórica, convalidada por um tratamento legal e institucional que os toma por trabalhadores de segunda categoria (BERNARDINO-COSTA, 2015; BIAVASCHI, 2014; SOUZA, 2009). Enquanto herança colonial atravessada pelas divisões sexual e racial do trabalho – sem falarmos nos atravessamentos de idade, classe social e território –, o trabalho doméstico é muito bem incorporado, por assim dizer, às lógicas econômicas e estruturas sociopolíticas brasileiras que privilegiam as classes média e alta, circunscrevendo os limites, papéis e funções para aqueles que compõem uma “ralé” (SOUZA, 2009).

Considerando esse contexto de práticas e processos históricos, é sintomática a escolha de Benedita da Silva pelo uniforme para simbolizar seu papel naquele teatro político. O

uniforme é o traço estético mais evidente de uma vontade de, justamente, uniformizar e distinguir certa categoria de trabalhadores. Para além do sentido prático de uma “roupa de trabalho”, é o uniforme que, primeiro, estabelece uma cisão entre patrões e empregados, assim como entre quem é da família e quem está no ambiente doméstico cumprindo um papel que lhe é atribuído. Ao mesmo tempo, o uniforme opera ainda uma distinção no próprio espaço público, a exemplo das babás empurrando carrinhos de bebês ou de empregadas encarregadas de ir às compras. No mundo empresarial, a indumentária demarca hierarquias, funções e, ao trazer o símbolo corporativo, assinala uma forma de propriedade. O empregado é da empresa, “veste a camisa”, literal e metaforicamente.

Ao vestir-se de empregada doméstica, Benedita da Silva expressa uma recusa e uma proposição. Recusa o traje a caráter, negando-se a cumprir o rito daqueles que ingressam em prédios e instalações públicas no Brasil, dos quais, em geral, exige-se certa formalidade indumentária com exagerado preciosismo e tácita discriminação. Paralelamente, propõe um deslocamento de papéis e funções, pela apresentação do corpo sob um avatar específico. Ali, a deputada não apenas “representa” trabalhadoras domésticas. Ela própria atualiza sua história de ex-trabalhadora doméstica, performando e expressando-se enquanto tal. Entretanto, o uniforme não afirma apenas uma distinção, uma separação entre o mundo da elite política e o das trabalhadoras domésticas que, em geral, arrumam as camas, lavam os banheiros e preparam as refeições dos engravatados. Uniformizada e discursando ao plenário da Câmara, Benedita da Silva também afirma, ao assumir-se tanto como patroa quanto como ex-empregada, a igualdade entre todos os seres falantes, capazes de expressar seus desejos e indignações a despeito das linhas que demarcam separações, limites e partilhas.

É, portanto, o uniforme o signo decisivo e comprobatório da capacidade daquela cena para demonstrar o que Rancière chamou de partilha do sensível, entendida como

o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha (RANCIÈRE, 2005, p. 15, grifo do autor).

O uniforme é parte de uma performance ainda mais ampla. O discurso de Benedita da Silva na tribuna, naquele 29 de abril de 2014, uma terça-feira, foi transmitido ao vivo pela TV Câmara e registrado pelo fotógrafo Luis Macedo, da Câmara dos Deputados. Outra imagem, feita por Laycer Tomaz, também pela Câmara, naquele mesmo dia, mostrou a deputada concedendo entrevista à TV Câmara, ainda trajando o uniforme de empregada doméstica. É também possível encontrar no Youtube o discurso completo da deputada. Embora tenha ocorrido em um dia tradicionalmente de pouca movimentação na Casa Legislativa, o que, em tese, justifica o esvaziamento do plenário, o proferimento teve relativa repercussão midiática, em geral concentrada na efeméride alusiva às trabalhadoras domésticas.



**Figura 1 – Benedita da Silva discursa na tribuna**

Fonte: Luis Macedo / Câmara dos Deputados.

A fotografia de Luis Macedo traz Benedita da Silva sozinha, falando ao microfone enquanto segurava o papel com seu discurso (Fig. 1). Não se vê nada específico ao fundo. Nenhuma alusão à própria Câmara dos Deputados. Nem mesmo a bandeira nacional, enquadrada pela transmissão da TV Câmara, aparece na fotografia “oficial” do discurso. A deputada discursou e se expressou por cerca de 10 minutos, gesticulando com segurança, emoção e expressando as formalidades no tratamento para com as demais autoridades legislativas presentes. A ausência dos signos que tradicionalmente acompanham a imagem de figuras políticas, tais como as gesticulações mais contundentes e expressivas, além dos signos mais evidentes do poder político, tais como a bandeira nacional, não deixa de ser significativa.

Já a imagem de Laycer Tomaz (Fig. 2), na qual Benedita concede entrevista à TV Câmara, traz referências mais diretas ao corredor do Congresso Nacional, bem como à repercussão midiática da intervenção da deputada e da própria sessão especial da Câmara dos Deputados.



**Figura 2 – Benedita da Silva concede entrevista**



Fonte: Laycer Tomaz / Câmara dos Deputados.

Esse conjunto discreto de imagens fotográficas daquela sessão é muito mais expressivo pelo que não mostra, pelo que restou fora de campo. A inexistência ou a não circulação de fotografias em plano aberto daquela sessão específica, apesar da presença evidente dos fotógrafos, sugere no mínimo certa reserva quanto à demonstração do esvaziamento do plenário em pleno dia de semana, em horário de trabalho, o que, por sua vez, é sintomático do desprestígio desse tipo de pauta, ainda que aquela fosse uma sessão solene – e não ordinária.

Se assumirmos, com Arendt (2007), que a ação política pressupõe um espaço de aparição. E se considerarmos, a partir de Butler (2015), que esse espaço de aparição não pré-existe à ação política, mas é, ele mesmo, por ela instaurado, será preciso reconhecer o lugar decisivo da visibilidade – e mais especificamente da visibilidade midiática – na construção da performance política. Comentando o papel estratégico da mídia para as manifestações políticas que ganham as ruas, Butler (2015) chama atenção para o fato de que, ao expandir

o alcance dessas cenas e superar, muitas vezes, os mecanismos persistentes de silenciamento, invisibilização e censura, a própria mídia torna-se parte do protesto, cumprindo um papel de comunicabilidade e propagação. Por certo, ela refere-se principalmente à mídia disposta a se envolver com as lutas pela liberdade política e justiça social.

A cena da ação política dissensual parece estar ligada de modo intrínseco a esses mecanismos de visibilidade, pois os próprios enquadramentos compõem o horizonte de sentido a partir do qual a encenação, os corpos e falas serão compreendidos, interpretados e reverberados. “Se aparecemos”, argumenta Butler, “devemos necessariamente ser vistos, o que significa que nossos corpos precisam ser vistos e que seus sons vocalizados precisam ser ouvidos: o corpo deve adentrar nos campos visual e auditivo” (2015, p. 86, tradução nossa). Isso demonstra que a ação política se configura tanto como intervenção no visível, na qual os agentes perturbam a ordem e a distribuição sensível das pessoas, dos papéis e das funções, quanto como uma forma de instauração de novas ou outras visibilidades.

Essa abordagem leva muito a sério a premissa de que a estética e a política são maneiras de organizar o sensível, assumindo que, na ação política, são *criadas* cenas inéditas, nas quais aparecem pessoas que não eram visíveis, ouvem-se vozes que eram silenciadas ou consideradas ruidosas (RANCIÈRE, 2013). Daí porque tem relevância a percepção de que a encenação política protagonizada por Benedita da Silva não só teve por consequência certo impacto – incompleto, recortado e, por isso, revelador – nas esferas de visibilidade, como ela própria instaurou essa aparição na ordem visível e sensível, presidindo, em grande medida, sua própria aparição. Essa afirmação, no entanto, deve ser feita mediante a ressalva de que essa interpenetração da ação política com as esferas de visibilidade, como a midiática, por exemplo, ocorre segundo linguagens e operações complexas de mediação dos processos políticos sobre as quais não temos espaço para discorrer neste trabalho.

A dimensão de visibilidade subjacente à construção da cena da ação política dissensual comporta, ainda, um outro aspecto essencial: a distensão temporal de sua própria intervenção na experiência. Para usarmos os termos de Butler (2017) sobre a historicidade dos levantes, aqui tomados no sentido amplo do termo enquanto ações políticas, é preciso reconhecer a capacidade desses episódios para criar “imagens de esperança”, que produzem, justamente, um novo horizonte de possibilidades. Introduzir mudanças no visível, no sensível e no dizível implica, por corolário, provocar transformações no possível. Isso porque ações políticas como a de Benedita da Silva não se insurgem apenas contra uma ordem sensível que aparta, invisibiliza e silencia, mas também contra o esquecimento e os apagamentos da história.

Na definição de Butler (2017, p. 36), “levantes – sequenciais, episódicos e cumulativos – se inspiram em levantes passados ou se alimentam de imagens e narrativas de combates audaciosos enquanto procuram prolongar um movimento ou concluir um projeto de emancipação”. Nesse sentido, por mais fragmentários e entrecortados que tenham sido a cobertura midiática e os enquadramentos sobre o ato de Benedita da Silva, suas múltiplas dimensões sensíveis, visíveis e audíveis enquanto cena política constituem a própria temporalidade distendida da intervenção como demonstração de um comum partilhado. Em suma, o gesto político constitui, por meio da produção de sua própria visibilidade, um precedente para ações políticas porvir, ao mesmo tempo em que presta homenagem ao passado de sua própria luta (e de outras trabalhadoras domésticas).

Referimo-nos, portanto, àquelas imagens como partes da instauração de uma cena ampla na qual nossas diferenças são expostas de modo radical, afrontoso, insurgente, à maneira de um levante. Nessa cena política, a atriz revolta-se contra roteiristas, diretores e figurinistas daquele teatro e encena, no palco, uma igualdade entre todos e qualquer um. Essa mesma igualdade que causa arrepios aos que fazem questão da distinção, da hierarquia: de renda, de classe, de cor, de gênero etc. Por isso não se pode negar que aquele gesto é, em primeiro lugar, espetacular. É pensado estrategicamente para furar os bloqueios da gestão das visibilidades e dos lugares autorizados de fala. Benedita toma para si a tribuna, o microfone, os olhares e as lentes. Ao fazê-lo, intervém no visível, no dizível e, no limite, no pensável.

## Cenas dissensuais e tensões no jogo político institucional

Depois de narrarmos a intervenção de Benedita da Silva na Câmara dos Deputados, de assumirmos aquele gesto como a instauração de uma ação política dissensual e de ressaltarmos a centralidade da visibilidade para a própria instituição da cena política e de sua temporalidade distendida, chegamos ao ponto em que examinamos como essa forma de configuração da ação política provoca tensionamentos na política institucional. Esse argumento reitera, na verdade, muito do que já afirmamos nas seções anteriores, mas buscaremos sistematizá-lo à luz das próprias palavras de Benedita da Silva e de inferências sobre o funcionamento de nosso sistema/jogo político formal/institucional. Essa argumentação deve passar, primeiramente, pela seguinte indagação: ações como a de Benedita da Silva já não fazem parte, de certo modo, do jogo entre narrativas e encenações políticas que compõem a cena pública institucional brasileira historicamente?

Como já dissemos, nosso teatro político é pródigo em episódios que vão das manifestações explícitas de ódio fascista às mais mediocres manifestações de caráter populista, passando ainda pela criação de *slogans*, personagens e enredos dignos das piores tramas novelescas. Isso reitera a necessidade, assinalada por Gomes (2004), de reconhecer o caráter dramático do funcionamento da política, com seus atores, cenários, palcos, roteiros e encenações, especialmente quando nos referimos ao período de retomada democrática, já marcado pela intensificação da dimensão de visibilidade midiática. Gomes (2004) vai ainda mais longe: utiliza-se desse exemplo para salientar o caráter espetacular da própria política, demarcando o quanto a roteirização e os *plot twists* no jogo institucional já incorporam e são incorporados pelas lógicas de funcionamento das esferas de visibilidade:

A encenação política promove o desfazer-se de um engano milenar, a saber, o de que a política e a poética não possuem ponto de contato evidente, em virtude de que os seus interesses seriam distintos, as habilidades exigidas e as leis e princípios que as controlam seriam diversas, os objetos que as animam seriam não só diferentes, mas incompatíveis. A aproximação entre poética e política seria, portanto, absolutamente arbitrária e incongruente (GOMES, 2004, p. 294).

Nessa retomada aristotélica da compreensão de uma dimensão poética da política, é importante ressaltar que não se trata de ver na encenação uma espécie de anexo da atuação política. Mais do que complementares, poética e política constituem-se mutuamente,

conforme temos visto desde o início de nossa argumentação. Há, no entanto, um aspecto específico introduzido por Gomes (2004) na compreensão desse fenômeno, relacionado às “astúcias teatrais da esfera política”, que remetem diretamente às capacidades de negociação e mesmo de antecipação, por parte dos agentes, sobre as consequências de suas encenações nas arenas de visibilidade midiática. De modo sintético, trata-se de pensar nas estratégias de atuação política e de construção da imagem pública dos atores, tendo como pano de fundo os complexos mecanismos e processos de formação da opinião pública.

O problema, nessa compreensão da “política de aparências” ou “política-espetáculo”, é o de tomá-la, muito rapidamente, como índice de um esvaziamento de sua substância efetivamente política, isto é, de sua capacidade de introduzir mudanças, de revelar mundos apartados, de construir cenas dissensuais, de mudar possíveis. Toda a política se vê quase que imediatamente transformada em simulacro, tomada seja pela instrumentalidade dos interesses midiático-publicitários e tecno-burocráticos, seja pela retórica populista dos apelos emocionais. Subjaz a essa crença uma espécie de compreensão demasiado mecânica da encenação política, vista como jogo de cartas marcadas, em que cada ação se inscreve em um campo já previsto de ações possíveis, cada palavra se encaixa perfeitamente aos limites do que deve ser dito, cada sujeito atua dentro do lugar de circunscrição que lhe foi designado.

Antes de voltarmos à cena de Benedita da Silva, parece importante, como forma de ilustrar nossa crítica, relembrar outra intervenção polêmica feita no Congresso Nacional: em 04 de setembro de 1987, no curso dos debates da Assembleia Nacional Constituinte responsável pela elaboração da Constituição Federal de 1988, o porta-voz dos movimentos indígenas Ailton Krenak pronunciou-se no plenário, em uma performance política contundente, marcada pelo gesto de pintar o rosto com tinta preta oriunda do fruto do jenipapo<sup>2</sup> durante o incisivo discurso que proferia, alusivo aos retrocessos na tramitação dos direitos indígenas e aos avanços das investidas contra os povos tradicionais. Aquele proferimento integrou um conjunto amplo de atuações políticas que garantiram, por exemplo, a aprovação dos artigos 231 e 232 da Carta Magna, que conferem direitos específicos aos indígenas.

Certamente aquele foi um espetáculo marcante na história de nossas tramas políticas. E embora comporte um enlace complexo de interesses midiáticos e políticos, com repercussão inclusive para a imagem internacional de um país ainda ferido pelo trauma ditatorial, nada leva a crer que tenha sido uma ação vazia, cuja teatralidade remete a um drama com roteiro pronto e seguido à risca. Assim como a atuação de Ailton Krenak, a intervenção de Benedita da Silva também não se explica apenas pela construção de um apelo melodramático. Trata-se, a nosso ver, da própria capacidade dessas subjetivações políticas para abrir cenas dissensuais que tensionem o jogo político institucional, provoquem as estruturas do teatro político, alterem os roteiros previamente determinados, produzam “imagens de esperança” (BUTLER, 2017) e induzam novos levantes, até o limite da própria transformação do curso da história.

Isso pressupõe um questionamento de fundo do imperativo imediatista do consequencialismo das ações políticas, mas também o reconhecimento da instauração de novos

2 Jenipapo é fruto do jenipapeiro, árvore comum na Amazônia e na Mata Atlântica. Em guarani, jenipapo significa “fruta que serve para pintar”, em alusão à extração do sumo do fruto, utilizado como tinta para a pele, para cerâmicas etc.

campos de possibilidades por esses episódios, por mais efêmeros e caricatos que possam parecer. Quando um torneiro mecânico se torna presidente, uma faxineira elege-se deputada ou um indígena escandaliza o Congresso, algo de muito específico ocorre na experiência política. No jogo de cartas marcadas de nossas instituições, de nossos Poderes com “p” maiúsculo, uma brecha se abre, uma carta esquecida aparece, às vezes tirada da manga, e todo o castelo de cartas se vê, por um breve momento, ameaçado de ruir total ou parcialmente. Se nossa política institucional, em suas coalizões e arranjos subterrâneos, em seus ritos e teatros encenados, vê-se acuada por uma possível virada de jogo, deveria ser do interesse de todos aqueles que não compõem o substrato dessa elite política manter sempre viva e iminente essa ameaça.

## Com a palavra, Benedita da Silva

Caminhamos por nosso percurso argumentativo sobre a subjetivação política de Benedita da Silva sem fazer nenhuma citação direta à fala da deputada. Não se quis, com isso, menosprezar as interfaces discursiva e verbal daquela ação política. Pelo contrário. Buscou-se, na verdade, demonstrar como a própria ideia arendtiana do discurso como constituidor do sujeito político possui múltiplas dimensões, comportadas por um amplo caráter performático, visível e sensível da subjetivação política. Para entendermos aquele levante como uma efetiva construção de si como indivíduo portador dos signos da politicidade, isto é, das capacidades políticas, é preciso associar a noção de cena de dissenso com a realização de uma subjetivação política.

Para Rancière, uma subjetivação política implica a ideia de “discurso do outro” a partir de uma acepção tripla:

Em primeiro lugar, ela é a recusa de uma identidade fixada por um outro, uma alteração dessa identidade, a ruptura de uma certa imagem de si próprio. Em segundo lugar, ela é uma demonstração que se dirige a um outro, e que constitui uma comunidade definida por um determinado dano. Em terceiro lugar, ela contém sempre uma identificação impossível, uma identificação com um outro, com o qual, simultaneamente, não podemos ser identificados (RANCIÈRE, 2014, p. 128-129).

Em seu discurso no fórum do Poder Legislativo, Benedita da Silva se dirige, de modo mais imediato, à sua comunidade política, formada pela elite política brasileira – a qual, em grande medida, confunde-se com uma elite financeira, um conjunto de facções religiosas e, mais recentemente, com figuras ligadas à pauta da segurança pública. A deputada endereça sua fala a esse outro que, no entanto, constitui uma mesma comunidade, fendida por um dano, uma demonstração da desigualdade. Ao vestir-se de empregada doméstica, desveste-se de autoridade e incorpora uma identificação impossível, impertinente e inoportuna, tornando-a possível, pertinente e oportuna. Naquele dia, uma empregada subiu ao púlpito do plenário da Câmara dos Deputados para dar lição de política aos eminentes políticos profissionais:

É com muito orgulho que eu venho a esta tribuna e, por que não dizer, com uma emoção enorme de quem tem a responsabilidade de entender que os nossos sentimentos, por décadas e décadas, [...] não foram realmente recompensados. Porque quando nós temos sentimentos, é evidente que nós damos muito mais, nós fazemos muito mais. [...] E a forma de homenageá-las e homenageá-los foi, na verdade, estar aqui com o uniforme que, um dia, em minha vida, eu vesti, para então iniciar este pronunciamento. Não é demagogia estar aqui. É algo da pele, do coração, das veias e da luta (DA SILVA, 2014).

É irônico que a deputada Benedita da Silva lance mão do termo “demagogia” para, justamente, recusar um caráter de encenação de sua fala, no sentido de que sua atuação seria “algo da pele, do coração, das veias e da luta”. Pejorativamente, a palavra remete ao gesto de se utilizar do apoio popular de maneira apelativa para exercer o poder de modo injusto e não democrático. Trata-se de uma fala emocionada, dedicada a expor os “sentimentos” de decepção com a dívida histórica das instituições democráticas com as trabalhadoras domésticas. Por outro lado, e etimologicamente, o termo demagogia remete, do grego, aos oradores que falavam em nome das classes populares, apelando aos seus infortúnios e anseios. Nesse sentido, contrário ao uso pejorativo, é justamente de uma certa demagogia que estamos falando, oposta, no entanto, à demagogia formalmente institucionalizada em nossa classe política.

Ao invés de revelar o fracasso daquele gesto político, o salão esvaziado escondido pelas imagens fotográficas e relevado somente pelo registro em vídeo é, precisamente, o indício mais gritante de que o abismo social, misógeno e racista demonstrado pelo levante de Benedita da Silva existe e se estende do topo de nosso sistema político ao cotidiano dos nossos lares, com a cumplicidade e indiferença daqueles de quem se espera, em tese, um compromisso com a justiça social, mas também com a persistência de sujeitos capazes de argumentar, encenar e inventar outros possíveis.

## Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil 2: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2019.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Sociedade e Estado*, v. 30, n. 1, p. 147-163, 2015.

BIAVASCHI, Magda Barros. *Os direitos das trabalhadoras domésticas e as dificuldades de implementação no Brasil: contradições e tensões sociais*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert Brasil, 2014.

BUTLER, Judith. Levante. In: DIDI-HUBERMAN, G. *Levantes*. São Paulo: Sesc-SP, 2017, p. 23-36.

BUTLER, Judith. *Notes toward a performative theory of assembly*. London: Harvard University Press, 2015.

DA SILVA, Benedita. Discurso da deputada Benedita da Silva (PT-RJ) em homenagem ao Dia da Empregada Doméstica, na Câmara dos Deputados. *Youtube*, 29 abr. 2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Gjzccq-EWk>. Acesso em: 02 ago. 2020.

PANAGIA, Davide. *Rancièrè's sentiments*. London: Duke University Press, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. *O descentendimento*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Ed. 34, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. Entrevista – Jacques Rancière. In: *Revista Cult*, Edição 139. Disponível em: [revistacult.uol.com.br/home/2010/03/entrevista-jacques-ranciere/](http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/entrevista-jacques-ranciere/). Acesso em: 23 de maio de 2013.

RANCIÈRE, Jacques. *Nas margens do político*. Lisboa: KKYM, 2014.

SCOTT, Joan W. “La querelle des femmes” no final do século XX. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, p. 367-388, 2001.

SOUZA, Jessé. *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

WILSON, Gomes. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.





# TELENOVELAS, INTERSECCIONALIDADE E RELAÇÕES DE PODER: representações midiáticas das trabalhadoras domésticas<sup>1</sup>

*Lorena Esteves  
Camila Leal  
Danila Cal  
Rosaly de Seixas Brito*

## Introdução

As heranças do colonialismo e da escravização – o sexismo, o patriarcalismo, o racismo e o capitalismo em suas formas atualizadas – repercutem estruturalmente nas relações sociais e instituições, permanecendo no cotidiano da sociedade brasileira. Esse processo histórico nos ajuda a compreender as bases das desigualdades de gênero, raça e classe (GONZALEZ, 1984; CARNEIRO, 2011; FIGUEIREDO, 2019). Nesse sentido, o trabalho doméstico representa um ponto de confluência entre essas desigualdades e a figura da trabalhadora doméstica uma das principais representações da mulher negra no Brasil (GONZALEZ, 1984; BRITES, 2013; CAL, 2016; DANTAS, 2016).

Partimos da premissa de que os discursos midiáticos configuram-se como interpretações sociais, culturais e políticas (MAIA, 2018) e que, portanto, participam dos processos de constituição de identidades e questionamento ou reforço a esterótipos e a relações de poder. Neste capítulo, dedicamo-nos a explorar as representações das trabalhadoras domésticas em telenovelas<sup>2</sup> da Rede Globo para compreender como são construídas essas personagens, os contextos sociais, bem como, as relações de poder e questões interseccionais que as atravessam, considerando que as telenovelas são bens simbólicos fundamentais na tematização das realidades socioculturais brasileiras (LOPES, 2003; HAMBURGUER, 2011).

Ao discutir “representação midiática”, Rousiley Maia (2018) destaca que se trata de um conceito multifacetado, com distintas tradições teóricas. Segundo a autora, na acepção mais básica, representação “envolve a produção de sentido, por meio da qual os seres humanos se constituem e se fazem ‘presentes’ ou ‘tornam visível’ o mundo social – objetos, pessoas, eventos, normas, etc.” (MAIA, 2018, p. 62). Ela defende uma forte vinculação social na representação midiática que considera “parte do discurso cultural político no domínio mais amplo da luta social” (p. 65), de tal forma que pode fornecer elementos para “‘moldar’ perspectivas culturais” e modos como sujeitos e grupos se veem e são vistos.

1 Parte do texto deste capítulo foi publicada na Revista *Gênero na Amazônia*, n. 16-18, jul./dez. 2020.

2 Telenovela é o nome genérico que se dá à narrativa ficcional televisiva no Brasil, independentemente de seu formato ser telenovela em sentido estrito, minissérie, caso especial, ou outro (LOPES, 2003, p. 17). Neste capítulo também pode ser referida, simplesmente, como novela, nome pelo qual é popularmente conhecida.

Não se trata de um processo pacífico, mas que considera questionamentos e reivindicações de grupos e também significados social e historicamente enraizados. Nessa perspectiva, os profissionais da mídia não se configuram “apenas como ‘produtores’, mas também como ‘destinatários’ da representação da sociedade” (p. 66). De modo complementar, Rosane Borges defende a “indissociabilidade entre política e representação” (BORGES, 2019, p. 11) de tal forma que é necessário questionar e reinventar o que ela chama de ordens da representação tradicionais.

Nesta análise, focalizamos, em especial, as novelas “Avenida Brasil” (2012), “A Regra do Jogo” (2015) e “A Dona do Pedaço” (2019), todas exibidas na faixa de horário das 21h e em períodos significativos da discussão e da implementação das leis que buscaram a equiparação dos direitos entre as trabalhadoras domésticas e os demais trabalhadores. A Proposta de Emenda Constitucional 66/2012, conhecida como a “PEC das Domésticas”, foi votada em 2012 na Câmara dos Deputados e, em 2013, no Senado, o que gerou a Emenda Constitucional nº 72/2013 e também a Lei Complementar nº 50/2015, que regulamentava alguns dos direitos ainda não vigentes em 2013. A escolha por a “A Dona do Pedaço” ocorreu por considerar a exibição já num período em que a ampliação dos direitos trabalhistas das domésticas estava legalmente consolidada. Contudo, a superação dos entraves sociais e simbólicos relacionados à aceitação e ao respeito à ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas ainda permanece um desafio. Daí resulta a importância de observar as telenovelas como espaços de produção simbólica sobre as trabalhadoras domésticas e suas vinculações sociais.

Consideramos, portanto, a análise das telenovelas fundamentais para a compreensão do processo de debate público sobre a “PEC das Domésticas” e seus desdobramentos, por meio da observação das representações das trabalhadoras domésticas. Isso porque as telenovelas pautam relações entre os domínios do privado e do público, possibilitando um transbordamento e a politização de temáticas relacionadas ao cotidiano, atuando, desse modo, como um painel de discussão sobre questões sociais (LOPES, 2003; MATTELART, 1989).

## **A trabalhadora doméstica na sociedade brasileira**

Para contextualizar a condição da mulher trabalhadora na sociedade brasileira, é necessário entender o processo de colonização do país e, conseqüentemente, da constituição de subjetividades, ambos baseados na exploração de recursos, racialização, escravização, construídos sob um padrão de cultura eurocêntrico, patriarcal e generificado que se perpetua na contemporaneidade, estruturando as relações entre brancos e não-brancos (CURIEL, 2007; CARNEIRO, 2011; FIGUEIREDO, 2019).

O período colonial é marcado pela escravização de homens e mulheres negros e indígenas que passaram por um processo de coisificação e desumanização, transformados em mercadorias e vendidos para trabalharem nas fazendas, lavouras e também nas unidades domésticas de famílias brancas, descendentes de povos europeus (NASCIMENTO, 2019). Às mulheres negras, cabiam os papéis de trabalhadoras braçais no campo, reprodutoras de novos escravos, objetos sexuais de seus senhores e mucamas que lavavam, passavam, cuidavam dos afazeres domésticos e cozinhavam (GONZALEZ, 1984; NASCIMENTO, 2019).

Segundo Gonzalez (1984), “o estupro colonial”, por meio do qual as mulheres negras e indígenas foram submetidas para satisfazer o apetite sexual dos homens brancos, deu início ao processo de miscigenação da sociedade brasileira. Para justificar esse processo, criou-se a ideologia da mestiçagem que propunha a reprodução “entre raças” com o objetivo de “melhorar a raça” (CURIEL, 2007), considerando a “raça branca” como superior e a “raça negra” como inferior. “O ‘mito’ ou ‘ideologia’ da democracia racial foi instituído a partir dos anos 1930 como o discurso oficial do Estado brasileiro. Grosso modo, a ‘ideologia’ da democracia racial nega o racismo e os conflitos raciais no Brasil e aponta para uma construção social harmônica e não-conflituada” (WESCHENFELDER; LINHARES DA SILVA, 2018, p. 318).

Esse discurso de suposta democracia racial que muitos intelectuais instalaram como matriz civilizatória, a partir do século XX, teve efeitos desastrosos e tem sido uma ideologia de dominação para manter as desigualdades entre brancos, indígenas e negros/as, mesmo após a descolonização do Brasil (CURIEL; 2007; CONRADO, 2004). “O pluralismo brasileiro, com o seu *continuum* de cor, não é sinônimo de democracia racial, visto que os declarados ‘pardos’ não estão em situação política e socioeconômica mais vantajosa, de forma significativa, que os ‘pretos’” (CONRADO, 2004, p. 94). O pardo é resultado dessa construção social criada pela política pública de branqueamento da população, historicamente utilizada para enfraquecer a identidade racial (CARNEIRO, 2011).

A mulher negra de pele clara, lida socialmente como parda, herdou, além do mito da democracia racial, o *status* simbólico da sensualidade, no sentido atribuído por Abdias do Nascimento (1978) ao referir-se ao ditado popular “Branca para casar, Negra pra trabalhar, Mulata pra fornicar” (p. 62). Assim, termos como “mulata” e “moreninha” são denunciados na hipersexualização dos corpos de mulheres negras, em especial as de pele mais clara (CONRADO; CAMPELO; RIBEIRO, 2015).

A opressão de gênero, na conjugação com as intersecções de raça e classe, produz hierarquias que colocam mulheres negras em posição de maior desvantagem na escala de privilégios (GONZALEZ, 1984; SAFFIOTI, 1987; CARNEIRO, 2011). “O trabalho doméstico é um caso exemplar da conjugação da discriminação interseccional: a força de trabalho é recrutada entre mulheres, as quais geralmente provêm daquelas camadas mais pobres e com índices menores de escolaridade, características sobrepostas por uma forte marca de racialização” (BRITES, 2013, p. 428).

Lélia Gonzalez (1984), ao falar, na década de 1980, sobre o lugar da mulher negra na cultura brasileira, identifica três representações, oriundas do processo de escravização/colonização: a mulata, a doméstica e a mãe-preta. A autora explica que o mito da democracia racial exerce sua violência simbólica de forma especial sobre a mulher negra. Ela assinala que no período do carnaval, a mulher negra transforma-se na mulata “rainha do samba”, “deusa da Marquês de Sapucaí”. Fora desse período, é a doméstica. A mulata e a doméstica são figuras provenientes da mucama (a escrava que era vista como prestadora de bens e serviços, entre eles, os sexuais).

“Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano” (GONZALEZ, 1984, p. 230). A outra figura da mulher negra na sociedade brasileira é a mãe-preta, a “bá”, vista

pelos brancos como exemplo de amor incondicional pelos filhos das mulheres brancas e que, hoje, representa a figura da babá (GONZALEZ, 1984).

É comum observarmos que essas lógicas e subjetividades se reproduzem por meio da mídia. “Nas novelas, nas peças de teatro, as trabalhadoras domésticas são, quase sempre, representadas por atrizes negras” (SAFFIOTI, 1987, p. 53). A propaganda também contribui para perpetuar estereótipos sobre as mulheres pobres e racializadas (CRENSHAW, 2002, p. 178). Falando sobre racismo cinematográfico, bell hooks ressalta que “mesmo quando a representação das mulheres negras está presente nos filmes, nossos corpos e seres estão lá para servir – aprimorar e manter mulheres brancas como objeto do olhar falocêntrico” (HOOKS, 2019, p. 221).

Contextualizando a telenovela como representação e construção da sociedade, Dennis Oliveria e Maria Angela Pavan afirmam que:

A telenovela, ao mesmo tempo que se trata do principal fenômeno social e elemento central na construção do cenário de representação política, também articula esta dimensão política ao cotidiano, pois trata-se de uma história ficcional centrada em tramas do cotidiano das personagens. As identificações/projeções que o público constrói a partir das personagens/valores apresentados pelas telenovelas implica na absorção de modelos de comportamentos políticos e posturas em relação aos conflitos propostos pelas telenovelas. No caso das relações raciais, a telenovela, longe de negar a existência do racismo, apresenta diversos modelos de comportamento – que implica em formas de absorção, enfrentamento e transcendência” (OLIVEIRA; PAVAN, 2004, p. 7).

Não obstante o fato de que muitos temas de importância social podem aparecer como pano de fundo de diversos enredos ficcionais, muitas vezes, não há a “tentativa de enfrentamento de determinada questão”. O tema de importância social serve apenas como recurso dramático, como aspecto de composição de um dos personagens, não há “qualquer tentativa de evidenciar e trabalhar tal tema na dimensão social” (OLIVEIRA; PAVAN, 2004, p. 10). A seguir, discute-se a trajetória do gênero telenovela no Brasil e se problematizam as representações que ela faz circular massivamente.

## **Telenovela: entre a catarse e o debate público**

Provavelmente nenhum outro gênero na televisão brasileira cumpriu tão bem o papel de integrar o país de ponta a ponta quanto a telenovela. Ela ofereceu chaves de leitura que permitiram ao Brasil imaginar-se a si mesmo por meio da teleficção, tecendo uma comunidade imaginada, no sentido que lhe é atribuído por Benedict Anderson<sup>3</sup>. Graças ao poder de catarse que o gênero evoca e à empatia que exerce com o público, a novela pode ser vista, de acordo com Michèle e Armand Mattelart, como “um fato excepcional

3 O autor inglês argumenta que, no século XVIII, o jornal e o romance cumpriram importante papel no processo de emergência dos estados nacionais europeus, oferecendo às respectivas sociedades um sentimento de pertencimento à nação como uma comunidade imaginada. Ambos, e em particular o jornal, criaram uma concepção nova de simultaneidade não espacial, possibilitando o surgimento de comunidades imaginadas seculares e transtemporais (ANDERSON, 2008).

de comunicação, fato ecumênico e transclassista. Porém não se pode esquecer o caráter do social que é representado” (1989, p. 113), ressaltam os autores, referindo-se às determinações do projeto de modernização conservadora levado a cabo pelo Estado autoritário que ascendeu ao poder no Brasil em 1964. O estrondoso êxito da telenovela, não por acaso, se dá de maneira concomitante a este processo.

É importante assinalar que o Estado de exceção instaurado no país então será o principal fomentador do desenvolvimento da indústria cultural brasileira, que em pouco tempo alcança uma prosperidade sem precedentes e em que a televisão tem uma posição central. Ela foi o braço simbólico do regime e desempenhou um papel estratégico na massificação da ideologia de segurança nacional que lhe dava sustentação. Se, por um lado, o regime censurava com mão de ferro a imprensa, as artes e as expressões culturais de maneira geral, por outro investiu maciçamente para que a televisão pudesse integrar o Brasil em todas as suas latitudes, pela via do imaginário<sup>4</sup>.

A centralidade que a televisão assume na vida do país desde meados dos anos 1960, conforme Maria Immacolata Lopes (2003), é mais um paradoxo em uma nação constituída e representada reiteradamente pelos seus contrastes abissais – entre riqueza e pobreza, modernidade e arcaísmo, sul e norte, litoral e interior, campo e cidade. É fato, segundo a autora, que a televisão reproduz, no plano das representações, diversos matizes de desigualdade e discriminação. “Mas, também é verdade que ela possui uma penetração intensa na sociedade brasileira, devido a uma capacidade peculiar de alimentar um *repertório comum* por meio do qual pessoas de classes, gerações, sexo, raça e regiões diferentes se posicionam e se reconhecem umas às outras” (2003, p. 18).

Não se trata, obviamente, de gerar interpretações consensuais, longe disso, mas antes, na visão de Lopes, “produzir lutas pela interpretação de sentido” (2003, p. 18). Martín-Barbero e Rey, indo ao encontro desse entendimento, consideram que as indústrias culturais que se implantaram quase na mesma época no continente latino-americano, são hoje “a mais complexa organização da hegemonia” (2001, p. 111).

Embora tenha sido inaugurada em 1950, a televisão brasileira só passou a ter dimensão nacional em meados da década seguinte. Em 1960, dez anos depois, ela só podia ser vista em 4,6% do território nacional. Até 1963, quando o *videotape* foi introduzido na programação diária, não havia circulação nacional de programas (HAMBURGER, 2011). Quatro anos após a implantação do regime, em 1969, começaram as transmissões nacionais. A telenovela tornou-se o carro-chefe da programação televisiva brasileira na década de 1970, conforme a autora. O extraordinário sucesso alcançado pelas novelas está intrinsecamente

4 Fazem parte deste investimento, por exemplo, a criação da estatal Empresa Brasileira de Telecomunicações-Embratel, em 1965, para implantar a infraestrutura de telecomunicações no Brasil e permitir, entre outras coisas, as transmissões televisivas ao vivo. Outro passo decisivo foi a adesão do país, em 1967, ao International Telecommunications Satellite Organization (INTELSAT), criado em 1964 e que até 2001 foi um consórcio intergovernamental que gerenciava uma série de satélites de comunicação, oferecendo serviços de teledifusão. Ainda hoje, depois de privatizado no início da década passada, opera mais de 50 satélites, sendo o maior consórcio comercial de satélites do mundo.

associado à afirmação da Rede Globo, nascida em 1965, como a maior rede de TV do país e uma das mais importantes do mundo.<sup>5</sup>

O modelo integrativo da Globo e seu padrão de modernidade de consumo, associado ao apoio ostensivo dos governos militares, a técnicas modernas de gerenciamento e marketing e a uma forte equipe de autores de novelas vindos do cinema e do teatro, provocou um “deslumbramento eletrônico” junto à população (MATTELART, 1989; LOPES, 2003). As novelas lideraram essa massificação da audiência e passaram a ser “o seu cineminha em casa”, conforme incumbência dada por José Bonifácio Sobrinho, o Boni<sup>6</sup>, a Daniel Filho, que assumiu a direção desse núcleo da programação na emissora ainda no final dos anos 1960 (HAMBURGER, 2011).

A história das novelas se confunde com a própria história da TV no Brasil, de acordo com Esther Hamburger (2005). A primeira fase da televisão brasileira, de 1950-1969, é incipiente, com predomínio dos programas de auditório, teleteatros e novelas importadas. A segunda fase, de 1970-1989, é o período de grande expansão da TV com a consolidação do monopólio da Rede Globo e das novelas como produto principal da emissora. Dos anos 1990 em diante, há grande reconfiguração dos meios de comunicação, em que parte da audiência migra para a TV paga e outras mídias, mas ainda assim se mantém a liderança da Globo e das novelas como peças-chave de sua programação.

“A grande importância da telenovela é que ela se tornou um fórum de discussão, uma pauta de temas raciais, sexuais e de gênero”, assinala Lopes em entrevista a Clara Meirelles (2008, p. 9). Para a autora, essa pauta regula as intersecções entre a vida pública e a vida privada, permitindo que dramas privados se expressem em termos públicos e vice-versa (LOPES, 2003). Os estudiosos desse gênero concordam que a novela seja, ao mesmo tempo, uma vitrine de produtos dos mais variados tipos, incitando os telespectadores ao consumo do que está em cena, e um painel de discussão de temas sociais. “A novela é de certa forma a caixa de ressonância de um debate público que a ultrapassa” (MATTELART, 1989, p. 111).

A questão é o encaminhamento dado à discussão desses temas. Michèle e Armand Mattelart apontam que, desde o fim dos anos 1970, a produção das novelas e da TV brasileira de modo geral foi confrontada pela pressão permanente exercida por uma espécie de apartheid social vigente no país, em que uns viviam efetivamente no ritmo da modernização e outros estavam estagnados social e financeiramente mas, a despeito disso, “criaram suas próprias formas de resistência cultural” (1989, p. 116). A verossimilhança de um suposto viés inclusivo nas novelas, de acordo com Hamburger (2011), não se dá por critérios realistas, já que contradições sociais básicas e a própria pobreza durante muito tempo estiveram ausentes das narrativas, protagonizadas por personagens brancos. Do mesmo modo houve, como argumenta a autora, “uma expansão despolitizada do universo feminino e a valorização perversa de uma ideia de “mulher forte”, que, além de responsável pela família, deve trabalhar e pode almejar a satisfação amorosa” (HAMBURGER, 2011, p. 76).

5 No mais recente ranking das TVs do mundo, divulgado em 2020, a Rede Globo de Televisão passou a ocupar a segunda posição, atrás apenas da rede americana gigante ABC, de propriedade do grupo The Walt Disney Company. Informação disponível em <https://www.dm.jor.br/brasil/2020/06/globo-supera-cbs-e-se-torna-a-segunda-maior-emissora-do-mundo-record-e-a-28a/>. Acesso em: 17 jul. 2020.

6 O principal executivo da Rede Globo de Televisão por três décadas, a partir de 1967.



No que tange às trabalhadoras domésticas, elas sempre estiveram presentes como personagens nas novelas. No entanto, dada a inferiorização de seu lugar social, era uma presença impregnada de preconceitos e invisibilizações. “Quase anuladas como figurantes que abrem portas e atendem telefones, cobiçadas como objeto de desejo erótico, ridicularizadas como representantes típicas das mulheres das classes populares, envolvidas em movimento de ascensão social (em geral dado pelo casamento)” (MACEDO, 2016, p. 3). Ao analisar a recepção da novela *Cheias de Charme*, exibida em 2012 pela Rede Globo, que pela primeira vez tinha como protagonistas trabalhadoras domésticas, Renata Macedo (2016) admite que, a despeito de estereótipos recorrentes ligados a essas profissionais, a TV teve que incorporar transformações nessas personagens de modo geral.

Ainda assim, são claros e inquietantes os limites dessas transformações nas novelas “*Avenida Brasil*” (2012), “*A Regra do Jogo*” (2015) e “*A Dona do Pedaço*” (2019), como veremos no próximo tópico, identificando como são construídas as personagens das trabalhadoras, os contextos sociais, bem como, as relações de poder e questões interseccionais.

## **Objetos analisados: novelas *Avenida Brasil*, *A Regra do Jogo* e *A Dona do Pedaço***

Para analisar as representações sobre trabalhadoras domésticas nas novelas investigadas – “*Avenida Brasil*” (2012), “*A Regra do Jogo*” (2015) e “*A Dona do Pedaço*” (2019) –, partimos da metodologia da *ingenuidade consentida*, proposta por Maria Lourdes Motter e Daniela Jakubaszko (2007, p. 4, grifos no original), “que consiste em pensar, sentir e ver a telenovela pela perspectiva do *telespectador-observador*, como num processo de pesquisa da observação participante” (2007, p. 4).

Para termos melhor entendimento a respeito das personagens, além das descrições das novelas catalogadas a partir dos sites Memória Globo, Gshow e Teledramaturgia, analisamos as cenas das empregadas disponíveis no Globoplay, plataforma que disponibiliza as obras produzidas pela Globo, dentre outras, e também no Youtube. A busca foi feita a partir das palavras-chave “Nome da trabalhadora – nome da Novela”, a partir das quais conseguimos catalogar e assistir: 45 cenas de “*Avenida Brasil*”, 13 cenas de “*A Regra do Jogo*” e 26 cenas de “*A Dona do Pedaço*”.

“*Avenida Brasil*” (2012) conta a história de Rita (Débora Falabella), uma jovem que, desde os 11 anos, planeja um acerto de contas com a madrasta. Rita, órfã de mãe, era criada, com muito amor, pelo pai Genésio (Tony Ramos). Tudo muda quando ele se casa com Carmen Lúcia, a Carminha (Adriana Esteves), uma mulher ambiciosa e dissimulada, mas que se passava por esposa doce e dedicada<sup>7</sup>.

“*A Regra do Jogo*” (2015) narra a história de Romero Rômulo (Alexandre Nero), um bandido que finge ser herói do povo. Ele integra a maior facção criminosa do país. Apesar de enganar as pessoas, o mau-caráter é ludibriado por Atena (Giovanna Antonelli), uma estelionatária com quem vive um relacionamento conturbado. A trama gira em torno de

7 Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/avenida-brasil.htm>. Acesso em: 09 nov. 2019.

um crime não solucionado, uma chacina, que envolve todo o elenco principal. Os efeitos da chacina movem a narrativa que também fala de virgindade, traição e violência doméstica<sup>8</sup>.

Em “A Dona do Pedaco” (2019), Maria da Paz (Juliana Paes) vem de uma família de justiceiros profissionais, os Ramirez, da cidade de Rio Vermelho, Espírito Santo. Desde pequena, ela gosta de fazer bolos, essa rotina a seduz mais do que as atividades impostas pelo pai, Ademir (Genézio de Barros), que quer transformá-la em uma justiceira. Ela acaba se apaixonando por Amadeu (Marcos Palmeiras), advogado formado em Vitória, porém membro do clã rival nos negócios dos Ramirez, os Matheus. Seu romance é impedido pelas famílias que não aceitam e provocam uma tragédia que acaba com o casal impedido de ficar junto e o sequestro das sobrinhas de Maria. Ela começa uma nova vida com a promessa de reencontrar as sobrinhas e grávida de sua filha Josiane (Agatha Moreira), que diferente da mãe tem um caráter duvidoso<sup>9</sup>.

Objetivando identificar como se deu a trama em torno das trabalhadoras domésticas dessas novelas, possíveis estereótipos de gênero, raça e classe que colocassem as trabalhadoras domésticas em posições de subalternidade, foram analisadas as personagens Zezé e Janaína, de “Avenida Brasil”; Dinorah e Conceição, de “A Regra do Jogo”; e Edilene, “A Dona do Pedaco”. As categorias investigadas foram: a) A construção das personagens, para identificar quem são, onde moram, qual a história dessas personagens; b) Interseccionalidade, para identificar como são abordados os sistemas discriminatórios que criam desigualdades estruturantes das posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes; c) Relações de poder, para identificar as tensões entre empregadas e patrões e de que maneira se dão, qual discurso é reproduzido nas novelas.

### *A construção das personagens*

A partir das informações coletadas nos sites memória Globo e Teledramaturgia e, com base nas sequências das cenas observadas no Globoplay, foi possível elaborar um resumo das personagens, com mais detalhes da história de cada uma: Zezé, Janaína, Edilene e Dinorah, porém não foi possível identificar muitas características sobre a história de Conceição, por não ter grande participação na trama.

Janaína (Avenida Brasil) é interpretada pela atriz Claudia Missura. Ela é uma mulher branca. Aparece estar na casa dos 30. Utiliza uniforme no trabalho. Trabalha na casa de Tufão (Murilo Benício) há anos na esperança de dar um futuro melhor para o seu filho, Lúcio (Emiliano D’Avila), aguentando, inclusive, os maus tratos da patroa Carminha. Janaína, por sua vez, também emprega um trabalhadora doméstica em sua casa, Zulmira (Rose Lima), que é negra. A relação com Carminha muda quando descobre que a patroa seduziu seu filho e o está utilizando para acobertar seus crimes.

Zezé (Avenida Brasil) é interpretada por Cacau Protásio. Ela é uma mulher negra. Aparece estar na casa dos 30. Utiliza uniforme no trabalho. Ela é a outra empregada doméstica da mansão de Tufão. É muito fiel a sua patroa Carminha, embora ela a trate

8 Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/a-regra-do-jogo.htm>. Acesso em: 09 nov. 2019.

9 Disponível em: <http://teledramaturgia.com.br/a-dona-do-pedaco/>. Acesso: 09 nov. 2019.



mal na maioria das vezes, criticando os seus serviços. A participação de sua personagem na trama se resume ao que a família de Tufão está fazendo ao longo da novela. Ela serve de ponte para o drama principal. Costuma fazer o sinal da cruz e pedir ajuda a Deus quando a patroa está de mau humor. Carminha, inclusive, chegou a mandar a doméstica ir fazer as compras rolando, em referência ao sobrepeso de Zezé.

Zezé e Janaína estão juntas na maioria das cenas. Vivem falando da vida dos patrões. Janaína é fofoqueira assim como Zezé, porém possui sua própria história, seu amor pelo filho Lúcio e o medo de que ele acabe se desvirtuando, principalmente a partir do momento em que se apaixona por Carminha. Ao final da novela, Zezé continua trabalhando para a família e Janaína vai embora com o filho Lúcio.

Dinorah (A Regra do Jogo) é interpretada pela atriz Carla Cristina Cardoso. Ela é negra. Aparece estar na casa dos 30 e utiliza roupas, como bermuda e camiseta para trabalhar. É a empregada de Feliciano (Marcos Caruso) e trabalha na cobertura do patrão há anos sem ser paga. É a empregada que destoa das outras analisadas. Por não ser paga, Dinorah age como membro da família, senta e assiste à TV, dá sua opinião sobre a vida dos patrões e é bastante debochada. Faz parte do núcleo cômico da novela. Não usa uniforme. A relação entre ela e Feliciano é outro fator digno de nota, porque ambos demonstram ter carinho um pelo outro. Ela faz questão de fazer as coisas para ele e ele a trata de maneira carinhosa, chamando-a de querida, várias cenas mostram os dois jogando baralho, xadrez, enquanto conversam.

A história de Dinorah se passa toda no núcleo familiar dos patrões e o ponto alto da sua trajetória é quando finalmente o patrão paga os salários atrasados. Mesmo ficando rica, ela prefere continuar a ser empregada de Feliciano. Foi a única novela que retratou de maneira bem aberta a importância e os direitos e benefícios que as trabalhadoras domésticas garantiram com a nova legislação. Apesar do papel, Dinorah não chega nem a ser citada entre os personagens no portal Memória Globo.

Conceição (A Regra do Jogo) é interpretada pela atriz Séfora Rangel. É uma mulher branca. Aparece ter 30 anos e usa uniforme no trabalho. É casada com Nonato (Ilya São Paulo), o motorista da família Stewart para quem trabalha. Descobre que ele teve um caso com uma das patroas, mas perdoa. Aparece pouco na trama, por isso não foi possível identificar muito a respeito dela. Diferente de Dinorah, que tinha seu núcleo fixo e aparecia na maioria dos episódios, seu ponto alto de participação na novela é quando revela que seu marido é pai dos filhos da patroa porque a patroa está a ponto de se casar. Aparentemente, ela não podia contar, pois estava sendo chantageada pelo noivo da patroa.

Edilene (A Dona do Pedaço) é interpretada por Cynthia Senek. Ela é uma mulher negra, apesar de, no contexto brasileiro, poder ser lida socialmente como parda<sup>10</sup>, por ser

10 O pardo é uma construção social que marca um processo de genocídio que estuprou mulheres negras e indígenas e que se baseou em séculos de teorias racistas e eugenistas (WESCHENFELDER; LINHARES DA SILVA, 2018; GOMES, 2019). No entanto, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ainda utiliza cinco categorias de tipificação da sociedade: branca, preta, amarela, parda e indígena. A somatória da população preta e parda é o que configura, hoje, a população negra do país. O Estatuto da Igualdade Racial (LEI Nº 12.288/2010.) define como "população negra o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pelo IBGE, ou que adotam autodefinição análoga" (BRASIL, 2010, Art. 1, IV).

negra de pele clara. É jovem, na sinopse da novela, possui 21 anos. Está sempre utilizando o uniforme no trabalho. É uma jovem pobre filha do motorista Cosme (Osvaldo Mil), que trabalha na casa de Otávio (José de Abreu) e Beatriz (Natália do Valle), uma família rica. Ela teve a oportunidade de trabalhar como empregada na casa dos patrões do pai, que fica emocionado por ter a filha perto. Entretanto, Otávio, velho rico que encarna a imagem do homem mulhengo, fica interessado pela beleza da jovem e começa a trocar olhares com ela. No início, ela fica receosa, mas acaba cedendo e se torna amante do patrão. Ela gosta dele, mas mais que isso, vê nele uma oportunidade de deixar de ser pobre e mudar de vida. Acredita que dar um filho para ele o fará largar a esposa e ficar com ela. Ela sempre encontra com ele em motéis e enquanto ele toma banho fura as camisinhas. Até que fica grávida. Quando conta para ele não recebe a reação que esperava, ele exige que ela aborte o bebê e ela chora dizendo que não quer, mas acaba cedendo. Depois de pedir indicação à uma amiga, vai a uma clínica clandestina, sofre hemorragia e morre no hospital. O patrão esconde de todos sua participação na morte da moça.

Ao observar as personagens e suas histórias, de forma geral, pode-se compreender que a vida delas geralmente gira em torno da trama dos patrões. A personagem Dinorah, por exemplo, tem sua trajetória de vida invisibilizada, parece não ter família, nem amigos, o mesmo acontece com Zezé. Quando ganham destaque, há algum fato ligado à história dos patrões. Ou seja, elas não têm história própria, vivem em função dos personagens principais.

Rosana Mauro (2019) analisou a construção discursiva televisual da mulher popular nas telenovelas “Avenida Brasil” e “A Regra do Jogo”, dentre várias tipologias femininas populares, mencionou as trabalhadoras domésticas. Segundo a autora, um traço distintivo entre trabalhadoras domésticas brancas e negras é que as últimas apresentam suas histórias sempre ao redor dos patrões, sem um investimento na intimidade delas (MAURO, 2019). As trabalhadoras domésticas brancas, no caso Janaína e Conceição, possuem um maior atuação fora da casa dos patrões, com a própria residência tendo algum espaço na trama: “as primeiras têm o âmbito pessoal mais explorado e se veem livres do emprego doméstico [...], as negras estão mais presentes ao ambiente de trabalho, não têm vida pessoal evidente e tendem para a comédia” (MAURO, 2019, p. 232). Tanto Zezé quanto Dinorah possuem atuações com expressão cômica: Zezé pela subserviência à patroa Carminha e pelo modo como a defende, pelas fofocas, e Dinorah, por se comportar com intimidade na casa do patrão, onde comanda o controle remoto da TV e responde com deboche às ordens do restante da família, dizendo que só serve ao Seu Feliciano, o patrão.

A personagem Edilene de “A Dona do Pedaço” remete a uma visão estereotipada da trabalhadora doméstica, que remonta ao período da escravidão, segundo uma lógica em que a trabalhadora seria uma “propriedade da casa” e deveria servir à família dos patrões, inclusive sexualmente (CAL, 2016). No enredo da novela, a personagem é colocada como aproveitadora e ambiciosa, que se aproveita por ser jovem e atraente para se aproximar do patrão e dar o “golpe da barriga”. Essa narrativa também dialoga com discursos sociais preconceituosos que atribuem a jovens trabalhadoras domésticas a responsabilidade pelo assédio dos patrões ou dos filhos deles.

Em relação às temáticas abordadas, para visualizar a importância das personagens na trama, tentamos identificar se havia um caráter pedagógico nas telenovelas analisadas,

como discutido por Motter & Jakubaszko (2007), que identificam dois tipos de discursos pedagógicos:

O primeiro seria aquele que convida o leitor à reflexão. Quando o diálogo é um convite ao pensar, leva o leitor a uma experiência, uma vivência, que se realiza em última instância como aprendizagem e transformação. O segundo, ao contrário, assume uma forma monológica, unívoca e dogmática, de maneira a fechar qualquer possibilidade de reflexão, portanto, de transformação (MOTTER; JAKUBASZKO, 2007, p. 58).

A partir desse caráter pedagógico, é possível observar que a trajetória da personagem Edilene, leva à reflexão sobre o tema “aborto clandestino” e os riscos em relação à vida da mulher. Outra possibilidade de tematização pedagógica é o tema dos “direitos trabalhistas das domésticas”, por meio da virada na história de Dinorah em “A Regra do Jogo”. Entretanto, cabe destacar, esses temas apareceram de modo pontual em relação à trama principal. Os direitos das trabalhadoras domésticas são, em geral, um assunto invisibilizado, apesar do período de exibição das tramas ser compatível com as discussões sobre a “PEC das Domésticas” (Quadro 1):

**Quadro 1 – Dados gerais das novelas analisadas e repercussão da PEC 22/2012 no período**

Novela	Direção	Período	Repercussão da PEC no período
Avenida Brasil	João Emanuel Carneiro	26/03/2012 a 20/10/2012	Emenda Constitucional nº 66/2012 – Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores urbanos e rurais.
A Regra do Jogo	João Emanuel Carneiro	31/08/2015 a 12/03/2016	Lei Complementar 150 /2015 – Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico. Alguns benefícios : Adicional noturno, FGTS, Indenização em caso de dispensa sem justa causa, seguro – desemprego, salário – família, auxílio creche e pré escola, seguro contra acidentes de trabalho.
A Dona do Pedaço	Walcyr Carrasco	20/05/2019 a 22/11/2019	Sem discussão política por conta dos direitos já regulamentados.

Fonte: Autoria Própria.

A temática é abordada num único episódio de “A Regra do Jogo”, quando Dinorah, finalmente, recebe 30 anos de salários e demais direitos atrasados, após o seu patrão, Feliciano, herdar uma herança milionária ao enviuvar da sua mulher chamada Claudine (Maria Padilha), que morre na noite de núpcias. Feliciano está no quarto da empregada com pacotes de dinheiro na mão e diz<sup>11</sup>: “Então aqui está: 2002, esse é o décimo terceiro de 2003, 2004, 2005, 2006. Tá tudo aqui. Agora, tem as férias atrasadas de cinco anos, quatro anos! 2007, 2008, 2009, 2010. Isso aqui é férias, não confunde. E aqui tem as horas

11 Cena do episódio do dia 08/02/2016. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/4797653/>. Acesso em: jun. 2019.

extras que eu não te pago há tanto tempo. Você pode conferir que estão todos os recibinhos aqui”, diz Feliciano. Dinorah emocionada responde, “Não precisa de hora extra não, Seu Feliciano!”. Ele diz, “Claro que precisa, pelo amor de Deus! Depois você vai me processar porque a lei das domésticas manda pagar as horas extras. Agora, presta atenção que aqui eu retirei do banco só para você ver que o dinheiro existe. Ficou com o olho arregalado, sabe o que é que é? Isso tudo aqui é fundo de garantia. Agora isso vai ficar comigo, porque eu vou depositar no banco [o fundo de garantia], fica tranquila. E agora tem uma coisinha aqui é o mais importante. Teu salário atrasado de todos os anos que você trabalhou aqui em casa. Tá tudo contado”. A cena continua com ele dizendo que é dinheiro suficiente para que ela não precise mais trabalhar na vida ao que ela responde que prefere continuar trabalhando com ele.

Apesar do potencial desta cena ter um caráter pedagógico sobre os novos direitos da trabalhadora doméstica, a ideia de que uma trabalhadora doméstica fica rica ao receber todos os direitos devidos pelo patrão, convergiu com o discurso corrente na sociedade de que garantir direitos básicos às trabalhadoras domésticas era “dar mais do que o necessário”, o que desvirtua a discussão sobre a “PEC das Domésticas”. Uma outra roupagem desse discurso apareceu recentemente, em 12/02/2020, numa fala do então ministro da economia Paulo Guedes quando se referia à vantagem do aumento da taxa cambial – que, na época, estava próxima dos cinco reais – durante uma reunião em Brasília<sup>12</sup>: “Não tem negócio de câmbio a R\$ 1,80. Todo mundo indo para a Disneylândia, empregada doméstica indo para Disneylândia, uma festa danada. Pera aí. Vai passear em Foz do Iguaçu, vai passear ali no Nordeste, está cheio de praia bonita [...]”. Se, por um lado, na novela, ocorre de a trabalhadora doméstica ficar mais rica que os patrões (Feliciano chega a dizer que ela é, naquele momento, a pessoa mais rica naquela casa), por outro, a manifestação do ministro da economia também demonstra uma desconexão com a realidade social e um preconceito com as mulheres trabalhadoras domésticas.

Em momentos pontuais, os direitos das trabalhadoras domésticas são mencionados na novela “A Dona do Pedaço”, sem grandes tensionamentos, como no caso da patroa de Edilene que fala que seus empregados têm um bom convênio médico, em referência ao fato de Edilene estar passando mal. Em outro momento, o pai de Edilene questiona o excesso de trabalho da jovem, mas ela responde dizendo que a patroa paga hora extra. Esses temas não são problematizados a ponto de estimular um processo de reflexão ou aprendizagem social a respeito dos novos direitos das trabalhadoras domésticas.

Não há, portanto, considerando o escopo das personagens analisadas, o que Motter e Jakubasko (2007) chamam de “tematização”, que seria “quando uma telenovela tematiza uma questão de importância social, quer dizer que ela assume a discussão de determinado tema de modo frontal, ocupando ele grande espaço e importância dentro da trama; torna-se, durante toda a telenovela, ou em grande parte dela, o foco central” (p. 09). No caso de Edilene, podemos dizer que a temática do aborto foi discutida na telenovela com denúncia sobre a morte de mulheres em clínicas clandestinas. Em relação aos direitos das trabalhadoras domésticas, houve apenas uma menção a direitos, mas sem discussão ou problematização que pudesse contribuir com a reflexão social a respeito da “PEC das Domésticas”.

12 Disponível em <https://economia.ig.com.br/2020-02-12/guedes-diz-que-dolar-alto-e-bom-empregada-domestica-estava-indo-para-disney.html>. Acesso em: 10 ago. 2020.

## *Interseccionalidade*

Para não correremos o risco de trabalhar de forma monocategorial, com a categoria genérica de mulher e homogeneizar diferentes experiências, ou, mais arriscado ainda, tomar como referência as mulheres brancas e ocidentais, utilizamos a interseccionalidade como um dos critérios de análise. Compreendemos que a discriminação contra as trabalhadoras domésticas, especialmente no Brasil, é interseccional (HIRATA, 2016; BIROLI; MIGUEL, 2015; DANTAS, 2016). As experiências de opressão, especialmente quando estamos falando de mulheres negras, não podem ser enquadradas separadamente, ou seja, serem mutuamente exclusivas (GONZALEZ, 1984; DAVIS, 2016; HOOKS, 1984, 2015).

Segundo Kimberlé Crenshaw (2002), a interseccionalidade refere-se à associação de sistemas múltiplos de subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. “Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (p. 177).

As trabalhadoras domésticas, em geral, sofrem o que Crenshaw (2002) denomina de subordinação estrutural, pois são as mais afetadas pelas políticas governamentais, em decorrência da sua posição na estrutura socioeconômica. Na ausência do Estado para atender às demandas de saúde e cuidado, são as mulheres, sobretudo as negras, que se veem compelidas a assumir serviços que deixam de ser prestados, como o de cuidar de idosos, doentes e crianças.

As mulheres com boa condição financeira, geralmente brancas, contratam outras mulheres para assumirem esses serviços de cuidados. As contratadas, em geral, são mulheres economicamente e socialmente marginalizadas, situadas na base da pirâmide socioeconômica. “Essas mulheres acabam trabalhando de 18 a 20 horas por dia, cuidando primeiramente de suas famílias e, depois, das famílias e necessidades das patroas. É isso que eu chamo de subordinação estrutural, a confluência entre gênero, classe, globalização e raça” (CRENSHAW, 2002, p. 14).

Na análise das novelas, podemos observar que as questões de gênero, raça e classe se atravessam, repercutindo estereótipos que recaem diretamente sobre as trabalhadoras domésticas. Todas são mulheres pobres e a maioria é negra, conforme quadro abaixo (Quadro 2).

**Quadro 2 – Marcas de intersecção das personagens**

Personagem	Cor		Uso de uniforme
	Branca	Negra	
Zeze		X	Sim
Janaína	X		Sim
Dinorah		X	Não
Conceição	X		Sim
Edilene		X	Sim

Fonte: Dados da pesquisa.

Os estereótipos de gênero, raça e classe evidenciam-se fortemente na escolha das personagens, todas mulheres, a maioria negras, reproduzindo uma divisão sexual e racial do trabalho que é fruto de uma desigualdade ontológica entre homens e mulheres, ativamente restrições e desvantagens pautadas pela diferenciação sexual e racial (BRITES, 2000; BIROLI; MIGUEL, 2015).

A objetificação sexual é outro marcador de estereótipos encontrados, por exemplo na personagem da Edilene que se relaciona com o patrão Otávio. Em diálogo, Otávio exige que Edilene interrompa a gravidez, porque não quer destruir sua família e ela questiona o que vai ser na vida dele “uma empregadinha que você transa todo dia?” (A Dona do Pedaço, episódio exibido no dia 14/06/19<sup>13</sup>), reiterando a condição histórica de mulheres, sobretudo as domésticas, como escravas sexuais, que estão sexualmente disponíveis (GONZALEZ, 1984).

A temática do aborto tratada em “A Dona do Pedaço” também pode ser analisada como um marcador de gênero, classe e raça. Edilene engravida de Otávio, seu patrão, e ela a obriga a abortar, mobilizando o poder que exerce sobre ela e seu corpo, como fica claro no capítulo em que ele diz que arranja um carro, um flat, uma boa mesada para ela, mas ela recusa. Ele diz que depois que a Vivi (sua filha) casar, eles se resolvem, manda ela “pegar” o dinheiro e “consertar a situação”. Ela diz “e se eu não quiser consertar?”, ele responde “eu vou ficar muito bravo com você”, ela chora e diz que não quer tirar o filho, mas acaba realizando o procedimento e morre. A trama mostra que o aborto continua acontecendo, a partir das clínicas clandestinas, e matando mulheres. A novela trouxe à tona a discussão da legalização do aborto, que é um tema caro às militantes feministas, especialmente as negras, por defenderem que são as mulheres negras e pobres as maiores vítimas de mortalidade em procedimentos clandestinos (CARNEIRO, 2003).

Sobre a questão racial, evidencia-se em vários momentos, a começar pelo fato de a maioria das personagens ser negra (Zezé, Dinorah e Edilene), reproduzindo um estereótipo social que as subalterniza e as coloca em condição de trabalhadoras braçais, alijadas de intelectualidade e restritas a serviços considerados de menor valor, assim como, naturaliza a divisão sexual e racial do trabalho (GONZALEZ, 1984; CARNEIRO, 2003; DAVIS, 2016). Além disso, “geralmente, as empregadas domésticas negras são historicamente relacionadas em suas representações a adjetivos pejorativos como atrevidas e fofoqueiras” (MAURO, 2019, p. 107).

Dinorah (A Regra do Jogo) é um exemplo de reprodução de estereótipos sociais, pois é uma mulher negra que, apesar de não ser paga pelo patrão, um homem branco, mantém-se submissa a ele, chegando inclusive a dispor de recursos próprios para atender a regalias do patrão, como comidas e bebidas caras. Após receber os pagamentos atrasados, apesar de ter condições econômicas, ela se mantém submissa ao patrão, demonstrando que aquele era o “lugar natural” daquele corpo negro ocupar, o papel de servir. Só sai dessa situação no último capítulo da trama, quando o Feliciano se casa novamente e ela não aceita morar com a nova patroa.

13 Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7694638/>. Acesso em: 05 ago. 2019.

Em contraposição, todos os patrões, nas três novelas são brancos, reproduzindo um imaginário social de superioridade branca, demarcando lugares sociais hierarquizados<sup>14</sup>. Importante destacar também que Janaína, trabalhadora doméstica na casa de Tufão, possui, por sua vez, uma empregada doméstica negra, com quem reproduz, em boa parte, o tratamento que recebe da patroa Carminha. De acordo com Mauro (2019), “o fato de ela ter sua própria empregada doméstica simboliza status e a reprodução de um sistema de desigualdades por parte de Janaína” (MAURO, 2019, p. 218). Contudo, é importante frisar aqui a distinção racial que se mantém: a patroa branca e a trabalhadora doméstica negra, mais pobre ainda que a primeira.

A classe é uma categoria que emerge em diversas situações nas novelas, não no sentido do enfrentamento de um imaginário social constituído, mas, mais uma vez, reproduzindo estereótipos. Com base na análise, algumas cenas entre as patroas e as empregadas também deixam clara a mensagem da superioridade dos ricos. Por exemplo, quando Janaína (Avenida Brasil) passa a falar com Carminha da mesma forma que a patroa fala com as empregadas, Carminha a desmoraliza e humilha por sua posição, como se Janaína não fosse boa o bastante para que ela se desse ao trabalho de dar ouvidos ao que a empregada estava falando.

Quanto à moradia, todas as personagens reproduzem o imaginário social do *status* de uma pessoa de classe baixa. Zezé, Janaína e Conceição moram em bairros de periferia, nas favelas e, quando não estão de uniformes, vestem roupas simples. Dinorah e Edilene moram na casa dos patrões, onde possuem um pequeno quarto enquanto os patrões moram em mansões ou grandes casarões, como o caso dos patrões de Edilene, Zezé, Janaína e Conceição e coberturas luxuosas como os patrões de Dinorah.

Essa distinção de espaços reitera a evidente separação dos espaços físicos entre brancos e pretos, ricos e pobres, desde a época colonial (GONZALEZ, 1984; RATTS, 2003). Segundo Gonzalez (1984), o lugar do grupo branco são moradias saudáveis, situadas em “belos recantos da cidade ou do campo”, cercadas por policiamento. Já o lugar do negro é o oposto: “da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos ‘habitacionais’”, os quais também têm a presença de policiamento, mas, no intuito de reprimir e amedrontar (p. 232).

Estudos do arquiteto e antropólogo Alesandro Ratts (2003, citando Lemos, 1976) demonstram que os porões semi-habitáveis, as dispensas e as cozinhas eram os espaços nos quais as mulheres trabalhadoras domésticas dormiam. Ratts (2003) também fala do surgimento das edículas, casas pequenas, construídas no fundo da casa principal destinadas às empregadas no período pós-abolição. O lugar ocupado pelas trabalhadoras domésticas reflete essa lógica, reafirmada pela contínua naturalização dessas distinções de classe e raça nas telenovelas.

O uniforme, que marca também a diferença e a desigualdade em relação aos patrões (DANTAS, 2016; CAL, 2016), era utilizado por quatro das cinco personagens. Segundo Dantas (2016), o uniforme demarca que aquele corpo que circula pelos espaços da casa,

14 Importante ressaltarmos que “A Regra do Jogo” e “Avenida Brasil” são do autor João Emanuel Carneiro e “A Dona do Pedaço”, de Walcir Carrasco. Os três autores são homens e brancos, um indício de falta de representatividade de gênero, raça e classe em espaços de poder e tomadas de decisão, como são os ocupados pelos autores das novelas e que podem se refletir na reprodução de estereótipos nos personagens.



não faz parte do cenário, é externo a ele, transita por entre os cômodos com a finalidade de estar em serviço. Sinaliza, portanto, uma diferença de classe social. “Marcadas pelo uniforme, pelo ‘quarto de empregada’, ou pelos espaços em que circulam e utilizam da casa percebemos a dinâmica do trabalho e a desigualdades das trabalhadoras em relação aos patrões” (DANTAS, 2016, p. 136-7).

Observam-se a reprodução de estereótipos e a invisibilidade interseccional (CRENSHAW, 2002), universalizando e naturalizando a divisão sexual/racial do trabalho doméstico, que hierarquiza as relações sociais, entre ricos e pobres, homens e mulheres, negros e brancos, subalternizando as mulheres que conjugam a intersecção das opressões.

### *Relações de Poder*

Sabendo que aos negros foram destinados, em sua grande maioria, papéis que representavam posições subalternas ou consideradas de segunda classe pela sociedade, no que se refere à complexidade dos personagens nas telenovelas (ARAÚJO, 2004; FARIA; FERNANDES, 2007, p. 11), nesta categoria buscamos identificar como se dão as relações de poder entre empregadas e patroas/patrões. Nesse sentido, buscamos identificar se as novelas estão contribuindo para uma modificação das relações de poder entre empregadas e patrões de maneira mais respeitosa e igualitária ou reproduzindo relações de poder baseadas nas desigualdades interseccionais.

Por relações de poder, consideramos tanto uma face observável relacionada à capacidade de impor a própria vontade a outro quanto uma dimensão latente na vida social, a partir da qual os sujeitos internalizam os pressupostos da dominação (CAL, 2016). Além disso, importante ressaltar a dimensão da resistência considerando a dimensão produtiva do poder, que faz com que “se abra [...] todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis” (FOUCAULT, 1995, p. 244).

A partir das cenas das novelas, percebemos que em “Avenida Brasil” Carminha, a patroa, trata as trabalhadoras Zezé e Janaína em condições análogas às de escravizadas. Zezé, apesar de ser a mais fiel das empregadas, é a que mais sofre maus-tratos pela patroa, como em uma cena em que a trabalhadora é obrigada a pegar na tampa de uma panela quente porque a patroa diz que não precisa de pano para pegar. Mesmo sofrendo tantas humilhações, ela se mantém fiel à patroa, em posição de submissão.

Janaína é branca e Zezé, negra, apesar de as duas serem pobres, fica perceptível como a história de Janaína é mais desenvolvida. Quando não estão na casa dos patrões, Zezé bate a porta da casa de Janaína para contar as fofocas e, assim, o público fica conhecendo Zumira, a empregada de Janaína, que reage e não aceita com passividade as tentativas de humilhação por parte da patroa, a quem se refere ‘de igual para igual’.

As cenas entre as duas, Zumira e Janaína, são tratadas como um dos alívios cômicos da novela. Por trás do humor, a mensagem passada ao público é de que é hilário uma empregada ter outra empregada, utilizando a estratégia da ridicularização para aliviar a temática (GONZALEZ, 1984). Além disso, ainda que não possamos dizer que a intenção do roteirista foi dar destaque à personagem Janaína ou que isso tenha relação com a cor da pele, há um crescimento da personagem ao longo da história, ao ponto de ela passar a

questionar a patroa e a enfrentá-la, enquanto Zezé permanece submissa e maltratada pela patroa do início ao fim, até que Carminha seja desmascarada.

Em “A Regra do Jogo”, identificamos um comportamento diferenciado de Dinorah como trabalhadora doméstica, que responde e trata os membros da família para quem trabalha como iguais, com exceção de Feliciano para quem atua como serviçal. Faz tudo por ele, guarda sua comida e cuida de suas roupas. Tem orgulho por servi-lo, ainda que não receba salário durante a maior parte da novela. A relação de afeto que nutre pelo patrão faz com que a relação de submissão e de aceitação perdure ao ponto de ela ficar anos sem receber pelo trabalho. Essa ambiguidade entre ser ou não ser da família, marca das relações no trabalho doméstico por ocorrer no ambiente íntimo dos lares (CAL, 2016). Tanto que, quando Dinorah recebe seu dinheiro, o que a deixa rica, prefere continuar como empregada da casa do patrão, refletindo relações comuns entre domésticas e patrões, envoltas entre a contradição de tensões e afetos (BRITES, 2000; DANTAS, 2016).

Em “A Dona do Pedaço”, ao mesmo tempo em que se evidencia a objetificação do corpo de Edilene por Otávio, há também a reprodução do estereótipo da mulher pobre inconformada com sua posição que tenta subir na vida às custas de um relacionamento com um homem rico. Contudo, Edilene é obrigada pelo patrão a se submeter a um procedimento de aborto, o que demonstra que a tentativa de controlar a situação por parte de Edilene era ilusória e frágil.

No entanto, em alguns momentos, há sinais de resistência, como acontece com Janaína que, a partir de determinado momento de “Avenida Brasil”, não aceita mais o tratamento de Carminha ou quando Conceição, em “A Regra do Jogo”, revela para todos os convidados em pleno casamento da patroa que seu marido é o pai dos filhos dela.

## Considerações finais

Ao analisar as histórias nas três telenovelas, de forma geral, observamos que a construção das personagens, bem como, suas relações sociais reproduzem estereótipos de gênero, raça e classe, naturalizando uma divisão sexual e racial do trabalho que é fruto de uma desigualdade estrutural entre homens e mulheres, especialmente em países com histórico de colonização como o Brasil. A superioridade do rico sobre o pobre e do branco sobre o negro também é naturalizada e algumas vezes ridicularizada, perpetuando preconceitos existentes no seio da sociedade brasileira. A objetificação dos corpos das mulheres, vistos como disponíveis para o sexo ou para o trabalho é uma das maiores críticas aos papéis desempenhados pelas trabalhadoras domésticas.

Mais do que buscar “o melhor sentido da representação”, o que se mostraria pouco produtivo (MAIA, 2018, p. 70), estivemos interessadas em compreender as relações entre representação midiática e significados sociais e culturais a partir da análise das personagens trabalhadoras domésticas em novelas do horário nobre (21h) exibidas durante e após a discussão e, posterior, aprovação da “PEC das Domésticas”, considerando as telenovelas como bens simbólicos fincados no cotidiano e que também incidem sobre ele ao tematizar e problematizar questões sociais. Observamos que elas adquirem de modo bastante pontual e limitado um caráter pedagógico em relação aos direitos das trabalhadoras domésticas.

Em geral, as personagens são secundárias, destituídas de uma discussão mais profunda a respeito de suas posições na sociedade e identidades enquanto mulheres/negras, principalmente exercendo a função de trabalhadoras domésticas. A vida delas se concentra em torno, principalmente, da trama dos patrões e só ganha destaque quando há algum fato ligado à história deles. Nessas situações, concluímos que há distinções importantes entre o desenvolvimento de personagens trabalhadoras domésticas negras e brancas e que relações opressivas são reproduzidas quando a trabalhadora doméstica branca se torna patroa de uma trabalhadora negra. Contudo, isso não se dá sem conflitos.

Em “A Regra do Jogo”, Dinorah vive uma relação de afeto e respeito pelo patrão Feliciano a ponto de continuar a servi-lo mesmo estando há anos sem receber salário. Segundo a sinopse, ela já trabalha há 30 anos na cada dele e se considera parte da família, tanto que, no feliz dia do pagamento, recusa-se a receber horas extras, o que não é aceito pelo patrão. Após ficar rica recebendo os atrasados, Dinorah continua servindo a Feliciano, numa relação de desigualdade baseada na ambiguidade afetiva entre ser ou não da família. A ideia de uma trabalhadora doméstica ficar rica recebendo os direitos trabalhistas, ao mesmo tempo em que propicia um deslocamento do lugar de subalternização tradicionalmente atribuído à trabalhadora doméstica, especialmente a negra, é algo que, a partir da trama investigada, só parece ser possível pelo viés do humor.

Observamos que as telenovelas, apesar de possuírem o caráter de entretenimento, também podem assumir o papel crítico e pedagógico de trazer à tona questões pertinentes ao cotidiano da sociedade. No entanto, é necessário avançar muito nas discussões sobre o tratamento dispensado às trabalhadoras domésticas nas telenovelas para que revelem os tensionamentos e estimulem o olhar crítico aos estereótipos, fomentando a reflexão e posterior aprendizagem e transformação, principalmente após aprovação da lei que amplia os direitos das trabalhadoras domésticas.

## Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. (2015). Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, 20.2: 27-55.

BORGES, Lenise. Lesbianidade na TV: visibilidade e “apagamento” em telenovelas brasileiras. In: GROSSI, Miriam Pillar; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz. *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p. 363-384.

BORGES, Rosane. Das perspectivas que inauguram novas visadas. In: HOOKS, bell. *Olhares Negros: raça e representação*. São Paulo: Editora Elefante, 2019, p. 08-22.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. *Institui o Estatuto da Igualdade Racial*; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm). Acesso em: 27 Abr 2020.

BRITES, Jurema Gorski. Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. *Cadernos de pesquisa*, 43.149: 2013, p. 422-451.

BRITES, Jurema Gorski. *Afeto, desigualdade e rebeldia*: bastidores do serviço doméstico. 2000. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

CAL, Danila. *Comunicação e Trabalho Infantil Doméstico*: política, poder, resistências. Salvador: Edufba/Compós, 2016.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos avançados*, 17.49: 2003, p. 117-133.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo. Selo Negro, 2011.

CONRADO, Mônica Prates. A questão racial no Brasil sob a perspectiva de Gilberto Freyre e Florestan Fernandes. *Humanitas*, v. 20, n. 1/2, 2004, p. 83-98.

CONRADO, Mônica; CAMPELO, Marilu; RIBEIRO, Alan. Metáforas da cor: morenidade e territórios da negritude nas construções de identidades negras na Amazônia paraense. *Afro-Ásia*, n. 52, 2015.

DANTAS, Luísa Maria Silva. *As domésticas vão acabar?:* Narrativas biográficas e o trabalho como duração e intersecção por meio de uma etnografia multi-situada: Belém/PA, Porto Alegre/RS e Salvador/BA. 2016. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial, 2016.

DO NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro processo de um racismo mascarado*: processo de um racismo mascarado. Paz e Terra, 1978.

FARIA, Maria Cristina; FERNANDES, Danubia. Representação da identidade negra na telenovela. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, E-Compós, vol. 9, 2007.

FIGUEIREDO, Angela. A marcha das mulheres negras conclama por um novo pacto civilizatório. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson;

GROSFUGUEL, Ramón. *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 203-222.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

GOMES, Lauro Felipe Eusébio. Ser Pardo: o limbo identitário-racial brasileiro e a reivindicação da identidade. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 5, n. 1, 2019, p. 66-78.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 2.1, 1984, p. 223-244.

HAMBURGER, Esther. Telenovelas e interpretações do Brasil. *Lua Nova*, São Paulo, 82: 2011, p. 61-86.

HAMBURGER, Esther. *O Brasil antenado: a sociedade da novela*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 2005.

HIRATA, Helena. Mulheres brasileiras: relações de classe, de “raça” e de gênero no mundo do trabalho. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, 2016, 26.

HOOKS, bell. *Feminist theory: from margin to center*. Boston: South End Press, 1984.

HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 16, 2015, 193-210.

HOOKS, bell. *Olhares Negros: raça e representação*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo. Telenovela brasileira: uma narrativa sobre a nação – construção de sentidos sobre discursos da vida pública e da vida privada brasileira passam pela telenovela. *Comunicação & Educação*. São Paulo, n. 26, 2003, p. 17-34, jan/abr.

MACEDO, Renata Mourão. Espelho mágico: produção e recepção de imagens de empregadas domésticas em uma telenovela brasileira. *Cadernos Pagu*, 2016, ISSN 1809-4449.

MACHADO, Arlindo. *A televisão levada a sério*. São Paulo: Editora Senac. 2000.

MAIA, Rousiley. Representação na mídia, construção da identidade e conflitos sociais: por uma abordagem teórica do reconhecimento. In: MAIA, Rousiley. *Mídia e Lutas por Reconhecimento*. São Paulo: Paulus, 2018, p. 59-86.

MARTÍN-BARBERO, Jesús; REY, Germán. *Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva*. São Paulo: Editora Senac, 2001.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Procesos de comunicación y matrices de cultura: itinerario para salir de la razón dualista*. México, Naucalpan: G. Gili/Felafacs, 1987.

MATTELART, Michèle e Armand. *O carnaval das imagens: a ficção na TV*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MAURO, Rosane. *A construção discursiva televisual da mulher popular na telenovela: um estudo sobre as personagens de Avenida Brasil e A Regra do Jogo*. 2019, 316f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-11062019-170554/pt-br.php>. Acesso em: 01 ago. 2020.

MEIRELLES, Clara Fernandes. *Entrevista com Maria Immacolata Vassallo de Lopes. E-compós*, Brasília, v. 11, n. 2, maio/ago, 2008.

MOTTER, Maria Lourdes; JAKUBASZKO, Daniela. Telenovela e realidade social: algumas possibilidades dialógicas. *Comunicação & Educação*, v. 12, n. 1, 2007, p. 55-64.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: DE HOLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Pensamento Feminista Brasileiro: Formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

OLIVEIRA, Dennis de; PAVAN, Maria Angela. Identificações e estratégias nas relações étnicas na telenovela “Da Cor do Pecado”. *Revista RAÇA BRASIL*. n. 73, 2004.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. *PNAD Contínua Trimestral do IBGE*. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 08 Nov 2019.

PALUDETTO, Diane. *Discursos da mídia sobre a legislação do trabalho doméstico no Brasil*. 2017. 380f. Tese de Doutorado em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, 2017.

RONDELLI, Elizabeth. Realidade e ficção no discurso televisão. *Revista Letras*, Curitiba, 11.48, 1997, p 149-207. Editora da UFPR.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *O poder do macho*. São Paulo. Editora Moderna, 1987.

WESCHENFELDER, Viviane Inês; SILVA, Mozart Linhares da. A cor da mestiçagem: o pardo e a produção de subjetividades negras no Brasil contemporâneo. *Análise Social*, n. 227, 2018, p. 308-330.





# “FAMÍLIA CORDIAL”: marcas visuais da desigualdade na cobertura noticiosa da “PEC das domésticas”

Louize Nascimento  
Kelly Prudencio

## Introdução

A ampliação dos direitos trabalhistas às empregadas domésticas ganhou destaque na imprensa entre os anos de 2013 e 2015. Conhecida como a “PEC das Domésticas”, à promulgação da Emenda à Constituição 72/2013 limitou a jornada de trabalho em 44 horas semanais e garantiu o adicional para as horas extras. Em 2015, transformou-se na Lei Complementar nº 150 que definiu regras para outros direitos como a obrigatoriedade do recolhimento do FGTS e o registro idôneo do horário de trabalho. Entretanto, Petchesky e Judd (1998) salientam algumas condições para a efetivação dos direitos legislativos adquiridos, dentre os quais destacamos: a correspondência entre as leis e os costumes e comportamentos sociais e a introjeção desses direitos nas representações sociais, incluindo a percepção de titularidade da conquista.

Nessa perspectiva, o conteúdo noticioso sobre a “PEC das Domésticas” já foi objeto de análise em alguns estudos recentes (PARADIS; SARMENTO, 2016; CAL *et al.*, 2018). De maneira geral, as notícias nos grandes jornais pouco problematizam a perpetuação das desigualdades pelo emprego doméstico. Além disso, é baixa a presença das domésticas como fontes e, quando aparecem, suas falas têm pouca expressão. A atuação jornalística corrobora na reprodução das injustiças ao focar os interesses e custos com que os empregadores têm que arcar a partir da ampliação dos direitos trabalhistas (CAL *et al.*, 2018). No entanto, as imagens sobre este tema ainda foram pouco analisadas pelos pesquisadores.

As fotografias que acompanham as notícias permitem observar elementos das relações sociais que são obnubilados pela cobertura jornalística. No caso do trabalho doméstico no Brasil, nota-se que estão presentes as relações de mando e obediência, de subordinação e de naturalização das posições sociais, aspectos que não são verbalizados no texto da notícia. Por isso, analisar o enquadramento visual amplia a compreensão de uma questão tão delicada como a relação patrão e empregado, ou patroa e empregada, marcada por profunda desigualdade.

Entendemos que o conceito de cordialidade ou “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda (1995) é uma chave interpretativa importante nessa relação e que pode ser encontrado nos enquadramentos visuais, uma vez que a ideia de que a empregada doméstica é “quase da família” carrega muito desse sentido que o historiador identificou na sociedade brasileira. A discussão sobre os direitos das trabalhadoras domésticas tornou mais visível um

conflito abafado historicamente, a partir da resistência da classe média contra a ascensão social dessa categoria subalterna.

Os recursos visuais são parte importante na construção dos significados de uma notícia e podem ser mais facilmente decodificados pelos consumidores, "porque eles são menos intrusivos do que palavras e, como tal, exigem menos carga cognitiva. Portanto, o processamento pode ser periférico e o público pode ter maior probabilidade de aceitar o quadro visual sem questionar" (RODRIGUEZ; DIMITROVA, 2011, p. 50, tradução nossa). Além disso, as fotografias contêm um efeito de analogia com a realidade, com grande potencial de criar laços emocionais. Por outro lado, as autoras destacam que a literatura escassa e com uma grande diversidade de metodologias pode prejudicar o exame dos recursos visuais.

Na tentativa de sistematizar as abordagens, Rodriguez e Dimitrova (2011) propõem uma escala de quatro modelos de identificação dos enquadramentos: denotativo, elementos estilísticos, conotativo e o ideológico. A percepção denotativa se refere aos elementos mostrados nas imagens e pode ser acessada pela descrição, respondendo às seguintes questões: quem é o que está sendo retratado? O enquadramento derivado desse nível também leva em conta a legenda, inscrições e contexto na análise das mensagens visuais. A segunda camada de observação compreende a técnica empregada na fotografia, em relação ao estilo envolvido na representação e sua convenção social. As fotografias não somente representam objetos e pessoas no sentido denotativo, mas também possuem conceitos e ideias que extrapolam a imagem em si, e essa análise corresponde ao nível conotativo. Nessa configuração, o uso de metáforas e símbolos abstratos é frequente. O quarto modelo é o ideológico e está atrelado à noção de que qualquer elemento visual dentro das notícias cumpre uma função na estrutura de poder e na formação da consciência pública e pode ser questionada das seguintes formas: as imagens servem a quais interesses? Quais vozes estão sendo ouvidas? Quais são as ideias que predominam? (RODRIGUEZ; DIMITROVA, 2011).

Para fins desta investigação, selecionamos os portais de notícias de O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo<sup>1</sup>. Os veículos escolhidos estão entre os mais acessados, tradicionais e consolidados nacionalmente. Após a seleção dos jornais, foi realizada a coleta manual através do mecanismo de busca eletrônica, escolhendo como palavras-chave: "PEC das Domésticas" e "trabalho doméstico". Com isso, chegamos ao total de 224 notícias publicadas no período de 1º de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2016. Nesse período de cinco anos, o portal *on-line* do Estado de S. Paulo utilizou 10 fotografias em todas as suas 129 matérias sobre a "PEC das Domésticas". Por sua vez, a Folha de S. Paulo usou 48 imagens nas 95 notícias encontradas. Para a análise, escolhemos as 12 fotografias em que as empregadas domésticas são representadas, sendo quatro do Estadão e oito da Folha<sup>2</sup>.

Inicialmente, fizemos as descrições das imagens e identificamos os aspectos técnicos utilizados pelos fotógrafos. Esses elementos serviram de subsídio informativo para a análise

- 1 Este artigo apresenta parte dos resultados obtidos na dissertação de mestrado apresentada em fevereiro de 2020 no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná. Nela, analisamos, além das imagens, os elementos narrativos e textuais em 224 matérias sobre a "PEC das domésticas".
- 2 Análise realizada a partir da adaptação do livro de códigos viabilizado pelo grupo de pesquisa COMPA, da UFPR. O livro conta com 21 variáveis no total e com as seguintes variáveis específicas para o exame das imagens: descrição detalhada da foto; número de imagens na notícia; pessoa representada; ângulo da câmera e plano da foto.

interpretativa. O principal objetivo é acessar os dois últimos níveis de enquadramento visual: o conotativo e o ideológico que não podem ser codificados, mas extraídos da relação entre as variáveis técnicas e os contextos em que as fotos estão inseridas. Dessa forma, é possível identificar as marcas da desigualdade presentes nas imagens publicadas com as notícias sobre a “PEC das Domésticas”, com base do conceito de cordialidade.

## A cordialidade na servidão brasileira

A cordialidade está incrustada na nossa formação enquanto povo e serve como um artifício comportamental e psicológico para a manutenção da subordinação de determinados grupos. Com o objetivo de entender a cultura brasileira engendrada pela diversidade e pela aparente harmonia diante das tensões sociais, Sérgio Buarque de Holanda (1995) pinça o termo “homem cordial” de Ribeiro Couto. A expressão é utilizada pela primeira vez em 1931, quando o poeta santista encaminha uma carta ao embaixador mexicano no Brasil, Alfonso Reyes. Na mensagem, Couto deixa claro que o “homem cordial” seria o legado brasileiro ao mundo, possuindo duas características positivas: o espírito hospitaleiro e a tendência à credulidade.

Já em 1936, quando lança *Raízes do Brasil*, Holanda (1995) destaca que a nossa cordialidade tem origem no sistema patriarcal e na herança rural, em que o sujeito pode ser afável, mas também impulsivo, a ponto de recorrer à violência. Nessa visão, o brasileiro tende a passar do caráter amável para a hostilidade com certa rapidez. Questionamos, assim, se a afetividade funcionaria como uma espécie de chantagem a ponto de as classes subalternas serem submetidas e controladas por medo das transformações que colocariam os privilégios sob ameaça.

A família patriarcal fornece, assim, o grande modelo segundo o qual hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos. Uma lei moral inflexível, superior a todos os cálculos e vontades dos homens, pode regular a boa harmonia do corpo social, e, portanto, deve ser rigorosamente respeitada e cumprida. (HOLANDA, 1995, p. 85). Dessa forma, as relações sociais brasileiras são permeadas pela indistinção entre os espaços público e privado. Holanda (1995) vai estabelecer uma dicotomia entre o âmbito do Estado e da Família. No Estado, existe o cidadão, o eleitor, o indivíduo no espaço público. Por sua vez, na Família, existe o sujeito, o particular e o privado. Para o historiador, deve haver um rompimento da ordem familiar para que o Estado possa se estabelecer.

Apesar das críticas ao legado da teoria do “homem cordial”, a confusão entre o público e o privado é ainda uma importante referência para compreender as disputas, conciliações e conflitos na nossa sociedade. O autor acreditava que, com o processo de industrialização, urbanização, democracia e inclusão social, o “homem cordial” estaria fadado a desaparecer. No entanto, ainda hoje, os exemplos são muitos, basta pensar na grilagem das terras indígenas, na construção clandestina de esgoto ou na sofisticação de escapar do pagamento de impostos – sejam profissionais liberais ou grandes empresas. Ou seja, podemos pensar o conceito de “homem cordial” como sendo o sujeito particularista e antipolítico em que os próprios interesses predominam sobre toda a vida social.

Ao relatar as novas relações de trabalho com o desenvolvimento do capitalismo e a industrialização, Holanda (1995) constata que o tipo de educação que melhor se encaixa na formação de cidadãos não é a de superproteção e dominação dos pais nas escolhas dos filhos, pois esse tipo de educação gera pessoas incompetentes e despreparadas para a atuação civil. Ou seja, o espírito de iniciativa pessoal cria anti-cidadãos entrando em confronto com os princípios da cidadania, que se baseiam na responsabilidade de quem não mais vive à sombra da família. Assim, nas relações profissionais, os patrões relacionam os empregos e os benefícios aos "direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos" (HOLANDA, 1995, p. 146). Por outro lado, no Estado, burocrático por excelência, existe a especialização das funções e o esforço para se assegurar garantias jurídicas aos cidadãos.

Para o historiador, a cordialidade brasileira não se confunde com a polidez. Muito comum entre os japoneses, a polidez está ligada a uma forma ritualística de demonstrar respeito ao outro, enquanto a cordialidade refere-se a uma forma espontânea de convívio com apelo emocional. Essa necessidade de apropriação afetiva do outro pode ser notada na utilização só do primeiro nome nos tratamentos e nas expressões linguísticas. Holanda (1995) destaca o uso do sufixo "-inho", colocado em palavras como "patrãozinho", que revela a necessidade de aproximar o que é distante do nível do afeto, o que, no limite, leva à desinstitucionalização da vida pública.

Em sociedades de origens tão nitidamente personalistas como a nossa, é compreensível que os simples vínculos de pessoa a pessoa, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre os indivíduos, tenham sido quase sempre os mais decisivos. As agregações e relações pessoais, embora por vezes precárias, e, de outro lado, as lutas entre facções, entre famílias, entre regionalismos, faziam dela um todo incoerente e amorfo. O peculiar da vida brasileira parece ter sido por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente (HOLANDA, 1995, p. 61).

O autor também exemplifica com os comportamentos comerciais e religiosos brasileiros a necessidade de criar vínculos mais íntimos. Na área comercial, existe uma predisposição de se estabelecer relações de amizade para se conquistar um freguês. Na religião ficam evidentes no hábito de chamar os santos com intimidade, como Santa Terezinha, humanizando os ritos, expressando o apego ao concreto e o rechaço às distâncias. Diante disso, a mentalidade cordial pode ser observada em vários traços da nossa sociedade, até mesmo na relutância no cumprimento de leis que contrariem o seu próprio ponto de vista.

Essa cordialidade se reproduz muito nitidamente nas relações do emprego doméstico. Ao mesmo tempo em que pode significar um ganho qualitativo material e emocional na vida de muitas meninas pobres, existem as limitações impostas pela própria condição, "uma vez que tudo que deseja e passa a desejar não pertence a si, mas sim a essa família, que, como constante ameaça, pode lhe dar e tirar de acordo com as circunstâncias" (CARNEIRO; ROCHA, 2009, p. 134-135). A consequência disso é a sobreposição dos papéis de ser "praticamente da família" e também empregada doméstica, paradoxalmente, havendo pouco espaço para uma vida privada nesse ambiente familiar. Essa condição fica evidente nas situações em que o "ser da família justifica o não pagamento de salário ou o pagamento

de uma quantia mínima” (CAL, 2015, p. 216), e a distinção aparece nos momentos de lazer, em que a empregada deve arcar com as obrigações enquanto os patrões aproveitam o tempo livre (CAL, 2015). Para Mônica Lopes (2010), há nisso um equívoco, pois o trabalhador doméstico não é parte da família. É claro que, como em qualquer profissão, as relações devem ser baseadas no respeito, mas ele “presta serviços à família e sua profissão não a distingue dos demais empregados na cidade. Há uma demanda cotidiana das atividades que eles realizam por força de um contrato e não pelo prazer de servir” (LOPES, 2010, p. 86).

Ainda como herança do período colonial brasileiro, como aponta Kofes (2001), a relação entre o desenvolvimento de determinadas atividades, o mandar e o obedecer era tido como natural, indicando com isso uma equivalência social entre o trabalho e seu executor. Nesse sentido, ser negro e ser escravo – de certa forma – era equivalente, e as atividades encarregadas a ele também. O pensamento colonial produziu a imagem da mulher negra e do homem negro intrinsecamente ligada a trabalhos manuais, de força e servis, naturalizando a ideia de que os negros nasceram sobretudo para executar essas funções. Desse modo, a mulher negra nascera para ser mucama, ama de leite, cozinheira, arrumadeira, lavadeira, costureira dentre outros, possuindo para isso dotes inatos, ao contrário do branco, que, nessa visão, nasceu para mandar, gerenciar e dominar.

Kofes (2001) afirma que, nesse período, nas áreas urbanas era generalizado o aluguel de escravos para o serviço doméstico. As mucamas e as escravas, para dentro de casa, eram escolhidas mediante seus dotes físicos e boa aparência – as mais semelhantes à cultura dominante. Citando Gilberto Freyre, a autora pontua que a população se encontrava tão habituada ao trabalho de servidão que o próprio termo “alugado” passou com o tempo a designar a empregada doméstica (KOFES, 2001, p. 135).

Para alguns pesquisadores do tema, como Bernardino-Costa (2007), a soma de todos esses fatores quando se pensa o trabalho doméstico recai numa desvalorização e depreciação dessa atividade. Ou seja, uma concessão sobre a exploração por meio de amplas jornadas de trabalho, má remuneração, contratações ilegais e a não cobertura integral pela legislação brasileira – ao contrário de outras categorias de trabalhadores. De acordo com o autor, até mesmo os seus saberes são silenciados e ignorados pela narrativa hegemônica. Daí que a repercussão da “PEC das Domésticas” pode ser compreendida, na medida em que rompe com essa naturalização, gerando resistência a ela entre os que veem ameaçados nos seus privilégios.

## Ela é “quase da família”

O trabalho realizado dentro do ambiente familiar é permeado pela troca de afetos. Encarnación Gutiérrez-Rodríguez (2013) encontra em Spinoza (1995) a fundamentação filosófica do conceito “afeto”. Como a palavra latina sugere, *affectus* remete ao impacto que os sentimentos deixam sobre nossos corpos e pensamentos. No entanto, os afetos não são causados naturalmente. Eles ocorrem dentro das relações de poder que formam e informam outras relações sociais e assim sucessivamente. Dito de outra maneira, os afetos não são direcionados aleatoriamente às pessoas, mas ocorrem dentro de um contexto histórico e político específico. Nesse sentido, procuramos analisar as publicações em que existe uma

dificuldade em impor as formalidades da lei àquelas cujas vidas se misturam à da família (LOPES, 2010).

A primeira fotografia<sup>3</sup> examinada poderia ser um retrato de família, exceto pelo contraste da cor da pele da senhora sentada na cadeira e da jovem que senta ao seu colo. Logo se percebe que a senhora chamada Sônia Maria Santana da Silva tem uma origem distinta daquela que é segurada pelos seus braços, semelhante à posição de subalternidade como nas antigas liteiras. As duas sorriem, a patroa prefere aparecer no jornal usando um vestido na cor rosa atrelada à feminilidade, enquanto a babá utiliza um vestido estampado em branco e preto, mas sóbrio. O cenário é de casa da classe média nordestina, contrastando as poltronas de estilo rococó e, provavelmente, de madeira nobre com o sofá moderno e *clean*.

O título da notícia, "Lei confronta relação 'familiar' entre patrões e empregados no Nordeste", deixa claro que as novas configurações da lei trabalhista podem afetar negativamente o vínculo afetivo entre patroa e empregada. O texto foi publicado em 23 de abril de 2013, momento em que as discussões sobre a "PEC das Domésticas" despontaram no cenário político brasileiro.

A narrativa, em formato de dramatização, subvertendo a lógica da pirâmide invertida, relata duas histórias entre empregadas e patroas. A afetividade é vista como algo positivo, que beneficia a trabalhadora, pois, por exemplo, a menina que foi cuidada na infância, agora adulta generosa, ainda contrata os serviços da antiga babá. O enquadramento visual sugere diretamente intimidade física e emocional.

O jornalista em nenhum momento questiona se essas relações favorecem efetivamente as empregadas domésticas. Pelo contrário – como constatamos no parágrafo a seguir –, o repórter assume como normais os abusos presentes nessas relações trabalhistas, como a falta de folgas semanais. Além disso, coloca a utilização de materiais básicos de sobrevivência como "presentes" da patroa.

Histórias envolvendo esse relacionamento peculiar entre patroas e empregadas que moram onde trabalham são comuns no Nordeste. A relação mistura profissionalismo com afeto e amizade, em um regime trabalhista próprio, baseado na confiança e acordos informais. As folgas são quinzenais, e a jornada, adaptada às necessidades da patroa. A empregada *ganha* as refeições, material de higiene e passagens para visitar a família (GUIBU, 2013, grifo nosso).

Nesse trecho, o abuso do trabalho ganha contornos admissíveis e toleráveis na sociedade brasileira. Holanda (1995) destaca que esse desequilíbrio social é uma herança da família patriarcal e rural em que as vontades particulares se sobressaem aos interesses públicos e impessoais. Assim, a patroa cordial estabelece uma relação que desconhece "qualquer forma de convívio que não seja ditada por uma ética de fundo emotivo" (HOLANDA, 1995, p. 148).

3 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/04/1267057-lei-confronta-relacao-familiar-entre-patroes-e-empregados-no-nordeste.shtml>

Se a primeira imagem poderia ser um retrato de família, a segunda foto<sup>4</sup> o imita com uma moldura ao estilo rococó. A publicação mostra uma “típica” família heteronormativa da classe média paulistana: papai, mamãe e dois filhos. A babá tem nome na notícia, Alexandra de Oliveira e Silva ou simplesmente Sandra, porém em nenhum momento é ouvida pela jornalista. Sandra veste um uniforme todo branco parecido com o dos profissionais da saúde. Todos sorriem, mas a babá é contida e aparenta um sério profissionalismo com óculos do tipo professoral e as mãos levemente repousadas em sua perna entrecruzada. Ela é íntima, está no retrato familiar, mas não se confunde com os membros, porque sua posição no “braço” do sofá revela que não desfruta da comodidade da casa; está apartada no seu lugar bem demarcado.

O conteúdo da matéria publicada em 28 de abril de 2013 realça a “difícil” rotina dos patrões e suas possíveis perdas afetivas pelo pouco convívio com os filhos. A legenda da fotografia indica o sentimento de posse diante da trabalhadora doméstica: “Rodrigo e Bruna têm dois meninos, de 4 anos e 1 ano, e uma babá com eles faz 4 anos, que acompanha em viagens e férias”. O título “Além de dormirem na casa dos patrões, babás vão a clubes, restaurantes e viagens”, sugere que a rotina da trabalhadora é muito prazerosa, com desfrute de vários momentos de lazer. No entanto, a jornalista deixa escapar a onipresença da babá ao relatar que a profissional dorme na casa da família e “cuida” das crianças durante as 12 horas de trabalho “fora de casa” dos pais.

A autora Gutiérrez-Rodríguez (2013) enfatiza que, se por um lado o emprego doméstico é associado a estratégias de sobrevivência, mobilidade social e autonomia, por outro lado, para a empregadora, ele é associado à possibilidade de transferir um trabalho não prazeroso para outra mulher, podendo assim ter mais tempo para se dedicar à carreira profissional ou para o lazer. Nessa perspectiva, a condição do emprego doméstico traz em si uma ambiguidade. Ao mesmo tempo em que as relações de proximidade possibilitam às trabalhadoras tirarem proveito de uma situação extremamente desfavorável, acabam por escancarar a subordinação.

Assim também é caracterizada a relação de trabalho da mulher retratada na terceira fotografia<sup>5</sup>. Segundo a notícia veiculada em 31 de março de 2013, Lidiana Azevedo Lira é babá há nove anos em um apartamento de luxo de Ribeirão Preto. A imagem mostra a trabalhadora andando na calçada ampla e bem cuidada em região nobre da cidade do interior paulista. Lidiana calça sapatilhas pretas e veste blusa listrada em branco e cinza. A babá está virada de costas para a câmera, então não conhecemos o seu rosto. O motivo de esconder a sua face talvez esteja esclarecido no texto da matéria. A profissional faz uma jornada de 12 horas por dia e relata ser comum extrapolar esse horário. Além disso, revela outras irregularidades já cometidas pela patroa como o acúmulo das funções de cuidado e da faxina da casa.

A publicação aborda a exploração do trabalho doméstico de maneira sutil e comedida. Com o título “Sem FGTS, babá precisou economizar para comprar apartamento

4 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2013/04/1269266-alem-de-dormirem-na-casa-dos-patroes-babas-vao-a-clubes-restaurantes-e-viagens.shtml>

5 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/03/1254546-sem-fgts-baba-precisou-economizar-para-comprar-apartamento-popular.shtml>



popular” temos a impressão de que o sonho da casa própria foi alcançado pela empregada. No entanto, apenas ao final do texto fica claro que ainda faltam oito anos para terminar o financiamento do imóvel. A notícia apresenta a aprovação da “PEC das Domésticas” como um ganho na qualidade de vida da profissional que passaria a contar com a contribuição ao FGTS.

## A invisibilidade conferida pelo uniforme

O uso do uniforme parece ser importante na caracterização da trabalhadora doméstica, conforme se verifica nas imagens a seguir. A próxima fotografia<sup>6</sup> é utilizada pelo portal do Estadão como um “coringa”, para ilustrar a profissão, em oito diferentes matérias sobre a regulamentação do emprego doméstico, pois o uniforme concentra várias informações: pessoa fazendo compras uniformizada = empregada doméstica. A mulher retratada não é personagem e nem fonte em nenhuma das notícias. O cenário representa o setor de limpeza, de algum mercado, com produtos nas gôndolas como sabão em pó, detergente e álcool. A jovem, que faz o papel da empregada doméstica, ocupa o centro do enquadramento e está vestida com o típico uniforme preto com babados brancos e calça chinelos, figurino muito utilizado em telenovelas. Em um dos braços ela apoia uma cesta vermelha e com a outra mão segura uma caixa de sabão em pó.

A opção pelo plano médio e, principalmente, pela câmera alta realça o papel de subordinação atrelado a esse tipo de emprego. Questionamos: em que medida esta imagem condiz com a atual realidade do trabalho doméstico e a representação da conquista de novos direitos, tema da notícia? Apesar de o retrato estampar várias matérias sobre as conquistas na legislação trabalhista, a fotografia reforça o estereótipo da profissão e, principalmente, sua condição de subalternidade.

Assim como na publicação anterior, no retrato seguinte<sup>7</sup> não sabemos nada sobre as duas mulheres que performam a rotina típica do emprego doméstico. Elas vestem uniformes azuis com detalhes em branco e enquanto uma delas quase se esconde atrás do travesseiro que segura ao colocar a fronha, a outra estende o lençol branco. É esse momento que a câmera captura. Ao olhar de relance podemos imaginar que a fotografia ilustra um quarto de hotel, mas alguns bibelôs em cima das prateleiras na beirada da cama deixam claro que são objetos pessoais num quarto feminino. A roupa de cama tem detalhes em rosa, mas a cor branca é predominante no enquadramento, conotando limpeza.

A imagem ilustra três matérias sobre a regulamentação da “PEC das Domésticas”, veiculadas no portal do Estadão. As notícias apresentam alguns pontos em comum: nenhuma doméstica é ouvida como fonte e o conteúdo do texto procura esclarecer dúvidas dos patrões sobre o recolhimento dos novos encargos trabalhistas. O título “Empregador doméstico poderá parcelar a dívida com o Fisco”, de 14 de setembro de 2015, exemplifica bem estas características. A repórter chama a atenção para o programa, conhecido como Refis

6 Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,nova-lei-das-domesticas-engorda-o-fundo-de-garantia-em-r-5-5-bi-por-ano,148597e>.

7 Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,empregador-domestico-podera-parcelar-divida-com-o-fisco,1761736>.

das Domésticas, que permite ao empregador parcelar os débitos trabalhistas em até 120 prestações ou pagar à vista, com redução de multa e encargos. Em nenhuma das matérias existe o questionamento sobre as perdas financeiras que o Governo Federal terá com a flexibilização das dívidas.

A personagem, que encara a câmera no sexto retrato<sup>8</sup>, é identificada como Maria de Oliveira e protagonista da matéria divulgada em 22 de abril de 2014. Maria está com o semblante sério e mãos nos bolsos do uniforme de cor clara que veste por cima da blusa preta de mangas longas. O plano médio com o ângulo levemente abaixo do seu olhar, garante um ar de autoridade para a fonte. O cenário, com os edifícios ao fundo, parece ser de algum bairro de classe média, mas a notícia não revela em qual cidade a doméstica atua. O texto da notícia informa apenas que Maria cumpre uma carga diária elevada de 15 horas de trabalho e que dorme na casa dos patrões. As jornalistas não recorrem aos especialistas da área da saúde para apurar os malefícios da jornada extenuante. Ao contrário, o enfoque está na ineficiência da “PEC das Domésticas” – que até aquele momento carecia de regulamentação de alguns benefícios.

O título “Após um ano, PEC não muda rotina de domésticas” escancara o tom pessimista em relação aos avanços na legislação e coloca o “peso” da negociação para a trabalhadora como destacado no trecho abaixo, sub-repticiamente culpando o governo pelo “fracasso” da PEC.

Por ora, apenas a nova jornada de trabalho já está em vigor – 44 horas semanais. No entanto, muitos empregados continuam com uma carga horária superior. É o caso de Maria de Oliveira, doméstica há quatro anos, mas sem registro em carteira. Contratada há um mês, ela afirma que ainda negociará a formalização com os patrões, desde que o salário não diminua por causa dos benefícios. “Como eu recolhia os impostos como autônoma, a lei não mudou nada na minha vida”, conta (PAPP; KRUCKENFELLNER; OTOBONI, 2014).

A matéria ainda apresenta os argumentos da classe patronal, com o Sindicato dos Empregadores Domésticos do Estado de São Paulo. Segundo esta fonte, a mudança nas leis seria inviável por gerar muitos encargos aos empregadores. As repórteres não confrontam as informações do Sindicato patronal sobre a equiparação dos direitos entre os trabalhadores. Dessa forma, não há visões diferentes sobre um mesmo assunto, pois até a fala da trabalhadora ratifica o posicionamento ideológico do portal.

Na sétima imagem<sup>9</sup>, das três mulheres que aparecem, só conhecemos a identidade daquela que está sentada no sofá branco afagando o cãozinho. É a empresária Mara Grillo Régis que observa com um leve sorriso no rosto o trabalho de limpeza das outras duas mulheres. As trabalhadoras não sorriem e nem olham para a câmera, vestem uniforme de blusa branca e calça azul.

8 Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,apos-um-ano-pec-nao-muda-rotina-de-domesticas-imp-,1156821>.

9 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/12/1562100-com-novas-regras-para-domesticas-cresce-demanda-por-terceirizadas.shtml>.

O cenário compreende a sala de um apartamento em São Paulo, com móveis escuros e porta-retratos de enfeites. A cor branca é predominante, contrastando com o pano vermelho de limpeza e a calça azul do uniforme. Sobre as trabalhadoras, sabemos apenas que são contratadas de uma empresa terceirizada e que a prestação de serviço vem aumentando conforme destacado no título "Com novas regras para domésticas, cresce demanda por terceirizadas", de 14 de dezembro de 2014. A matéria evidencia o serviço de uma empresa europeia que, naquele momento, considerava o mercado brasileiro em expansão devido ao encarecimento do emprego doméstico pela "PEC". A principal fonte de informação é a contratante dos serviços terceirizados, Mara Régis, que se sente orgulhosa por não gastar dinheiro nem com produtos de limpeza. Nota-se que mesmo com uma indicação de uma relação mais impessoal com as terceirizadas, o enquadramento visual mantém o significado de subordinação: enquanto as trabalhadoras limpam, a contratante observa, não realizando qualquer atividade.

Na análise das fotografias das domésticas vestidas com uniforme, constatamos que o traje é uma forma de apagamento do sujeito para além da condição de fonte secundária ou inexistente da notícia. Ou seja, a transformação do sujeito em mero objeto ocorre por meio de tipificações, onde existe o suporte cognitivo para tal ocorrência. Essa representação visual tem como função aplacar as tensões sociais. Segundo Bernardino-Costa (2008), trata-se de uma sequência de ações combinadas que debilita o impacto social e político de lutas por reconhecimento e pode ser descrita como racionalização ideológica. O enquadramento principal das notícias é a mudança nas relações do emprego doméstico, pelo ponto de vista de quem contrata, cabendo às trabalhadoras a função de ilustração das histórias.

## **Pele como uniforme**

De acordo com Costa (2015), as vulnerabilidades de gênero, raça e classe fixam os atores sociais em determinados papéis. Mesmo após a abolição da escravatura, os negros permaneceram ocupando as funções de trabalho menos prestigiadas na sociedade: o serviço braçal, doméstico e fabril (COSTA, 2008). Benedita da Silva (1992) ressalta que, ao trocarem as senzalas pelos cortiços da cidade, as mulheres negras tiveram de encontrar forças para enfrentar novas dificuldades: agora serviam à patroa e não à sinhá e deixaram de ser perseguidas pelo senhor para o serem pelo patrão.

Como herança do período colonial, as representações a seguir vinculam naturalmente as atividades de cuidados com a imagem da mulher negra. A oitava fotografia<sup>10</sup> é reproduzida em três notícias do Estadão entre 2015 e 2016. O cenário também parece ser o quarto dos patrões. Os móveis aparentam ser antigos e pendurados na parede branca tem um mural de fotos e um quadro de girassol. A cama – que está arrumada com um cobre leito florido – ocupa quase todo o enquadramento da foto. A senhora negra debruça-se sobre a cama, representando a doméstica. Não conhecemos nada sobre a personagem que esboça um sorriso e olha para a câmera levantando a sobrancelha. A trabalhadora veste uma blusa bege de manga longa e saia preta na altura dos joelhos. Entre os adereços que

10 Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,termina-nesta-segunda-prazo-prorrogado-para-pagamento-do-esocial,10000003287>.

utiliza, chama a atenção a aliança na mão esquerda. Assim, conseguimos imaginar sobre a sua vida – aquela esquecida pelos jornais.

A temática das matérias, na qual a imagem aparece, diz respeito às dificuldades de acesso ao *site* que permite a emissão da guia de recolhimento dos tributos trabalhistas. O objetivo dos repórteres é oferecer um passo a passo para os patrões conseguirem arcar com as obrigações legais. Já a culpa pela instabilidade no sistema eletrônico recai sobre os órgãos do Governo Federal conforme o título: “Apesar de problemas, Receita não vai estender prazo para pagamento do Simples Doméstico”, publicada em 03 de novembro de 2015.

Na próxima publicação visual<sup>11</sup> o corpo negro surge, mais uma vez, como exemplo para representar o serviço doméstico. Seguindo a mesma linha do Estadão, a Folha reproduz a imagem em 28 matérias sobre a regulamentação do trabalho doméstico. A foto é escura, quase penumbra, então não é possível ver com clareza de detalhes o rosto da mulher que passa aspirador de pó no tapete. O cenário é uma sala ampla com móveis robustos. No sofá branco, as almofadas combinam com a paleta de cores do ambiente: azul, marrom e branco. A mulher negra não veste uniforme, está de calça *jeans* e blusa estampada colorida. O cabelo está preso com o que parece ser um lenço. Apesar da atividade exigir que a trabalhadora se abaixe, o retrato reforça a postura cabisbaixa associada à sua função.

Todas as 28 notícias da Folha foram publicadas entre os anos de 2015 e 2016 e, em somente duas ocasiões, o foco principal não são os patrões. Na matéria “Cem mil domésticos sem carteira assinada passam a contribuir para a Previdência”, de 04 de dezembro de 2015, o enfoque é no crescimento da formalização do trabalho. A publicação reconhece o ganho social diante da ampliação dos direitos, porém a única fonte ouvida é o presidente do Instituto Doméstica Legal<sup>12</sup>, Mário Avelino. A outra notícia tem como título “Emprego doméstico cresce em ritmo mais veloz desde 2012”, de 15 de janeiro de 2016. O texto salienta o aumento da procura por trabalhos ligados aos cuidados gerais da casa. Além disso, o jornalista cita o crescimento das domésticas que levam membros da família para ajudar no serviço, de maneira não remunerada. Vale ressaltar que a publicação não problematiza a questão com a falta de creches, por exemplo.

Na décima fotografia<sup>13</sup> analisada nenhuma das mulheres é identificada pelo repórter. As duas expressam em comum apenas o sorriso na face, mas está evidente a posição ocupada pelas duas mulheres, o que indica que essa distinção é algo presente no universo simbólico de quem interpreta a imagem. A patroa é branca, está sentada com as mãos apoiadas à mesa e veste uma blusa estampada. A empregada é negra, está em pé, e veste uniforme preto com detalhes em branco e um avental azul marinho. A patroa usa óculos e a empregada usa um lenço que esconde os cabelos. O cenário é a cozinha da patroa com móveis planejados e uma geladeira grande com imãs na porta. As duas parecem confortáveis diante da câmera, mas a oposição em pé/sentada, o vestuário e a expressão corporal demarcam o lugar social de cada uma; o conforto, as frutas frescas e a água mineral pertencem à patroa.

11 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/10/1697726-documento-de-arrecadacao-do-simples-domestico-sera-liberado-em-novembro.shtml>.

12 Organização não governamental que atuou em prol da redução das contribuições previdenciárias patronais durante as discussões da “PEC das domésticas”.

13 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/03/1252998-senado-aprova-lei-que-amplia-direitos-dos-domesticos.shtml>.

A imagem compõe a matéria de título: "Senado aprova lei que amplia direitos dos domésticos", de 26 de março de 2013, e efetivamente considera relevantes os novos direitos garantidos com a iminência da aprovação da "PEC". A maioria das fontes reforça o viés positivo da conquista, tanto as fontes institucionais como as representantes dos sindicatos dos empregados comemoram a ampliação dos direitos para as domésticas. No entanto, do meio para o final da reportagem, o jornalista contrapõe às informações iniciais o aumento dos custos para os empregadores e a ameaça de ampliação da informalidade no setor, conforme destaque abaixo.

O custo do funcionário doméstico que ganha R\$ 1.000 por mês e faz cinco horas extras por semana deve subir, para o empregador, R\$ 3.247 por ano --de cerca de R\$ 17,6 mil para R\$ 20,9 mil--, com a entrada em vigor da proposta que amplia os direitos desse trabalhador (RODRIGUES; MATOS; GUERREIRO; OMS, 2013).

Em outro retrato<sup>14</sup>, do portal da Folha, a personagem Cristiane Souza aparece maquiada com *rimel* e batom rosa, vestindo uniforme azul e uma bandana na cabeça. A legenda traz a informação que o uniforme é do seu antigo emprego de soldadora e após a demissão trabalha como diarista. Nenhuma outra linha da matéria apresenta novas informações sobre a Cristiane. Tudo o que temos é o enquadramento de perfil e olhar perdido para uma janela (um ponto de luz que não aparece). Podemos afirmar que o cenário é a sua própria casa porque é desfocado pelas lentes do jornalista. O cômodo é um quarto pequeno com uma cama e um guarda-roupa. Na prateleira, fixada na parede verde, tem um porta-retrato, alguns cadernos e um urso de pelúcia.

A notícia, em que a figura está inserida, aborda o aumento da procura por emprego doméstico. Com o título de "Candidatas a empregada doméstica triplicam nas agências", de 04 de outubro de 2015, o repórter conversa com trabalhadoras, a proprietária de uma agência de emprego e com Mário Avelino, presidente do Instituto Doméstica Legal. A matéria apresenta dois argumentos para o crescimento do desemprego: a crise que leva ao fechamento de vagas e também a regulamentação da "PEC das Domésticas", como o trecho a seguir.

Em Recife, Lúcia Ribeiro, 58, foi demitida sob a justificativa do aumento de custos trazidos pela PEC, como INSS e FGTS. Ela diz passar o dia sentada na agência de emprego esperando ser chamada (VILLAS BOAS, 2015).

O plano fechado, do último retrato<sup>15</sup> examinado, enquadra apenas o rosto da trabalhadora que segura dois tapetes de tear com as mãos. Essa imagem contém o recurso da estetização que a esvazia de conteúdo político. Não é só uma estetização estilística, mas um efeito de apaziguamento do conflito. Além disso, a personagem da matéria é babá, mas a fotografia sugere o serviço de limpeza, ou seja, a produção visual alude ao acúmulo de

14 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/10/1688966-candidatas-a-empregada-domestica-triplicam-nas-agencias.shtml>.

15 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/06/1638867-domestica-comeca-a-sentir-queda-no-salario-em-sao-paulo.shtml>.

funções aos quais os negros das classes subalternas estão “acostumados”, como um padrão que se reproduz nesse tipo de ilustração sobre o tema.

A foto faz parte da matéria sobre a redução do salário das empregadas domésticas. Com o título de “Doméstica começa a sentir queda no salário em São Paulo”, de 8 de junho de 2015, a publicação utiliza a técnica da pirâmide invertida na exposição das informações. Além da babá Solange, a repórter busca informações com duas fontes responsáveis por agências de recrutamento de candidatas. O texto indica que a crise e a regulamentação da “PEC” são os motivos para a redução dos salários no setor doméstico.

Segundo Paciléio, quando a PEC entrou em vigor, em 2013, houve muitas demissões. “Antes da PEC, as pessoas ganhavam salários melhores, mas não contabilizavam hora extra, por exemplo. Ficou pesado para os patrões pagarem tudo que deviam em cima de salários que estavam muito acima do mínimo, então o que houve foi uma onda de demissões e recontrações de outros funcionários por valores mais baixos, só que com mais direitos,” diz (CUNHA, 2015).

Das cinco imagens em que as mulheres negras representam domésticas, quatro foram veiculadas pelo portal da Folha de S. Paulo. Dessa forma, o corpo negro é normalmente atrelado às funções desempenhadas no ambiente doméstico, como arrumar a cama e limpar a casa, sem necessidade do uniforme que as distinguiria na sua função. No entanto, os negros são preteridos enquanto sujeitos dignos de serem ouvidos como fontes de informações relevantes.

## Subordinação de classe, raça e gênero

O enquadramento visual evidencia o viés classista, sexista e racista no tratamento dado à regulamentação do trabalho doméstico pelos jornais, aspectos que não podem ser inferidos dos enquadramentos textual e narrativo. O nível ideológico mostra-se no reforço da imagem das domésticas como seres naturalmente servis e conformados no seu lugar. O sorriso ensaiado pretende conotar satisfação, mas acaba por reforçar a subordinação. Combinando os enquadramentos visual com o narrativo e o noticioso, essa disposição sugere que os patrões têm razão em reclamar, pois há um acordo tácito entre empregadores e empregadas de que a lei – iniciativa do Governo Federal – prejudicaria a ambos os lados.

Ao não questionarem o uso do uniforme, por exemplo, as notícias acabam por normalizar a desigualdade herdada da escravidão, selecionando o clichê da relação patrimonial como imagem relevante para ilustrar as matérias. O que é complexo demais para constar no texto – por conta das convenções simplificadoras das notícias – surge na narrativa e nas imagens. Importante frisar que todas as fotografias são simulações de situações do trabalho doméstico, ou seja, são intencionalmente produzidas por repórteres, fotógrafos e editores de imagem, os quais imprimem irrefletidamente as marcas da desigualdade como algo absolutamente normal e aceitável. E ainda que o texto aponte para os aspectos positivos da “PEC” para as trabalhadoras, as imagens acabam por trair seus autores e revelar seu posicionamento ideológico.

A partir das discussões de Rodriguez e Dimitrova (2011) procuramos acessar as duas últimas camadas de interpretação: a conotativa e a ideológica. De um corpus total de 48 fotografias, selecionamos as 12 mais significativas. Através de um olhar contextual das imagens, constatamos a apreensão instrumental das trabalhadoras domésticas pelos portais. Além disso, ressaltamos o viés cordial e afetivo em algumas fotografias. As origens personalistas da nossa sociedade salientada por Holanda (1995) são encontradas, principalmente, no enquadramento visual das notícias. Ou seja, a distinção entre quem manda e quem obedece fica muito clara com o uso do uniforme, na representação dos corpos negros e na falta de protagonismo das domésticas enquanto sujeitos dignos de serem ouvidos.

Bernardino-Costa (2015) destaca que embora tenham ocorrido mudanças legislativas e de perfil das empregadas domésticas nos últimos tempos, esta função ainda produz e reproduz as desigualdades estruturantes da sociedade brasileira. Apesar do início da luta das empregadas domésticas por direitos trabalhistas remontar aos anos de 1930 e constituir um processo de duros embates até sua completa regulamentação em 2015, ainda assim não podemos dizer que a legislação atual iguala os direitos entre os trabalhadores.

Com isso, a condição das trabalhadoras domésticas no Brasil apresenta todos os elementos para caracterizar a perpetuação de uma injustiça social. Os avanços representados pela legislação trabalhista, apesar do esforço para equiparar direitos com outras categorias, não chegam a alterar a relação de subordinação a que as trabalhadoras estão submetidas. O pertencimento às famílias se dá na condição de propriedade ("minha empregada") e é demarcado ou pelo uniforme ou pela cor da pele. E nada disso parece ser um problema para a cobertura jornalística.

É nesse sentido que o conceito de cordialidade está presente nas notícias: como direito dos patrões à posse de uma empregada doméstica para realizar o trabalho que a patroa não quer; e como trabalho naturalmente associado a mulheres pobres e negras, as quais são naturalmente gratas pela oportunidade recebida. Os dois jornais hesitam em aderir a um discurso mais contundente de defesa de direitos, reduzindo a lei a um problema econômico e a enquadrando como mais uma dificuldade para a classe média, sucumbindo assim aos interesses de quem contrata. Na cobertura dos dois jornais, não há conflito entre patrões e empregadas porque o conflito se dá entre classe média e governo, ficando as trabalhadoras apartadas de seus próprios interesses.

## Referências

BERNARDINO-COSTA, J. Colonialidade do poder e subalternidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Revista Brasileira do Caribe*, v. 7, n. 14, p. 311-345, 2007.

BERNARDINO-COSTA, J. *Saberes subalternos e de colonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil*. Brasília: EdUnB, 2015.

CAL, D. *et al.* Jornalismo, gênero e desigualdades: análise das notícias sobre a ampliação de direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil e na Argentina. In: AGUIAR, L.; SILVA, M. P. da S.; MARTINEZ, M. (org.). *Desigualdades, Relações de Gênero e*



*Estudos de Jornalismo*. São Paulo: Life Editora, 2018.p. 245-261. E-book. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1m4icSBgkmvwTlklgpOPS0Mkt4gRx0bx8/view>. Acesso em: 2 jan. 2020.

CAL, D. Luta pública contra o trabalho infantil doméstico: implicações democráticas das ações de advocacy. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 18, p. 211-242, 2015.

CARNEIRO, M. T.; ROCHA, E. Do fundo do buraco: o drama social das empregadas domésticas. In: SOUZA, J. *A ralé brasileira: quem é e como vive?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009. p. 125-142.

COSTA, F. B. da. *Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garis*. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2008.

GUTIERREZ-RODRIGUEZ, E. Trabajo doméstico-trabajo afectivo: sobre heteronormatividad y la colonialidad del trabajo en el contexto de las políticas migratorias de la UE. *Revista de estudios sociales*, n. 45, p. 123-134, 2013.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOFES, S. *Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

LOPES, M. S. *O feminino e o trabalho doméstico: paradoxos da complexidade*. [S.l.]: [s.n.], 2010.

OKIN, S. M. Gênero, o público e o privado. Tradução: Flávia Biroli. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 2, 2008.

PARADIS, C. G.; SARMENTO, R. A “PEC das domésticas” e os enquadramentos midiáticos sobre o trabalho de mulheres. *Sociedade e Cultura*, v. 19, n. 2, p. 83-94, 2016.

PETCHESKY, R. P.; JUDD, K. *Negotiating Reproductive Rights*. International Reproductive Rights Research Action Group. 1998.

RODRIGUEZ, L.; DIMITROVA, D. The levels of visual framing. *Journal of Visual Literacy*, v. 30, n. 1, p. 48-65, 2011.

SILVA, B. *Toque de mulher negra*. Brasília: Centro de documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1992.

WOSNIAK, A.; LÜCK, J.; WESSLER, H. Frames, Stories, and Images: The Advantages of a Multimodal Approach in Comparative Media Content Research on Climate Change. *Environmental Communication*, dec. 2014.



# DE ANJOS A TRABALHADORAS, DE PATRÕES GENTIS A FALIDOS: enquadramentos sobre a “PEC das domésticas” no jornalismo<sup>1,2</sup>

Danila Cal  
Maria Luiza Lopes  
Thais Rezende

## Introdução

Apenas a partir de abril de 2013, por meio da Emenda Constitucional nº 72, os trabalhadores domésticos tiveram, no Brasil, a garantia de direitos trabalhistas básicos, como jornada de trabalho de oito horas diárias e 44 horas semanais, horas extras, entre outros. Por meio da Lei Complementar 150, promulgada em junho de 2015, outros direitos foram assegurados, tais como, por exemplo, adicional noturno, obrigatoriedade de recolhimento do FGTS, seguro-desemprego. Tanto a discussão sobre a aprovação da PEC quanto a implementação da lei geraram repercussão social e midiática, sobretudo, a respeito das mudanças nas relações trabalhistas e, de certo modo, sobre o lugar que as trabalhadoras domésticas ocupam nas famílias no cenário contemporâneo.

Neste capítulo, analisamos como foram construídas no jornalismo paraense as representações e os posicionamentos discursivos de trabalhadoras domésticas e patrões, antes e após a promulgação da “PEC das Domésticas” (66/2012). A ampliação de direitos gerou tensões, já que o trabalho doméstico é marcado pela subalternidade e atravessado por questões de gênero, raça e classe (DAVIS, 2016; CAL, 2016; CARNEIRO; ROCHA, 2009). Consideramos que o jornalismo participa da construção social da realidade e é um ator fundamental no debate público (CARVALHO, 2009; MAIA, 2008). Por meio de análises de conteúdo e de enquadramentos, examinamos 46 matérias sobre a PEC publicadas nos principais jornais impressos do Pará, o Diário do Pará e O Liberal, no período entre o ano de 2010, que corresponde ao início da tramitação da PEC, e o de 2016, um ano após a regulamentação (Lei Complementar 150).

Em pesquisa anterior (CAL, 2016), investigamos como ocorreu, ao longo dos anos 2000, o debate público a respeito de uma forma específica de trabalho doméstico: o infantil, realizado por crianças e adolescentes e combatido por organizações sociais. Naquele momento, descobrimos que o lugar de fala nos *media* atribuído a trabalhadoras e

1 Agradecemos a leitura e as contribuições críticas de Leandro Lage que foram fundamentais para o aprimoramento deste capítulo.

2 Parte do texto deste capítulo foi publicada na Revista *Gênero na Amazônia*, n. 16-18, jul./dez. 2020.

ex-trabalhadoras infantis domésticas é prioritariamente marcado pela subordinação, vitimização e dominação (CAL, 2016). Essa construção simbólica repercutia na configuração política do trabalho infantil doméstico, encabeçada por organizações não-governamentais e organismos internacionais, “representantes auto-autorizados”, portanto, que atuavam “em nome de interesses e valores que acreditam que devem ter um impacto” ainda que sem autorização prévia dos concernidos (URBINATI; WARREN, 2008, p. 243).

Nesse sentido, considerando o potencial dos *media* para generalização de processos de debate público e de pré-estruturação da esfera pública (HABERMAS, 2003; MAIA, 2008), a discussão ampliada sobre o trabalho infantil doméstico como um problema público acabou por marginalizar a capacidade de atuação política das próprias afetadas na definição de quais posturas e políticas deveriam ser adotadas em relação a esse tipo de atividade. E essa situação foi influenciada pela percepção de que elas estavam sujeitas a um processo de dominação que não as permitia ter clareza sobre o que estava acontecendo no trabalho infantil doméstico. A dimensão crítica naquele debate coube aos especialistas e atores sociais. Essas conclusões dizem respeito, como dissemos, a um tipo específico de trabalho doméstico, que é o realizado por crianças e adolescentes. Contudo, as investigações que empreendemos anteriormente contribuem para construção de uma nova pergunta de pesquisa a partir do cenário de ampliação dos direitos dos trabalhadores domésticos adultos: como são construídos no cenário jornalístico-midiático as representações sobre o trabalho doméstico e os lugares das trabalhadoras? Também questionamos como os padrões são enquadrados nesse contexto.

Consideramos fundamental analisar os enquadramentos acionados pelos *media* para investigação de temas enraizados socialmente, como o trabalho doméstico. Até porque os *media* correspondem ao principal palco da esfera de visibilidade social e, por isso, são considerados a espinha dorsal da esfera pública (HABERMAS, 2009). Segundo o autor, “a comunicação pública é uma força que tanto estimula e orienta os desejos e as opiniões dos cidadãos, como, ao mesmo tempo, obriga o sistema político a se adaptar e a ser mais transparente” (HABERMAS, 2009, p. 136).

Em termos geográficos, situamos nossa pesquisa no Norte do país, especificamente no estado do Pará, que possui o maior contingente populacional da região. Historicamente, o trabalho doméstico nesse contexto é marcado pela exploração da mão de obra indígena (ARAÚJO, 2012) pelo trabalho infantil em casas de famílias (CAL, 2016). Uma prática que ainda persiste na Amazônia é entrega de meninas de municípios do interior para famílias da cidade, por vezes numa lógica de “apadrinhamento”, inicialmente com a intenção de facilitar acesso à educação, mas, em troca, exige-se o trabalho nas casas. São as chamadas “crias de família” (MOTTA-MAUÉS, 2020; CAL, 2016; DANTAS, 2016).

De modo geral, o trabalho doméstico remunerado ainda é “caracterizado por uma atividade precária, com baixos rendimentos, baixa proteção social, discriminação e até assédio” (IPEA, 2019, p. 1). Segundo os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgados em dezembro de 2019, a informalidade cresceu: em 2013, mais de 30% das trabalhadoras tinham carteira assinada, já em 2018 esse percentual chegou a 28,3%. O levantamento mostra ainda redução na proporção de mulheres ocupadas com o trabalho doméstico: em 1995 eram 17% e em 2018 caiu para 14,6%, em média. O índice sobe para 18,6% entre mulheres negras, contra 10% entre brancas (IPEA, 2019).

A região Norte, de modo específico, enfrenta sérios desafios relacionados ao trabalho doméstico, como, por exemplo, a proporção de trabalhadoras domésticas que não possuem carteira assinada e o salário médio menor do que a média nacional. Segundo Pinheiro, Fontoura e Pedrosa (2012), a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), “na comparação regional, impressionam as desigualdades verificadas e as situações de extrema exclusão e precarização do emprego doméstico vivenciado por estas mulheres” (PINHEIRO; FONTOURA; PEDROSA, 2012, p. 102). De acordo com as autoras, no Sul e no Sudeste a taxa trabalhadores domésticos com carteira assinada era de 32% e 33% respectivamente. No Nordeste era de 13,8% e no Norte 12,5%. “Isto significa que apenas 12 em cada 100 trabalhadoras nortistas são registradas e contam com a proteção do Estado frente a situações de vulnerabilidade permanente ou temporária” (PINHEIRO; FONTOURA; PEDROSA, 2012, p. 102). O trabalho doméstico, portanto, apresenta feições distintas de acordo com a região do país onde é realizado e, por isso, voltamos nossa investigação para o Norte do país, em especial ao estado do Pará.

Optamos pela análise de jornais impressos locais para apreender o processo debate público sobre a “PEC das Domésticas” num contexto regional desafiador para as trabalhadoras domésticas, como citado anteriormente. De acordo com Maia (2008), “as organizações da mídia, com seus recursos para disseminar informação para amplas audiências, e produzir uma esfera de visibilidade pública, desempenham um importante papel nesse processo” (MAIA, 2008a, p. 49). Consideramos ainda, como ponto de partida, que o perfil argumentativo do jornalismo impresso, com a possibilidade de mostrar diferentes pontos de vista, poderia proporcionar uma apreensão mais ampla do debate a respeito desse tema.

## Debate Público, “PEC das Domésticas” e Representações Midiáticas

Habermas (2003) compara a esfera pública a uma caixa de ressonância, em que os problemas da sociedade civil são amplificados por meio da ação comunicativa e podem reverberar em tomadas de decisões políticas. O debate sobre a “PEC das Domésticas” tematizou a equiparação dos direitos das trabalhadoras aos já previstos para os demais trabalhadores e os desdobramentos sobre o cotidiano de trabalhadores e patrões. A visibilidade – a repercussão midiática, sobretudo –, foi fundamental para construção de opiniões públicas e de vontade política sobre esse assunto e, após a aprovação, os *media* foram centrais no processo de esclarecimento sobre a PEC, numa segunda via do processo de circulação do poder político por meio da esfera pública (HABERMAS, 2003). Questionamos neste capítulo sobre as representações e os enquadramentos discursivos de trabalhadoras e de patrões nesse processo.

Focalizamos o jornalismo, que assume papel essencial de “ator social” quando dá conhecimento sobre temas variados a públicos diversificados, de interesses múltiplos, por meio dos *media* (CARVALHO, 2009). “Nessa perspectiva, a cobertura jornalística é reveladora das contradições sociais, dos jogos de poder, da diversidade de visões de mundo (culturais, científicas, comportamentais, éticas, morais, religiosas e tantas outras) e dos múltiplos interesses em disputa” (CARVALHO, 2009, p. 1).

Carvalho destaca ainda o que chama de “contradições” do jornalismo e o considera como um campo social e uma prática marcados por contradições, silêncios, recortes da realidade social (CARVALHO, 2009). Assim, a forma como um texto é escrito, a posição dele na página, os títulos, legendas, cores, são escolhas estratégicas que dependem dos profissionais que fazem o jornalismo, que por sua vez têm seus repertórios próprios ou da linha editorial (CARVALHO, 2009).

Outro aspecto importante que deve ser levado em consideração no jornalismo são os “enquadramentos”. Enquadramentos são princípios organizadores compartilhados socialmente e persistentes ao longo do tempo (GOFFMAN, 1974; REESE, 2001). Nesse sentido, podemos compreendê-los como “esquemas de interpretação” (GOFFMAN, 1974). Para Goffman (1974), os enquadramentos ou quadros de sentido são princípios organizadores que permitem tornar determinada situação inteligível. Por essa razão, são eles que estruturam os acontecimentos e situam a participação e a posição de sujeitos neles. Portanto, gozam, em grande medida, de assentimento social e, principalmente, cultural. São padrões persistentes de entendimento de experiências no mundo. Para explicar esse conceito, o autor (1974, 1981) refere-se constantemente à pergunta: “O que é isso que está acontecendo aqui?”. Portanto, enquadramento diz necessariamente dos recursos sociais e culturais que as pessoas utilizam para definir uma situação.

Das formulações iniciais de Goffman (1974) até hoje, o conceito de enquadramento ganhou novos contornos e usos nos estudos de comunicação e política. Muitas pesquisas equivalem *frame* a angulações da maneira pela qual os assuntos políticos são abordados pelos *media* e/ou os efeitos que provocam na audiência (DRUCKMAN; NELSON, 2003; PORTO, 2004; DURFEE, 2006; HUANG, 2009; VIMIEIRO, 2010). Boa parte dessa trajetória acadêmica tem como premissa a ideia de que os jornalistas *constroem frames*. Outros estudos abordam de forma mais ampla a noção de enquadramento, considerando a sua *ressonância cultural* (GAMSON; MODIGLIANI, 1989; REESE, 2001).

Sobre enquadramento e jornalismo, Carvalho considera que:

Narrar um acontecimento transformado em notícia, dando-lhe um enquadramento, consiste, à primeira vista, na seleção de aspectos que deem à narrativa sobre ele inteligibilidade, a partir de estruturas cognitivas e quadros de referência que conduzirão a uma determinada visão, dentre uma série de outras possíveis, relativamente ao que é apresentado ao fruidor da informação daí resultante (CARVALHO, 2009, p. 5).

Soares (2007) afirma que analisar representações no jornalismo pressupõe examinar enquadramentos, “o que não significa um julgamento moral sobre a prática jornalística em si, mas a admissão de uma contingência própria do trabalho jornalístico” (SOARES, 2007, p. 53). É, portanto, inerente à atividade jornalística a produção e a mobilização de enquadramentos. Moura (2016, p. 56) destaca que a constituição das representações está além da racionalidade: “envolve questões relacionadas aos sentidos, que são construídos socialmente e, portanto, tem relações significativas também com elementos culturais de cada sociedade ou grupo social”.

Entretanto, Maia faz a ressalva de que o conceito de representação é “escorregadio e multifacetado” (MAIA, 2018, p. 62), porém, de modo geral, “envolve a produção de sentido

por meio da qual os seres humanos se constituem e fazem ‘presentes’ ou ‘tornam visível’ o mundo social – objetos, pessoas, eventos, normas etc”. Sobre isso, Rothberg (2014, p. 412) argumenta que “Representar não é apenas expressar, mas também deixar de expressar; é reter, cortar, selecionar e encaixar a partir do que não foi eliminado”.

O jornalismo como “ator social” e como prática discursiva profissional atua selecionando acontecimentos e perspectivas, o que repercute na construção e na mobilização de representações e, por consequência, de enquadramentos, de tal forma que o jornalismo tanto ressoa enquadramentos que circulam na sociedade quanto participa da construção deles. Isso, por sua vez, traz consequências para os processos de debate público que envolvem necessariamente a mobilização de quadros de sentido, os quais servem de referência para que os sujeitos se coloquem discursivamente, entendam e discutam um assunto ou uma situação.

Nessa perspectiva, Maia (2009) refere-se à concorrência entre enquadramentos em situações de debate público: segundo a autora, os enquadramentos possuem uma ideia central “que delimita o campo interpretativo que busca dar sentido a uma questão, definindo posições e buscando destacar elementos relevantes em disputa” (MAIA, 2009, p. 308). A partir da metáfora da imagem, por exemplo, o enquadramento possui essa dimensão da delimitação, do recorte, da instituição de pontos de vista, de eixos em torno dos quais o debate vai orbitar, mas também de pontos de fuga, de foras de campo, do que “resta” de fora do quadro. Nesse sentido, o enquadramento também define o que fica de fora da disputa, o que pode, inclusive, emergir como consenso tácito ou temas não problematizados.

No caso do debate em torno da “PEC das Domésticas”, importante ressaltar elementos sociais que atuam também no processo de invisibilização das desigualdades relacionadas ao trabalho doméstico e influenciam o modo como os novos direitos dessas trabalhadoras – no feminino, já que é uma atividade em que as mulheres representam a grande maioria dos trabalhadores – são apresentados e discutidos na sociedade brasileira.

Fatores como gênero e raça contribuem para que a situação das trabalhadoras domésticas seja precarizada e seus direitos negligenciados. De acordo com pesquisa do Ipea (2019), em 2018, cerca de 6 milhões de mulheres eram trabalhadoras domésticas no país, sendo que, entre as mulheres negras, essa é a principal ocupação. Além disso, há a lógica da divisão sexual do trabalho (OKIN, 2008; BIROLI, 2013) que alimenta a ambiguidade em torno do exercício do trabalho doméstico remunerado por mulheres.

Desde o período colonial, quando era desempenhado por pessoas escravizadas, o trabalho doméstico era desvalorizado e visto com inferioridade por estar associado à servidão (KOERICH, 2014). Nos lares brasileiros de diferentes classes sociais é comum a presença de uma ou mais serviçais para desempenhar as tarefas domésticas, de tal forma que “ter” uma trabalhadora doméstica em casa é um sinal de distância da pobreza (BRITES, 2007). Essa força de trabalho predominantemente feminina é recrutada das camadas mais pobres e com índices menores de escolaridade, ligadas social e historicamente à herança escravagista.

Mais do que reconhecimento jurídico, a “PEC das Domésticas” representa uma conquista social significativa, conforme afirma Bernardino-Costa:

[...] o que está em questão não é simplesmente a inclusão das trabalhadoras por meio da conquista de direitos e equiparação aos outros trabalhadores no marco da sociedade



brasileira. Está em questão também a discussão da sociedade brasileira enquanto uma sociedade que, ao privilegiar a representação e interesses somente de uma parte da sociedade – sintetizada pelo mundo dos patrões –, exclui, oprime e marginaliza a outra parte (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 59).

A aprovação da PEC foi um momento histórico na luta das trabalhadoras domésticas, pois representou o almejado reconhecimento de equiparação de direitos aos dos demais trabalhadores. De acordo com Bernardino-Costa (2015), o início da luta dessa categoria data de 1936, quando teve início o movimento das trabalhadoras domésticas, que tinha à frente Laudelina de Campos Melo, militante do movimento negro, com o objetivo de negociar com o estado o reconhecimento jurídico da categoria e os direitos trabalhistas. Desde então, mulheres que trabalham nos lares de família lutam pela garantia e ampliação de direitos. Entre as décadas de 1960 e 1980, por exemplo, elas mobilizaram campanhas para que as trabalhadoras morassem em suas próprias casas. Por todas as lutas e depois de anos de desprestígio dessa profissão na sociedade, a “PEC das Domésticas” é entendida pelos sindicatos, por especialistas e por parte dos atores políticos como uma reparação da sociedade para com toda a categoria por anos marginalizada. Santos *et al.* (2020) detalham o esforço das representantes sindicais para garantir a votação e aprovação da PEC no Congresso e uma atuação intensa junto a deputados e senadores.

Contudo, boa parte da sociedade, especialmente, a classe média, diretamente afetada pela mudança na legislação trabalhista, considerou a medida prejudicial e burocrática, uma vez que estava acostumada com a informalidade do trabalho doméstico sem horário definido, sem obrigação de assinar carteira e de recolher impostos, além de arcar com os demais direitos trabalhistas. A subalternização à qual as trabalhadoras domésticas estão submetidas socialmente e junto às famílias empregadoras está ligada diretamente às desigualdades sociais, legitimadas no país por um discurso meritocrático baseado exclusivamente em um ponto de vista econômico. Esse discurso divide a sociedade em classes em que a renda define a pessoa, sem levar em consideração as dimensões emocional, moral e cultural (SOUZA, 2009) e as estruturas sociais de dominação. Segundo Souza (2009), diferentemente da época em que escravos eram castigados com chicotes, a violência da modernidade é, em geral, simbólica, não aparece como violência, mas torna possível e explica a naturalização das desigualdades, da dominação cotidiana injusta dos mais privilegiados sobre os menos privilegiados.

Os *media* têm o potencial de contribuir para a cristalização ou para os questionamentos de práticas sociais enraizadas social e culturalmente. Maia (2018) afirma ainda que os *media* são responsáveis por boa parte das informações e dos discursos que alimentam contextos comunicativos. Segundo a autora, as audiências refletem acerca dos materiais dos *media* e os utilizam em processos de discussão (MAIA, 2012, 2018). “Os *media* criam novas oportunidades, novas opções e novas arenas para que os sujeitos produzam sentido de si mesmos, da relação com os outros, o que frequentemente se entrelaça com as instituições e os padrões culturais arraigados” (MAIA, 2008b, p. 209, grifo no original).

Entretanto, como dissemos anteriormente, a tematização pública de questões sociais e políticas por meio dos *media* pode ser marcada por distorções, que ocorrem a partir de duas estratégias principais: invisibilidade/exclusão e estereótipos (MAIA, 2018). Sobre

invisibilidade, Maia (2018) refere-se à ausência de grupos ou sujeitos subalternizados ou desfavorecidos, mas podemos acrescentar a isso a invisibilização de padrões opressivos estruturais da nossa sociedade, como o racismo. Ao analisarem a repercussão da “PEC das Domésticas” no jornal Folha de S.Paulo e na Revista Veja, na semana de promulgação da lei, Paradis e Sarmento (2016), por exemplo, observaram que houve um silenciamento em relação à discussão racial, apesar de a maioria das trabalhadoras domésticas no Brasil ser negra. No *corpus* analisado por elas, as trabalhadoras raramente foram ouvidas. Também permaneceu silenciada no noticiário a discussão sobre a divisão sexual do trabalho, a partir da qual os trabalhos domésticos e de cuidado são tradicionalmente atribuídos às mulheres.

A respeito dos estereótipos, Maia (2018) afirma, com base em Stuart Hall, que eles, por meio de características essencializadas e simplificadoras, reduzem as diferenças e a complexidade de pessoas e grupos. Dessa forma, converteriam-se em instrumentos de dominação, pois baseados em padrões de grupos hegemônicos.

Biroli (2017) oferece uma perspectiva relativamente distinta. Ela afirma que, como premissa, é necessário reconhecer que os estereótipos são parte integrante do trabalho jornalístico, por funcionarem como atalhos cognitivos e por participarem do processo jornalístico na definição de pautas, fontes e também das abordagens utilizadas. Desse modo, Biroli (2017) afirma que a proficiência desse olhar não está em analisar se há ou não estereótipos no discurso jornalístico, mas sim buscar compreender “*como esses estereótipos funcionam em relações de poder concretas, em contextos determinados*” (BIROLI, 2017, p. 142, grifos no original). Isso porque:

As imagens tipificadas dos grupos sociais permitem mobilizar, mais do que referências comuns, julgamentos que, compartilhados, dão sentido aos acontecimentos. Os enquadramentos e os estereótipos que lhes dão sustentação se exprimem por meio de códigos morais relativamente estáveis. Ao colocá-los mais uma vez em circulação, o jornalismo contribui para essa estabilidade (BIROLI, 2017, p. 139).

Para a autora, não se trata de identificar estereótipos como falsificações ou uma oposição entre as representações e a vivência concreta dos sujeitos e grupos, mas como artefatos morais e ideológicos “que atuam simbolicamente e têm efeitos concretos, interpelando os indivíduos ao mesmo tempo em que atualizam julgamento” (BIROLI, 2017, p. 143).

As circunstâncias e as condicionantes sociais que recaem sobre o trabalho doméstico são marcados por expectativas sociais padronizadas e por uma “moralidade da exploração” (CAL, 2017). Essas expectativas e cristalizações geradas pelos estereótipos e fortificadas através dos atalhos cognitivos são formadas com base em “valores universais”, rótulos que surgem e se estabelecem com o intuito de hierarquizar o mundo e normalizar posições sociais.

Partimos, então, dessas perspectivas teóricas e analíticas sobre as relações entre representações midiáticas, enquadramentos e estereótipos para analisar a cobertura jornalística sobre a “PEC das Domésticas”, enfocando como trabalhadoras e patrões são posicionados nesse contexto e como isso pode repercutir no debate público sobre o assunto.

## Procedimentos metodológicos

Para realização desta pesquisa, baseamo-nos na análise discursiva de conteúdo, tal como sistematizada por Mendonça e Simões (2012, p. 193), a partir da qual “busca-se pensar a maneira como o próprio conteúdo discursivo cria um contexto de sentido, convocando os interlocutores a seguir certa trilha interpretativa”. Como ponto de partida, desenvolvemos análise de conteúdo (BARDIN, 2016), que consiste na sintetização e compreensão, especificamente neste caso, do conteúdo jornalístico encontrado nos jornais de maior circulação do estado do Pará, a respeito do trabalho doméstico e da “PEC das Domésticas”. Selecionamos para análise as matérias jornalísticas produzidas entre 2010 e 2016 e publicadas nos jornais Diário do Pará e O Liberal<sup>3</sup>.

Os procedimentos de coleta foram desafiadores porque os jornais locais, apesar de disponibilizarem versões digitais das edições impressas nos seus sites, não apresentam bons mecanismos de busca por palavras-chave. Optamos, então, por construir uma amostra de edições a partir de datas importantes da tramitação da PEC e também considerando dias comemorativos ao trabalho doméstico. Coletamos as matérias ainda dos dias anterior e posterior a cada uma dessas datas de referência. Executamos coleta manual por meio da leitura dos jornais nas datas selecionadas para amostra e da identificação de matérias sobre trabalho doméstico nessas edições. Além da pesquisa nos acervos online dos dois jornais, foi necessária busca presencial no acervo da Biblioteca Pública Arthur Vianna (Belém-PA), pois não encontramos algumas edições nas versões digitais<sup>4</sup>.

Após a finalização da coleta, procedemos com a sistematização dos dados, o que, primeiramente, demandou a criação de um livro de códigos (conjunto de variáveis a serem investigadas). O livro de códigos foi inspirado no construído por Cal (2016) e por Cal, Esteves e Nery (2018), ampliado, revisado e passou por uma série de discussões entre as integrantes do projeto de pesquisa<sup>5</sup> a partir de análise exploratória do material empírico. Após a definição do livro de códigos, realizamos um treinamento de codificação com a participação de duas das bolsistas de iniciação científica do projeto.

Neste trabalho, consideramos, além da identificação por jornal e da matéria, sete variáveis: a) **Editoria**, que diz respeito a qual caderno se encontra o conteúdo, a fim de constatar quais editorias abordam mais o assunto; b) **Capa**, aponta quais conteúdos possuíram destaque em chamadas na capa do veículo; c) **Formato**, consiste na categorização do tipo de conteúdo, além de onde foi produzido, se é regional ou não; d) **Assunto Principal**, categoria responsável pela determinação da temática central abordada pelo conteúdo, com

3 O jornal O Liberal foi fundado em 1946 e tem como mantenedora as Organizações Romulo Maiorana, que possuem ainda canal de TV e portal de notícias afiliados à Globo e rádio local. O jornal Diário do Pará foi fundado em 1982 pela família do senador Jader Barbalho (MDB). Pertence ao grupo Rede Brasil Amazônia de Comunicação (RBA), que é afiliada da Band no Pará, tem ainda um sistema integrado com portal de notícias, e rádio AM e FM.

4 Agradecemos pela participação neste trabalho à discente Letícia Rodrigues, bolsista de iniciação científica do projeto “Mídia, debate público e negociação de sentidos sobre o trabalho doméstico”, coordenado pela Profª Danila Cal e financiado pelo CNPq (Edital Universal 2016).

5 Agradecemos pela participação neste trabalho à discente Camila Fagundes Leal, também bolsista de iniciação científica do projeto “Mídia, debate público e negociação de sentidos sobre o trabalho doméstico”.

objetivo de agrupar matérias semelhantes como pertencentes do mesmo grupo; e) **Fontes Consultadas**, tem como função listar todos os personagens que auxiliam na elaboração do conteúdo com suas falas, de forma direta, entre aspas, ou indireta com o jornal o fazendo referência; f) o **Gênero do trabalhador doméstico** enquanto fonte, partindo do princípio de que os trabalhos domésticos a serem executados e abarcados pela lei são diversos e a necessidade de identificar quem foi chamado a se pronunciar como trabalhador doméstico; g) **Enquadramentos** sobre a PEC, sobre o trabalho doméstico e sobre as relações entre trabalhadoras e patrões. Para o escopo deste trabalho, focaremos nossa análise nesses últimos.

Em seguida à testagem do livro de códigos, iniciamos a construção do banco de dados e os resultados foram computados no Excel. Com a conclusão de todas as inserções, migramos os dados para o software SPSS para propiciar a criação de tabelas e de construção de matrizes analíticas.

## Resultados e discussão

Do total de 46 matérias, 24 foram publicadas no Diário do Pará e 22 em O Liberal. Quando selecionamos as matérias por períodos, 2010-2013 (tramitação e aprovação) e 2014-2016 (implementação e regulamentação), verificamos que maior frequência de publicação ocorreu no período de tramitação e de aprovação (31 em números absolutos, o que corresponde a 67,4%). No primeiro período, o Diário do Pará publicou uma quantidade maior de produtos jornalísticos sobre a PEC (18 no total, equivalentes a 62,1%) e, no segundo período, O Liberal publicou mais que o concorrente (9 no total, equivalentes a 60%). Ainda assim, observamos que a repercussão nas mídias impressas locais ocorreu, principalmente, a partir de datas comemorativas como o Dia Nacional da Empregada Doméstica, celebrado em 27 de abril, e nos períodos finais da tramitação da proposta de emenda constitucional no Senado, em 2013. Em relação à localização das matérias nas edições dos jornais, verificamos que a grande maioria das publicações se encontrava nos cadernos de política e de economia (38, 82,6%) enquanto as demais estavam nos primeiros cadernos (6 publicações, 13,05%) ou em outros lugares (2 publicações, 4,35%).

Em relação aos formatos dos conteúdos publicados, considerando o período total investigado, as maiores ocorrências foram de notícias (25 ocorrências, 54,4%) e de reportagens (16 ocorrências, 34,7%)<sup>6</sup>. A partir da preponderância de notícias, podemos dizer que o assunto foi tratado, no geral, a partir de sua dimensão factual e com pouco aprofundamento, porém no período de tramitação e de aprovação da PEC, foram produzidas quase tantas reportagens (11) quanto notícias (15), já entre 2014 e 2016 só identificamos cinco reportagens e dez notícias. Até 2013, a produção jornalística preponderante foi a de agências de notícias nacionais republicadas nos veículos locais (16 ocorrências, 51,6%). Desse total, foram 13 notícias e três reportagens de agências, sendo que, no primeiro período analisado, os jornais locais produziram mais reportagens (8) do que notícias (2). No segundo período, encontramos nove matérias locais (7 notícias e 2 reportagens) e seis de agências nacionais (3 notícias e 3 reportagens). Os dados demonstram que, durante a discussão sobre a aprovação da PEC, os jornais investigados buscaram agências de notícias

6 Os demais resultados foram: coluna de opinião (3, 6,5%), charge (1, 2,2%) e editorial (1, 2,2%).

para informar sobre os trâmites e, por meio de reportagens produzidas nas redações locais, objetivaram se aproximar do contexto regional, apresentando perspectivas de trabalhadoras domésticas e de patrões. A partir de 2014, porém, a prioridade da produção local passa a ser notícias factuais (7 ocorrências, 77,8% dos conteúdos locais).

No primeiro período, a PEC foi o assunto principal em 22 matérias (71%), sendo que desse total, a maior ocorrência foi sobre as características da lei (36,4%), seguida por tramitação (27,3%). Outros assuntos que permearam o noticiário nos primeiros anos foram vivências no trabalho doméstico (19,3% do total de matérias) e as relações entre patrões e trabalhadoras (9,7%). No segundo período, a PEC e suas repercussões foram o assunto principal de 14 matérias (93,3%)<sup>7</sup> e as subtemáticas mais recorrentes foram de orientações aos patrões e alertas sobre o não cumprimento da lei (57,1%), seguidas por características da PEC e da legislação dela decorrente (21,4%). Observamos, assim, um enfoque da cobertura noticiosa voltada, essencialmente, a informações sobre as características da PEC e de sua tramitação, assim como para o esclarecimento dos empregadores e também para chamar atenção a respeito de possíveis multas ou outros ônus associados à implantação da nova lei. Esses resultados também são corroborados quando identificamos as vezes em que o trabalho doméstico figurou nas capas dos jornais analisados:

**Quadro 1 – Manchetes e chamadas de capa sobre o trabalho doméstico por jornal e por dia**

Data	Jornal	Tipo	Título
14/03/2013	DP*	Chamada	PEC está aprovada
20/03/2013	DP	Chamada	Em 1º turno, Senado aprova PEC das Domésticas
27/03/2013	DP	Manchete do jornal	Senado amplia direitos das domésticas
28/03/2013	O Liberal	Chamada	PEC das Domésticas eleva procura por diaristas
19/04/2013	O Liberal	Manchete do jornal	TST dá aval para banco de horas domésticas
23/04/2013	O Liberal	Chamada	Demissão sem justa causa rende multa de 10% do FGTS
22/05/2013	O Liberal	Manchete do jornal	Multa na demissão de doméstica fica em 40%
31/01/2014	O Liberal	Chamada	Renda de domésticas tem aumento de 6,2%
31/01/2014	DP	Chamada	Guia do FGTS: documento via internet
18/07/2014	O Liberal	Chamada	Registro de doméstica obrigatório até agosto
18/07/2014	DP	Chamada	Quem não assinar carteira será multado
06/08/2014	O Liberal	Chamada	Multa passa a valer a partir de amanhã
30/09/2014	DP	Chamada	Encargo com INSS: empregada doméstica
02/06/2015	O Liberal	Chamada	Dilma assina texto que regulamenta direitos
27/04/2016	DP	Chamada	No Pará, quase 1 mil crianças são empregadas domésticas

Fonte: Dados da pesquisa. \*DP= Diário do Pará.

Em três momentos o assunto foi a manchete dos jornais: um sobre a aprovação da PEC no Senado e outros dois sobre banco de horas e multa no caso de demissão sem justa causa. Podemos deduzir a partir dos dados apresentados que os interlocutores preferenciais dos jornais eram os empregadores.

7 Os outros 6,7% correspondem a uma matéria sobre o trabalho infantil doméstico.

Do total de fontes consultadas nas matérias, a maioria foi de especialistas (advogados e economistas principalmente), com 23,8% das ocorrências, seguidos por trabalhadoras domésticas e ex-trabalhadoras com 22,2% (sendo 17,5% ocupadas no serviço doméstico e 4,8 antigas trabalhadoras, inclusive sindicalistas), em terceiro lugar ficaram os representantes do Legislativo com 17,5% e, em quarto, representantes de organizações não-governamentais (12,7%). Nesse último caso, o interlocutor mais recorrente foi Mário Avelino, presidente da empresa Doméstica Legal e da ONG a ela vinculada. Pelas próprias definições constantes no site da empresa e da ONG, a participação na discussão sobre a regulamentação da ampliação dos direitos dos trabalhadores parte, sobretudo, dos interesses dos patrões<sup>8</sup>. Os empregadores propriamente corresponderam a 9,5% das fontes consultadas.

Nas seções a seguir, deteremo-nos aos enquadramentos sobre as trabalhadoras domésticas e os patrões no contexto de discussão sobre a “PEC das Domésticas” e seus desdobramentos.

### *De anjos a trabalhadoras*

A matéria “Domésticas em destaque” do jornal Diário do Pará publicada no dia 27/04/2011 diz que “[...] as domésticas que já foram conhecidas como mucamas, servas e criadas, hoje são chamadas de ‘anjos’, ‘mãezonas’ e ‘donas do lar’ e se transformaram em ‘peças’ fundamentais na vida de muitos” (NUNES, 2011, p. A9, grifos no original). O texto da reportagem, ao buscar uma aproximação carinhosa com a figura da trabalhadora doméstica, recorre a estereótipos como “mãezonas”, “anjos” como uma contraposição a modos de classificação que remontam ao período escravagista, mas recorre à objetificação das trabalhadoras se referindo a elas como “peças” fundamentais na vida de várias pessoas para contextualização do trabalho doméstico.

Como é uma matéria alusiva ao Dia da Trabalhadora Doméstica, trata-se, em princípio, de uma homenagem à trabalhadora, mas que é feita a partir do ponto de vista do que ela representa aos patrões, cuja relação é mostrada pelo viés romantizado. Na foto que acompanha a matéria, aparece a trabalhadora em segundo plano e, em primeiro, uma foto dos empregadores. Na legenda está escrito: “Francisca Negrão é empregada da família Barile há 26 anos: relação que já virou caso de amor”.

A psicóloga Ana Clara Barile, 26 anos, define a relação dela com a empregada doméstica Francisca Negrão como uma paixão. “Sou apaixonada por ela, considero como *minha segunda mãe*”. Pudera, Ana Clara convive com a “Fran”, como ela e o pai chamam a funcionária, desde que nasceu. Para Francisca, a intimidade conquistada ao longo dos anos *faz com que a afinidade com as pessoas da família só aumente*. “A própria Clara diz que eu sei muito mais das coisas da casa do que ela mesma”, diz, rindo, a doméstica. Mas

8 A Doméstica Legal funciona como uma agência, que auxilia patrões e trabalhadores com a regularização e a contabilidade relativa ao contrato de emprego doméstico remunerado. Sobre a ONG, apesar de afirmar lutar pela “melhoria do emprego doméstico com ativa participação na elaboração de leis justas e equilibradas”, cita entre as conquistas da instituição benefícios para os empregadores, como, por exemplo, a redução do INSS patronal de 12% para 8%; dedução do INSS patronal no Imposto de Renda e a definição do trabalhador diarista com até duas diárias na semana. Ver mais informações em <https://www.domesticalegal.com.br/>.



*o fato de ser praticamente da família* não limita os direitos profissionais. “Sou muito bem tratada, mas tenho todos os direitos que são disponibilizados para essas profissionais” (NUNES, 2011, p. A9, grifos nossos).

Interessante notar que no período da tramitação não há questionamento sobre a ideia de a trabalhadora doméstica ser parte da família, o que é, inclusive, reforçado pelo texto do jornal. Francisca é a “segunda mãe” de Ana Clara, que tem 26 anos, o que corresponde ao mesmo período em que “Fran” trabalha para sua família. A intimidade entre eles teria aumentado nesse tempo a ponto de ela ser “praticamente da família”. O fato de conhecer mais da casa do que a patroa é apontado como vantagem, mas pode se caracterizar como um reconhecimento ideológico, funcionando como uma espécie de incentivo à manutenção da relação opressiva por meio da “valorização” da trabalhadora (MAIA; CAL, 2018; CAL, 2016).

Na mesma matéria, outra patroa afirma: “Ela [se refere a outra trabalhadora doméstica] foi *um anjo* na minha vida. *Não gosto do termo ‘empregada’*, até porque não consigo enxergar essa mulher assim. Para mim, ela é muito mais do que isso. *Faz parte da nossa família*” (NUNES, 2011, p. A9, grifos nossos). A recusa pelo termo “empregada”, pode significar também a recusa do reconhecimento de uma relação de trabalho e o “faz parte da nossa família” desconsidera uma grande distância social entre patroa e trabalhadora (BRITES, 2007; CAL, 2016).

Embora o título traga a ideia da trabalhadora em destaque, o que é priorizado são as relações com os patrões. Nessa matéria e no noticiário analisado de modo geral, não são apresentadas muitas informações sobre os contextos particulares de vida das trabalhadoras domésticas, mas elas aparecem, principalmente, em função dos patrões. Curioso observar que isso reproduz um padrão encontrado em outras produções midiáticas, como as telenovelas (ESTEVES *et al.*, 2020).

Na reportagem “Dia todo dedicado às empregadas domésticas”, publicada pelo Diário do Pará, em 27/04/2012, a personagem principal é uma trabalhadora negra, o que é possível identificar pela foto em que Maria Odnéia Mendes aparece de uniforme com as mãos encostadas a um vaso de flores que está na mesa da sala de jantar da casa da patroa. O texto comenta que Néia, como é chamada, aceita fazer a entrevista após insistência da filha da patroa e que está tímida por se sentar no sofá dos patrões, tornando evidente a existência e interiorização, a partir de uma cultura da servidão, de uma distinção entre o que seria o lugar dos patrões e o das trabalhadoras – a exemplo da recorrente a expressão “Ponha-se no seu lugar!”. Esse espaço simbólico é marcado pelas desigualdades sociais e pela distribuição desigual de valor entre os sujeitos da nossa sociedade (SOUZA, 2009). No caso de Néia, ultrapassada a barreira dos lugares previamente distribuídos, ela toma conta do seu discurso e de sua posição de protagonista se recusando a cantar (“sem ceder à pressão do pedido de uma ‘palhinha’”, segundo a matéria) e ressaltando que nunca foi demitida, mas sempre passa no máximo três anos em uma casa porque enjoa (GOMES, 2012, p. A6).

Dilena de Medeiros, 35 anos, também é fonte da reportagem. Ela afirma que teve acesso a viagens e hotéis por meio da família empregadora e que é tratada sem distinção. Chama atenção no texto da reportagem a expressão “os patrões dividem a casa com ela” em vez de informar que ela mora na residência dos patrões. Como seria essa divisão da casa?



Quais partes caberiam à trabalhadora? Ela estuda pedagogia e, desde que foi aprovada no vestibular, possui um acordo com os patrões de que, quando passar num concurso ou for chamada para trabalhar na área da educação, poderá ficar na casa o tempo que precisar. “Em busca desse objetivo, antes das 7h, acorda e até às 16h tudo tem que estar pronto para ir à faculdade. Na volta, limpa o que ficou do jantar e entra a madrugada estudando” (GOMES, 2012, p. A6). Identificamos um endosso do material jornalístico ao discurso meritocrático (SOUZA, 2009), pois não há nenhuma problematização sobre essa rotina exaustiva e as condições de estudo dessa trabalhadora.

A marginalização do trabalho doméstico é apontada nas matérias, principalmente, a partir dos dados a respeito da informalidade e nas falas das sindicalistas:

“A nossa luta é pela equiparação e igualdade de direitos. Concentramos os maiores percentuais de trabalhadoras domésticas, mas é aqui que estão os piores patrões do planeta. Salários de R\$100,00 por mês, ainda são realidade na nossa região. Muita coisa já mudou, mas ainda há muito a avançar, por isso continuamos lutando”, argumenta a presidente. [Lucileile Reis, da Federação das Trabalhadoras Domésticas da Região Amazônica] (GOMES, 2012, p. A6, grifo nosso).

Na matéria “Falta de carteira assinada marginaliza domésticos”, publicada em O Liberal, no dia 27/04/2012, ouve-se Ana Maria, 34 anos, que trabalha como doméstica desde os 13 e afirma à reportagem que só teve carteira de trabalho assinada uma única vez. “É uma vida muito difícil. Gosto do que faço, mas acho que deveria ser uma profissão melhor reconhecida. Estou trabalhando há quatro meses em uma casa e a minha patroa não conversou sobre o assunto [a assinatura da carteira]” (FALTA..., 2012, p. 4, grifo nosso). Além disso, representantes dos trabalhadores domésticos denunciaram a falta de direitos:

A diretora da Federação dos Empregados Domésticos, Conceição Azevedo reclama da falta de valorização profissional. ‘A maioria dos patrões não assina carteira dos seus empregados. O trabalho doméstico é marginalizado por muitos no país. Nós não temos proteção trabalhista e tantos outros benefícios como o salário família, por exemplo’, afirma Conceição (FALTA..., 2012, p. 4).

Após aprovação da “PEC das Domésticas”, as mudanças nas condições de trabalho são apresentadas e trabalhadoras e patrões são ouvidos:

Ivonete dos Anjos é empregada doméstica e aproveita as duas horas de intervalo para ler as revistas que gosta e acompanhar a novela durante o almoço. “Eu tinha hora para entrar e não tinha hora para sair. Agora tudo melhorou”, relata. A doméstica trabalha na casa da economista Márcia Paiva, que há dois meses também contratou uma babá para cuidar do filho. A economista explica que mesmo antes da PEC, sempre fez questão de contratar funcionários conforme determina a lei. “Eu sempre valorizei as minhas secretárias. Então, eu tento cumprir com as leis e criar um ambiente agradável tanto pra elas, quanto pra nós”, comenta (SÓ 10%..., 2013, p. 9).

A trabalhadora ressalta que tinha uma jornada de trabalho indefinida com horário para chegar e sem hora para sair, o que foi alterado após a aprovação da PEC. Essa informação foi recorrente. Em outra reportagem, a trabalhadora Marly Albuquerque disse: “agora eu tenho um horário certinho, entro e saio na hora determinada e recebo meus benefícios, não tenho do que me queixar” (GOMES, 2013, p. B7).

Em uma reportagem de 31/03/2013, o Diário do Pará faz um panorama dos direitos das trabalhadoras domésticas. Menciona que, desde setembro de 1973, as domésticas já podiam ter carteira assinada, mas a maioria permanece na informalidade. A reportagem consulta um sociólogo e um economista, mas invisibiliza a atuação das representantes das trabalhadoras domésticas nesse processo histórico de luta por direitos. É apresentada a afirmação de um sociólogo, segundo quem: “Não há mais o ranço escravocrata nessas relações de trabalho. As empregadas têm plena consciência de seus direitos e são as que mais reclamam na Justiça do Trabalho” (AGÊNCIA O GLOBO, 2013b, p. E4). A matéria ainda traz uma arte com um modelo de contrato a ser seguido pelos patrões.

Identificamos certo descompasso entre o texto de uma matéria e o que é dito pelas citações diretas das fontes. Enquanto o texto jornalístico afirma que seria muito cedo para saber se a PEC está gerando vantagens ou desvantagens, o advogado trabalhista consultado diz: “Para tudo existe um período de adaptação, os empregadores precisam entender que o trabalho doméstico é um emprego como todos os outros, e, muitas vezes, mais extenuante que alguns’, esclarece” (GOMES, 2013, p. B7). Ele faz ainda uma observação direcionada aos empregadores: “O que o empregador tem que fazer é desvincular a imagem da empregada doméstica de uma relação familiar, afetiva. *A relação entre patrão em [e] empregado é uma relação de emprego*, como todas as outras’, alerta Carlos Esteves” (GOMES, 2013, p. B7, grifos nossos).

Ao longo das nossas observações sobre a cobertura jornalística local sobre esse assunto, percebemos uma modificação no enquadramento da empregada doméstica como um “anjo” ou “alguém da família”, no período da tramitação, para o de uma trabalhadora, que precisa ter seus direitos garantidos, no período de votação e após aprovação da PEC. Essa mudança é permeada de conflitos e tensões, fundamentalmente, relativos aos patrões e aos encargos que a garantia dos direitos das trabalhadoras domésticas poderia gerar para as famílias empregadoras. Não houve discussão sobre a mitigação de condições desiguais estruturais das trabalhadoras domésticas, mas houve menção a partir da ex-empregada doméstica e ministra do Tribunal Superior do Trabalho Delaíde Miranda Arantes, que destacou a importância de que as novas regras fossem acompanhadas de políticas públicas como creches e programas de aquisição da casa própria para trabalhadores domésticos (AGÊNCIA BRASIL, 2013, p. 9).

### *De patrões gentis a falidos*

Em uma matéria de 2011, publicada em O Liberal, são apontados índices de informalidade no trabalho doméstico e também a renda média salarial da categoria no estado do Pará, que, na época, era inferior ao salário mínimo nacional. Uma das fontes consultadas é a trabalhadora doméstica Laretuza do Socorro, de 40 anos: “Ela trabalha há 28 anos sem

carteira assinada e reclamou da desvalorização das domésticas. ‘Nós formamos uma classe que é desvalorizada. Por mais gentis que os patrões sejam nem todos querem assinar nossa carteira, mas querem que a gente esteja bem para trabalhar’, comentou.” (QUASE..., 2011, p. 6). A “gentileza” dos patrões, nesse caso, é inversamente proporcional à disposição de arcar com despesas para formalização do serviço doméstico. Isso corrobora os próprios dados apresentados pelo jornal sobre o baixo valor de pagamento às trabalhadoras domésticas e também as perspectivas sociológicas que apontam a pouca valorização do trabalho doméstico de mulheres, considerado uma extensão de atividades que seriam naturalmente femininas a partir de uma divisão sexual do trabalho (OKIN, 2008; BIROLI, 2018; CAL, 2016).

Após a aprovação da PEC, em março de 2013, houve um intenso debate público sobre a regulamentação dos direitos. Antes da “PEC das Domésticas”, as trabalhadoras já possuíam alguns direitos garantidos pela Constituição, são eles: 1) salário mínimo; 2) décimo-terceiro salário; 3) repouso semanal remunerado; 4) férias; 5) estabilidade da gestante e licença-maternidade; 6) carteira de trabalho assinada; 7) aviso prévio e 8) aposentadoria. Após a PEC, em 2013, nove novos direitos foram aprovados e passaram a valer de imediato: 1) recebimento de um salário mínimo ao mês, inclusive a quem recebe remuneração variável; 2) pagamento garantido por lei (o patrão não poderá deixar de pagar o salário); 3) jornada de trabalho de 8 horas diárias e 44 horas semanais; 4) hora extra; 5) direito a trabalhar em local com todas as normas de higiene, saúde e segurança; 6) o empregador tem que respeitar regras e acordos estabelecidos em convenções coletivas; 7) proibição de diferenças de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivos de sexo, idade, cor ou estado civil; 8) proibição de discriminação em relação ao portador de deficiência; 9) proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre ao trabalhador menor de 16 anos. Sete outros direitos ficaram aguardando regulamentação para começarem a valer: 1) adicional noturno; 2) FGTS obrigatório; 3) indenização em caso de demissão sem justa causa; 4) seguro-desemprego; 5) salário-família; 6) auxílio-creche e pré-escola; 7) seguro contra acidentes de trabalho.

O estabelecimento desses direitos provocou reações entre empregadores e também seus representantes. Na matéria “Senado aprovada PEC dos empregados domésticos”, publicada em 14/03/2013, em *O Liberal*, o presidente da ONG Doméstica Legal manifestou-se favorável à PEC, mas questionou a aprovação do texto sem especificações de redução de custos para o empregador, o que poderia levar a um risco de demissão de até 815 mil trabalhadoras domésticas. Ele defendeu a redução da contribuição patronal ao INSS, de 12 para 4% (AGÊNCIA ESTADO, 2013a, p. 10).

Em artigo de opinião publicado no *Diário do Pará*, o colunista Hélio Schwartsman, foi mais enfático:

A fase de adaptação pode trazer efeitos opostos aos esperados. Se a lei for aplicada com rigor, os custos de contratação sobem significativamente, fazendo com que uma fatia da classe média ou desista da doméstica ou recorra à informalidade. [...]

Se os prejuízos ficassem limitados à perda de conforto para um grupo, poderíamos seguir em frente, mas não é tão simples [...]

Parte dos problemas pode ser contornada na regulamentação. *Se se permitir que a jornada de oito horas seja executada em dois blocos de quatro horas, de modo que a doméstica possa preparar as três refeições do dia sem incorrer em várias horas extras, o impacto das mudanças fica mais palatável* para os empregadores e será menos conturbada a inevitável transição do atual modelo em que quase todas as famílias de classe média têm empregada para a situação, verificada nos países ricos, em que *a doméstica é luxo para poucos*. Haverá um bônus extra se a discussão resultar na *revisão de pontos da legislação trabalhista*. Regras que impedem a implementação de acordos que as duas partes julgam satisfatórios dificilmente são positivas. (SCHWARTSMAN, 2013, B2, grifos nossos).

O autor parte de uma visão colonialista de manutenção de privilégios para questionar os direitos recém-estabelecidos argumentando que os custos de contratação poderiam fazer a classe média desistir de contratar trabalhadoras domésticas ou fazer isso sem assinatura de carteira. Complementa dizendo que não se trata apenas da perda de conforto para alguns, mas do encolhimento da oferta de empregos, dificuldade de inserção das trabalhadoras domésticas em outros postos, do aumento da informalidade e problemas futuros com aposentadoria (SCHWARTSMAN, 2013, B2). Embora esses últimos elementos apontem para razões voltadas ao bem comum, na continuidade do texto fica claro que não se trata disso, mas sim da manutenção de privilégios de uma classe sobre a outra, quando ele propõe que pelo menos se garanta que “a doméstica possa preparar as três refeições do dia sem incorrer em horas extras”, propondo, de modo implícito, uma desvirtuação do período de descanso do trabalhador para atender aos interesses dos empregadores, de tal forma que seja mais fácil para eles “digerirem” essas mudanças. Aponta ainda que em países ricos “a doméstica é luxo para poucos”, objetificando essas trabalhadoras. Por fim, sugere também a flexibilização nas leis trabalhistas.

Esse artigo condensa em vários aspectos o conjunto das insatisfações da classe média brasileira em relação à ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas. Garantir o serviço de uma trabalhadora doméstica significa, como argumentamos no início deste capítulo, um distanciamento da pobreza (BRITES, 2007), por conta de uma cultura da servidão e também para não ter que realizar trabalhos considerados depreciativos (KOERICH, 2014).

Santos *et al.* (2020), ao relatarem experiências e perspectivas de trabalhadoras domésticas, questionam o enquadramento de que as trabalhadoras domésticas estariam sendo “vilãs” por reivindicar direitos:

A mídia, de uma certa forma, ela colocou como se o trabalhador doméstico fosse o monstro da vez e os bonzinhos eram os patrões, sem condições mais de manter uma empregada, vai ter que demitir, não vai ter com quem deixar o filho, mas alguém pensou no trabalhador lá atrás que não tinha com quem deixar os seus filhos também? (SANTOS *et al.*, 2020, p. 122).

No único editorial coletado no período, intitulado “Direitos ampliados”, O Liberal ressalta a importância de discussão da implementação da nova lei e diálogo com as críticas à aprovação da PEC:

O legislador não foi inconsequente. Foi oportuno. Como também é oportuno que a sociedade discuta a melhor forma possível de regulamentação dos novos direitos de milhões de trabalhadores que prestam serviços no âmbito doméstico.

É inegável que a relação dos domésticos com os patrões vai mudar. É inequívoco, além disso, que divergências sobre o trabalho noturno, o custo maior para o patrão e a dificuldade de fiscalização serão naturais nos primeiros tempos de vigência da nova lei.

[...] Mas a nova lei pode forçar – ou mesmo acelerar – um outro significado para o trabalho doméstico. *Porque os profissionais precisarão, a partir de agora, ser vistos, literalmente, como sujeitos de direitos, como os titulares de garantias legais inquestionáveis.*

Os domésticos não serão mais, a partir de agora, confundidos com *quem presta favores, mas como profissionais.*

Será impossível, ao que chamam de mercado de trabalho, adequar-se a essa nova situação que contempla as aspirações legítimas de milhões de pessoas? (EDITORIAL..., 2013, p. 03).

O texto provoca uma reflexão sobre a mudança de categoria dos trabalhadores domésticos, de quem presta favores a profissionais. Ainda que reconheça as tensões e dificuldades relativas à regulamentação, à fiscalização e à garantia dos direitos estabelecidos, o jornal em seu editorial ressalta uma mudança simbólica e política e questiona o tamanho da dificuldade apontada para que o mercado de trabalho se adeque à essa demanda legítima.

Eliane Cantanhêde em artigo de opinião publicado em 26/06/2013, no Diário do Pará, relaciona a aprovação da PEC à abolição da escravatura. Ela ressalta que esses profissionais não são mais escravos e também não precisam de patrões “bonzinhos”, mas sim de serem tratados como trabalhadores como quaisquer outros. “O argumento de que ‘vai ficar caro e faltar emprego’ dissimula o velho pretexto “econômico” para impedir direitos e avanços sociais” (CANTANHÊDE, 2013, p. B2).

O argumento econômico, porém, mantém centralidade no noticiário. Matéria publicada no Diário do Pará, intitulada “Patrões devem ficar atentos à burocracia”, começa afirmando:

Não bastassem o aumento de custo e as muitas dúvidas sobre as novas regras do trabalho doméstico, os empregadores empenhados em cumprir a mudança na legislação vão se ver às voltas com uma parafernália burocrática que envolve elaboração de contratos, controle de folha de ponto, cálculo de horas extras e de adicional noturno e recolhimento do FGTS [...] .

– O empregador vai precisar de um contador ou montar um departamento de pessoal na sua casa para fazer todos os cálculos – diz Mário Avelino, que mantém um site onde associados podem fazer os cálculos de pagamentos (O GLOBO, 2013a, p. E1).

A ideia de o empregador necessitar de um departamento de pessoal na sua própria casa gera uma tensão ainda maior em torno da regulamentação dos direitos previstos na PEC.

Nesse embate argumentativo, os representantes do governo federal consultados nas matérias ressaltavam o compromisso da presidenta Dilma Rousseff com os direitos das trabalhadoras e também a disposição para diminuir a burocracia e os encargos sobre os empregadores.

O relator do processo no Senado, o senador Romero Jucá, afirmou que famílias não são empresas e que o orçamento familiar é escasso, razão pela qual seria importante pensar saídas que mantenham a condição de pagamento do empregador (AGÊNCIA GLOBO; AGÊNCIA ESTADO, 2013, p. 1). “Nossa proposta não reduzirá direitos, não reduzirá garantias dos trabalhadores brasileiros. Esse foi um pacto firmado com a presidenta Dilma” (AGÊNCIA ESTADO, 2013b, p. 2).

Com menor visibilidade nos jornais, as representantes sindicais das trabalhadoras domésticas quando figuraram no noticiário enfatizaram as lutas do movimento: recusa de um percentual menor para multa no caso de demissão sem justa causa, recusa da redução do percentual de contribuição patronal ao INSS. “Não estamos de acordo. Lutamos por direitos iguais. Se a multa for 39,99% não há igualdade de direitos. Eles querem beneficiar os empregadores e, se querem isso, que vejam outras estratégias, como um abate no Imposto de Renda para aqueles que regularizarem a situação de suas empregadas” [Creuza, da Federação dos Trabalhadores Domésticos] (AGÊNCIA GLOBO; AGÊNCIA ESTADO, 2013, p. 1, grifo nosso).

Figuram no noticiário ainda exemplos de patrões que demitiram trabalhadores domésticos com objetivo de evitar processos futuros, como no caso do advogado Guilherme, que dispensou a trabalhadora que estava com a família dele havia 15 anos. “Ela dormia em casa. Preferi não correr riscos” (AGÊNCIA ESTADO, 2013b, p. 2). Outra notícia traz os depoimentos de empresárias do setor:

“Quando a notícia começou a aparecer, há mais de um mês, muita gente começou a ligar. Tem cliente que não trabalhava fora e tinha empregada doméstica e já resolveu mandar embora para contratar diarista”, conta Cláudia Moreira, proprietária da agência Elite Brasil, que atua em São Paulo há oito anos. “Hoje mesmo recebi o pedido de uma cliente que não trabalha fora e vai substituir a empregada que dorme em casa.”

[...]

“Muita gente já demitiu no final do ano, para se livrar do 13º na hora de pagar a rescisão”, comenta Fernanda Maria do Rosário Silva, dona da Diaristas Express, que atua em Niterói há três anos (PORTAL G1, 2013, p. 9).

Ressaltar a demissão de trabalhadores domésticos como forma de “se livrar” de pagar os direitos devidos é escancarar toda a base da desigualdade e dos privilégios de classe frente a sujeitos e grupos de despossuídos (SOUZA, 2009). Em grande medida, o noticiário, sobretudo, após a aprovação da PEC, girou em torno do mundo dos patrões, numa realidade sintetizada a partir desse viés (BERNARDINO-COSTA, 2015).

Uma possibilidade que é mencionada nos jornais é a contratação de diaristas, o que seria, por um lado, uma forma de escapar do pagamento dos encargos da contratação para os empregadores e, por outro, uma “oportunidade” para trabalhadoras domésticas fazerem mais renda do que como mensalistas. Essas colocações, porém, não são acompanhadas de uma discussão a respeito do desgaste do trabalho como diarista que pressupõe a atuação em diferentes casas, numa jornada mais intensa de trabalho porque concentrada e ainda sem os direitos trabalhistas garantidos – como nos casos de adoecimento, em que haveria a necessidade de licença saúde.

## Considerações finais

O trabalho doméstico apresenta raízes sociais e culturais que legitimam em grande medida uma cultura da servidão e também uma divisão sexual do trabalho, marcada não apenas por questões de gênero, mas também, e principalmente, de raça e de classe. Todos os trabalhadores domésticos consultados nas matérias eram mulheres, algumas pretas, como foi possível identificar nas fotos, mas não ocorreu uma racialização do debate. Apesar de que, em momentos pontuais, houve inferências relacionadas ao período da escravidão, quando o jornal afirmou que, antes, as trabalhadoras eram vistas como “mucamas”, “servas” e passaram ser consideradas “anjos” nas casas das pessoas. Outro momento foi quando a articulista comparou a aprovação da PEC à abolição da escravatura.

Entender os estereótipos como “artefatos morais e ideológicos” (BIROLI, 2017) nos permite compreender como ideias como “anjos”, “mãezonas”, por exemplo, possuem uma atuação simbólica que gera efeitos concretos no modo como as trabalhadoras domésticas são consideradas na nossa sociedade. Além da normalização do trabalho doméstico como âmbito feminino e de uma lógica do cuidado maternal, existe uma “moralidade da exploração” (CAL, 2017), que opera a partir de consensos tácitos, por vezes inadmitidos, que separam a nossa sociedade entre gente e subgente (SOUZA, 2009). Parte das pautas e das abordagens invisibilizadas ou silenciadas no noticiário tem relação com essa dimensão moral e simbólica pouco discutida, a qual manifesta-se seja como discurso da meritocracia, seja como objetificação dessas profissionais.

Entretanto, as trabalhadoras domésticas ouvidas, mesmo quando afirmaram possuir boas relações com os patrões, destacavam a marginalização do trabalho doméstico, a insegurança em relação à falta de carteira assinada, a clareza sobre as longas jornadas de trabalho, as demandas dos movimentos sindicais e as mudanças com a nova legislação. O discurso do jornal, por meio do editorial e de algumas das fontes ouvidas, também destacou a importância de a sociedade compreendê-las como trabalhadoras, como sujeitas de direitos, o que foi fundamental no processo de debate público.

Nesse contexto, os patrões, num primeiro momento retratados como “bonzinhos”, ainda que não assinassem carteira em sua maioria, foram, aos poucos, sendo apresentados como categoria prejudicada pela aprovação da PEC porque teria que arcar com despesas apontadas como não compatíveis com o orçamento familiar, ao mesmo tempo em que apresentam subterfúgios para escapar da lei, como, por exemplo, a demissão antes da vigência e, mesmo em dezembro, para não precisar pagar todos os direitos da trabalhadora. Essa



dimensão moral da exploração é tão significativa que não houve nem constrangimento em publicizar esse tipo de prática ou mesmo a proposta do articulista para que a nova jornada de trabalho contemplasse “pelo menos” as três refeições diárias.

Nossa análise vai até 2016, ano em que houve um golpe parlamentar no Brasil, gerado em grande medida pelas insatisfações de parte da sociedade brasileira com políticas sociais distributivas e ampliação de direitos das classes subalternizadas. Desse conjunto, faz parte a equiparação da direitos das trabalhadoras domésticas, que influenciou os modos de vida de trabalhadores domésticos em detrimento de costumes e privilégios, principalmente, da classe média brasileira. Na análise que empreendemos já é possível identificar essa insatisfação social da classe média, que perdeu a possibilidade de ter empregados como gostaria ou passou a ter que pagar mais por isso e, ainda, a respeitar horários e pagar horas extras.

Como afirma Moura (2016), a construção de representações possui relações com os sentidos produzidos, socialmente significados à luz de elementos sociais e culturais. Os enquadramentos, além de oferecerem um viés para observação dos fenômenos, também delimitam um campo de possíveis interpretações, o que alimenta o debate público e estimula ações. No caso analisado, verificamos uma modificação nos enquadramentos das trabalhadoras domésticas e também dos patrões, muito menos do que algo consolidado e, sim, como campo de disputas em que o jornalismo figura como um ator social relevante.

## Referências

AGÊNCIA BRASIL. Ministra diz que emenda não gera desemprego. *O Liberal*, Belém, 28 mar. 2013. Caderno Dinheiro, p. 9.

AGÊNCIA ESTADO. Advogados dizem que proposta deixa brechas. *O Liberal*, Belém, 22 maio 2013b. Caderno Dinheiro, p. 2.

AGÊNCIA ESTADO. Senado aprova PEC dos empregados domésticos. *O Liberal*, Belém, 14 mar. 2013a. Caderno Dinheiro, p. 10.

AGÊNCIA ESTADO; AGÊNCIA O GLOBO. Federação dos Trabalhadores Domésticos recusa percentual menor. *O Liberal*, Belém, 23 abr. 2013. Caderno Poder, p. 1.

AGÊNCIA O GLOBO. Patrões devem ficar atentos à burocracia. *Diário do Pará*, Belém, 31 mar. 2013a. Caderno Economia, E1.

AGÊNCIA O GLOBO. Primeiro direito conquistado há 40 anos. *Diário do Pará*, Belém, 31 mar. 2013b. Caderno Economia, p. E4.

ARAÚJO, Wagner. *Trabalho doméstico e servidão*: trajetórias gênero e identidade de mulheres indígenas em Manaus/AM. 2012. Revista EDUCAmazônia, Humaitá, ano 5, v. 8, p. 8-25, jan./jun. 2012.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Saberes *Subalternos e decolonialidade*: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. Brasília: Editora UnB, 2015.

BIROLI, Flávia. A reprodução de estereótipos no discurso jornalístico. BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Notícias em disputa*: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil. São Paulo: Contexto, 2017, p. 117-146.

BIROLI, Flávia. *Autonomia e desigualdades de gênero*: contribuições do feminismo para a crítica democrática. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

BRITES, Jurema. Afeto e Desigualdade: gênero, geração e classe entre trabalhadoras domésticas e seus empregadores. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 29, p. 91-109, jul./dez. 2007.

CAL, Danila. *Comunicação e Trabalho Infantil Doméstico*: política, poder, resistências. Salvador: EDUFBA/Compós, 2016.

CAL, Danila. Moralidade e a exploração do trabalho infantil doméstico: as visões de ex-trabalhadoras infantis e patroas. *Desidades*, v. 16, p. 31-44, 2017.

CAL, Danila; ESTEVES, Lorena; NERY, Erick Matheus. Jornalismo, gênero e desigualdades: análise das notícias sobre a ampliação de direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil e na Argentina. In: AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Mônica (org.). *Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo* / INTERCOM. São Paulo: Life Editora, 2018, p. 245-261.

CANTANHÊDE, Eliane. Abolição da escravatura. *Diário do Pará*, Belém, 26 mar. 2013. Caderno Brasil, p. B2.

CARNEIRO, Maria; ROCHA, Emerson. Do fundo do buraco: o drama social das empregadas domésticas. In: SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira*: quem é e como vive? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009, p. 125-142.

CARVALHO, Carlos Alberto. O enquadramento como conceito desafiador à compreensão do jornalismo. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 14., 2009, Rio de Janeiro. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2009. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0206-1.pdf>. Acesso em 13 jul. 2019.

DANTAS, Luísa. *As Domésticas Vão Acabar?* Narrativas biográficas e o trabalho como duração e intersecção por meio de uma etnografia multi-situada – Belém/PA, Porto Alegre/RS e Salvador/BA. 480 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

DAVIS, Angela. A obsolescência das tarefas domésticas se aproxima: uma perspectiva da classe trabalhadora. In: DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. p. 225-244.

DRUCKMAN, James; NELSON, Kjersten. Framing and deliberation: how citizens' conversations limit elite influence. *American Journal of Political Science* 47, p. 729-745, 2003.

DURFEE, Jessica. "Social Change" and "Status Quo": Framing Effects on Risk Perception: An Exploratory Experiment, *Science Communication*, 2006. Disponível em <http://scx.sagepub.com/content/27/4/459>. Acesso em: 01 dez. 2010.

EDITORIAL Direitos Ampliados. *O Liberal*, Belém, 28 mar. 2013. Caderno Opinião, p. 3.

ESTEVES, Lorena; LEAL, Camila; CAL, Danila; BRITO, Rosaly. Telenovelas, Interseccionalidade e Relações de Poder: representações midiáticas das trabalhadoras Domésticas. In: CAL, Danila; BRITO, Rosaly. *Comunicação, Gênero e Trabalho Doméstico: das reiterações coloniais à invenção de outros possíveis*. Curitiba: CRV, 2020, p. 143-164.

FALTA de carteira assinada marginaliza domésticos. *O Liberal*, Pará, 27 abr. de 2012. Caderno Dinheiro, p. 4.

GAMSON, William; MODIGLIANI, Andre. Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power: A Constructionist Approach, *The American Journal of Sociology*, v. 95, n. 1, p. 1-37, jul. 1989.

GOFFMAN, Ervin. *Frame Analysis: an essay on the organization of experience*. Cambridge: Havard University Press, 1974.

GOMES, Edmê. Dia é dedicado às empregadas domésticas. *Diário do Pará*, Belém, 27 abr. 2012. Caderno Belém, p. A6.

GOMES, Iaci. Dia é comemorado com sabor de vitória. *Diário do Pará*, Belém, 27 abr. 2013. Caderno Economia, p. B7.

HABERMAS, Jürgen. *Europe: the faltering project*. Cambridge: Polity Press, 2009.

HABERMAS, Jürgen. O papel da sociedade civil e da esfera pública política. In: HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, p. 57- 123.

HUANG, Huiping. Frame-Rich, Frame-Poor: an investigation of the contingent effects of media frame diversity and individual differences on audience frame diversity. *International Journal of Public Opinion Research*, v. 22, n. 1. p. 47-73, 2009.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). *Estudo do Ipea traça um perfil do trabalho doméstico no Brasil*. Publicado em 23 dez 2019. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35255&catid=10&Itemid=9](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35255&catid=10&Itemid=9). Acesso em: 08 out. 2020.

KOERICH, Bruna Rossi. Serviço doméstico no Brasil: continuidades e mudanças no perfil de trabalhadores e no amparo legal. *Anais do IV Seminário Direito, Pesquisa e Movimentos Sociais*. Curitiba, 2014.

MAIA, Rousiley C. M. Conversação cotidiana e deliberação. In: MAIA, Rousiley C. M.; GOMES, Wilson. *Comunicação e Democracia: problemas & perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008b, p. 195-220.

MAIA, Rousiley C. M. Debates públicos na mídia: enquadramentos e troca pública de razões. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 2. Brasília, jul./dez. 2009, p. 303-340.

MAIA, Rousiley C. M. *Deliberation, the media and political talk*. New York: Hampton Press, 2012.

MAIA, Rousiley C. M. Democracia deliberativa: dimensões contextuais. In: MAIA, Rousiley C. M. *Mídia e deliberação*. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2008a, p. 27-54.

MAIA, Rousiley C.M. Representação na mídia, construção de identidade e conflitos sociais: por uma abordagem teórica do Reconhecimento. In: MAIA, Rousiley C.M. *Mídia e Lutas por Reconhecimento*. São Paulo: Paulus, 2018, p. 59-86.

MENDONÇA, Ricardo; SIMÕES, Paula. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 187-201, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n79/a12.pdf>. Acesso em 10 jan. 2019.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. Uma vez “cria” sempre “cria” (?): adoção, gênero e geração na Amazônia. In: CAL, Danila; BRITO, Rosaly. *Comunicação, Gênero e Trabalho Doméstico: das reiteraões coloniais à invenção de outros possíveis*. Curitiba: CRV, 2020, p. 35-48.

MOURA, Flávia. *Trabalho escravo e mídia: olhares de trabalhadores rurais maranhenses*. São Luís: EDUFMA, 2016.

NUNES, Veríssia. Domésticas em destaque. O *Diário do Pará*, Pará, 27 abr. 2011. Caderno Belém, p. A9.

OKIN, Susan. Gênero, o público e o privado. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2. Maio 2008.

PARADIS, Clarisse; SARMENTO, Rayza. A “PEC das domésticas” e os enquadramentos midiáticos sobre o trabalho de mulheres. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 83-94, 2016.

PINHEIRO, Luana; FONTOURA, Natália; PEDROSA, Cláudia. Situação das Trabalhadoras Domésticas do País. In: Castro, Jorge; ARAÚJO, Herton (org.). *Situação Social Brasileira: monitoramento das condições de vida 2*. Brasília: IPEA, 2012, p. 81-92

PORTAL G1. Nova PEC deve aumentar a procura por diaristas. *O Liberal*, Belém, 28 mar. 2013. Caderno Dinheiro, p. 9.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Albino. *Comunicação e Política: conceitos e abordagens*. Salvador: EDUFBA, 2004, p. 74 a 104.

QUASE 90% dos domésticos não têm carteira assinada. *O Liberal*, Belém, 27 abr. 2011. Caderno Dinheiro, p. 6.

REESE, Stephen. Prologue – Framing Public Life: A Bridging Model for Media Research In: REESE, Stephen; GARDY Jr., Oscar; GRANT, August. *Framing Public Life: perspectives on media and our understanding of social world*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2003, p. 07 a 31.

ROTHBERG, Danilo. Enquadramentos midiáticos e sua influência sobre a consolidação de direitos de crianças e adolescentes. *Opin. Pública*, Campinas, v. 20, n. 3, p. 407-424, Dec. 2014.

SANTOS, Delha; PAMPLONA, Elzalina; REIS, Lucileide; SOARES, Maria Luiza; CAL, Danila. “Ainda Tem Muita Luta Pela Frente”: trabalho doméstico, direitos, política e pandemia. In: CAL, Danila; BRITO, Rosaly. *Comunicação, Gênero e Trabalho Doméstico: das reiteraões coloniais à invenção de outros possíveis*. Curitiba: CRV, 2020.

SCHWARTSMAN, Hélio. Domesticando o trabalho. *Diário do Pará*, Belém, 27 mar. 2013. Caderno Brasil, p. B2.

SÓ 10% das domésticas são legalizadas no Pará. *O Liberal*, Belém, 4 maio 2013. Caderno Dinheiro, p. 9.

SOARES, Murilo César. Representações e comunicação: uma relação em crise. *LÍBERO*, São Paulo, Ano X – nº 20, 2007.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

URBINATI, N; WARREN, M. The Concept of Representation in Contemporary Democratic Theory. *Annu. Rev. Polit. Sci.*, p. 387-412, 2008.

VIMIEIRO, A. *Cultura Pública e Aprendizado Social: a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira (1960-2008)*. Dissertação de Mestrado em Comunicação Social apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

# ATIVISMO DIGITAL, HUMOR E O QUESTIONAMENTO DE HIERARQUIAS SOCIAIS NA *FANPAGE* “VAGAS ARROMBADAS”<sup>1</sup>

*Nathália Fonseca  
Luana Laboissiere  
Danila Cal  
Raphael Carvalho*

## Introdução

A *fanpage* “Vagas Arrombadas” surgiu da iniciativa do designer Tiago Perrart e do analista de marketing Daniel Alves que, desde agosto de 2016, decidiram compilar e compartilhar no Facebook uma série de anúncios de emprego veiculados na internet. O conteúdo das vagas de trabalho exibido nas postagens possui uma característica em comum: todas elas, de alguma forma, apresentam elementos que reforçam as hierarquias sociais brasileiras por meio de expressões – ora mais explícitas, ora implícitas – de desfavorecimento de sujeitos perpassados por marcadores de gênero, raça e classe. Os responsáveis pela página criam em torno dos anúncios considerados abusivos, retirados da rede mundial de computadores, uma atmosfera cômica para denunciar a precariedade das condições de trabalho ofertadas a trabalhadores, em sua maioria mulheres. A página tem como definição: “Quanto mais engraxaralho (sic) o anúncio da vaga, mais piada será o salário”.

Investigamos, nesse trabalho, a hipótese de que essa publicização crítica dos conteúdos, ao desvelar hierarquias sociais, pode ser observada enquanto ação de ativismo político digital. De modo específico, selecionamos para análise as postagens sobre trabalho doméstico por reconhecê-lo como uma das práticas trabalhistas mais subalternizadas social e economicamente (CARNEIRO, 2015; CARNEIRO; ROCHA, 2009).

O que nos mobiliza no exame das postagens é a busca pela compreensão do caráter social dessas dinâmicas comunicativas (FRANÇA, 2007, 2016), assim como os tensionamentos e as relações de poder que podem ser inferidos a partir das postagens analisadas. Reforçamos que a investigação empreendida se insere num rol de discussões já existentes acerca do ativismo digital, entendido como ação articulada em prol de uma visão política sobre uma determinada causa mediada pelas novas tecnologias (LIEVROUW, 2011), que têm se consolidado como campo de estudos heterogêneos em diálogo com pesquisas sobre comunicação, ciência política, sociologia, educação e direito.

1 Uma versão anterior deste artigo foi publicada, em 2019, na Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos, no v. 21, n. 3.

No que concerne às abordagens, pudemos observar, por meio da revisão dos últimos cinco anos de literatura a respeito do tema, que as análises desenvolvidas contemplam pesquisas sobre o uso das *hashtags* para finalidades políticas (RECUERO, 2014), a possibilidade de desconstrução e redefinição identitária através do discurso ativista (BIONDO; SIGNORINI, 2015), a internet como um espaço de visibilidade social (BLUMLER; COLEMAN, 2017) que é ampliada no contexto das condições de possibilidades de atuação política (SILVA, 2016), em conversações políticas e nos processos (institucionais ou não) de deliberação política (MENDONÇA; PEREIRA, 2011; MENDONÇA; SAMPAIO; BARROS, 2017; MAIA, 2008a).

Com exceção dos estudos de *memes* (SANTOS; CHAGAS, 2017; GHAGAS, 2018), observamos, alicerçados no mapeamento do estado da arte, a ausência de análises das práticas políticas que tenham como foco as ações que, por intermédio de postagens de teor jocoso, publicizam discursos marcados por hierarquias sociais.

Para análise empírica, coletamos 51 postagens sobre trabalho doméstico da página “Vagas Arrombadas”, no período de 6 de setembro de 2017 a 27 de abril de 2018. Por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2011; JORGE, 2015), investigamos o teor político das publicações que oferecem a empregadas domésticas – o que inclui babás – empregos em regimes de horas abusivos e péssimos salários. Nossa análise se concentra nas legendas utilizadas pelos administradores da página sobre os anúncios no intuito de compreender de que forma eles articulam seu ativismo digital.

## **A desvalorização do trabalho doméstico como questão política**

Ao analisar as postagens da *fanpage* “Vagas Arrombadas”, buscamos investigar de que forma o seu conteúdo ajuda a denunciar, a partir do tom cômico adotado, o problema político que as perpassa, demarcando hierarquias sociais a partir do desfavorecimento de sujeitos atravessados por marcadores de gênero, raça e classe: especificamente, mulheres situadas em ocupações profissionais historicamente precarizadas – como o trabalho doméstico – são alvo do nosso interesse de pesquisa.

Entre teóricas e teóricos da política existe uma vasta bibliografia que enfoca o modo pelo qual os temas passam a ser reconhecidos como políticos – ou concernentes ao público. Dentre estas perspectivas, temos a de Held (1987) e sua conceituação da política como uma dimensão universal da vida humana, que diz respeito à capacidade que as pessoas têm de julgar, deliberar e decidir agir ou não para transformar o contexto no qual vivem. Nessa linha de raciocínio, a política se situa no cerne das questões sociais e nos modos coletivos de enfrentamento às desigualdades. Em Habermas, políticas são as questões que foram reconhecidas como tais por meio de um debate público. Assim como Habermas, Jane Mansbridge toma a interação por meio da fala como central para esse movimento de reconhecer os temas como políticos; para a autora, político é o tema que precisa ser discutido por um público. Na arguição de Mansbridge, podemos perceber que a autora compreende as conversações cotidianas como valorativas para a discussão política, tendo em vista que podem iluminar seu lugar nas disputas políticas cotidianas em relação a um processo mais amplo de formação de opinião e de vontade políticas, uma vez que também



são conversações políticas aquelas que ocorrem fora dos espaços pensados especificamente para isso – como as ágoras da Antiguidade e os parlamentos da contemporaneidade – a internet é um destes espaços; retomaremos essa discussão no tópico sobre o ativismo digital.

O trabalho doméstico, mesmo sendo realizado dentro das residências, é uma atividade marcada pela divisão sexual do trabalho, segundo a qual caberia à mulher os cuidados com a casa e a família (BIROLI, 2013). Sobre esse tema, Hirata e Kergoat (2007) afirmam duas possíveis linhas de compreensão:

Trata-se, de um lado, de uma aceção sociográfica: estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e se analisa como ela se associa à divisão desigal do trabalho doméstico entre os sexos (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 596).

A desvalorização do trabalho feminino, agravada quando se trata de trabalho doméstico, é fruto de uma gama de fatores que compreende desde a noção que percebe a mulher como pertencente ao privado, transpassado pela divisão sexual do trabalho, e refletido em suas condições empregatícias. Além disso, o trabalho doméstico apresenta raízes históricas e culturais que sustentam uma lógica de servidão a partir da qual uns poucos podem ser servidos enquanto outros devem servi-los. Essa herança escravagista participa das nossas interações sociais e alimenta práticas de desigualdade (BIROLI, 2013).

Tomar essas noções como ponto de partida conduz-nos a uma articulação necessária entre a desvalorização do trabalho feminino – em uma perspectiva mais ampla – e a do trabalho doméstico, de maneira mais específica. Rago (1997) afirma que a desvalorização do trabalho feminino – no contexto da consolidação da divisão sexual do trabalho – se deu por conta dos espaços ocupados pelas mulheres:

O campo de atuação da mulher fora do lar circunscreveu-se ao de ajudante, assistente, ou seja, a uma função de subordinação a um chefe masculino em atividades que as colocaram desde sempre à margem de qualquer processo decisório. No caso da operária, mesmo num ramo onde sua participação era enorme, como o têxtil, as alternativas de ocupação para os homens eram maiores. Enquanto eles estavam presentes em quase todas as atividades ocupadas pelas mulheres, como a costura de sacos ou nas maçoarqueiras, vários trabalhos eram interditados a elas, principalmente os cargos de chefia (RAGO, 1997, p. 65).

A consolidação destes espaços, nomeados por Bruschini e Lombardi (2001) de “guetos profissionais femininos”, colabora com a compreensão dos anúncios como iluminadores dessa questão política – por afetarem uma parcela da sociedade, uma coletividade – e parte da consciência que a desvalorização das trabalhadoras domésticas possui uma raiz histórica baseada em relações de poder que são atravessadas por questões de gênero, mas que não se findam nelas.

A politização da desvalorização do trabalho doméstico, dessa forma, é perpassada tanto pelas questões de gênero quanto por aspectos ligados à formação social do Brasil, como raça e classe. Na perspectiva de gênero, ancoramo-nos na compreensão de um movimento

histórico que, a partir da consolidação de novas formas de produção, estabeleceu o privado como um espaço “feminino” e o trabalho doméstico como “menos produtivo”.

A reconfiguração do que seria percebido como trabalho “produtivo” – que passa a ser aquele que gera lucro – marca a mudança da valoração social da mulher. A emergência das propriedades privadas cria condição de possibilidade para que os homens se apropriem de bens materiais e estabelece a divisão sexual do trabalho, o que reduz a mulher ao cuidado e à reprodução (SOUSA; GUEDES, 2016). Detentora do poder agregado ao capital econômico, a figura masculina passa a determinar a organização familiar, o que implica uma atribuição desigual de valores para atividades sociais diferentes. Esse é um argumento amplamente utilizado pelos movimentos feministas para compreender as raízes da desvalorização do trabalho realizado pela mulher no âmbito doméstico. Não obstante os anúncios de emprego postados por “Vagas Arrombadas” fazerem referência ao trabalho doméstico remunerado – o que equaciona questões de gênero e relações trabalhistas que não deixam de ser atravessadas por questões de raça e classe – haja vista que, no Brasil, o trabalho doméstico é exercido sobretudo por mulheres negras ou pardas. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicada em 2011, enquanto 12% das mulheres brancas no mercado de trabalho são trabalhadoras domésticas, essa porcentagem sobe para 21,8% quando se trata de mulheres negras.

Deslocada para esse prisma, a desvalorização das profissões ligadas ao espaço doméstico não pode ser compreendida apenas pelas relações de gênero, mas também pela compreensão sobre quais mulheres têm, historicamente, ocupado estes espaços, e suas relações com a subalternização de uma parcela da sociedade (CARNEIRO, 2015; CARNEIRO; ROCHA, 2009).

Retomando as perspectivas de Held, Habermas e Mansbridge, a desvalorização do trabalho doméstico pode ser reconhecida como uma questão política, pois (i) em Held, a política deve se preocupar com as desigualdades sociais, que são iluminadas pelas relações de gênero e subalternização às quais as trabalhadoras são submetidas; (ii) em Mansbridge, a política deve ser alargada para que abarque temas que não emergem na cena pública, como é o caso do trabalho doméstico; (iii) e em Habermas, a desvalorização do trabalho doméstico passa a ser reconhecida por meio da discussão pública que reconheceu essa questão como política – consolidada no Brasil com a Proposta de Emenda Constitucional que enfoca os direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas, a “PEC das Domésticas” (PEC 66/2012). Dentro das três perspectivas podemos perceber a existência de relações de poder permeando a questão da desvalorização do trabalho doméstico.

Como, em nossa empiria, quem se posiciona contra os anúncios de trabalho em condição de precariedade não são os sujeitos atravessados por essa precarização, utilizaremos a visada que parte das ações de advocacy, uma vez que este tipo de ação visa publicizar a precariedade das vagas ofertadas para, por meio do tom irônico adotado pelos administradores da página, iluminar o quão abusivas elas são, objetivando alcançar uma sensibilização acerca do tema, ou pelo menos a aclarar como essas vagas refletem as desigualdades sociais naturalizadas no país.

A politização do trabalho doméstico também é discutida por Silvia Frederici (2018). De acordo com a autora, para a compreensão política do mesmo, é necessário investimento em um olhar sensível ao papel das mulheres na sociedade capitalista, não enfocando

exclusivamente a importância do pagamento ao serviço doméstico, mas também os reflexos desse na vida e no poder social das mulheres, ou seja, “o salário para o trabalho doméstico não é apenas uma perspectiva revolucionária, mas a única perspectiva revolucionária do ponto de vista feminista” (FREDERICI, 2018, p. 41).

A partir da perspectiva de Federici (2018), vislumbramos uma questão ainda mais profunda e relacionada ao trabalho doméstico: o pano de fundo moral que define as mulheres como sujeitos “habilitados” a desenvolver o trabalho doméstico, as hierarquias sociais que essa condição desvela e a forma pela qual isso reflete na remuneração do trabalho doméstico.

Deslocando o olhar para as relações entre trabalho e política que emergem no ambiente “.com”, Overeem e Anning (2017) demarcam que nele trabalhadores têm a) encontrado maior liberdade para associar-se, construindo um “nós” que mobiliza ações de barganha, b) levantado bandeiras contra formas de trabalho compulsório, c) combatido o trabalho infantil e c) reivindicado a eliminação de qualquer forma de discriminação nas relações de trabalho. Nesse sentido, nossa pesquisa dialoga com a perspectiva das autoras ao buscar ampliar o olhar lançado por elas para o trabalho doméstico, buscando compreender de que forma o desvelamento de hierarquias sociais nas vagas ofertadas pode ser compreendido como uma forma de ativismo digital.

## Notas sobre o Ativismo Digital

Dentre as mudanças acarretadas pela inserção das (já nem tão) novas tecnologias nas relações sociais está a possibilidade de atuação política por meio da internet. Ela tem sido percebida, ao menos nas últimas duas décadas, como uma ferramenta revolucionária no que concerne ao nivelamento e à reconfiguração do ativismo (MAIA *et al.*, 2016; SCHRADIE, 2019), especialmente após a emergência dos Sites de Redes Sociais (SRSs) (RECUERO, 2014). Neste cenário, inúmeros trabalhos têm se debruçado sobre seu uso, de formas plurais; dentre tantas, destacamos a internet como ferramenta para: (a) organização de protestos (CASTELLS, 2013), (b) fomento da democracia digital e deliberação on-line (GOMES, 2005; MENDONÇA; PEREIRA, 2011), e (c) como seu uso para publicização de questões.

O enfoque da internet e dos SRSs como arenas políticas se esteia, em grande medida, na abordagem de esfera pública como ambiente comunicacional no qual se processam as discussões públicas. Desde a proposição inicial de Habermas, na década de 1960, passando pelas revisões e complementações que o próprio autor fez ao conceito (HABERMAS, 2003; 2009) e trabalhando com comentadores, críticos e revisores desse (GOMES, 2008; PAPA-CHARISSI, 2009; DAHLGREN, OLSSON, 2007; MAIA, 2008a; MAIA, 2012; SCHÄFFER, 2015; MENDONÇA; SAMPAIO; BARROS, 2017), podemos dizer que os autores reconhecem o potencial político dos debates que ocorrem nos ambientes da internet, assim como destacam suas limitações. No entanto, é fundamental reconhecer que analisar os espaços comunicacionais digitais como aqueles que compõem a esfera pública não significa aplicar os fundamentos normativos da teoria deliberativa e da noção de esfera pública, e sim – como diferentes autores vêm fazendo – buscar compreender como se processam

discussões públicas e trocas simbólicas nas mídias digitais e quais suas implicações e consequências políticas.

Para Klang e Madison (2016), o ativismo praticado no ambiente virtual possui características de desobediência civil posto que, pela via de atos organizados pretende, de alguma forma, causar uma mudança social.

Em uma sociedade democrática, o objetivo do ativismo é de persuasão. Desde os movimentos de direitos civis de atos desobediência civil até campanhas on-line nas mídias sociais centradas na conscientização de tópicos de demanda pública, o objetivo dos ativistas é persuadir o maior número possível de pessoas a se unirem à sua causa na criação de alguma mudança social específica (KLANG; MADISON, 2016, s/p).

Com essa finalidade bem demarcada sobre a função desempenhada pelo ativismo digital, entendemos que a desobediência civil tem um papel fundamental na organização dos cidadãos em relação a temas controversos. Segundo Klang e Madison (2016), a desobediência civil é uma ação de caráter político, não violento e que infringe a lei – considerada injusta – com a perspectiva de mudá-la.

Mesmo com as barreiras das regulações – sejam governamentais ou das próprias plataformas – que seriam impedimentos às ações de ativismo, os autores defendem que ainda há possibilidade de mobilização nas redes digitais. Como exemplo, os pesquisadores citam o caso de 2008-2009 em que usuários do Facebook identificaram nudez em fotos de amamentação, e logo as fotos foram retiradas da rede social. Como forma de resistência e desobediência às normas em uma espécie de “efeito cascata”, mais de 80 mil mulheres postaram fotos amamentando, subvertendo as regras da plataforma.

Van Laer e Van Aelst (2009) argumentam que existem duas formas de compreender a participação da internet nos movimentos sociais: uma ferramenta de apoio aos movimentos ou como uma base de manifestação. Para os autores, tais distinções são fundamentais para compreensão dessa modalidade de ativismo e as dividem entre as ações que, segundo eles, pouco demandam dos cidadãos e aquelas que requerem maior envolvimento, como as petições on-line e até as ações hackers.

Na mesma linha de segmentação entre as mobilizações digitais realizadas por movimentos sociais tradicionais e aquelas que emergem e se sustentam na rede, Maia *et al.* (2016) demarca que, na contemporaneidade, os SRSs e a internet encontram-se no cerne das mobilizações políticas. No entanto, há certo ceticismo no que tange à possibilidade de generalização acerca das formas de ação e associação que ocorrem nesses ambientes, haja vista a pluralidade de atores coletivos que podem envolver-se. Como forma de lidar com essa questão, a autora aponta a necessidade de diferenciação entre a estrutura dos SRSs e a lógica organizacional dos movimentos sociais, assim como um olhar sensível à dimensão de construção da “semântica coletiva”, ou seja, dos diferentes “nós” – no sentido da associação entre as pessoas – que se configuram nas ações coletivas observadas no universo “.com”.

Ainda de acordo com a autora

A questão-chave é, portanto, diferenciar conceitualmente as identificações coletivas e a maneira através da qual os ativistas respondem às condições sociais, aos eventos e às

oportunidades, especialmente através da internet e dos Sites de Redes Sociais (MAIA *et al.*, 2016, p. 48).

Dessa forma, com base na premissa de que os usos sociais das tecnologias emergem da combinação entre as oportunidades para ação e as formas inovadoras desenvolvidas pelos ativistas para tanto, é possível identificar três formas mais recorrentes de uso dos SRSs e da internet: a) organizações internas de ação coletiva e mobilização, que podem ser exemplificadas nas insurreições do início dos anos 2010; b) produção de visibilidade e fornecimento de informações, o que compreendemos como, por exemplo, as atuações feministas que buscam tematizar questões percebidas como tabus para a sociedade, em via de desestabilizá-los por meio da discussão de suas raízes e de como podem causar danos à vida das mulheres; e, por fim, c) a resignificação de conteúdos, movimento recorrentemente realizado através da criação e do uso de memes (CHAGAS *et al.*, 2017; CHAGAS, 2018)

Para além do olhar que divide as ações políticas entre as que requerem maior/menor engajamento, consideramos relevantes aquelas que, situadas no grupo de ações que utilizam a internet como base, instrumentalizam este média para publicizar questões que se manifestam no cotidiano, atuando não apenas nos termos habermasianos por meio da transposição daquele tema para a esfera pública virtual (MAIA, 2008) – ou interconectada (BENKLER, 2006) – mas, segundo a concepção de Mansbridge, criando condição de possibilidade para conversações políticas que podem, inclusive, promover a construção de novas gramáticas morais, em contrapartida às que anteriormente haviam configurado as relações de poder que afetaram o grupo.

No rol das pesquisas que percebemos como atuantes nesse campo, temos o uso de *hashtags* (RECUERO, 2014), que no Brasil têm sido amplamente utilizadas no combate a diversas formas de violência que já haviam sido incorporadas às gramáticas sociais da sociedade brasileira, como o racismo (SANTOS, 2014), a homofobia (BASTOS *et al.*, 2017) e o assédio cometido contra mulheres (DEPEXE *et al.*, 2017) nos espaços públicos e privados, entre outros temas.

As gramáticas morais também afetam a construção identitária dos sujeitos, e em contrapartida a isso, algumas investigações comprovam que a internet tem sido utilizada como um espaço de desconstrução e redefinição identitária (BIONDO; SIGNORINI, 2015) que, através do discurso, iluminam a forma como a socialização pode afetar os sujeitos negativamente e propõem modos de subversão das lógicas que foram apreendidas.

O ativismo praticado na internet também colabora para a visibilidade social (BLUMLER; COLEMAN, 2017) de sujeitos “outros” ao tecido social, aqueles sujeitos subalternizados, silenciados, apagados, contudo, que emergem na internet com suas próprias vozes ou pelas vozes de pares.

Baseados no mapeamento da literatura, pudemos observar que a rede mundial de computadores também tem sido utilizada como um espaço de tensionamento das antigas e construção de novas gramáticas morais. E, em um retorno a Van Laer e Van Aelst (2009), não compreendemos a esfera moral como um trabalho menos árduo.

No objeto sobre o qual nos debruçamos – as legendas de cunho sarcástico utilizadas pelos administradores de “Vagas Arrombadas” – a cotidianidade se expressa por meio dos anúncios de empregos que, de fato, não são percebidos pelos anunciantes como abusivos.

O tom cômico dado pelos editores por meio das legendas – e reforçado pelo próprio nome dado à página – revela uma maneira específica de utilizar o humor, na internet, como recurso político.

A interlocução entre humor e política no ambiente on-line é recorrentemente utilizada em estudos sobre memes (CHAGAS *et al.*, 2017; CHAGAS, 2018). No que concerne às investigações desenvolvidas por Chagas (2018), e Chagas, Freire, Rios e Magalhães (2017), o foco se situa na política eleitoral, na qual as redes sociais são percebidas como um espaço de estratégia de campanha, e o humor político que emerge dos memes se revela uma ferramenta que contribui

Para a criação e a consolidação de uma teia de significados compartilhados, que absorve e ressignifica conteúdos da cultura popular. Assim, ele atua como válvula de escape para momentos de tensão, fortalece laços de solidariedade e torna o aprendizado mais divertido, além de persuadir e, até mesmo, infundir ações coletivas (CHAGAS *et al.*, 2017, p. 178).

O humor do qual os autores tratam é utilizado para inserir o cidadão nos processos de participação aos quais ele é requerido por meio da utilização de elementos da cultura popular; defendem ainda que as análises que se direcionam para o humor político permitem observar de que forma os códigos sociais têm sido utilizados pela sociedade, isso porque, citando Halfeld (2013), argumentam que “o sentido humorístico é estabelecido como efeito da interação social” (CHAGAS *et al.*, 2017).

Com base em nosso referencial teórico, percebemos uma possibilidade de colaboração com o campo do humor político na internet, deslocando-o da política eleitoral para a política que se manifesta no cotidiano. O diferencial de nosso trabalho se situa no fato de analisarmos essa manifestação de contestação às gramáticas morais vigentes por meio da publicização do quão cômicos são os anúncios de empregos destinados às trabalhadoras domésticas. Dessa forma, nossa investigação busca compreender de que maneira se configura o ativismo digital empreendido em “Vagas Arrombadas”.

No entanto, é imprescindível demarcar que a internet não pode ser percebida unilateralmente, como uma arena livre dos constrangimentos alimentados nas interações sociais. Na face oposta da moeda das possibilidades do ativismo digital, situam-se os últimos acontecimentos políticos e seus resultados atravessados pelos usos da internet. No Brasil, a eleição de Jair Bolsonaro foi marcada pela onda de desinformação propagada por intermédio do aplicativo de mensagens WhatsApp, que buscou legitimar retrocessos em diversos âmbitos sociais (SOLANO, 2019); movimento semelhante ao observado no pleito estadunidense, que elegeu Donald Trump como presidente. Anteriormente estimadas pela democracia digital, plataformas como o Facebook e o Twitter passaram a ser utilizadas para o contrário de seu papel anterior, circulando *fake news* (SCHRADIE, 2019) e servindo como espaço de encontro para promoção de discursos de ódio e uso indevido de dados.

Preocupações sobre privacidade se multiplicam enquanto crescem as revelações acerca de como algumas empresas podem estar coletando dados de mídias sociais para manipular eleitores [...]. Assédio, especialmente de mulheres, parece interminável. Terroristas se



voltam para as mídias sociais para propagar propaganda violenta (SCHRADIE, 2019, p. 10).

Por se tratarem de um espaço utilizado a partir da relação entre as possibilidades que oferece e a criatividade de quem a usa (MAIA *et al.*, 2016), a internet e os SRSs acabam por se tornar, também, espaços nos quais a violência se perpetua por meio da difusão de discursos de ódio (MATHEW *et al.*, 2019) e desrespeitos (MAIA; REZENDE, 2018) se manifestam. A relação entre a política e a internet também tem sido abordada a partir de outras perspectivas, como o uso das mídias digitais para realização de campanhas negativas – ou ataques – entre candidatos a cargos políticos (ROSSINI *et al.*, 2018).

## Procedimentos metodológicos

Com o propósito de responder à questão-problema que mobiliza nossa investigação – que visa a compreender de que forma a ação realizada na *fanpage* sob estudo pode ser configurada como prática de ativismo político digital – retomamos aqui as etapas do percurso metodológico que tornaram viável sua execução.

Inicialmente, fizemos a aproximação com o material empírico no segundo semestre de 2017, quando observamos, dentre uma série de anúncios voltados a trabalhadores e trabalhadoras das mais diversas áreas de atuação, que as vagas que apresentavam as condições mais degradantes eram exatamente aquelas que se dirigiam a mulheres, em especial babás e empregadas domésticas, definindo o alvo da atenção de nossa pesquisa. A partir da pesquisa exploratória a qual nos revelou “achados” preliminares, e buscando também melhor sistematização dos dados coletados, optamos pela análise de conteúdo, método consagrado por Bardin (2011) que, dentre outras possibilidades, apresenta função heurística, posto que “[...] enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão à descoberta [...]” (BARDIN, 2011, p. 30). Ela pode ser descrita como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas das mensagens (BARDIN, 2011, p. 17).

Embasados na abordagem de Bardin (2011), investimos na análise de conteúdo por se tratar de um método profícuo para o estudo das comunicações, especialmente no que se refere a textos escritos, como é o caso de nosso objeto empírico. E além disso, a AC é dotada de flexibilidade, podendo ser usada tanto em pesquisas qualitativas e quantitativas, conforme esclarece Jorge (2015). Dessa forma, no que concerne ao nosso movimento metodológico, definimos que a conduta adotada abarcaria um procedimento que nos permitisse identificar recorrências, categorizá-las em grupos menores para, depois, reagrupá-las de modo a construir sentido sobre a questão que estamos investigando.

Feito isso, demos seguimento à etapa de coleta, selecionando as postagens de anúncios de emprego no trabalho doméstico, no período de 6 de setembro de 2017 a 27 de abril de 2018. Reunimos 51 postagens, sendo 19 com anúncio de vaga para babá e outras 32



referentes à vaga de empregada doméstica. Para realizar a análise de conteúdo, elaboramos um livro de códigos contendo as seguintes variáveis:

**Figura 1 – Livro de códigos**

FICHA PARA ANÁLISE DAS LEGENDAS
V1. Data do post
V1.1 Data da coleta
V1.2 Nome do responsável pelo cadastro
V2. Quantidade total de reações
V3. Quantidade de compartilhamentos
V4. Características da legenda
V4.0 Não foi possível identificar
V4.1 Sinais de pontuação somente
V4.2 Letras em caixa alta
V4.3 Trechos dos anúncios em caixa alta
V4.4 Texto em que os administradores se colocam como editores
V4.5 Texto dos administradores entre aspas
V4.6 Risadas
V5. Tipo de legenda
V5.1 Legenda que são recortes dos anúncios
V5.2 Legendas com textos escritos pelos administradores da página
V5.3 Legendas com recortes dos anúncios e texto de autoria dos administradores
V6. Linguagem utilizada
V6.0 Não foi possível identificar
V6.1 Ironia/humor
V6.2 Referência a memes, emojis e outras expressões das redes sociais online
V6.3 Interação com o público
V6.4 Faz referências sexuais
V6.5 Faz paráfrase de trecho do anúncio
V6.6 Outros
V7. Tipo de denúncia/crítica realizada:
V7.0 Não apresenta denúncia
V7.1 Crítica longas jornadas e o acúmulo de funções
V7.2 Crítica pagamento inferior ou inconsistente com as atividades realizadas
V7.3 Crítica apelo à necessidade financeira
V7.4 Crítica referências/exigências relacionadas ao corpo do trabalhador/trabalhadora
V7.5 Crítica divisão sexual do trabalho
V7.6 Crítica sexismo/machismo
V7.7 Crítica sem especificar o quê
V8. Sobre o anúncio, é possível identificar o sexo do autor?
V8.0 Não
V8.1 Feminino
V8.2 Masculino
V9. Qual o foco do anúncio de emprego:
V9.0 Não foi possível identificar
V9.1 Contratar babá
V9.2 Contratar trabalhadora doméstica (geral)
V9.3 Contratar diarista
V9.4 Contratar faxineira
V9.5 Contratar cozinheira
V9.6 Outros
V10. O anúncio pede que os trabalhadores sejam do sexo masculino ou feminino? Considerar flexão de gênero nas palavras utilizadas no anúncio.
V10.0 Não foi possível identificar
V10.1 Masculino
V10.2 Feminino

Fonte: Autoria própria.

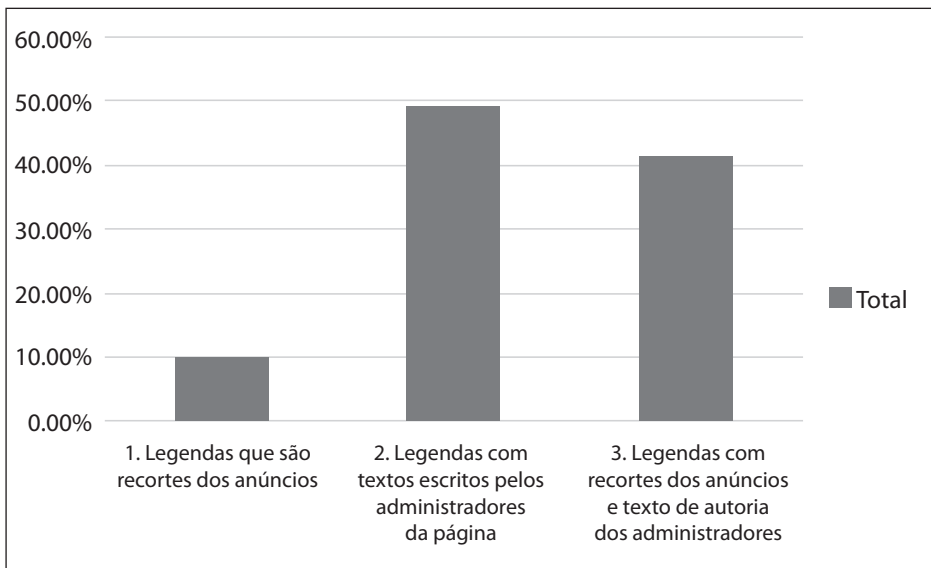
Posteriormente, criamos um formulário com o auxílio da plataforma on-line Google Forms, no qual lançamos a totalidade das informações observáveis nos anúncios selecionados, preenchendo todos os itens de acordo com cada legenda de anúncio. Concluída essa etapa, os dados gerados foram sistematizados por meio do Excel, para dar continuidade às

etapas de tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação destes, como preconiza Bardin (2011).

## Resultados

Os 51 posts analisados representaram um total bruto de 93.525 reações e 16.771 compartilhamentos. Todas as postagens foram construídas em cima de anúncios de emprego e continham um posicionamento dos editores/administradores da página, ao qual nós chamamos de legenda, considerando que fazem o trabalho de “orientar” a leitura do anúncio compartilhado.

**Figura 2 – Tipo de legenda**



Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação aos tipos de legenda, a principal ocorrência foi de (1) textos de autoria dos próprios administradores da página (49,02% do total de posts), seguida por (2) legendas que continham tanto trechos do anúncio divulgado quanto dos próprios administradores da página (41,18%). Em apenas 9,8% das ocorrências, (3) as legendas eram compostas somente por trechos do anúncio reproduzidos.

Nos tipos 2 e 3, a principal característica das legendas era que faziam referência ao próprio trabalho de edição dos anúncios feitos pelos administradores (52,94%), seguida por legendas que continham outros tipos de texto criados por eles próprios (29,41%).

Sobre os compartilhamentos, podemos dizer que legendas do tipo 3, que reúnem tanto trechos dos anúncios quanto comentários dos administradores, foram as mais compartilhadas, correspondendo a 51,18% do total de compartilhamentos. Em segundo lugar,

ficaram as legendas do tipo 1, com 31,52% e, em terceiro, as do tipo 2 com 17,30%. Quanto às reações, o cenário é relativamente distinto: os tipos que estimularam mais reações foram o 2 e o 3, com 41,25% e 43,46% do total de reações respectivamente.

O modo de uso da linguagem que estimulou maior engajamento na *fanpage* foi a utilização de paráfrase, quando o post da página utiliza um trecho do anúncio para, ao modificá-lo, fazer uma crítica. Postagens com uso de paráfrase foram responsáveis por 61,2% do total de reações e 84,64% do total de compartilhamentos.

Em relação à natureza da crítica realizada pela legenda, 43,14% não especificaram qual o objeto da crítica, 27,45% criticaram pagamento inferior ou incompatível com as atividades a serem realizadas – inclusive o não pagamento de passagem de ônibus, 11,76% criticaram longas jornadas e o acúmulo de funções solicitados pelos anúncios, 9,80% criticaram referências/exigências relacionadas ao corpo ou à higiene da trabalhadora, 3,92% criticaram o apelo à necessidade financeira das pessoas como motivo para aceitar qualquer trabalho. Uma postagem não apresentou denúncia e apenas uma fez crítica ao machismo ou ao sexismo. Interessante notar que as postagens com críticas relacionadas ao corpo ou à higiene da trabalhadora foram as que geraram mais compartilhamentos (31,7%), seguida por críticas relacionadas ao pagamento inferior (28,93%).

A maioria dos anúncios publicados criticamente na página estudada buscava contratar uma babá (41,18%). Em 25,49% dos casos, o objetivo era contratar uma trabalhadora doméstica no geral, mas encontramos também menções a diarista (7,84%) e faxineira (9,80%). Contudo, o mais nos chamou atenção nesse aspecto foram os anúncios que relacionam o trabalho doméstico a relacionamentos como namoro ou mesmo sexo de modo explícito ou implícito (15,68% dos anúncios postados). Nesse último caso, as críticas que as legendas da *fanpage* endereçam a esses anúncios são gerais e sem especificação baseadas, principalmente, no uso de memes, emojis e outras expressões típicas das redes sociais on-line.

## Discussão

Sob a perspectiva da produção, as principais intervenções nos anúncios de emprego sobre o trabalho doméstico publicados na *fanpage* analisada se referem a legendas com textos dos editores da página em que eles fazem referência ao próprio trabalho de edição dos anúncios, como, por exemplo, quando escrevem “Não sabemos nem legendar essa (4.10.2017)”. A expressiva maioria das legendas representa um gesto crítico a respeito do anúncio postado, mas em boa parte do material (43,14%) não há especificação de qual o conteúdo da crítica. A principal linguagem dessa crítica, que aparece carregada de ironia e humor, é a paráfrase quando trechos dos anúncios são modificados para criticá-los, como, por exemplo, “Contato por inbox ou pelo email SINHÁ@HOTMAIL.COM somente pessoas que se enquadra nesse perfil (11.09.2017)”, ou ainda, quando utilizam o texto do anúncio com destaques: “‘Trazer exame médico atestando que NÃO está grávida’ / ‘Caso não seja possível, deverá realizar um simples teste de farmácia PRESENCIALMENTE’ (5.04.2018)”.

No tocante à perspectiva do engajamento, as postagens que receberam maior número de compartilhamentos foram as que traziam tanto trechos dos anúncios, quanto comentários dos editores, como em “Babá 12h por dia + fazer comida pro marido, oferecendo 250 por mês e a ‘loka’ achou pouco gente olha só que absurdo né?? (28.02.2018)”. Paráfrase também foi a linguagem que despertou mais reações do público com curtidas e compartilhamentos. Quanto ao tipo de crítica, geraram mais compartilhamentos os posts que faziam referência ao corpo ou à higiene da trabalhadora, como em “PROCURO EMPREGADA QUE GOSTE DE TOMAR BANHO (PORQUE A ÚLTIMA NÃO GOSTAVA) (11.09.2017)”, ou ainda sobre baixo pagamento pelo serviço.

Em um retorno a Klang e Madison (2016) não encontramos, entre as postagens analisadas, indícios de desobediência civil. Ao observar o movimento realizado pelos administradores da página ao legendarem cada um dos anúncios de emprego, compreendemo-lo como uma “desobediência moral” àquela vigente no discurso do anúncio, pois ao deslocarem de um anúncio real para uma publicação em uma página de humor, os editores desestabilizam as gramáticas morais que regem aqueles anúncios e desvelam como chegam a ser cômicos os modos como as desigualdades sociais são tratadas como “naturais” por quem anuncia as vagas.

Nesse sentido, os resultados obtidos por meio da análise de conteúdo apontam para uma forma de ativismo digital que se pauta, de acordo com Maia *et al.* (2016) na resignificação de conteúdo. Compreendemos que as formas de resignificação do conteúdo dos anúncios veiculados em “Vagas Arrombadas” podem ser identificadas nas legendas utilizadas pelos administradores da página para reenquadrar os anúncios abusivos.

A resignificação dos conteúdos de anúncios relativos ao trabalho doméstico mobilizada pelos editores da *fanpage* foi realizada de três formas principais, são elas: (1) por meio de legendas de autoria própria, (2) por meio de legendas que estabeleçam diálogo entre trechos do anúncio e textos dos administradores e (3) por meio de legendas que apenas reproduziam os anúncios.

No caso 1, que pode ser observado em legendas como “procuo alguém que pause toda sua vida para cuidar do meu filho. Salário: a combinar” (6.02.2017), podemos perceber claramente a mobilização de um tom sarcástico para resignificar o conteúdo do anúncio, haja vista que o movimento realizado pelos administradores – a saber, de interpretar o anúncio em questão – pode ser entendido como o reflexo claro da subjugação e desvalorização do trabalho doméstico discutido por Rago (1997). Ainda no caso 1, identificamos também legendas como “ah, meu!” utilizadas para expressar o descontentamento dos administradores com a precariedade do anúncio – que, especificamente nesse, trata de uma vaga para trabalhar de 8h às 12h, de segunda a sexta-feira, por R\$150,00 mensais. Apesar de ambas as legendas serem enquadradas na categoria “autoria própria”, pudemos perceber que mesmo essa categoria se mostra plural, e que análises futuras devem debruçar-se sobre as nuances desta pluralidade.

Em relação ao caso 2, no qual as legendas eram compostas por trechos do anúncio e textos dos administradores, como por exemplo: “30 reais a diária com transporte já incluso /KKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKK” (10.09.2017)”, “BABÁ AUXILIAR DE COBRANÇA / no período da manhã cuidar de um bebê de 10 meses no ambiente de trabalho da mãe e no período da tarde fazer cobrança para a empresa, ligação de cobrança e

negociação’ / ah não” (14.12.2017). No primeiro exemplo, podemos observar o reenquadramento do anúncio com um teor cômico, haja vista que “kkkkkkkkk” representa uma linguagem de risada nos SRSs. Essa linguagem é recorrentemente utilizada nos memes de internet. Já no segundo texto, os administradores expressam mais uma vez a descrença diante de tal anúncio que oferecia um salário (baixo) para duas funções distintas.

Já no caso 3, das legendas que eram compostas apenas por trechos dos anúncios, percebemos o uso de letras em caixa alta para destacar o quão insensato era o conteúdo do anúncio replicado. Manifestando-se em legendas como “100 / REAIS / POR / MÊS” (12.09.2017), “é importante morar perto, pois não tenho como custear passagem” (14.11.2017), e ainda “Babá / das 13h às 22h30 / 01 folga na semana e 01 domingo no mês / RS 550,00” (23.11.2017). Embora os anúncios mobilizem a resignificação de conteúdos para reenquadrar os anúncios de “comuns” para “abusivos”, percebemos o teor da crítica como pouco produtivo do ponto de vista da discussão dos motivos pelos quais os anúncios são abusivos, ou mesmo no apontamento das estruturas que os subsidiam.

Nesse sentido, os resultados alcançados nos inquietam no sentido de buscar compreender, em trabalhos futuros, os processos de reiteração das próprias hierarquias sociais nas legendas de “Vagas Arrombadas” em via de compreender mais profundamente se os administradores mobilizam estereótipos e reforçam preconceitos em suas publicações.

## Conclusões

Com base nos resultados encontrados, ao retomarmos a hipótese que norteia nosso trabalho, podemos dizer que ocorre uma publicização crítica dos conteúdos dos anúncios de trabalho doméstico por meio de processos de reenquadramento (MENDONÇA; SIMÕES, 2012) de um anúncio abusivo para uma prática questionadora de um pano de fundo social e moral que alimenta as explorações relacionadas ao trabalho infantil doméstico (CAL, 2017). Mas esse tipo de ação se configura como ativismo?

Ao pensar na dinâmica dessas relações a partir do ambiente on-line, Recuero (2006) defende que, diante das novas possibilidades interativas proporcionadas pelas redes sociais, alguns elementos nela presentes, como o conflito e a cooperação, persistem de outra forma, embora tensionados pelas relações sociais já estruturadas por meio da história, da cultura e da política, por exemplo – ainda que não sejam relações “fixas”, haja vista que as relações de dominação, dadas as potencialidades de um determinado ambiente, podem ser convertidas em ações de advocacy. Entendemos ser o caso das postagens aqui analisadas, quando os administradores da página se propõem, a partir da observação das hierarquias sociais explicitadas nos anúncios de emprego, a denunciá-las por meio de uma prática comunicativa, configurando uma ação política e, de certa forma, ativista. Refere-se a um ativismo que ocorre no ambiente das redes sociais on-line, porém, que traz repercussões em relação aos modos como são problematizados problemas e questões sociais.

Nesse sentido, é inegável a possibilidade que a *fanpage* “Vagas arrombadas” contempla de gerar visibilidade para modos cotidianos de exploração tão inscritos socialmente que fazem com que as pessoas que solicitem trabalhadoras domésticas não se constringam ao publicar anúncios abusivos. Ao se valer do recurso da ironia, da paráfrase, “Vagas

Arrombadas” se propõe a desvelar essas relações de poder que subjazem os anúncios, usando uma linguagem própria das interações nas redes sociais on-line. Contudo, permanece a questão: será que o ativismo que eles praticam busca persuadir o maior número possível de pessoas a se unirem à sua causa na criação de alguma mudança social específica, como definem Klang e Madison (2016)?

Apesar de reconhecermos as vantagens da atuação da página para o questionamento de hierarquias e padrões opressivos, é fundamental destacar o limite da crítica que é feita. Essas fronteiras ficam claras quando a maioria das legendas, por exemplo, não especifica o problema do anúncio ou quando se o anúncio relaciona trabalho doméstico com a busca por uma “companheira”, uma “esposa” ou uma “parceria de sexo” porque, nesse último caso, não há a crítica a essas questões especificamente, que permanecem silenciadas e que marcam a história do Brasil desde o período da escravidão. Percebemos, então, uma ênfase e uma maior facilidade em criticar ofertas injustas de pagamento e as longas jornadas do que questões de gênero, como a divisão sexual do trabalho e a objetificação da mulher.

## Referências

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. ed. 6. São Paulo: Edições 70, 2011, 280p.
- BASTOS, Gustavo Grandini; GARCIA, Dantielli Assumpção; SOUSA, Lucília Maria Abrahão. A homofobia em discurso: direitos humanos em circulação. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 17, n. 1, p. 11-24, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ld/v17n1/1518-7632-ld-17-01-00011.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.
- BENKLER, Yochai. *The wealth of networks: How social production transforms markets and freedom*. Connecticut: Yale University Press, 2006.
- BIONDO, Fabiana Poças; SIGNORINI, Inês. (Re) definições e (des) construções identitárias em comunidades ativistas do Facebook: contribuições das epistemologias pós-feminista e queer. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 31, n. SPE, p. 169-197, 2015. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-44502015000300008](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502015000300008). Acesso em: 30 set. 2020.
- BIROLI, Flávia. Agentes imperfeitas: contribuições do feminismo para a análise da relação entre autonomia, preferências e democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 9, p. 07-38, 2012. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522012000300001&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522012000300001&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 31 set. 2020.
- BLUMLER, Jay; COLEMAN, Stephen. A democracia e a mídia – Revisitadas. *Compólitica*, v. 7, n. 2, p. 7-34, 2017. Disponível em: <http://www.compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/119/123>. Acesso em: 30 set. 2020.
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. *Cadernos pagu*, n. 17-18, p. 157-196, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a07.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.

CAL, Danila Gentil Rodriguez. *Comunicação e Trabalho Infantil Doméstico*: política, poder, resistências. 1 ed, EDUFBA/Compós, 2016.

CARNEIRO, Maria Tereza; ROCHA, Emerson. Do fundo do buraco: o drama social das empregadas domésticas. In: SOUZA, Jessé (org.). *A ralé brasileira*: quem é e como vive. 1. ed. Belo Horizonte: editora UFMG, 2009, p. 141-160.

CARNEIRO, Sueli. Prefácio. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze. *Saberes subalternos e decolonialidade*: os sindicatos das trabalhadoras domésticas do Brasil. 1. ed. Brasília: Editora UnB, 2015, 13-19.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança*: movimentos sociais na era da internet. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 296p.

CHAGAS, Viktor. A febre dos memes de política. *Revista FAMECOS*: mídia, cultura e tecnologia, v. 25, n. 1, p. 1-26, 2018. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/393041426/Artigo-Chagas-A-febre-dos-memes-de-poli-tica-2018>. Acesso em: 31 set. 2020.

CHAGAS, Viktor; FREIRE, Fernanda Alcântara; RIOS, Daniel; MAGALHÃES, Dandara. A política dos memes e os memes da política: proposta metodológica de análise de conteúdo de memes dos debates eleitorais de 2014. *Intexto*, n. 38, p. 173-196, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/63892/40226>. Acesso em: 30 set. 2020.

CHAGAS, Viktor; SANTOS, João Guilherme Bastos. A revolução será memetizada: engajamento e ação coletiva nos memes dos debates eleitorais em 2014. *E-Compós*, v. 20, n1, p. 1-23, 2017. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1252>. Acesso em: 30 set. 2020.

DAHLGREN, Peter; OLSSON, Tobias. From public sphere to civic culture: Young citizens' internet use. In: BUSCHT, Richard. *Media and public spheres*. London: Palgrave Macmillan, 2007. p. 198-209.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DEPEXE, Sandra; GELAIN, Gabriela; CORRÊA, Luiza. #primeiroassédio: quando a tela da TV é só o começo. *Fronteiras – estudos midiáticos*, v. 19, n. 2, p. 277-286, 2017. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2017.192.12/6217>. Acesso em: 30 set. 2020.

FRANÇA, Vera. O objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. *Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas*. 1 ed., Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p. 153-174.



FRANÇA, Vera. Sujeito da comunicação, sujeitos em comunicação. In: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera V. *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 61-88.

FREDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. 1 ed. São Paulo: Editora Elefante, 2018, 388p.

GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. *Fronteiras – estudos midiáticos*, v. 7, n. 3, p. 214-222, 2005. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6394>. Acesso em: 30 set. 2020.

GOMES, Wilson. Da discussão à visibilidade. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. *Comunicação e Democracia: problemas e perspectivas*. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2008, 117-155.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. V. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, 352p.

HABERMAS, Jürgen. *Europe: the faltering project*. Cambridge: Polity, 2009, 192p.

HALFELD, Paula Crespo. A produção do humor na rede social Facebook. *SOLETRAS*, n. 26, p. 219-236, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/7319>. Acesso em: 30 set. 2020.

HELD, David. *Modelos de democracia*. 1. ed. Belo Horizonte: Paideia, 1987, 464p.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742007000300005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742007000300005&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 30 set. 2020.

JORGE, Thais de Mendonça. Revelar o digital: metodologia para materiais efêmeros. In: JORGE, Thais de Mendonça (org.). *Notícia em fragmentos: análise de conteúdo no jornalismo*. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2015, p. 255-277.

KLANG, Mathias; MADISON, Nora. The domestication of online activism. *First Monday*, v. 21, n. 6, 2016. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/304001136\\_The\\_domestication\\_of\\_online\\_activism](https://www.researchgate.net/publication/304001136_The_domestication_of_online_activism). Acesso em: 30 set. 2020.

LIEVROUW, Leah. *Alternative and activist new media*. 1. ed. Malden: Polity Press, 2011, 200p.

MAIA, Rousiley. *Deliberation, the media and political talk*. Nova York: Hampton Press, 2012, 373p.

MAIA, Rousiley. *Mídia e deliberação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008a, 380p.

MAIA, Rousiley. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2008, 327-345.

MAIA, Rousiley; REZENDE, Thaiane. Redes sociais e deliberação: examinando manifestações de respeito e desrespeito em múltiplos espaços de conversação política. In: MAIA, Rousiley; PRUDÊNCIO, Kelly; VIMIEIRO, Ana Carolina (org.). *Democracia em ambientes digitais: eleições, esfera pública e ativismo*. 1. ed. Salvador: Edufba, 2018, p. 182-214.

MAIA, Rousiley; ROSSINI, Patrícia; OLIVEIRA, Vanessa; OLIVEIRA, Alicianne. Confronto político e mídia digital: investigando o “nós” da ação coletiva. In: JESUS, Eduardo; TRINDADE, Eneus. JANOTTI JR., Jeder; ROXO, Marcos. *Reinvenção comunicacional da política. Modos de habitar e desabitar o século XXI*. Salvador: UFBA/Compós, 2016, 47-63.

MANSBRIDGE, Jane. Everyday talk in deliberative system. In: MACEDO, Stephen. *Deliberative Politics: essays on democracy and disagreement*. 1ed, Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 211-239.

MENDOÇA, Ricardo Fabrino; PEREIRA, Marcus Abílio. Democracia digital y deliberación en línea: un estudio de caso sobre Votenaweb. *Revista Latinoamericana de Opinión Pública*, v. 2, p. 109-157, 2011. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/340069722\\_Democracia\\_digital\\_y\\_deliberacion\\_en\\_linea\\_un\\_estudio\\_de\\_caso\\_sobre\\_Votenaweb](https://www.researchgate.net/publication/340069722_Democracia_digital_y_deliberacion_en_linea_un_estudio_de_caso_sobre_Votenaweb). Acesso em: 30 set. 2020.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SAMPAIO, Rafael Cardoso; BARROS, Samuel Anderson Rocha. *Deliberação Online no Brasil entre iniciativas de democracia digital e redes sociais de conversação*. Salvador: Edufba, 2016, 310p.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 79, p. 187-201, 2012. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092012000200012](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092012000200012). Acesso em: 30 set. 2020.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política: uma introdução*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014, 216p.

OVEREEM, Pauline; ANNING, Victoria. The good electronics network: making it fair? In: MAXWELL, Richard. *The Routledge Companion to Labor and Media*. New York: Routledge, 2018, p. 432-450.

PAPACHARISSI, Zizi. The virtual sphere 2.0: The internet, the public sphere and beyond. In: CHADWICK, Andrew; HOWARD, Philip N. (ed.). *Routledge handbook of Internet politics*. London: Routledge, 2009, p. 230-245.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1980-1930)*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, 280p.

RECUERO, Raquel. Contribuições da Análise de Redes Sociais para o estudo das redes sociais na Internet: o caso da hashtag #Tamojuntodilma e #CalaabocaDilma. *Fronteiras – estudos midiáticos*, v. 16, n. 2, p. 60-77, 2014. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2014.162.01>. Acesso em: 30 set. 2020.

RECUERO, Raquel. Dinâmicas de redes sociais no Orkut e capital social. *Razón y palabra*, n. 52, p. 11, 2006. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/61176438/Dinamicas-de-Redes-Sociais-No-Orkut-e-Capital-Social>. Acesso em: 30 set. 2020.

SANTOS, Tarcyanie Cajueiro. A Campanha# somostodosmacacos de Neymar: uma reflexão sobre o racismo no futebol. In: *Congresso Internacional de comunicação e consumo*, IV, São Paulo, 2014, São Paulo. Anais... São Paulo: ESPM, 2014. Disponível em: [http://www3.espm.br/download/Anais\\_Comunicon\\_2014/gts/gt\\_nove/GT09\\_TARCYANIE\\_SANTOS.pdf](http://www3.espm.br/download/Anais_Comunicon_2014/gts/gt_nove/GT09_TARCYANIE_SANTOS.pdf). Acesso em: 30 set. 2020.

SCHÄFER, Mike S. Digital public sphere. *The international encyclopedia of political communication*, p. 1-7, 2016, DOI: 10.1002/9781118541555.wbiepc087. Disponível em: [https://www.academia.edu/20096227/Digital\\_Public\\_Sphere](https://www.academia.edu/20096227/Digital_Public_Sphere). Acesso em: 30 set. 2020.

SCHRADIE, Jen. *The Revolution that wasn't*. How digital activism favors conservatives. London: Harvard University Press, 2019, 416p.

SOLANO, Ester. A bolsonarização do Brasil. In: ABRANCHES, Sérgio. *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 307-321.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos avançados*, v. 30, n. 87, p. 123-139, 2016. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142016000200123-&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142016000200123-&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 30 set. 2020.

VAN LAER, Jeroen; VAN AELST, Peter. Internet and social movement action repertoires: Opportunities and limitations. *Information, Communication & Society*, v. 13, n. 8, p. 1146-1171, 2010. Disponível em: [https://www.academia.edu/262038/Internet\\_and\\_Social\\_Movement\\_Action\\_Repertoires\\_Opportunities\\_and\\_Limitations](https://www.academia.edu/262038/Internet_and_Social_Movement_Action_Repertoires_Opportunities_and_Limitations). Acesso em: 30 set. 2020.



# MIGUEL, FILHO DO BRASIL: interseções entre colonialidade, desigualdades e trabalho doméstico no contexto da pandemia

*Danila Cal*

*Rosane Albino Steinbrenner*

*Lorena Esteves*

*Elias Serejo*

*Rosalay de Seixas Brito*

## Introdução

Miguel Otávio tinha cinco anos de idade quando morreu, em 2 de junho de 2020, após cair de 35 metros de altura no prédio em que os patrões de sua mãe, Mirtes Renata Souza, moram num bairro de classe alta do Recife-PE. Mirtes trabalhava como doméstica na casa de Sari Corte Real e Sérgio Hacker há quatro anos. Antes dela, a mãe, Marta Alves, já trabalhava para a família há dois anos também como doméstica.

Naquele dia, em plena pandemia do novo coronavírus, Mirtes não tinha com quem deixar Miguel e precisou levá-lo ao trabalho. Acordaram às 5h, saíram às 5h40 de casa para pegar o transporte público. Chegaram às 7h na casa de Sari e de Sérgio. Por volta das 13h, Mirtes sai com a cachorra da família empregadora. Miguel fica aos cuidados da patroa, que estava fazendo as unhas com uma manicure. Às 13h13, Mirtes entra no elevador e é avisada pelo porteiro de que alguém acabara de cair do alto do prédio. “Quando eu abri a porta, era meu filho que tava estirado no chão”, disse Mirtes (IMAGENS INÉDITAS..., 2020).

No tempo em que ficou responsável pela criança, a patroa Sari seguiu o menino nas cinco vezes em que ele entrou no elevador na tentativa de ir procurar a mãe. Em quatro delas, conseguiu convencê-lo a sair, porém, na quinta vez, ela aperta o botão da cobertura e o deixa sozinho no elevador. Ele desce no nono andar, de onde ocorreu a tragédia.

Nosso objetivo neste capítulo é, à luz desse acontecimento, discutir as interseções entre colonialidade, desigualdades e trabalho doméstico no contexto da pandemia. De acordo com Louis Quéré, “Na sua singularidade, o acontecimento é mesmo o pivô da pesquisa sobre uma dada situação, porque representa o que é crítico, no sentido literal do termo: permite fazer diferenciações e distinções, estabelecer oposições e contrastes, gerar alternativas e escolher respostas apropriadas” (QUÉRÉ, 2005, p. 71). Compreendemos acontecimento a partir de seu potencial heurístico, de colocar algo em questão, de suscitar ou reacender campos problemáticos e também por permitir tanto o olhar para o passado quanto uma projeção de futuro (QUÉRÉ, 2005; FRANÇA, 2012a).

Por esses motivos, Vera França (2012b) argumenta que o “acontecimento é uma instância de conhecimento”, de tal forma que “É capaz, inclusive, de modificar o passado;

desvelar o não visto, iluminar o opaco, estabelecer distinções que não haviam sido percebidas” (FRANÇA, 2012b, p. 13). Nessa perspectiva, o acontecimento produz questões, tensiona a realidade social a partir de sua irrupção e também na medida em que afeta os sujeitos que o vivenciam tanto individual quanto coletivamente. Sobre isso, Quéré (2012) destaca que há uma dupla vida do acontecimento: uma dimensão existencial – sua própria ocorrência –, ao que ele chama de primeira vida; e uma segunda na qual o acontecimento é transformado em objeto do pensamento ou objeto de significado. Portanto, ligada a uma dimensão simbólica, à configuração de uma narrativa. São instâncias que coexistem e que são fundamentais para compreendermos não apenas as características do acontecimento, mas a inscrição dele numa teia causal e suas relações com as representações e os repertórios sociais e simbólicos (FRANÇA, 2012b; LAGE, 2013).

Esse duplo viés alimenta nossa reflexão sobre o acontecimento da morte do menino Miguel como pedra de toque para a compreensão das desigualdades estruturais ligadas ao trabalho doméstico remunerado no Brasil, que se alimentam de lógicas coloniais persistentes em nossa sociedade. A morte de Miguel ocorre ainda no contexto de outro grande acontecimento mundial: a pandemia do novo coronavírus, que rompeu com a pretensa normalidade social e impôs restrições sanitárias, sociais, econômicas, mas atingiu de modo diferenciado os sujeitos, considerando interseções de gênero, raça e classe.

Quando ampliamos o olhar e nos direcionamos para o que representa a relação entre a mãe de Miguel, uma mulher negra trabalhadora doméstica, e os empregadores, brancos e ricos, compreendemos que se trata de um caso exemplar das colonialidades que atravessam a sociedade brasileira, em especial a mulher negra, que sofre discriminação interseccional (GONZALEZ, 1982, 1984; NASCIMENTO, 2019; RIBEIRO, 2016, DANTAS, 2016). Pensar a interseccionalidade<sup>1</sup> é identificar que existe um processo de tríplex discriminação – classe, raça e gênero – contra a mulher negra que a coloca no mais alto nível de vulnerabilidades. É compreender que raça, classe e gênero não devem ser categorias pensadas de forma isolada, mas sim de modo indissociável, especialmente quando situamos o debate em países com histórico de colonização, como o Brasil (GONZALEZ, 1982, 1984; LUGONES, 2014; DAVIS, 2016; RIBEIRO, 2016, KILOMBA, 2020).

O cenário de opressões e desigualdades é agravado pelo contexto de crise sanitária, social e política vivido em 2020. No caso do Brasil, a crise irrompeu cerca de um ano após a ascensão de um governo ultraliberal e ultraconservador, que nega o papel da ciência, investe contra os pobres e as minorias sociais e faz coro à onda de desdemocratização em curso no mundo (DARDOT; LAVAL, 2017; BROWN, 2015; DUMÉNIL; LEVY, 2014). De acordo com dados da PNAD Covid-19 (IBGE, 2020), entre os 4,2 milhões de brasileiros que apresentaram sintomas da doença em maio, 70% deles eram negros; 50% têm o ensino fundamental incompleto ou o médio incompleto e apenas 12,5% têm ensino superior completo ou pós-graduação. Já com relação a trabalho e renda, conforme os dados coletados entre junho e julho, foram os trabalhadores domésticos sem carteira (33,6%), força de trabalho formado essencialmente por mulheres, os mais afetados pela pandemia. Parcela

1 Interseccionalidade é um termo reconhecido à teórica afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw (2012) para explicar o atravessamento de sistemas de opressão (racismo, patriarcalismo, opressão de classe etc.) que incidem, principalmente, sobre as mulheres negras.

expressiva dessas mulheres tem renda média abaixo de um salário mínimo e, ao menos a metade, teria ficado também sem rendimentos<sup>2</sup>. Entre as que têm carteira assinada – o que ainda não chega a 30% do total das trabalhadoras domésticas no país –, 17% também havia sido afastada do trabalho durante os primeiros quatro meses da pandemia<sup>3</sup>, destas, segundo a entidade nacional da categoria<sup>4</sup> (Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – Fenatrad), a minoria foi liberada pelos empregadores para cumprir quarentena remunerada.

Nosso ponto de partida para realizar esta análise foi a leitura de matérias jornalísticas e de entrevistas disponíveis em portais noticiosos, além de reportagens televisivas, as quais cotejamos com perspectivas teóricas sobre colonialidade, gênero e raça e dados empíricos de fontes oficiais. O propósito foi muito mais dialogar com as informações, as falas e os depoimentos mobilizados pelas notícias do que empreender uma análise do conteúdo jornalístico. Partimos da premissa de que “A mídia é o espaço privilegiado no qual a sociedade fala consigo mesma, a propósito de si mesma” (FRANÇA, 2012b, p. 12) e, como tal, um ambiente fundamental para configuração simbólica e pública dos acontecimentos.

Sobre isso, interessante destacar que, inicialmente, a mãe de Miguel não pretendia se manifestar publicamente sobre o caso. Ela não sabia exatamente as circunstâncias do ocorrido e não entendeu quando os patrões foram hostilizados ao aparecerem no velório do filho. Após o enterro, Mirtes teve acesso às imagens da patroa deixando Miguel sozinho no elevador. A partir de então, decidiu falar com a imprensa (G1, 2020). Foi ela quem revelou as identidades dos patrões ao público. Ainda que em meio à dor da perda de um filho, Mirtes resistiu e atuou ativamente na constituição pública da narrativa sobre o acontecimento, manteve-se aberta a entrevistas, novas visitas de jornalistas, participação em programas de televisão, com a finalidade de expor sua história e de pedir justiça e reparação à morte do filho. Isso, parece-nos, foi fundamental para a tematização pública do que começou a ser chamado de “descuido grave” (na Globo News e Fantástico – TV Globo, por exemplo) e passou a ser referido como “ato criminoso”, uma “tragédia irremediável” (EXCLUSIVO..., 2020), com o desvelamento do racismo em jogo naquela situação. Como afirma Achille Mbembe, “o racismo consiste também em fazer de toda tragédia que ele provoca um acidente, em inscrever constantemente a vida do sujeito racializado em uma série infinita de acidentes que não cessam de se repetir” (MBEMBE, 2020, p. 3).

Além desta seção introdutória, organizamos este capítulo em mais quatro partes. Na primeira, discutimos aspectos sanitários e sociais da pandemia do novo coronavírus e suas implicações em uma divisão sexual e racial do trabalho. Na segunda, trazemos o relato autoetnográfico de um dos autores, Elias Serejo, que narra como filho de trabalhadora doméstica os dilemas, os problemas e as resistências vividas, especialmente, durante a pandemia. Em seguida, refletimos, à luz de teorias feministas, sobre a discriminação interseccional de mulheres negras como legado colonial. Por fim, na seção conclusiva, fazemos

2 Disponível em: [https://www.cepal.org/sites/default/files/document/files/trabajadoras\\_remuneradas\\_del\\_hogar\\_v11.06.20\\_1\\_1.pdf](https://www.cepal.org/sites/default/files/document/files/trabajadoras_remuneradas_del_hogar_v11.06.20_1_1.pdf). Acesso em: 20 jul. 2020.

3 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/97-milhoes-de-trabalhadores-ficaram-sem-remuneracao-em-maio-diz-ibge.shtml><https://fenatrad.org.br/2020/10/26/pandemia-piora-as-condicoes-de-trabalho-na-economia-informal-do-cuidado-no-brasil/LINK>. Acesso em: 25 jul. 2020.

4 Disponível em: <https://fenatrad.org.br/2020/07/31/92/>. Acesso em: 31 jul. 2020.



interpelações críticas a partir do acontecimento da morte do menino Miguel e dos campos de possíveis<sup>5</sup> que instaura.

### **“Às vezes me sentia mal, parava, mas estava lá, trabalhando”<sup>6</sup>: trabalhadoras domésticas e a pandemia**

A gente teve que ir para a casa deles em Tamandaré [a 106 km de distância do Recife, onde o patrão Sérgio era prefeito] assim que começou a quarentena, ficamos lá direto. Eu levei Miguel. Eu voltava rapidamente ao Recife para fazer faxina no apartamento deles, dava uma olhada na nossa casa e ia para lá novamente. Minha mãe nem isso. Ficou direto por três meses. A gente tinha folga uma vez por semana, e o que a gente fazia era sair das vistas deles para não ficarem pedindo nada. Ou a gente ia pro quarto ou tinha que ir pra praia ou pra praça da cidade [Mirtes Renata] (BIANCONI, 2020, p. 1, grifos nossos).

Essa força de trabalho, que assume no contexto da pandemia, cuidar de pessoas e tarefas domésticas alheias expondo-se a riscos de contágio e adoecimento e sem garantias de trabalho, renda e proteção social, integra o que passou a ser chamado nos últimos anos de “cadeia global de cuidados” (HOCHSCHILD, 2000). Estima-se que pelo menos 70 milhões de pessoas em todo o mundo estejam ocupadas como empregados domésticos em residências particulares (ONU MULHERES, 2018), um contingente formado em grande parte por mulheres em condição vulnerável, chegando a 93% de participação feminina na América Latina e Caribe. No Brasil, segundo dados de 2018, de 6 milhões de trabalhadores domésticos no país, 5,7 milhões, ou 92% do total, são mulheres e 3,9 milhões, ou 68,4% delas, são mulheres negras (IPEA, 2020). Esses números representavam 14,6% do total da ocupação feminina, indicando uma importância central para a organização social e econômica no país.

Entretanto, trata-se de uma ocupação que se caracteriza, não só no Brasil como no mundo, “pela invisibilidade, desvalorização e baixa regulamentação, o que expõe as trabalhadoras a situações precárias de trabalho” e a um quadro histórico de vulnerabilidade social (IPEA, 2020, p. 07). A vulnerabilidade das trabalhadoras domésticas no Brasil, assim como no mundo, tem na falta de proteção social uma de suas marcas mais fortes e permanentes. Segundo aponta nota técnica do IPEA (2020) ao analisar os dados do primeiro trimestre da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2020, apenas 28% dos(as) trabalhadores(as) domésticos(as) do país possuíam carteira de trabalho assinada. A informalidade permanente soma-se a precariedade e a violência muitas vezes silenciada – abusos, assédios morais e sexuais, desvalorização e estigmatização social da

5 "O acontecimento continua a advir mesmo além dos limites estritos da sua ocorrência espácio-temporal e de uma maneira que não coincide com as modalidades dessa ocorrência empírica. Em certo sentido, ele dura o tempo que dura a atualização do seu potencial de criação de intrigas, de revelação de possíveis ou de modificação de situações, assim como de 'afectação' (no sentido etimológico 'de ação sobre') daqueles a quem ele acontece" (QUÉRÉ, 2011, p. 24).

6 Fala de Mirtes Renata em entrevista à Plataforma Gênero e Número (BIANCONI, 2020).

profissão, mas também de forma objetiva as jornadas exaustivas e mal remuneradas (em média um salário mínimo mensal) e as longas trajetórias percorridas em transportes públicos lotados no deslocamento casa-trabalho-casa.

No dia 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto da doença causada pelo novo coronavírus constituía uma emergência de saúde pública de importância internacional. Quarenta dias depois, no dia 11 de março, considerando sua rápida disseminação geográfica, o surto da Covid-19<sup>7</sup> foi caracterizado como pandemia<sup>8</sup>. Até aquele momento, haviam sido registrados, segundo a OMS, 118 mil casos ao redor do mundo e 4.291 mortes. Cinco meses depois, os números indicavam 16 milhões de casos confirmados e perto de 650 mil mortes por Covid-19 em todo o mundo. No Brasil, que passou a ocupar nesse período o segundo lugar em número de novos casos diários e acumulados da doença e onde persiste até então um ambiente de negacionismo explícito e descaso público por parte do governo federal, até o final do mês de outubro já haviam sido registrados mais de cinco milhões casos da doença e mais de 150 mil mortes confirmadas (OMS)<sup>9</sup>.

A crise sanitária global estilhaçou o telhado de vidro do moderno capitalismo neoliberal globalizado com uma velocidade implacável, apontando sem meios tons um cenário de vulnerabilidade global, como resultado cumulativo da redução sistemática de políticas públicas de saúde e das políticas sociais de forma geral ao redor do mundo (LATOURET, 2020; BUTLER, 2020; RODRIGUEZ; OLIVEIRA, 2020; CASTRO, DALCENO; POCHMANN, 2020). A centralidade do mercado como regulador social, que a partir dos anos de 1990 maximizou a lógica privatista e os valores do individualismo e do consumismo, foi desafiada e desnudada em sua falência e exclusão por um vírus que exigiu, sem obter, exatamente o contrário daquilo que apregoam o neoliberalismo: o que vale não é o lucro, mas as pessoas, a vida das pessoas, de todas as pessoas.

Superar essa crise exigiria então “colocar a vida no centro das nossas preocupações e refazer a trama comunitária de cuidados, que foi destruída pelo neoliberalismo” (RODRIGUEZ; OLIVEIRA, 2020, p. 1), ou seja, impõe-se a urgência de se construir uma outra espiral a partir de uma “ética do cuidado” e não mais baseada na acumulação interminável do capital e no atual modelo produtivo. O que a pandemia desnuda também é que, num sistema de governo que não prioriza a vida, também não se cuida de quem cuida dos outros. Isso é evidente em relação aos trabalhadores da área da saúde – e não por acaso mais de 50 entidades e sindicatos de saúde, em especial vinculadas à enfermagem, lideraram em julho

7 Covid-19 é a doença infecciosa causada pelo vírus Sars-Cov-2, identificado pela primeira vez em dezembro de 2019, em Wuhan, na China. Inicialmente circulou a tese de que o novo coronavírus não seria mais perigoso do que uma gripe sazonal. Chegou inclusive a ser chamado de “gripezinha” pelo presidente brasileiro. Hoje, no entanto, sabe-se que a covid-19 se assemelha à devastadora gripe espanhola de 1918. Até o momento, não há vacina nem medicamento antiviral específico para prevenir ou tratar a Covid-19. É por isso que estabelecer e garantir medidas de isolamento social e proteção (distanciamento, uso de máscaras e condições de saneamento) são até o momento as ações mais eficazes para conter a pandemia e o sofrimento coletivo (OMS, 2020; FIOCRUZ, 2020).

8 Termo utilizado quando uma epidemia (grande surto que afeta uma região) se espalha por diferentes continentes, com transmissão sustentada de pessoa para pessoa (IPEA, 2020).

9 Dados coletados do site da Organização Mundial de Saúde. Disponível em: <<https://covid19.who.int/table>>. Acesso em: 27 out. 2020.

a denúncia<sup>10</sup> ao governo Bolsonaro no Tribunal Penal Internacional, com sede em Haia, de genocídio e crime contra humanidade por “falhas graves e mortais” na condução da resposta à pandemia da Covid-19.

O descaso é também nítido, porém não socialmente perceptível, no que diz respeito às trabalhadoras domésticas. No contexto da pandemia, essas mulheres se veem intensamente expostas à circulação do vírus, tanto pelo tipo de trabalho que prestam como pela forma como o realizam – deslocando-se em geral das periferias urbanas, muitas vezes em transportes lotados para então cuidar, sem a garantia de equipamentos de proteção, de pessoas e lares que não são os seus e sobre os quais não têm controle do distanciamento ou isolamento social praticado (IPEA, 2020). Contrariando, porém, orientações do Ministério Público do Trabalho<sup>11</sup> e o pedido da campanha “Cuide de quem te cuida”, da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad)<sup>12</sup>, alguns governos estaduais e municipais<sup>13</sup> incluíram todo o trabalho doméstico, de forma generalizada, como atividade essencial durante os períodos emergenciais de quarentena, sem se perguntar, diante da inexistência de programas de proteção social, como por exemplo serviços de creches especiais para apoiar filho(a)s de trabalhadoras domésticas, quem afinal cuida da família de quem cuida dos outros?

Nesse sentido, como diz David Harvey (2020, p. 21), ainda que haja uma certa verdade no “mito conveniente de que as doenças infecciosas não reconhecem classe ou outras barreiras e limites sociais”, o progresso da Covid-19 exhibe “todas as características de uma pandemia de classe, de gênero e de raça”.

Os impactos econômicos e sociais são filtrados através de discriminações “costumeiras” que estão evidentes em todos os lugares. Para começar, a força de trabalho que se espera que cuide dos números crescentes de doentes é tipicamente altamente sexista, racializada e etnizada na maioria das partes do mundo (HARVEY, 2020, p. 21).

Mirtes se insere nesse contexto. Ela relata que contraiu Covid-19 e, ainda assim, foi impedida a continuar exercendo as atividades de trabalhadora doméstica (BIANCONI, 2020, p. 1). Miguel e a avó também testaram positivo, mas foram assintomáticos. Enquanto a família empregadora descansava na casa de praia, em Tamararé – PE, onde

10 Disponível em: <https://www.conectas.org/publicacoes/download/boletim-direitos-na-pandemia-no-4>. Acesso em: 29 ago. 2020.

11 Nota Técnica Conjunta n. 4/2020 do Ministério Público do Trabalho e a Lei no 13.979/2020 defendem a “quarentena remunerada” sempre que possível e, para as atividades de natureza essencial cuja interrupção do trabalho seja menos factível, como cuidados de idosos, que se assegure às trabalhadoras domésticas o acesso a equipamentos de proteção individual. A nota ainda define uma série de outras garantias às trabalhadoras, mensalistas ou diaristas, como: i) dispensa remunerada das trabalhadoras pelo período de isolamento dos empregadores, no caso em que estes tenham sido diagnosticados ou estejam com suspeita de contaminação por Covid-19; ii) flexibilidade na jornada de trabalho; e iii) a garantia do deslocamento das trabalhadoras em horários alternativos, para que fujam dos períodos de pico nos transportes públicos.

12 Disponível em: <https://www.cuidadequemtecuida.bonde.org/#block-29386>. Acesso em: 20 jul. 2020.

13 A prefeitura de Belém, assim como os governos do Pará, Maranhão e do Rio Grande do Sul incluíram o trabalho doméstico como atividade essencial durante o período em que vigorou nesses locais o chamado “lockdown”. Posteriormente, depois de pressões de entidades da categoria, o governador do Pará voltou atrás, assim como o prefeito da capital.

Sérgio Hacker exerce o cargo de prefeito (2017-2020), mãe e filha trabalhavam seis dias por semana e folgavam um, conforme citação que abre esta seção.

Para Nakano Glenn (1992), a divisão racial do trabalho reprodutivo tem sido, ao longo do tempo, a chave para a exploração desenfreada das mulheres, especialmente, as racializadas e minorias étnicas. A economia do trabalho doméstico se refere de forma direta a uma divisão internacional sexual e racial do trabalho reprodutivo, herança e estigma da escravidão e da servidão. O trabalho reprodutivo, termo marxista que distingue a produção de bens na economia da reprodução da força de trabalho necessária para a manutenção dessa economia produtiva (JOKELA, 2018), foi originalmente referido como trabalho não remunerado das mulheres.

A partir dos anos 1980, por uma série de debates e críticas feministas, o termo trabalho reprodutivo passou a considerar o trabalho doméstico remunerado realizado por membros extrafamiliares, com destaque para o caráter de gênero e de raça daqueles que o executam. Baseando-se no conceito da divisão racial do trabalho reprodutivo, foi introduzido o termo divisão internacional do trabalho reprodutivo, que se refere à mercantilização do trabalho doméstico entre mulheres, relação que se assenta, nos vários locais no mundo, na manutenção de desigualdades sociais e na escassez ou ausência de proteção social das trabalhadoras domésticas (PARREÑAS, 2000; JOKELA, 2018).

No caso da contratação de trabalho doméstico, são mulheres, em geral, negras e pobres, com baixa escolaridade, que assumem o trabalho doméstico de famílias mais abastadas, possibilitando que os homens sigam se desresponsabilizando por este trabalho e que outras mulheres, em geral brancas e com maiores recursos, possam “resolver” sua sobrecarga de trabalho doméstico, tanto para a entrada no mercado de trabalho quanto para outros fins, entre os quais apaziguar eventuais tensões e conflitos causados por um estrequecimento da divisão sexual tradicional do trabalho. A terceirização do trabalho doméstico cria, portanto, uma oposição de classe e raça entre as próprias mulheres, ao mesmo tempo que se configura em uma solução privada para um problema público, sendo, portanto, acessível apenas àquelas famílias com mais renda.[...] E é nessa desigualdade que se assenta boa parte das vulnerabilidades do trabalho doméstico e de cuidados no Brasil (mas também no resto do mundo), agravadas nas condições da pandemia da Covid-19. (IPEA, 2020, p. 7)

Assim, não parece coincidência o fato de o novo coronavírus ter entrado no Brasil por meio das populações de mais alta renda, que retornaram de viagens ao exterior, ao mesmo tempo que as primeiras mortes pela Covid-19 no país tenham sido de “trabalhadores que ocupam posições precárias, pouco reconhecidas e valorizadas e que prestam serviços relacionados aos cuidados às camadas mais abastadas” (IPEA, 2020, p. 7), entre essas, a de dona Cleonice Gonçalves, trabalhadora doméstica, primeira morte oficialmente registrada pelo novo coronavírus no Rio de Janeiro.

Cleonice, de 63 anos, diarista e cozinheira, teria contraído a doença de sua empregadora, que havia regressado de viagem à Itália e, mesmo de quarentena, não informou à empregada que estava doente, nem a liberou do trabalho para fazer isolamento social. Mesmo reclamando no final de semana de que não se sentia bem, Cleonice saiu cedo de casa para trabalhar na segunda-feira e, como fez durante quase 20 anos, percorreu os 100

km que separam Miguel Pereira, município da região serrana do Rio de Janeiro, do apartamento onde trabalhava no bairro nobre do Leblon. De lá, saiu no final da tarde direto para o hospital municipal de Miguel Pereira. Chegou a ir para a Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) para ventilação mecânica, mas faleceu no dia seguinte. “Se as informações (sobre a quarentena da patroa) tivessem chegado mais cedo talvez a gente tivesse como mudar a história clínica”, disse a uma equipe de reportagem o médico que atendeu dona Cleonice (SIMÕES, 2020, p. 1).

O caso da dona Cleonice<sup>14</sup>, assim como o da mãe do menino Miguel, Mirtes Renata, emolduram de forma intensa a naturalização da violência estrutural operada por uma necropolítica, nos termos de Achille Mbembe (2016), que tem no racismo sua ideologia fundadora e cuja expressão de soberania reside no poder de dizer quem pode viver e quem deve morrer ou que corpos devem cuidar e quais devem ser cuidados.

Como entende Frantz Fanon (2008), o racismo estabelece uma hierarquia global de superioridade e inferioridade sobre o que ele denomina “linha do humano”, que há cinco séculos tem sido politicamente reproduzida como estrutura de dominação. As pessoas que estão acima da linha do humano são reconhecidas socialmente em sua humanidade e como sujeitos de direitos. Pessoas abaixo dessa linha são consideradas sub-humanas ou não-humanas.

Para Albert Memmi (2007), essa negação da humanidade, essa desumanização do colonizado pelo colonizador/colonialista, é parte fundamental da manutenção dos privilégios de sociedades de memória viva escravocrata – como é o caso do Brasil e de toda a América Latina e Caribe – onde mais do que entre classes, a opressão se dá entre povos. Esse outro diferente, como foram vistos os povos originários pelos conquistadores do “Novo Mundo”, tiveram – e continuam a ter – sua humanidade negada, tidos como “quase humanos” ou “sub-humanos”, nunca semelhantes (DUSSEL, 1992; GONDIM, 2007).

Pelo extremo da ambição colonial, como explica Memmi (2007), todos os que se encontram abaixo da linha do humano, como diz Fanon (2008), ou para além da linha abissal, nos termos de Boaventura (2007), “deveriam passar a existir apenas em função das necessidades do colonizador” (MEMMI, 2007, p. 124). Nesse sentido, com dramática atualidade, num trecho de seu livro de 1957, “Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador” (2007), um clássico da literatura pós-colonial, Memmi descreve “a empregada doméstica colonizada” pela lente do colonizador: “Ele se recusa a considerar os acontecimentos particulares da vida de sua empregada; essa vida, em sua especificidade, não lhe interessa, sua empregada não existe como indivíduo” (MEMMI, 2007, p. 123). O indivíduo, assim despersonalizado, torna-se “opaco”, não perceptível e, dessa feita, a violência material ou simbólica se estabelece e se reproduz.

Contudo, para isso ocorrer, na medida em que todo poder é relacional, é preciso, conforme Memmi, de algum grau de reconhecimento ou de aceitação por parte daquele que é oprimido, de tal forma que não seja um resultado de soma zero. Se partimos do

14 Em março de 2020, o caso da morte de dona Cleonice Gonçalves chegou a ser comunicado ao Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro, como noticiado na imprensa, porém não há informações de abertura da investigação. Entramos em contato com MPT-RJ para saber do andamento de ação ou posição do órgão a respeito, mas não obtivemos resposta.

pressuposto de que as relações de poder são sustentadas pela internalização de constrangimentos, é difícil supor que as pessoas se mantenham perpetuamente nessa condição se nunca tivessem nenhum tipo de vantagem ou de ganho (CAL, 2016). Por vezes, no trabalho doméstico podemos identificar o que chamamos de “reconhecimento ideológico” (MAIA, CAL, 2014; CAL, 2016), quando há um sistema de crenças que permite à trabalhadora doméstica vislumbrar obter esse reconhecimento ou quando ele se manifesta por meio da valorização da própria condição (“patrão só come bolo pela minha mão”, por exemplo, ou ainda “só ela [a trabalhadora] sabe onde ficam as coisas na casa da patroa”), mas normalmente são promessas que não se cumprem em termos de valorização e de reconhecimento com vistas à autorrealização da trabalhadora (CAL, 2016).

No que diz respeito ao trabalho doméstico, além dos temores justificados pelas condições de vulnerabilidade social e laboral da categoria, a trama difusa de afetos na relação entre patroa e empregada, torna essa relação profundamente complexa e muitas vezes contraditória. Afinal, “é quase como se fosse da família”, “é praticamente de casa”. Tal enredamento como a repetir as lógicas de apaziguamento social pela dissimulação do que há de inegável e odioso, mas também de idealização entre “casa grande e senzala”, pode-se vislumbrar, por exemplo, no relato ressentido pela dedicação desmedida da mãe no cuidado dos filhos da casa alheia, ou nas pistas da relação de dona Cleonice ou de Mirtes que não deixaram a rotina de trabalho, mas deixaram de cuidar de si mesmas doentes de Covid-19.

A ambiguidade em torno da ideia de a trabalhadora doméstica ser “quase da família” fica evidente quando se trata de obter o mesmo tratamento dispensado à família do patrão (CAL, 2016). Isso também é revelado, de certo modo, no caso do acontecimento morte do Miguel. Tanto a mãe quanto a avó do menino, mostraram-se indignadas com o fato de a patroa não ter tido com Miguel, em pouco mais de 10 minutos em que ele ficou sob a responsabilidade dela, o mesmo cuidado que elas tinham com os filhos dos empregadores, evidenciando as fraturas nessa lógica. “Ela falando com Miguel, apertando o botão, deixando a porta fechar. Aquilo ali doeu muito. Eu, mesmo vendo, mainha vendo, a gente ficou meio assim pra acreditar, porque a gente passou anos e anos trabalhando pra eles”, disse Mirtes (BIANCONI, 2020, p. 1). Em outro trecho da entrevista, Mirtes afirma: “Ela [Sari] mesma disse na delegacia: ‘A gente sempre tratou você bem’. Só que não justifica ela ter feito o que fez com meu filho, e eu ter que aceitar porque eles tratavam a gente bem” (BIANCONI, 2020, p. 1). Numa reportagem ao Fantástico, Marta Alves, a avó de Miguel, desabafa: “eu dei seis anos da minha vida pros filho dela. Ela não conseguiu dar 10 minutos para o meu neto” (CASO MIGUEL..., 2020).

Ainda que brevemente, vale tentar entender como se daria essa reprodução colonial ou a reimpressão permanente das colonialidades, como coloca Quijano (2000). Para Memmi (2007, p. 111, grifos no original), essa relação se estabelece tendo como símbolo, base e síntese a ideologia do racismo. O racismo, segundo ele, “não apenas estabelece a discriminação fundamental entre colonizador e colonizado, condição *sine qua non* da vida colonial, como fundamenta sua *imutabilidade*”, ou seja, torna seus arranjos e hierarquias “fato colonial” – mito e mistificação operando como ladainha repisada para atualizar as relações de opressão compartilhadas, ressoando e reimprimindo novos formatos, mas com igual essência.



Nesse caminho, sob inspiração de Fanon, Aníbal Quijano (2000) desenvolve o conceito de colonialidade do poder como matriz cultural de classificação social racializada que, mesmo após o colonialismo histórico, naturaliza-se de forma cotidiana a partir de um determinado padrão pioneiro de poder mundial. Esse padrão, forjado pela conquista e constituição do “Novo Mundo”, parte do entrecruzamento de dois fatores centrais, que imperam até hoje – a classificação da população mundial a partir da ideia de raça e a articulação, a partir dessa hierarquização, de todas as formas de controle do trabalho

Como uma das mais antigas ocupações, proveniente do trabalho escravo e de outras formas de servidão, o trabalho doméstico tem sintetizado historicamente a interseção de discriminações de raça/etnia e gênero, como discutiremos mais detidamente nos tópicos seguintes. Por ora, é relevante mencionar a ideia do “ciclo da pobreza” (CAL, 2016), segundo o qual às crianças pobres caberia o trabalho infantil, o que tenderia a levar à evasão escolar ou a prejuízos na trajetória da educação formal e, por consequência, à manutenção de uma inserção precarizada no mercado de trabalho quando adulto. Apesar de a lógica meritocrática (SOUZA, 2009) alimentar a perspectiva de que bastaria empenho pessoal para superar esse ciclo de pobreza, as condições estruturais mencionadas acima apontam para premência de políticas públicas voltadas para o combate às desigualdades.

## “Filho da empregada”

Em um exercício de escrita autoetnográfica, buscamos o descentramento do olhar reflexivo da categoria trabalhadora doméstica para a dos filhos das trabalhadoras domésticas e a relação de subjetivação a partir da assimilação de uma identidade que a eles é imposta. Trata-se de um diálogo entre o que debatemos até aqui e uma crítica às estruturas políticas historicamente demarcadas por relações coloniais internalizadas pelas elites brasileiras.

A dor pela perda de Miguel, canalizada em revolta, permitiu ao Brasil se voltar mais uma vez ao seu passado escravagista e refletir ou, pelo menos, confrontar-se, sobre a extrema desigualdade em que vivemos. Filho de empregada doméstica, Miguel ousou irritar a patroa, foi abandonado no elevador e caiu do nono andar do prédio em que a mãe trabalhava.

As referências simbólicas que cercam a tragédia que ceifou a vida de Miguel emergem diante do olhar mais desatento, sem necessidade de potentes lentes analíticas: patroa branca, esposa de político, cuidava da beleza – fazia as unhas, enquanto a trabalhadora doméstica passeava com a cachorra da família –, habitava o condomínio de apartamentos luxuosos conhecidos como Torres Gêmeas – aqui observamos o dispositivo colonial da importação de símbolos imperialistas para fortalecer a superioridade advinda de valores morais distorcidos pelo sistema heteropatriarcal capitalista<sup>15</sup>.

Miguel não tinha opção de ficar em casa, conforme recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como forma de conter o avanço da pandemia do novo

15 A ordem heteropatriarcal – como ordem lógica dominante – atua de uma forma que modela nosso imaginário desde o início das nossas vidas. Naturaliza as relações e constrói nossa visão sobre o mundo. Um olhar masculino que raramente considera a experiência feminina. Como consequência, a vida no centro pode ser compreendida de um modo distinto a partir de uma visão das mulheres ou de uma visão masculina, a partir de uma perspectiva ecológica, marxista ou feminista (BENGOA, 2018, p. 60).



coronavírus. A mãe, mulher preta da periferia do Recife, não foi dispensada com remuneração do trabalho.

“Filho da empregada” não é só uma designação para um sujeito que é filho de alguém, em geral uma mulher racializada, que exerce o trabalho doméstico remunerado. “Filho de empregada”, como utilizado no Brasil, é um insulto. “Filho de empregada” é uma designação de rebaixamento. Ninguém quer ser o filho da empregada, ainda que todos sejamos filhos de empregadas, domésticas ou não, remuneradas ou não.

Os filhos de empregada, no Brasil, tentaram conter a tragédia que levou à morte do menino Miguel, afinal, se estivesse em casa, na companhia da mãe, o futuro do garoto seria diferente. Em março de 2020, antes da tragédia, foi lançado o Manifesto das (os) Filhas (os) de Empregadas (os) Domésticas (os) e Diaristas, que conta com 131.326 assinaturas<sup>16</sup>. Impulsionado pelo hashtag #QuarentenaRemuneradaJa #PelaVidadasDomesticas e #PelaVidadeNossasMães, o manifesto busca tensionar a agenda pública de debates sobre a incoerência da manutenção de trabalhadoras domésticas no exercício de suas funções em tempos de agudização da crise sanitária ocasionada pelo novo coronavírus e reivindica a dispensa remunerada delas.

Há nesse movimento que culminou no manifesto um interessante recorte da vida das trabalhadoras domésticas: os filhos passam a questionar as relações trabalhistas pactuadas entre as mães e os patrões, o que nos leva a refletir sobre esse olhar cauteloso de um sujeito externo à relação patrão *versus* trabalhadora doméstica. Essa relação, marcada por desigualdades, apresenta um aspecto da dominação que extrapola questões trabalhistas. Essas mulheres são envolvidas em uma rede de afetos que as atinge de forma diferente daqueles que atuam em outras esferas trabalhistas que não o lar de outras pessoas (BRITES, 2000; CAL, 2016). Talvez por isso seja mais fácil que os filhos dessas mulheres passem a observar as intensidades da opressão que elas vivenciam e escolham intervir nessa relação, ou pelo menos atenuá-la.

Este capítulo nos permite olhar para as relações que estabelecemos com os sujeitos e sujeitas que nos cercam e como nosso trabalho, no campo das investigações científicas, está atravessado pelas agendas de socialização que vivenciamos desde os mais tenros tempos de nossa existência. Elias Serejo, um dos autores e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, da Universidade Federal do Pará, em um movimento de aproximação entre a prática política, a produção do conhecimento e as vivências afetivas da vida em família chefiada por uma empregada doméstica, expõe a seguir, em uma narrativa autoetnográfica, os constrangimentos e os aprendizados da experiência de ser o “Filho da Empregada”.

Percebi aos dez anos que minha mãe era como a personagem da novela que limpava o chão da casa da mulher branca, rica e arrogante. Embora fosse impossível confirmar que todas eram arrogantes, eram certamente ricas e brancas. Aquela figura ativa, participativa na comunidade religiosa e que exigia disciplina dos filhos nos estudos, era a mesma que

16 Disponível em: [https://www.change.org/p/ao-poder-p%C3%BAblico-empregadores-e-empregadoras-de-dom%C3%A9sticas-e-diaristas-e-toda-sociedade-civil-quarentena-remunerada-imediata-para-domesticas-e-diaristas?recruiter=1056504459&utm\\_source=share\\_petition&utm\\_medium=copylink&utm\\_campaign=share\\_petition](https://www.change.org/p/ao-poder-p%C3%BAblico-empregadores-e-empregadoras-de-dom%C3%A9sticas-e-diaristas-e-toda-sociedade-civil-quarentena-remunerada-imediata-para-domesticas-e-diaristas?recruiter=1056504459&utm_source=share_petition&utm_medium=copylink&utm_campaign=share_petition). Acesso em: 26 out. 2020.

cozinhas, recebia ordens que incluíam, por exemplo, a restrição em comer a mesma comida da família dos patrões, e cuidava da casa de outras pessoas em troca de um salário mínimo.

Minha mãe era a chefe da nossa casa, mesmo que nosso pai estivesse lá e a ajudasse financeiramente, era ela quem supria as necessidades básicas dos três filhos e em quem nos espelhávamos. Demorei a entender que ser empregada doméstica era uma atividade socialmente estigmatizada, menosprezada e considerada menor que outras, pois sempre a vi saindo de casa bem arrumada, lápis de olho marcante e batom na boca. Ainda lembro do cheiro do perfume exalando pela casa nas manhãs antes de ela partir para o trabalho. Antes dos dez anos, achava que sua profissão era algo como uma secretária, não visualizava minha mãe com um esfregão na mão limpando o banheiro de outras pessoas.

Foi na escola, ao ser convidado a descrever a profissão de um dos pais que eu refleti pela primeira vez sobre que função ela desempenhava na casa dos patrões, ocasião em que busquei saber o que ela fazia no trabalho e senti certo pesar ao ouvir o relato. Lembro de ter sido o único aluno da sala a descrever o trabalho doméstico remunerado como profissão da mãe, até mesmo porque a profissão do pai era a mais descrita entre os alunos. Recordo de não me incomodar com a forma pela qual a comida chegava até meu prato e as contas da casa eram pagas, não compreendia o trabalho exercido pela minha mãe como destinado a pessoas indignas, algo com o qual fui confrontado nesse episódio em sala de aula durante as gargalhadas dos colegas e os apelidos que sucederam. É curioso pensar nisso agora, já que se tratava de uma escola pública frequentada por crianças do bairro. Talvez tenha sido nesse período que percebi quão pobre éramos.

Acompanhei a dupla jornada dela com especial atenção ao momento em que estava na cozinha. Cansada, depois de passar o dia todo entre produtos de limpeza, banheiros, fogões e temperos alheios, ela tentava repassar, em casa, os segredos da refeição perfeita que até hoje tento imitar. A jornada não se encerrava antes das dez horas da noite, quando íamos para cama, e reiniciava antes das seis horas da manhã. Lembro de ter visto minha mãe ir dormir ou acordar poucas vezes naquele período. Essa força compulsória era um impulso de vida.

Filha de nordestinos, nascida no Piauí, mulher racializada, minha mãe estabelecia uma relação de interdependência com os patrões que a empregaram. Os doutores, como se referiu a eles a vida toda, eram a representação do que ela gostaria que fôssemos: tinham carreiras profissionais bem-sucedidas e uma estabilidade econômica que não fazia parte da nossa realidade. Havia em sua fala sobre o local de trabalho um estranho carinho pelos patrões e, mesmo diante da contundente relação desigual e constantes assédios morais, ela permanecia fiel às famílias, nutrindo uma preocupação com os patrões e seus filhos que causava incômodo, ao ponto de ela evitar faltar ao trabalho para ir ao médico, pois estava preocupada com o almoço dos filhos dos patrões: “quem vai servi-los?”, argumentou em certas ocasiões.

Por volta dos onze ou doze anos, minha mãe se separou do meu pai e passou a ser o único pilar, emocional e financeiro, da nossa família. As finanças encolheram e lembro de passar a receber roupas e calçados que os filhos dos patrões não usavam mais. Lembro que, especificamente nessa casa, os filhos tinham mais ou menos a nossa idade, porém bem maiores e robustos, o que nos fazia andar com calças e camisas largas demais e sapatos um ou dois números acima dos nossos. A doação representava para ela o símbolo do quão

generosos eles eram, os mesmos patrões que descontavam do salário o dia que ela faltava quando precisava levar um dos filhos ao médico.

Na adolescência, quando as tensões familiares aumentam em virtude das mudanças pelas quais passam os filhos, muita coisa mudou. Lembro de certo rancor surgir quando ouvia minha mãe falar sobre o trabalho: primeiro porque detestava a ideia de ter uma mãe empregada doméstica, era consumido pela vergonha; segundo, pela condescendência com a qual tratava as questões referentes ao trato com os patrões; e, terceiro, por saber que, como trabalhadora doméstica, não havia melhoria salarial possível. Ainda me corrói certo arrependimento pelo comportamento dispensado a ela naquele período. Havia também um ciúme pelo tratamento dispensado aos filhos do patrão. Ela era quase uma súdita diante da prole real. Me angustiava.

Mas foi ao entrar na universidade que a violência simbólica oriunda da construção social da categoria “filho de empregada” me pegou em cheio. O Brasil era um país em crescente desenvolvimento em 2007. A ascensão de um governo progressista, preocupado com a emergência socioeconômica da dita classe C, fez surgir um slogan não-oficial de que agora “o filho da empregada pode virar doutor”. E foi nesse contexto que entrei em uma universidade privada como bolsista integral do Programa Universidade para Todos (Prouni)<sup>17</sup>, do Governo Federal. A convivência com a classe média me fez entender o abismo entre a formação cultural e educacional que havia entre mim e eles.

Quando fui aprovado com a bolsa, minha mãe chegou a me dizer que, ao comentar com os patrões, eles questionaram se ela realmente achava que jornalismo era profissão para pessoas pobres, pois exigia leituras culturais e históricas do mundo que em escola pública não era possível alcançar. Outra questão levantada por eles foi o mercado de trabalho e o salário do profissional: “filho de pobre tem que ser professor, que não paga tão mal e tem bastante emprego”, disse um deles.

No início da graduação cheguei a mentir inúmeras vezes sobre a profissão de minha mãe. Por pura vergonha mesmo. Lembro de ouvir inúmeros comentários racistas e misóginos de colegas da universidade sobre suas empregadas domésticas e era atingido de uma forma cruel por aquelas palavras. Era, também, de minha mãe que eles estavam falando. Mas foi na mesma universidade em que ouvia disparates que percebi, por meio da teorização da crítica social oriunda dos estudos em comunicação, que o real culpado de todo aquele cenário cruel era outro, não minha mãe, ela era uma vítima de um sistema injusto e desigual.

Com o tempo minha mãe foi aperfeiçoando seus conhecimentos na cozinha e passou a ocupar postos de trabalho apenas como cozinheira. Em 2020, durante a pandemia do Coronavírus ela trabalhava para uma família de classe média alta moradora de um bairro nobre da cidade. No auge da pandemia ela ficou em casa, dispensada pelos patrões, por apenas dez dias. Em algumas semanas ela foi duas ou três vezes, mas por pouco tempo, logo retornou à rotina de trabalho. Chegou a ser infectada pela Covid-19, mas teve apenas sintomas leves. Quando questionada sobre o porquê de continuar indo

17 Instituído por meio da Lei nº 11.096/2005, promulgada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, o Prouni tem como objetivo ampliar o acesso ao ensino superior de estudantes com renda mensal per capita inferior a três salários-mínimos, por meio da concessão de bolsas integrais ou parciais de estudo em instituições privadas de ensino superior que são beneficiadas com a isenção de impostos.

trabalhar, mesmo diante da insistência dos filhos que poderiam suprir as necessidades básicas no período em que estivesse afastada e sem salário, foi enfática: “meus filhos, quem vai cozinhar pra eles. Precisam de mim e vocês sabem que eu gosto de ganhar o meu dinheiro sem depender de ninguém”. Não teve argumento que a impedisse de sair de casa e enfrentar ônibus lotados e demais perigos no contexto da pandemia. Aliás, havia uma maneira, a consciência dos patrões em a dispensarem por um período mais longo, o que não ocorreu.

**“Se fosse o contrário, eu já estaria presa, e minha mãe levando uma vida degradante, tendo que ir ao presídio me visitar”<sup>18</sup>: a discriminação interseccional de mulheres negras como legado colonial**

A dimensão estrutural do racismo e da discriminação interseccional a qual as mulheres trabalhadoras domésticas estão sujeitas e que se reverbera na constituição da identidade de “Filho da Empregada”, problematizada a partir do relato autoetnográfico do Elias, também se manifesta por meio da falta de preocupação e de responsabilidade em relação ao filho da trabalhadora, no caso do Miguel. Em entrevista, Mirtes destacou que houve falta de cuidado da patroa com Miguel. “Ela foi irresponsável com meu filho [...] Ela não se preocupou em saber para qual andar meu filho foi” (EXCLUSIVO..., 2020). Na mesma reportagem, Sari, com um terço na mão esquerda, concede entrevista exclusiva ao Fantástico, mais de um mês depois após a morte de Miguel. Ao ser perguntada sobre se tinha arrependimento, após um período de silêncio, ela respondeu: “eu sinto que fiz tudo que eu podia. Se eu pudesse voltar no tempo, se eu soubesse que tudo isso fosse acontecer, eu esperava mais...” (EXCLUSIVO..., 2020). A matéria contrasta a fala da patroa com a informação divulgada pela polícia de que, após as portas do elevador se fecharem, ela não se preocupou em acompanhar a movimentação do elevador pelo visor e que teria voltado para continuar “fazendo as unhas” (EXCLUSIVO..., 2020). Em carta, Mirtes declarou “Sabemos que ela não trataria assim o filho de uma amiga. Ela agiu assim com o meu filho, como se ele tivesse menos valor, como se ele pudesse sofrer qualquer tipo de violência por ser *filho da empregada*” (R7, 2020, p. 1, grifos nossos).

Outro momento em que essa discriminação interseccional se torna manifesta é quando, num exercício retórico, de uma potência política fundamental no acontecimento da morte de Miguel, a mãe dele provoca uma mudança do enquadramento e questiona: “e se fosse o contrário?”

Se fosse a minha filha, ela estaria presa e não tinha dinheiro no mundo que soltasse Mirtes mais [Marta Alves] (CASO MIGUEL..., 2020).

Porque se fosse eu que tivesse feito, que tivesse feito alguma coisa com os filhos dela, eu sairia aqui, dessa delegacia, dentro de uma viatura da polícia, dentro de um camburão e iria direto pro presídio [Mirtes Renata] (EXCLUSIVO..., 2020).

O acontecimento morte do menino Miguel coloca a sociedade brasileira diante da face perversa do racismo estrutural, da discriminação interseccional e do preconceito que atravessam as relações sociais, mesmo após a desagregação da sociedade escravocrata (SANTOS, 1983; GONZALEZ, 1982, 1984; RIBEIRO, 2016; CARNEIRO, 2019; NASCIMENTO, 2019, KILOMBA, 2020). Séculos de colonialismo e escravização ocasionaram, segundo Maldonado-Torres (2019), uma “catástrofe metafísica”, uma visão utilitária das pessoas, vistas como coisas (coisificadas), um reordenamento de todas as relações humanas e formas de dominação, o colapso da estrutura eu-outro de subjetividade e socialidade e a relação senhor-escravo, gerando, portanto, uma transformação epistemológica (conhecimento), ontológica (do ser) e ética (relação com o mundo).

As experiências coloniais permanecem cotidianamente, em suas formas atualizadas, estruturando as relações sociais e institucionais, naturalizando as opressões e as formas moderno-coloniais de raça, gênero e diferença sexual (LUGONES, 2014; MALDONADO-TORRES, 2019; CARNEIRO, 2019; KILOMBA, 2020). O menino Miguel, ao nascer em uma sociedade atravessada por colonialidades como a brasileira, ocupava uma função simbólica dentro da estrutura de classes, a qual atribui valor e estratifica os papéis ocupados por homens e mulheres negros, a partir de uma supremacia branca, demarcada historicamente como superior e dominante (SANTOS, 1983; CARNEIRO, 2019).

Um país marcado por um sistema de dominação racista, patriarcal, classista e capitalista que nega o seu preconceito. Segundo Ochy Curiel (2007), um racismo denegado, próprio das sociedades latinas, um racismo disfarçado, base fundamental para manter o mito da democracia racial, fundador da nacionalidade latino-americana e caribenha, que por meio de uma “neurose cultural brasileira” (GONZALEZ, 1982), nega que o povo brasileiro seja racista e que cria uma política do branqueamento, baseada ainda no mito da superioridade branca. O acontecimento morte do menino Miguel torna-se emblemático para reflexão sobre os papéis das mulheres na sociedade brasileira.

No período colonial, tínhamos três grupos sociais que desempenhavam papéis rigidamente diferenciados: de um lado, o senhor de terras que concentrava o poder econômico e político; no outro, os escravos que eram a força de trabalho efetiva da sociedade e, entre esses, uma camada de homens e mulheres livres que viviam em condições precárias (NASCIMENTO, 2019).

Em função do caráter patriarcal e paternalista que permeava – e ainda permeia – toda a ordem de relações sociais, atribuía-se à mulher branca o papel de esposa e mãe, com a vida dedicada ao casamento, marido e filhos (NASCIMENTO, 2019). Quanto às mulheres negras, em outro polo, ocupavam os papéis de trabalhadoras braçais no campo, reprodutoras de novos escravos, objetos sexuais de seus senhores e mucamas (GONZALEZ, 1984; NASCIMENTO, 2019).

A mucama lavava, passava, cozinhava, fiava, tecia, alimentava e cuidava dos filhos das sinhazinhas, e isso sem contar com as investidas sexuais dos senhores que convidavam parentes para iniciar suas vidas sexuais com mucamas mais atraentes. Soma-se a isso o fato de que ela também precisava amparar seu marido e sofrer os castigos físicos tal qual os outros escravizados (GONZALEZ, 1982).

No período pós-colonial, o papel de mucama condicionado à mulher negra deriva em outros três: a mulata, a doméstica e a mãe preta. A primeira, tem no carnaval o auge da

exaltação, o momento privilegiado em que sua presença é adorada, hipersexualizada, que ela vira a “cinderela do asfalto”, a “rainha da Sapucaí”, “produto de exportação” (GONZALEZ, 1984, p. 239). A doméstica é o oposto disso, pois está no cotidiano. “Quanto a doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas” (GONZALEZ, 1984, p. 230).

O que se constata é que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo *sujeito*, a depender de como são vistas. Por sua vez, a mãe preta deriva da antiga figura da “bá”, a ama de leite, que amamentava e cuidava das crianças das sinhás e que hoje exerce a função de “babá”. Tanto mulata, quanto doméstica e mãe preta (babá) derivam da figura da mucama, a mulher negra escravizada (GONZALEZ, 1983).

Nesse mesmo contexto pós-colonial, no início do século XX, com a expansão da indústria, do setor de serviços no Brasil e o fortalecimento da luta feminista, a mulher branca passa a fazer parte da força de trabalho e ocupar lugares definidos como “atividades femininas”, como mão de obra para a indústria e outros serviços nas cidades. Com o declínio das indústrias tradicionais, inclusive a têxtil, a mulher branca, mais escolarizada que a mulher negra, passa a concentrar-se em empregos burocráticos que, “embora mal remunerados, exigiam certa qualificação educacional” (NASCIMENTO, 2019, p. 262).

Às mulheres negras cabiam (cabem) os chamados “dirty works” (DANTAS, 2016), trabalhos considerados sujos e realizados com as mãos: cozinheira, faxineira, servente e que não necessitem atender, falar e ser vistas em público. Isso ocorre por dois motivos: primeiro porque elas não tiveram acesso à educação (requisito essencial para obter melhores condições nas hierarquias de emprego) e segundo porque esses empregos implicam relações com o público e, no “quesito boa aparência”, “o critério racial se faz muito seletivo” (NASCIMENTO, 2019, p. 262).

O eufemismo da boa aparência é uma forma de alijar as mulheres negras de outros ramos no mercado de trabalho, fazendo com que elas continuem sendo recrutadas para assumir empregos domésticos nas áreas urbanas, na indústria e permaneçam como trabalhadoras nos espaços rurais (NASCIMENTO, 2019; CARNEIRO, 2019). Esses processos modernos reforçam as desigualdades entre mulheres brancas e negras e reproduzem a visão colonial que imputa à mulher negra, em geral, o *status* de sub-humana, destituída de capacidade intelectual, coisificada sexualmente e trabalhadora braçal, constituindo-se a base para a discriminação interseccional e a divisão sexual/racial do trabalho na contemporaneidade, sobretudo quando situamos o debate acerca do trabalho doméstico (DANTAS, 2016; CAL, 2016; HIRATA, 2016; BRITES, 2013).

Os pensamentos feministas negro e decolonial nos revelam a importância de entender a situação da mulher negra brasileira, em especial da trabalhadora doméstica, a partir da opressão interseccional, que considera os atravessamentos do colonialismo, do racismo, do sexismo, do capitalismo, da cisheteronormatividade e do classismo como sistemas imbricados, portanto, que inviabilizam uma monocategorização somente de gênero, classe, raça ou qualquer outra estrutura de opressão isoladamente (LUGONES, 2014). Para Lugones (2014), o feminismo decolonial nos fornece subsídios para compreender esse sistema complexo de opressão e lutar e resistir às colonialidades contemporâneas.



Apesar de vivenciarmos um contexto de ampliação de direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil, a partir da aprovação da “PEC das Domésticas” – que culminou na Emenda Constitucional nº 72/2013 e na Lei Complementar nº 150/2015, com o desenvolvimento de legislações que buscam equiparar os direitos dos trabalhadores domésticos aos de outros trabalhadores, ainda o trabalho doméstico é um caso exemplar da conjugação da discriminação interseccional: “a força de trabalho é recrutada entre mulheres, as quais geralmente provêm daquelas camadas mais pobres e com índices menores de escolaridade, características sobrepostas por uma forte marca de racialização” (BRITES, 2013, p. 429).

No país em que há o maior número de trabalhadores(as) domésticos(as) do mundo (WENTZEL, 2018), a atividade ainda “persiste como um setor de baixos salários, elevada jornada de trabalho e alto índice de contratação à margem da legalidade” (BASTHI, 2011, p. 22). No contexto de crise sanitária, agravado com uma crise política, as colonialidades se acirram e agudizam as desigualdades que afetam diretamente a categoria das trabalhadoras domésticas.

Mesmo na vigência da nova legislação voltada às trabalhadoras domésticas, esse tipo de trabalho é marcado pela vulnerabilidade e fragilidade da relação trabalhista, como explica Mirtes: “[...] na delegacia, quase um mês depois, ela me disse que a gente olhava os filhos dela porque a gente queria. A gente olhava porque ela mandava e havia necessidade. As coisas que ela falou para mim foram horríveis nesse dia, ela foi muito irônica” (BIANCONI, 2020, p. 1). Até outubro de 2020, Mirtes e a mãe ainda não haviam recebido as verbas trabalhistas devidas e estavam vivendo sem renda fixa. A mãe de Miguel informou que havia comprado material de depilação para atender em casa e que também não teria como se dedicar a um emprego fixo em função do tempo gasto com os processos penal, trabalhista e civil que estão em andamento.

Ao ser questionada sobre se recebiam horas extras, Mirtes afirma que não e que, em troca, recebia agrados e presentes para Miguel quando os patrões viajavam.

Minha mãe dormia lá várias vezes para ela sair para jantar. Ela agradava, recompensava a gente. Quando viajava, trazia alguma coisa, coisas para Miguel. Roupas, brinquedo. Recompensava desse jeito [dona Marta interrompe para dizer que ao conversarem com outras trabalhadoras domésticas do condomínio, consideravam Sari “superior” às outras patroas, pois ela não fazia distinção de copo, prato ou de comida; as colegas afirmavam que outras patroas faziam]. (BIANCONI, 2020, p. 1, grifos no original).

A intervenção de Marta em complementação à fala de Mirtes é mais um indício claro de resquícios simbólica e politicamente ativos da herança colonial, a tal ponto que uma patroa é considerada “superior” simplesmente por não fazer distinção entre louças e talheres a serem usados pelas trabalhadoras domésticas.

O acontecimento morte do Miguel desvelou ainda uma outra dimensão de desrespeito às leis. Tanto a mãe quanto a avó de Miguel eram formalmente funcionárias da Prefeitura de Tamandaré, assim como mais uma trabalhadora doméstica que atuava na residência da família naquele município. Mirtes contou em reportagem que, dois meses após a posse do patrão como prefeito, ele deu baixa nas carteiras de trabalho delas e as contratou como funcionárias da prefeitura, embora realizassem serviço particular ao prefeito. A situação



foi confirmada pelo Portal da Transparência e pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), que iniciou investigações sobre o assunto.

### **“Miguel não é mais filho de Mirtes Renata apenas, é filho do Brasil”<sup>19</sup>**

Eu não estou só. Miguel não é mais filho de Mirtes Renata apenas, é filho do Brasil. Todos estão pedindo a mesma coisa que eu: justiça. Aqui no estado tenho apoio de pessoas influentes, que não posso citar, porque pediram. Além disso, tenho apoios muito importantes das ONGs. A Rede de Mulheres Negras, o Gajop [Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares], a Articulação Negra de Pernambuco, o coletivo Negritude do Audiovisual que tem ajudado nas campanhas. E Mana Bernardes, que está no Rio, mas se uniu com os coletivos daqui para apoiar essa luta (BIANCONI, 2020, p. 1).

Três dias após a morte de Miguel, familiares, apoiadores e ativistas protestaram em frente ao Tribunal de Justiça de Pernambuco pedindo “Justiça por Miguel” e seguiram para o prédio onde a família ex-empregadora de Mirtes mora, ironicamente conhecido como “Torres Gêmeas”. Segundo as notícias veiculadas, eram cerca de 150 pessoas. “O distanciamento social foi respeitado e os manifestantes, entre máscaras e protetores faciais, seguravam cartazes e gritavam frases como “Não foi acidente”, “Queremos justiça”, “Ei, mamãe, aprende a lavar louça” e “Justiça para Miguel” – esta última que virou um dos termos mais mencionados da internet nas últimas 24 horas” (CAVALCANTE; BENTO, 2020, p. 1). Um momento marcante foi quando os participantes se deitaram no chão, em alusão ao corpo caído de Miguel, e gritaram várias vezes “Eu só queria a minha mãe”<sup>20</sup>.

Já não era apenas o sofrimento da mãe, do pai, da avó e dos familiares de Miguel expresso no protesto e na repercussão social do acontecimento. Para além da sua dimensão existencial, o acontecimento da morte do menino Miguel foi configurado simbolicamente ao ser narrativizado na discussão social e, principalmente, pelas mídias, no que Quéré (2015) denomina como segunda vida do acontecimento. Nessa segunda existência, transbordou de uma questão individual para uma coletiva. A dor compartilhada denunciou o racismo e as outras discriminações interseccionais às quais as mulheres negras vivenciam por meio do protagonismo de Mirtes, não apenas como a mãe que sofre uma dor lancinante, mas como mulher negra, pobre, trabalhadora doméstica como tantas e que luta por justiça num país extremamente desigual como o Brasil.

Essa construção foi beneficiada pela atuação histórica dos movimentos negros, especialmente os feminismos negros, assim como da atuação das sindicalistas representantes das trabalhadoras domésticas pela ampliação dos direitos da categoria. “Ele era filho de uma empregada preta e foi colocado no elevador de serviço. O grito desse protesto também é pelos filhos de outras mulheres negras que perderam seus filhos, seja pela ausência

19 Fala de Mirtes (BIANCONI, 2020, p. 1).

20 Vídeo disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=2568380280090791>. Acesso em: 20 out. 2020.

do direito ou da omissão do estado” (CAVALCANTE; BENTO, 2020, p. 1), afirmou a representante do Coletivo Entidades Negras (Conen), Linda Ferreira, durante o protesto.

Podemos dizer que, em meio a diversas lutas, o efervescente protagonismo das mulheres negras, latinas, indígenas vêm promovendo no Brasil o reconhecimento de uma visão não universalizante de mulher, de que existem diferenças intragênero (basta olhar para o caso Miguel), a exigir o reconhecimento da discriminação interseccional, dos privilégios da ideologia Branca e da necessidade de políticas específicas para diferentes mulheres (CARNEIRO, 2019).

A atuação crítica e vigilante dos sujeitos e também dos coletivos e outros grupos organizados em relação à cobertura midiática sobre essas discriminações, no que podemos chamar de “sistema de resposta social” (BRAGA, 2006), também cria lastros e provoca modificações nos processos midiáticos. Como apresentamos na introdução deste capítulo, foi perceptível a mudança na nomeação do acontecimento, de “descuido grave” a “ato criminoso”. Na sua construção simbólica, a morte do menino Miguel, por meio da atuação crítica de ativistas e outros atores sociais, do protagonismo político da mãe do menino, desvelou o racismo como “negação da humanidade” (MBEMBE, 2016) e, de certo modo, diminuiu a opacidade sobre os arranjos e as hierarquias sociais cujo legado colonial demonstramos.

A agudização das desigualdades estruturais da nossa sociedade em meio à pandemia do novo coronavírus – “a pandemia de classe, gênero e raça” (HARVEY, 2020) –, atingiu em seu cerne as trabalhadoras domésticas. Os avanços legais da categoria, ainda muito mais formais que efetivos, expõem seus limites e insuficiências como proteção social diante da crise sanitária e de um governo ultraliberal, que investe contra os direitos do trabalhador e sem políticas efetivas de proteção à saúde da população. Soma-se a isso a herança colonial, a divisão racial do trabalho e a subalternização, que agravam e dificultam as condições de vida das mulheres, principalmente as negras e pobres, cuja principal ocupação é o trabalho doméstico. Por outro lado, o meta-acontecimento da pandemia que atualmente vivemos também é apresentado como uma possibilidade crítica ao sistema capitalista a apontar a urgência de uma inversão da lógica de exploração, por meio de uma outra economia, do cuidado, com foco no coletivo e no social.

Este texto, que agora termina, foi escrito a muitas mãos e por meio de inquietações e referências diversas de seus autores. Uma tentativa de promover uma dinâmica reflexiva já no interior de sua forja, para assim, quem sabe, dar mais plasticidade a uma discussão que se faz sob o calor e a urgência dos acontecimentos. Pode-se dizer que o ponto de convergência dos olhares se dá por uma determinada lente de compreensão a partir da crítica à colonialidade, por meio de autores e teorias pós-coloniais e decoloniais, e de uma posição desde os grupos subalternizados. Por isso, a centralidade do acontecimento tragicamente emblemático de Miguel como guia à reflexão. Por isso também, o relato “por dentro” do tema, de uma subjetividade decantada da condição exemplar de “filho da empregada”.

França (2012<sup>a</sup>, 2012<sup>b</sup>) destaca que os acontecimentos são ferramentas heurísticas para compreensão e conhecimento da nossa sociedade e nos interpelam: “é assim mesmo que queremos continuar vivendo? É esse o mundo... é essa a realidade que efetivamente optamos por construir e queremos deixar como nosso legado?” (FRANÇA, 2012, p. 20). O acontecimento da morte do menino Miguel desnuda nossas raízes colonialistas, patriarcais

e racistas e nos confronta por nossa complacência secular, cobrando potência diante do ultraje e da violência.

Impossível não lembrar que apenas uma semana separa a morte do menino Miguel, filho de Mirtes e neto de Marta, do assassinato de George Floyd nos Estados Unidos, asfixiado brutalmente por um ato recorrente de explícito racismo estrutural. Um outro acontecimento trágico, que ganhou repercussão mundial, levou milhares de pessoas em manifestações e protestos às ruas sob o lema “Black lives matter”, a gritar “I can’t breathe!”. Um acontecimento tornado levante, nos termos de Antonio Negri (2017, p. 41-42), como gesto de força, de explosão coletiva, que “exige vontades radicais e desejos orientados para o futuro”, em que a “indignação política e moral se solta” e diz basta!

Enquanto a morte de Floyd suscitou um levante de visibilidade mundial, a morte de Miguel, embora tenha gerado um escândalo e protestos, não. O Brasil ainda hesita, muitas vezes, em se levantar contra as suas tragédias. Apesar da atuação de sujeitos, entidades e coletivos pedindo justiça por Miguel, ainda é necessário o envolvimento da sociedade de forma ampla.

Nesse sentido, Miguel simboliza a própria luta por justiça social no país. Miguel já não é somente Miguel Otávio. Miguel é filho do Brasil. Contra as desigualdades estruturais e por todas as vidas racializadas matadas a cada hora neste país, a sociedade brasileira, cada um de nós, devemos nos levantar. O Brasil não pode mais compactuar e condescender com sua barbárie e iniquidade.

## Referências

BASTHI, Angélica. *Guia para Jornalistas sobre Gênero, Raça e Etnia*. Brasília: ONU Mulheres; FENAJ/F-ODM, 2011.

BENGOA, Cristina Carrasco. A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução. *Temáticas*. Campinas-SP. v. 26, n. 52, 2018, p. 31 – 67. Disponível em: <https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2019/03/Dossi%c3%aa-economia-feminista.pdf#page=31>. Acesso em: 27 out. 2020.

BIANCONI, Giulliana. Entrevista: “O caso da morte do Miguel era para ser solucionado no primeiro dia”. *Gênero e Número*, Rio de Janeiro. Publicado em: 25 set. 2020. Disponível em: <http://www.generonumero.media/entrevista-miguel-mirtes-recife/>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRAGA, José Luiz. *A sociedade enfrenta a sua mídia*: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.

BRASIL. *Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020*. Sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>. Acesso em: 12 jun. 2020.

BRITES, Jurema G. *Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas*. Cadernos de Pesquisa. v. 43 n. 149, maio/ago 2013, pp. 422-451.

BRITES, Jurema G. *Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. Porto Alegre, 2000.

BROWN, Wendy. *Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution*. New York: Zone books, 2015.

BUTLER, Judith. Judith Butler sobre a Covid-19: 'O capitalismo tem seus limites'. *Blog da Boi Tempo*. Publicado em: 20 mar. 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/20/judith-butler-sobre-o-covid-19-o-capitalismo-tem-seus-limites/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

CAL, Danila. *Comunicação e Trabalho Infantil Doméstico: política, poder, resistências*. Salvador: EDUFBA/Compós, 2016.

CAMPANHA CUIDA de quem te cuida. Campanha coordenada pela FENATRAD – Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas. Disponível em: <https://www.cuidadequemtecuida.bonde.org/#block-29386>. Acesso em: 20 jun. 2020.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, 2003, p. 49-58.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro *In: DE HOLLANDA, Heloísa Buarque (ed.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Bazar do Tempo, 2019, p 271-289.

CARTA MANIFESTO. *Manifesto das filhas e dos filhos de empregada (os) doméstica (os) e diaristas*. Publicado em: mar. 2020. Disponível em: [https://www.change.org/p/ao-poder-p%C3%BAblico-empregadores-e-empregadoras-de-dom%C3%A9sticas-e-diaristas-e-toda-sociedade-civil-quarentena-remunerada-imediata-para-domesticas-e-diaristas?recruiter=1056504459&utm\\_source=share\\_petition&utm\\_medium=-copylink&utm\\_campaign=share\\_petition](https://www.change.org/p/ao-poder-p%C3%BAblico-empregadores-e-empregadoras-de-dom%C3%A9sticas-e-diaristas-e-toda-sociedade-civil-quarentena-remunerada-imediata-para-domesticas-e-diaristas?recruiter=1056504459&utm_source=share_petition&utm_medium=-copylink&utm_campaign=share_petition). Acesso em: 26 out. 2020.

CASO MIGUEL: 'Ver que meu filho não vai mais voltar é muito difícil', diz mãe. Fantástico – TV Globo, Rio de Janeiro. Publicado em: 7 jun. 2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8609438/>. Acesso em: 20 out. 2020.

CASTRO, Daniel; DAL SENNO, Danillo; POCHMANN, Marcio (org.). *Capitalismo e a Covid-19*. São Paulo: 2020. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2020/05/LIVRO.CapitalismoxCovid19.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

CAVALCANTE, Diogo; BENTO, Emmanuel. Caso Miguel: Familiares e manifestantes gritam por justiça em frente a prédio. *Diário de Pernambuco*, Recife. Publicada em: 5 jun. 2020. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/>

vidaurbana/2020/06/caso-miguel-familiares-e-manifestantes-gritam-por-justica-em-frente-a.html. Acesso em: 20 out. 2020.

CONNECTAS Direitos Humanos. Boletim n. 4. Edição Especial Comunicações ao Tribunal Penal Internacional. Boletim Direitos na Pandemia. *Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil*. Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (CEPEDISA). Faculdade de Saúde Pública. São Paulo: USP, 27 ago. 2020. Disponível em: <https://www.conectas.org/publicacoes/download/boletim-direitos-na-pandemia-no-4>. Acesso em: 29 ago. 2020.

CONHEÇA A HISTÓRIA DE VÍTIMAS DA COVID-19. *Portal G1 no Sul do Rio e Costa Verde*. Publicada em: 19 maio 2020. Disponível em: [https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2020/05/19/conheca-a-historia-de-vitimas-da-covid-19-no-sul-do-rio-e-costa-verde.ghtml?\\_ga=2.166629048.708401707.1595881714-1213244106.1595379803](https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2020/05/19/conheca-a-historia-de-vitimas-da-covid-19-no-sul-do-rio-e-costa-verde.ghtml?_ga=2.166629048.708401707.1595881714-1213244106.1595379803). Acesso em: 20 mai. 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. *Relações raciais*, setembro de 2012.

CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. *Nómadas*, n. 26, 2007, p. 92-101.

DANTAS, Luísa Maria Silva. *As domésticas vão acabar?* narrativas biográficas e o trabalho como duração e intersecção por meio de uma etnografia multi-situada: Belém/PA, Porto Alegre/RS e Salvador/BA. 2016; Tese (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo editorial, 2017.

DAVIS, Angela. A obsolescência das tarefas domésticas se aproxima: uma perspectiva da classe trabalhadora. In: DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

DUSSEL, Enrique. *1492 – O encobrimento do Outro: a origem do mito da modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

EXCLUSIVO: “Fiz tudo que eu podia”, diz Sari Corte Real após ser indiciada no Caso Miguel. Fantástico – Rede Globo, Rio de Janeiro. Publicado em: 5 jul. 2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8675780/>. Acesso em: 20 de out. 2020.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FENATRAD – Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas. Luiza Batista concede entrevista à Gênero e Número sobre a situação das trabalhadoras domésticas na pandemia. Disponível em: <https://fenatrad.org.br/2020/07/31/92/>. Acesso em: 31 jul. 2020.

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. COVID 19. Perguntas e Respostas. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/coronavirus/perguntas-e-respostas?page=3>. Acesso em: 25 jul. 2020.

FRANÇA, Vera. O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. In: FRANÇA, Vera; OLIVEIRA, Luciana (org.). *Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012a, p. 39-51.

FRANÇA, Vera. O acontecimento e a mídia. *Galáxia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica*. ISSN 1982-2553, n. 24, 2012b. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/12939>. Acesso em: 20 out. 2020

G1. Caso Miguel: como foi a morte do menino que caiu do 9º andar de prédio no Recife. *Portal G1*, Recife. Publicado em: 05 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/05/caso-miguel-como-foi-a-morte-do-menino-que-caiu-do-9o-andar-de-predio-no-recife.ghtml>. Acesso em: 20 out. 2020

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. *O lugar da mulher*, p. 87-106, 1982.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 1984, 2.1, p. 223-244.

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. In: DAVIS, Mike et al. (org.). *Coronavírus e a luta de classes*. Terra sem Amos: Brasil, 2020. p. 13-22. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/coronavirus-e-a-luta-de-classes/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

HIRATA, Helena. Mulheres brasileiras: relações de classe, de “raça” e de gênero no mundo do trabalho. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, 2016, 26.

HOCHSCHILD, A. R. Global Care Chains and Emotional Surplus Value. In Hutton, W. and Giddens, A. (ed.). *On The Edge: Living with Global Capitalism*. London: Jonathan Cape, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *PNAD Covid-19*. 2020. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>. Acesso em: 13 ago. 2020.

IPEA. Nota Técnica 75. *Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil*. Diretoria de Estudos e Políticas Sociais-DISOC. ONU Mulheres. Publicado em: jun. 2020. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35791](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35791). Acesso em: 10 jul. 2020.

JOKELA, Merita. *The layers of inequality in paid domestic labour: a global study on domestic workers and precarious work*. The University of Turku, 2018.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó, 2020.

LAGE, Leandro. Notas sobre narrativa e acontecimento jornalístico. In: LEAL, Bruno; CARVALHO, Carlos Alberto. *Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas*. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 227-246.

LATOUR, Bruno. Não existe sistema capaz de resistir à viralidade da ação política. Série de textos: Sobre o futuro após o coronavírus. *El País*. Publicado em: 24 jul. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-07-24/bruno-latour-nao-existe-sistema-capaz-de-resistir-a-viralidade-da-acao-politica.html>. Acesso em: 24 jul. 2020.

LEMOS, Vinícius. Ministério Público analisa morte de doméstica no RJ, após patroa contrair coronavírus. *UOL, da BBC Brasil*. Publicada em: 20 mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2020/03/20/mp-analisa-morte-de-domestica-no-rj-apos-patroa-contrair-coronavirus.htm>. Acesso em: 09 abr. 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, 2014, p. 935-952.

MACHADO, Bruna; GONÇALVES, Marcos; ARCANJO, Maria. Neoliberalismo em tempos de coronavírus ou coronavírus em tempos de neoliberalismo? Espaço e Economia. *Revista Brasileira de Geografia Econômica*. v. 18, ano IX, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.12379>.

MAIA, Rousiley C. M.; CAL, Danila. Recognition and ideology: assessing justice and injustice in the case of child domestic labor. *Journal of Political Power*, v. 7, n. 1, 2014, p. 63-85.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? *Revista de sociologia e política*, v. 18, n. 36, 2010, p. 67-92.

MBEMBE, Achille. O racismo anti-negro funciona da mesma maneira que um vírus. *Pandemia Crítica*, N-1 edições, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos>. Acesso em: 20 out. 2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. In: *Arte & Ensaios*. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, dez. 2016, p. 123-151.



MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido do Retrato do colonizador*. Prefácio de Jean-Paul Sartre. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

NAKANO GLENN, Evelyn. From servitude to service work: Historical continuities in the racial division of paid reproductive labor. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 18, n. 1, 1992, p. 1-43. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3174725>. Acesso em: 17 jul. 2020.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: DE HOLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Pensamento Feminista Brasileiro: Formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

NEGRI, Antonio. O Acontecimento “Levante”. In: DIDI-HUBERMAN, Georges (org.) *Levantes*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017. p. 38-47.

OMS. Organização Mundial da Saúde. World Health Organization. *Who Coronavirus Disease (COVID-19) Dashboard*. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 27 jul. 2020.

ONU MULHERES, OIT, CEPAL. Brief v 1.1. 12.06.2020. *Trabajadoras remuneradas del hogar en América Latina y el Caribe frente a la crisis del Covid-19*. Disponível em: [https://www.ilo.org/americas/publicaciones/WCMS\\_747874/lang-es/index.htm](https://www.ilo.org/americas/publicaciones/WCMS_747874/lang-es/index.htm) Acesso em 10 jul. 2020.

PAMPLONA, Nicola; GARCIA, Diego. 9,7 MILHÕES de trabalhadores ficaram sem remuneração em maio, diz IBGE. *Folha de São Paulo*. Publicada em: 24 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/97-milhoes-de-trabalhadores-ficaram-sem-remuneracao-em-maio-diz-ibge.shtml>. Acesso em: 25 jul. 2020.

PARREÑAS, Rhacel Salazar. Migrant filipina domestic workers and the international division of reproductive labor. *Gender & Society*. v. 14, n. 4, 2000, p. 560-580. DOI:10.1177/089124300014004005.

PRETOS, PARDOS, POBRES e sem estudo são mais afetados pela Covid. *Folha de São Paulo*. Publicado em: 24 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/pretos-pardos-pobres-e-sem-estudo-sao-mais-afetados-pela-covid.shtml>. Acesso em: 30 jun. 2020.

PRIMEIRA MORTE DO RIO POR CORONAVÍRUS, doméstica não foi informada de risco de contágio pela “patroa”. A PÚBLICA. Publicada em: 19 mar. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/03/primeira-morte-do-rio-por-coronavirus-domestica-nao-foi-informada-de-risco-de-contagio-pela-patroa/>. Acesso em: 09 abr. 2020.

QUÉRÉ, L. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos—Revista de Comunicação, Cultura e Educação*. Lisboa, nº 6, 2005, p. 59-76.

QUÉRÉ, L. A individualização dos acontecimentos no quadro da experiência pública. *Caleidoscópio: revista de comunicação e cultura*. n. 10, 2011, p. 13 a 37.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (coord.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales – perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2000. p. 122-151. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100708034410/lander.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2017.

R7. “Não tenho rancor. Tenho saudade do meu filho”, diz mãe de Miguel. *Portal R7*. Publicado em: 12 jun. 2020. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/nao-tenho-rancor-tenho-saudade-do-meu-filho-diz-mae-de-miguel-12062020>. Acesso em: 20 out. 2020.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. *Revista internacional de direitos humanos*, v. 13, n. 24, 2016, p. 99-104.

RODRIGUEZ, Graciela; OLIVEIRA, Tatiana. Para superar a pandemia, uma economia do cuidado. *Outras Palavras*. Jornalismo de Profundidade e Pós-Capitalismo. Publicado em: 29 abr. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/para-superar-a-pandemia-uma-economia-do-cuidado/>. Acesso em: 12 jul. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista crítica de ciências sociais*, n. 78, p. 3-46, 2007.

SANTOS, Neusa de Souza. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SILVEIRA, Daniel; ALVARENGA, Darlan. Com pandemia, nº de trabalhadores domésticos é o menor já registrado no país, aponta IBGE. *Portal G1*, Rio de Janeiro. Publicado em: 28 mai. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/05/28/com-pandemia-pais-atinge-o-menor-contingente-de-trabalhadores-domesticos-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 13 jul. 2020.

SIMÕES, Mariana. Primeira morte do Rio por coronavírus, doméstica não foi informada de risco de contágio pela “patroa”. *Pública*, São Paulo. Publicado em: 19 mar. 2020. Especial Coronavírus, p. 1. Disponível em: <https://apublica.org/2020/03/primeira-morte-do-rio-por-coronavirus-domestica-nao-foi-informada-de-risco-de-contagio-pela-patroa/>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SOBREIRA, Vinícius. Sindicato critica estados que incluíram domésticas em serviço essencial na quarentena. *Brasil de Fato*. Publicado em: 25 mai. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/25/sindicato-critica-estados-que-incluiam-domesticas-em-servico-essencial-na-quarentena>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

TORRES, Maldonado Nelson. Análítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES,

Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 2ed.; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 27-54.

WENTZEL, Marina. O que faz o Brasil ter a maior população de domésticas do mundo. *BBC Brasil*. Publicado em: 26 fev. 2018. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-43120953>. Acesso em: 29 mai. 2018.



# “LUTAMOS TANTAS OUTRAS GUERRAS [...] ESSA É MAIS UMA GUERRA QUE A GENTE PRECISA VENCER”: afetações da crise e horizontes possíveis do trabalho doméstico<sup>1</sup>

*Delha Ferreira dos Santos  
Elzalina dos Reis Pamplona  
Lucileide Mafra Reis  
Maria Luiza Soares  
com Rosaly de Seixas Brito*

Nos mais diferentes sentidos, o ano de 2020 se revelou assombroso para trabalhadoras e trabalhadores em todo o mundo. Muito além de uma crise sanitária em escala global, a pandemia da Covid-19 trouxe impactos econômicos e sociais sem precedentes, incidindo de forma brutal sobre o mundo do trabalho e sobre as relações trabalhistas em geral. Como se viu no sétimo capítulo deste livro, a pandemia é percebida por trabalhadoras domésticas, cuja atividade foi historicamente atravessada por lógicas perversas de poder, como um momento crítico que tornou ainda mais vulnerável sua condição de trabalho, sobretudo no que diz respeito aos riscos à saúde. “É como se a gente fosse um objeto e existisse apenas para fazer as coisas [...] e não corresse o mesmo risco que eles”, indignou-se Delha, referindo-se à forma discricionária com que, contrariando a orientação das autoridades sanitárias de isolamento social em pleno pico da pandemia, às trabalhadoras domésticas foi negado esse direito, com a cumplicidade de muitos patrões.

Há, entre Delha, Elzalina, Lucileide e Maria Luiza, a clara percepção de que existe uma crise profunda no Brasil, anterior à pandemia e por ela agravada. E que, em vista disso, o horizonte que se delineia para o país é desanimador, ao menos no curto e médio prazo. Até mesmo Lucileide, que não se considera pessimista, projeta que ainda levará tempo para que “essa mazela governista saia de nossas vidas”. Delha também se mostra descrente: “Vai demorar para que o Brasil volte ao normal, já não era bom, mas não há nada que não seja bom que não possa piorar”.

---

1 Para a redação deste capítulo, realizamos os seguintes procedimentos: contato com a Federação das Trabalhadoras Domésticas da Região Amazônica-FETRADORAM para indicação de possíveis participantes; contato com as indicadas para apresentar a proposta e verificar disponibilidade para participação; definição por entrevistas individuais que, em seguida, foram transcritas e agrupadas por temáticas. Optou-se por manter o modo coloquial das falas. O texto do capítulo foi apresentado para aprovação das autoras. Equipe envolvida neste trabalho: na elaboração do roteiro, Danila Cal, Nathália Fonseca e Rosaly Brito; na realização das entrevistas, Nathália Fonseca e Danila Cal; na transcrição do material, Camila Fagundes Leal, Bianca Galhardo e Cristiane Gonçalves; e, na edição deste capítulo Nathália Fonseca e Rosaly Brito.

Na esteira dessa crise, o futuro do trabalho doméstico também é visto por elas como incerto, embora Lucileide, particularmente, não acredite no seu desaparecimento. No entanto, vislumbra-se um agravamento dos problemas que cercam essa atividade. “Com a pandemia, muita gente perdeu o emprego [...] muita gente daqui pra frente só vai chamar diarista, vai mudar para pior”, acredita Elzalina. Maria Luíza, por sua vez, problematiza a substituição da mão de obra humana pela tecnologia. “Futuramente não vai mais existir trabalho doméstico, as máquinas que vão trabalhar pelas mulheres”.

A despeito das previsões que assustam nesse cenário de crise e das memórias dolorosas que acumularam ao longo de sua vida profissional, muitas vezes marcadas por relações abusivas, quando olham para trás, as trabalhadoras têm em comum o orgulho daquilo que conseguiram construir por meio do trabalho. Em especial o fato de terem uma casa para morar e o investimento que fizeram em um futuro melhor para os filhos, muitos dos quais lograram estudar e se formar. Mas também a luta por seus direitos e as batalhas ganhas são motivo de muito orgulho. Como no dia em que conseguiram a aprovação da lei complementar 150/2015, em que os direitos dos trabalhadores domésticos foram equiparados aos dos demais trabalhadores, momento cercado de imensa emoção para as caravanas de trabalhadores que estavam em Brasília acompanhando a votação. Liderança sindical, Lucileide conta que ela e suas companheiras e companheiros caíram de joelhos chorando quando ficou selada a vitória. Afinal, o que estava em jogo, ali, era algo muito grandioso – “libertar 12 milhões da semiescravidão”.

Todas essas histórias ganham muito mais força quando contadas diretamente por elas, que neste capítulo fazem projeções sobre o futuro, tanto do Brasil quanto do trabalho doméstico, ao mesmo tempo que revisitam algumas memórias.

## A situação atual do Brasil e possibilidades de mudança

**Lucileide:** Eu não vou pro lado pessimista, eu acredito, sim, na retomada; que essa mazela governista saia de nossas vidas. Acredito na retomada das questões dos direitos trabalhistas, creio sim que a gente tem condições de retomar, mas também te digo que isso não é a curto prazo, talvez leve em média de 16 a 20 anos para que a gente tenha a retomada desses direitos trabalhistas. A CLT era uma senhora de 75 anos, quando ela faleceu e eu acredito que a gente possa reconquistar esses direitos trabalhistas, mas não vai ser fácil.

**Delha:** Olha, tá difícil. Tem muita gente que perdeu o emprego. Vai demorar pro Brasil voltar ao normal. Já não era bom, mas não há nada que não seja bom que não possa piorar.

**Lucileide:** Acredito que essa mudança só vai haver, principalmente, a partir das lutas de classe. Infelizmente, se o trabalhador não colocar na sua cabeça que as lutas de classe foram e são de suma importância, pensar no coletivo, enquanto ele estiver pensando enquanto “eu” nós não vamos avançar como “nós”. E os brasileiros – a maioria, que nós não somos a minoria, nós somos maioria –, a gente precisa dar voz aos nossos objetivos, a gente tem que pensar mais no conjunto da sociedade em que vivemos, no país em que vivemos e aprender, principalmente, a votar. Esquecer a cesta básica que aquele político vai lhe dar, a camisa que ele vai lhe dar. Porque vou matar minha fome hoje, mas o meu vizinho vai continuar com fome hoje e amanhã, e eu também. Então enquanto a gente não tiver um Brasil capaz de votar é isso. Porque que a gente vive assim, [o cara] acabou levando...

Foram pessoas que achavam que queriam melhorias, ficaram no achismo e confundiram distribuição de renda com assistencialismo.

**Elzalina:** A situação do Brasil, só Jesus na causa. Se não for Jesus pra nos ajudar, nos dar sabedoria pra saber levar esse povo hoje que está no nosso mundo... É tanta da coisa, é tanta da lei, e muitas das leis só faz prejudicar a gente. Em vez de ajudar, prejudica. Então o nosso Brasil, como eu acabei de te falar, só Jesus na causa.

**Lucileide:** Enquanto a gente não acreditar que nós somos capazes de mudar o Brasil, de entender que o que falam na Constituição Federal, que o voto, o poder do voto emana do povo, que ele saiba realmente ao pé da letra o que é emanar... Agora a filosofia, a sociologia, a gente vai ter um período crítico como sociedade, como organização de classe, como um todo, fazer críticas em relação a isso, que te convida a pensar e te dá um leque de oportunidades pra ti conhecer o que realmente é o socialismo, o que realmente é o comunismo, o que realmente é jogos interesses e tudo isso. Hoje em dia colocam assim: se você não é direita é porque você é comunista, se você é sindicalista, você é comunista, porque você é do PT. Quantas brigas eu tenho tido em relação a isso – “ah, porque ela é do PT! Eu digo: “gente, eu não sou do PT, eu sou pelo Brasil, pela sociedade. É por isso, porque eu acredito nos direitos iguais para todos”. Infelizmente a gente tá muito além de conseguir isso tudo, porque nós somos muito individualistas, a gente precisa pensar de uma forma mais macro, a gente precisa pensar como um todo. Então eu acredito sim que a gente possa, talvez a minha geração, que eu tô com 50 anos, não consiga, mas talvez as próximas vejam esse país como dizia Mahatma Gandhi “Se você quer mudança, seja a mudança”, seja a mudança que você quer pro seu país, pro seu povo. Eu quero ser essa mudança, eu fiz parte dessa mudança. Eu só defendo aquilo que eu acredito, parei por aqui. Mas essa próxima geração precisa botar os pés no chão e ver o Brasil que eles querem, o país que eles querem, porque nós temos um país belíssimo, nós temos um povo hiper solidário, nós temos um país extremamente rico e com tantas mazelas sociais, como aqui nosso vizinho Venezuela. Como que um país desse, que tanto exporta petróleo, conseguiu chegar nesse caos social? Aí fica difícil, mas eu ainda acredito sim que tenha jeito, talvez eu não veja essa mudança, mas eu ainda, enquanto eu tiver fôlego, vou continuar a tocar, pra conseguir. Como diz Fernando Sabino, “com a certeza de tudo restam três coisas: a certeza de que a gente ainda pode sonhar, a certeza de que a gente precisa continuar, a certeza de que a gente contribuiu para essa mudança”. Ainda acredito nisso. Sabe aquela frase de Augusto Cury que diz assim “vocês podem até me acorrentar, me prender, mas vocês não prenderão meus pensamentos, você pode até acorrentar o meu corpo, mas não a minha mente; vocês podem até me matar, mas aí eu voltarei e aí seremos vilões, porque não serei palco dessa sociedade doente”.

## O futuro do trabalho doméstico no Brasil

**Maria Luiza:** O futuro da trabalhadora doméstica, eu acho que daqui pra frente vai acabar, não vai existir mais trabalho doméstico, porque do jeito que tá indo, todo mundo tá acordando, todo mundo tá estudando, todo mundo tá querendo coisa melhor e a evolução do mundo, os estudos, tá mudando tudo. Hoje em dia, você não vê mais alguém botar no jornal que precisa de uma trabalhadora doméstica, que vai buscar “as caboquinhas” lá do interior pra lavar, passar e cozinhar, cuidar dos seus filhos, não. Hoje em dia tudo é



moderno, é creche, temos máquina pra lavar, máquina pra passar, máquina pra secar, então já tem os computadores pra limpeza, aspirador pra tudo. E as casas estão diminuindo... tudo está mudando, então futuramente não vai mais existir trabalho doméstico, as máquinas que vão trabalhar pelas mulheres.

**Delha:** Seria bom, muito bom se eles conseguissem mais, como um trabalhador normal; ainda faltam coisas para as trabalhadoras domésticas, muita coisa. Mais direitos, como o PIS, que nós não temos. Os que já têm direito quando os patrões cumprem é bom, mas tem muitos que não cumprem. Tem trabalho por contrato, tem as diaristas que não têm todos os direitos, só trabalham um dia ou dois e pronto: só ganha a diária e às vezes nem o do ônibus, tem que tirar do bolso pra pagar. Seria bom se fosse assim, se todas as trabalhadoras fossem padronizadas. Como se fosse uma empresa só delas. Que garantisse todos os direitos.

**Lucileide:** Uma vez eu ouvi que daqui a dez anos o movimento social vai virar peça de museu. Eu não acredito nisso. A gente viveu os piores momentos do movimento sindical, na época da ditadura e conseguiu sobreviver como uma fênix, por isso que eu não acredito. Assim como eu acredito sobre o trabalho doméstico. Acredito que pode até reduzir, as trabalhadoras domésticas vão acabar se profissionalizando, por mais que tenhamos os *deliverys* da vida, que os restaurantes facilitam bastante, porque às vezes não tem por que fazer comida, hoje uma pessoa vem uma vez na semana ou a cada 15 dias e eu como fora. Mas um casal que tem filhos precisa de uma trabalhadora doméstica, então eu não acredito que a profissão do trabalho doméstico vai desaparecer totalmente. Uma das outras entrevistadas tem uma sobrinha lá em Curuçá que ganha 80 reais por mês, para fazer tudo na casa de um comerciante e tem quatro filhos, como essa mulher vai viver? Com a Bolsa Família de 480 reais, mais 80 reais? Ela mora em Mutuacá, interior do interior de Curuçá. A pessoa tem condições? Sim, ele é comerciante bem sucedido. Ela tem quatro filhos, é uma escadinha e cada filho de um pai diferente e o cara dá 80 reais pra fazer tudo na casa? É muita falta de vergonha na cara.

**Elzalina:** Olha, pelo que está indo... Tem muita gente que acha assim: "ah eu não posso pagar, eu não posso assinar carteira porque tem isso, tem aquilo, essa lei veio pra mudar tudo, veio atrapalhar". Realmente, verdade, tem muita gente que hoje em dia só trabalha de diarista. Mas muita gente não assina a carteira por falta de vergonha. Porque não quer pagar os direitos do trabalhador. Então vai chegar um tempo que esses patrões só vão chamar diarista. Eles não vão querer mais empregada. Ainda mais agora, com essa pandemia, que muita gente está trabalhando, "ah eu dou conta, agora eu dou conta", e estão mandando as empregadas irem embora. Tem muita gente desempregada, muita gente perdeu o emprego. O patrão não dá valor no trabalho do empregado. Os patrões não dão valor no nosso trabalho, porque eles pensam que a gente não trabalha. Então, não. Não vai melhorar. Vai mudar, como eu te falei. Tem muita gente que daqui a diante só vai chamar diarista. Vai mudar pra pior. Aí a diarista, tem gente que ainda chama de uma a três vezes na semana. Tem uns que chamam de 15 em 15 dias. E tem uns que chamam uma vez no mês. É assim. Aí o quê que elas querem? Que a gente faça um serviço de um mês.

**Lucileide:** Principalmente, porque sempre vai haver pessoas necessitadas e os patrões sempre vão se aproveitar dessa situação, da hipossuficiência do trabalhador, a parte mais frágil na relação do trabalho, então o trabalhador vai aceitar porque depende daquele auxílio ou ele passa fome. Eu acredito, sim, nessa mudança, que a gente é capaz de conseguir dar a volta por cima, principalmente nas próximas eleições, estar mais preparado, esse bando

que votou nesse desgoverno, eles certamente estão arrependidos, com certeza, porque eles se ferraram e fizeram o Brasil todo se ferrar. Porque se fossem só eles que estivessem sofrendo..., mas somos todos nós, então eu creio sim que a gente tem condições de virar, porque nós conseguimos em momentos mais difíceis, nós conseguimos na Guerra do Araguaia, na Cabanagem. Lutamos tantas outras guerras, então essa é mais uma guerra que a gente precisa vencer. Eu tenho certeza que a gente vai conseguir vencer mais essa batalha e que as categorias estejam intactas e trabalhem com respeito, com salário digno e principalmente, que tenham um governo que trabalhe e veja que o país não pode viver sem saúde, sem educação, sem moradia digna, sem saneamento. É o mínimo que o ser humano precisa para sua subsistência e que um país precisa ser respeitado e parar de servir de lixeiro para país de primeiro mundo.

### **Memórias marcantes, algumas dolorosas, outras que orgulham**

**Delha:** Agora, por exemplo, eu estou deitada aqui, no quarto do meu irmão, deitada aqui na cama, olhando pra cima. Eu tenho orgulho de ter um teto, de ter a minha casa, de ter conseguido apesar de tudo o que eu tive que passar: assalto dentro de ônibus, chuva, sair cedo, chegar tarde, deixar meus filhos sozinhos, tudo, e eu ter conseguido construir meu teto, ter minha casa, que é a coisa mais difícil, eu me orgulho muito disso, de ter conseguido construir minha casa. e? Eu posso dizer que meus filhos têm para onde vir, eles têm o quarto deles, podem ficar à vontade... coisas que eu nunca tive, sabe? Eu poder dar isso pra eles é pra mim muito satisfatório e eu devo isso ao meu trabalho doméstico, ao trabalhar na casa de família; apesar de eu passar por tudo o que tive eu passar, foi graças ao trabalho doméstico que eu consegui construir minha casa. Graças a esse trabalho, que eu me orgulho muito de me lembrar de ter passado por tudo isso, e agora eu estar aqui. Mas eu sei que eu consegui, através disso, passar para eles a dignidade da vida, o valor do suor do rosto que eu derramei lá esfregando pano para passar o pano na casa, de ter que subir e descer escada pra limpar a lajota do banheiro. Cada coisinha dessa que eu fazia, eu pensava neles, fazia isso pra eles. Meu orgulho é estar deitada na minha cama de manhã, 5h30 da manhã, e a minha filha estar fazendo barulho no banheiro. “Deve estar tomando banho pra sair”, não precisou eu chamar, não precisa dizer: minha filha tá na hora de você ir. Eu estou dormindo e me acordo com os barulhos dela. Eu consegui passar isso pra ela e agora ela segue com o caminho dela. Consegui formar uma mulher que queira construir algo, como eu construí.

**Maria Luiza:** A parte que mais me trouxe muita alegria foi dar a casa pros meus filhos e ver meus filhos se formando e trabalhando. Todo dia quando eu acordo eles ligam procurando saber e eu procuro saber “mãe, eu tô no trabalho” isso me alegra muito, essa é a maior alegria da minha vida. E outra coisa, não é só dos meus filhos, mas também de vocês, da Lucileide Mafra, da Rosileide, de todas as pessoas que passaram na minha vida e que eu passei na vida delas, eu sei que são pessoas iguais a mim, que lutaram e estão lutando pra crescer, e vão crescer. Mas o que também me marcou muito foi o último trabalho que eu tive. A pessoa me humilhou muito, eu fiquei tão pequenininha, tão pequenininha, mas dentro de mim eu pedi muito pra Deus que me iluminasse, que um dia eu poderia mostrar pra aquela pessoa que eu não era o que ela imaginava, que eu seria capaz de ter, de conseguir, eu ia lutar de outra forma pra conseguir os meus objetivos e eu consegui. A minha maior

alegria que eu tive da minha vida foi um dia ela chegar e pedir um agasalho pro filho dela, aquilo me alegrou muito e ao mesmo tempo me entristeceu, porque pra mim aquilo não foi uma vingança, pra mim foi uma provação que Deus tava dando pra ela, que ela não era melhor do que eu, porque eu simplesmente era uma empregadinha doméstica, como ela me chamou. Me disse que eu não ia crescer, que eu não ia ter nada, que eu ia ser uma pessoa medíocre, essa palavra me marcou muito, me entristeceu muito. E a minha alegria foi essa dela me procurar e eu ter aquelas condições de dar e de atender ela, foi a minha maior alegria. E outra coisa, teve um caso também que aconteceu, que também me entristeceu, trabalhei na casa duma mulher e tudo dela era escaldado, da parede do banheiro ao vaso sanitário, de manhã, de tarde e de noite. E quando foi pra ela morrer, ela teve que chamar alguns trabalhadores que trabalhavam com ela, para que ela pedisse perdão. Ela morreu daquela doença de lepra, caindo aos pedaços, porque antigamente tinha isso, tinha esse tipo de bactéria porque não existia tratamento, já veio existir tratamento depois de muito tempo, sobre essa doença e isso daí foi triste e ao mesmo tempo me alegrou, porque eu entendi que ela parou pra perceber que ela não era melhor do que uma simples empregada, ela era igual uma empregada doméstica, entendeu? Essa que foi a minha alegria.

**Elzalina:** Eu acho que a minha é da infância. Porque antigamente no interior não existia maldade. Não existia tanta maldade como existe hoje em dia. Hoje em dia é tanta maldade, que às vezes eu fico imaginando por que o mundo ficou assim. A gente no interior dormia de porta aberta e hoje em dia não pode. Deus te livre. No meu tempo de jovem eu era feliz. E eu sou feliz agora, graças a Deus. Mas naquele tempo eu era mais. Era mais feliz, eu tinha meu pai, tinha minha mãe e hoje em dia não tenho... É aquela coisa, a gente tem que sobreviver, a gente tem que continuar a vida. Vida que segue. E também hoje em dia eu sou feliz porque eu conheci Jesus, mudou muito a minha vida. Para o que era, mudou muito. Eu era uma pessoa muito agressiva, eu era uma pessoa muito brigona. E hoje graças a Deus eu não sou. Já sou uma pessoa moderada.

**Lucileide:** Uma memória muito importante pra mim foi o dia em que nós conseguimos um voto só contra a aprovação da lei complementar 150/2015. Eu consegui levar quatro ônibus, tive que ficar duas semanas, à noite, só eu e uma amiga fazendo bombons para poder vender, para conseguir levar alimento para esse povo lá em Brasília; dormindo dentro do ônibus, tomando banho no posto; e ver que a vitória do nosso painel foi a votação e a sanção da lei complementar 150 onde a gente conseguiu equiparar os direitos dos trabalhadores domésticos aos demais trabalhadores. Essa imagem, só o último voto contra, quase unânime no senado... Eu caí de joelho e todo mundo caiu de joelho junto comigo. Todo mundo chorando, todos de joelhos agradecendo a Deus. Aquele momento foi uma sensação que eu... Eu não tinha mais forças pra lutar e nesse período eu cheguei a entrar em coma, porque descobri que estava diabética, fiquei quatro dias em coma, nós viemos pra São Paulo, chegamos em Brasília e no aeroporto eu desmaiei, acordei quatro dias depois no hospital. Descobri que estava diabética. Então, assim, eu tinha chegado ao meu limite de ficar em hotel cinco estrelas e ter que beber água da torneira, porque não tinha dinheiro pra comprar uma água que custava cinco reais, porque a central me botou num hotel cinco estrelas nacional e não me deu um centavo pra comprar comida. Tive que beber água da torneira tantas vezes, porque não tinha dinheiro pra comprar uma água. Ia pro aeroporto, comia dois biscoitinhos, bebia da pia do aeroporto, mas consegui a vitória

para libertar 12 milhões da semiescavidão, 12 milhões de pessoas. Eu dediquei tudo naquele momento, a única forma de agradecer a Deus era cair de joelhos diante dele e agradecer. Já estou aqui chorando. Como eu te falei, levei quatro ônibus e todo mundo se ajoelhou junto comigo nesse momento. Foi um momento muito importante pra gente, fiquei muito feliz e foi uma memória que fez valer a pena tudo que eu passei, valeu a pena os não, valeu a pena passar por um movimento, muitas vezes, extremamente machista, eu fui a segunda mulher presidente de um sindicato aqui do estado, era chamada muitas vezes de diretora de fogão; de ver sindicalista me mandando embora pra casa, que lugar de mulher era na cozinha, que sindicalista era coisa pra macho e hoje receber uma homenagem, como recebi há uns três anos, eles fizeram coleta e pagaram uma revista *Veja* pra mim, uma homenagem dia 27 de abril, que é o dia nacional e internacional da categoria, de dama de ferro, me comparando a Margareth Thatcher, eu amei. Vinte e dois anos depois ser reconhecida por você que tanto me criticaram, falavam “Lucileide tu és uma pessoa inteligente, volta pra casa, que tu nunca vais conseguir os direitos dessas trabalhadoras, nunca”.

## **A mulher não deve se menosprezar por ser empregada doméstica**

**Delha:** Eu sempre digo assim: a mulher, a dignidade dela não se perde por um trabalho que hoje em dia se diz, como o da empregada doméstica, que é menosprezado; é um trabalho digno. A mulher não deve perder a dignidade por isso. Ela não deve perder a dignidade, não deve se menosprezar por ser empregada doméstica. Porque é de lá, de um trabalho honesto, de um trabalho doméstico que ela vai conseguir algo maior. Vai conseguir um teto, vai conseguir passar o trabalho digno para seus filhos. Que bom que hoje em dia a gente tem esses direitos. Eu, particularmente, agradeço não só pelo bem material que veio no final, mas pelo que fui construindo, passando para os meus filhos principalmente. Foi o que eu fui construindo e passando pra eles. E isso é o que mais me emociona. Eles entenderem que o trabalho doméstico, além de ser um trabalho digno, hoje em dia, para ser reconhecido é um tanto de esforço como se estivesse lá limpando uma casa, varrendo, espanando, passando passo, entendeu? É tão trabalhoso quanto. Para a gente conseguir o respeito que a gente merece é tão trabalhoso quanto limpar uma casa. Essa comparação faz todo sentido pra mim. Tanto a luta que a gente tem no dia a dia, quanto o trabalho que a gente tem que expor na casa dos outros é a mesma luta que uma trabalhadora doméstica tem que se expor para conseguir os direitos dela.

**Elzalina:** Eu quero primeiramente agradecer a Deus, e principalmente agradecer a Lucileide, a gente tem amizade muito grande, a gente passou muitos anos sem se ver. Incrível, como é as coisas, eu acho que fazia mais de 12 anos que eu não via a Lucileide, quando foi ano passado, a minha prima me ligou: “ô Elzalina o que você está fazendo?”. E respondi: “nada, eu estou dormindo” – eu tava desempregada. As portas de emprego estavam fechadas. Ela falou: “Bora no comércio”, “eu não, o sol está muito quente”, “bora logo, te levanta, bora logo”. Eram duas horas da tarde. “Quer saber? Eu vou”. Aí quando estávamos chegando na Santo Antônio, eu e ela, a gente se encontrou na frente da C&A, que eu olho... Lá vai a Lucileide com uma caixa de papelão na mão – ela tava fazendo curso, não sei onde era – eu disse “Lucileide!”, aí ela virou e eu disse “Olha, quanto tempo que a gente não se via!”. Aí pronto, eu fui fazer cursos com ela: serviços gerais, higienização predial, agente de portaria,

atendente de farmácia. Como eu falei, vai fazer muito tempo e eu agradeço a ela. Que através dela eu consegui muito conhecimento. E estou tendo e creio que vou ter mais.

**Lucileide:** Tem uma coisa muito importante que a gente acabou esquecendo: o assédio. Muitas trabalhadoras da minha época tiveram filhos de patrão, por conta dessa pressão, de eles assediarem de meninas muitas vezes inocentes, por pressão. Eu passei muito, muito por isso, de patrão ir na cozinha, dizia que ia no banheiro e ficava me pegando todinha pela rede. Quando eu fui contar pra patroa – porque eu não aguentava mais aquilo – ela jogou as minhas coisas todas na rua. Ela disse que eu que estava dando confiança pro marido dela. Eu e minhas colegas, a gente arrastava o guarda roupa, máquina de costura tudo pra porta pra gente poder dormir em paz. Eles iam bater no nosso quarto de noite, atentar. A minha irmã, quando veio trabalhar, a patroa trancou ela no quarto com o filho dela, pro seu filho iniciar a sua vida sexual com a minha irmã; a vizinha escutou os gritos da minha irmã, me ligou e eu cheguei lá correndo e consegui salvar minha irmã. Muitas colegas, muitas mesmo, com filho de patrão que dizia que ia iniciar com a empregada ou eles mesmo. Esse tipo de abuso acontece muito. Inclusive teve um caso, o da menina Marielma, em 2006. Ela tinha 12 anos, já ia fazer 13. Era do interior de Vigia, eles a trouxeram para estudar, e além de abusar dela, ele estuprava ela na frente da esposa e quando acabava ele descascava fio elétrico e dava choque dentro da vagina dela. A gente conseguiu, ele foi condenado na primeira e na segunda instância, ela foi condenada a 28 anos e ele a 38 anos. A gente saiu duas horas da manhã no último julgamento dela. A sociedade, o Emaús, o padre Bruno, nós acompanhamos todo o processo e aí a gente saiu de lá, a gente fez de tudo pra eles serem condenados e conseguimos a pena máxima Mas quando nós saímos, que a gente entrou no carro e foi aquele silêncio total; quando eu vi, todo mundo estava chorando e a gente não sabia dizer por que, se nós conseguimos o que a gente queria, que era que eles pegassem a pena máxima. Depois eu fiz uma avaliação e disse, sabe por que eu to chorando? Porque eu sei que não adiantou nada. Daqui a dez anos eles tão fora; mas a Marielma, ela saiu de vez do seio da família dela, 12 anos, que mal ela fez pra merecer tanto castigo? E aquela sensação de que a justiça é muito falha e um cara desse tinha que ter pena máxima, tirar um monstro desse do seio da sociedade. Se a gente tivesse mais cuidado, se o vizinho tivesse mais cuidado, saberia o que tava acontecendo. Se via a menina ser espancada, com o corpo roxo quando ela ia comprar pão, se tivesse feito alguma coisa, ter denunciado, ela estaria viva, e muitas outras Marielmas da vida. Esse caso teve repercussão nacional, internacional. E a gente conseguiu, mas infelizmente agora eles já estão soltos e a Marielma nunca mais vai estar com a família dela. A gente devia ter cuidado com as nossas crianças, se policiar, dar mais atenção, “ah, veio pra estudar” é mentira. Eles ameaçam né? “A tua família tá vindo aqui, mas diz que tá tudo bem”. E as meninas vão se calando e as coisas vão acontecendo. Então é não ao trabalho infantil doméstico e todos os tipos de trabalho infantil.

# ÍNDICE REMISSIVO

## A

*Acontecimento* 17, 184, 225, 226, 227, 228, 233, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 247, 248, 249

*Amazônia* 11, 15, 17, 26, 35, 45, 46, 47, 50, 58, 59, 64, 65, 66, 68, 69, 82, 98, 124, 138, 143, 161, 181, 182, 188, 203, 235, 247, 267, 269, 270, 271, 272

## B

*Brasil* 3, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 21, 30, 46, 50, 56, 57, 58, 60, 62, 63, 64, 65, 70, 74, 81, 82, 84, 86, 92, 97, 105, 120, 121, 122, 124, 125, 129, 132, 133, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 165, 167, 178, 179, 181, 187, 188, 194, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 207, 208, 211, 212, 219, 220, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 232, 234, 235, 237, 240, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 248, 250, 251, 253, 254, 255, 257, 270

## C

*Classe* 13, 14, 15, 28, 38, 46, 51, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 68, 69, 70, 71, 76, 77, 80, 95, 96, 103, 104, 110, 111, 122, 131, 132, 137, 140, 143, 145, 150, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 166, 170, 171, 173, 174, 177, 178, 181, 186, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 205, 206, 207, 208, 220, 225, 226, 230, 231, 237, 240, 243, 246, 247, 254, 255

*Colonial* 9, 11, 13, 14, 16, 56, 58, 59, 60, 62, 101, 102, 103, 104, 105, 109, 111, 112, 114, 132, 144, 145, 157, 169, 174, 185, 227, 232, 233, 234, 238, 239, 240, 241, 243

*Colonialidade* 12, 17, 101, 102, 103, 104, 109, 113, 114, 178, 225, 227, 234, 243, 250

*Comunicação* 3, 4, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 53, 55, 64, 65, 81, 101, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 141, 147, 148, 161, 162, 163, 166, 182, 184, 188, 201, 202, 203, 204, 205, 220, 221, 222, 223, 235, 237, 245, 247, 249, 250, 267, 269, 270, 271, 272

*Crias de família* 16, 45, 59, 64, 98, 182

*Cultura* 15, 17, 39, 47, 65, 73, 83, 109, 144, 145, 162, 163, 167, 169, 179, 192, 196, 199, 203, 204, 212, 218, 220, 235, 247, 248, 249, 250, 267, 269, 270, 272

## D

*Desigualdades* 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 21, 54, 58, 60, 61, 62, 64, 73, 74, 78, 102, 103, 131, 132, 143, 145, 150, 155, 157, 158, 160, 165, 178, 183, 185, 186, 192, 201, 206, 208, 217, 225, 226, 231, 234, 235, 240, 241, 243, 244

*Direitos* 4, 12, 15, 16, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 58, 61, 62, 69, 70, 74, 86, 87, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 103, 104, 119, 120, 121, 122, 123, 129, 130, 132, 138, 140, 144, 151, 153, 154, 159, 160, 165, 168, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 181, 182, 183, 185, 186, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 208, 210, 219, 230, 232, 241, 242, 243, 246, 250, 254, 255, 256, 258, 259, 269, 272

*Direitos das trabalhadoras domésticas* 16, 87, 120, 140, 144, 153, 154, 159, 160, 165, 178, 194, 196, 200, 201, 241

*Divisão sexual do trabalho* 14, 51, 60, 61, 62, 101, 185, 187, 195, 199, 207, 208, 219, 221, 223

*Domésticas* 7, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 26, 28, 29, 30, 31, 33, 38, 40, 59, 60, 64, 65, 68, 69, 72, 80, 81, 85, 86,

87, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 101, 117, 119, 120, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 132, 133, 136, 140, 143, 144, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 165, 166, 167, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 212, 213, 218, 220, 227, 228, 230, 231, 234, 235, 237, 238, 241, 242, 243, 245, 246, 247, 248, 250, 251, 253, 256, 270

## E

*Empregada* 13, 25, 27, 28, 29, 33, 42, 59, 67, 72, 74, 81, 90, 91, 95, 98, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 129, 131, 133, 139, 141, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 159, 165, 166, 168, 169, 170, 172, 175, 176, 178, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 198, 214, 217, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 242, 243, 245, 256, 258, 259, 260

*Empregadores* 29, 88, 91, 93, 95, 96, 120, 121, 122, 123, 165, 173, 176, 177, 190, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 226, 227, 230, 233, 235, 245

*Exploração* 14, 16, 27, 59, 61, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 79, 80, 95, 102, 103, 109, 120, 144, 169, 171, 182, 187, 199, 200, 201, 218, 231, 243

## F

*Família* 11, 12, 15, 16, 21, 22, 23, 29, 30, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 49, 50, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 72, 73, 74, 77, 78, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 101, 104, 123, 124, 125, 133, 145, 148, 150, 151, 152, 153, 156, 159, 160, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 175, 182, 186, 188, 191, 192, 193, 194, 195, 198, 207, 225, 230, 233, 234, 235, 236, 237, 240, 241, 242, 256, 257, 260, 271

*Feministas* 61, 64, 65, 80, 83, 85, 96, 101, 102, 103, 105, 109, 110, 112, 113, 114, 141, 156, 179, 203, 208, 211, 227, 231, 240, 248, 272

## G

*Gênero* 3, 4, 11, 13, 15, 21, 35, 36, 37, 38, 39, 44, 45, 46, 51, 56, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 74, 76, 77, 81, 82, 95, 96, 101, 103, 104, 110, 111, 123, 137, 143, 145, 146, 148, 150, 155, 156, 157, 159, 160, 162, 174, 177, 178, 179, 181, 185, 189, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 219, 226, 227, 228, 230, 231, 234, 239, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 269, 270, 271, 272

## H

*História* 21, 23, 27, 31, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 59, 63, 65, 67, 69, 70, 73, 76, 80, 121, 128, 129, 133, 136, 138, 140, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 158, 160, 218, 219, 227, 232, 246

## I

*Interseccionalidade* 12, 17, 60, 85, 140, 143, 150, 155, 202, 226, 246

## J

*Jornalismo* 12, 17, 178, 179, 181, 183, 184, 185, 187, 200, 201, 221, 237, 250, 267, 269, 272

*Juventudes* 11, 15, 16, 49, 51, 52, 54, 56, 60, 63, 65, 66

## L

*Lei* 4, 15, 25, 26, 28, 32, 38, 46, 58, 59, 62, 82, 86, 87, 96, 97, 119, 120, 122, 129, 144, 151, 153, 154, 160, 161, 165, 167, 170, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 181, 187, 189, 190, 193, 195, 196, 197, 199, 210, 230, 237, 241, 244, 254, 255, 256, 258

*Luta* 11, 12, 14, 15, 16, 18, 21, 23, 27, 30, 32, 79, 80, 81, 85, 86, 87, 90, 94, 105,



114, 119, 121, 122, 128, 129, 136, 140, 143, 178, 179, 186, 193, 194, 204, 221, 240, 242, 244, 247, 254, 259

## M

*Mídia* 15, 51, 53, 56, 65, 114, 121, 122, 127, 135, 136, 144, 146, 162, 163, 183, 188, 196, 201, 203, 204, 219, 220, 221, 222, 227, 244, 247, 269, 270, 271, 272

*Mulheres* 11, 13, 14, 16, 18, 21, 22, 23, 31, 35, 36, 37, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 51, 59, 60, 61, 62, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 119, 123, 129, 130, 144, 145, 146, 149, 150, 151, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 182, 183, 185, 186, 187, 195, 199, 200, 201, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 220, 226, 227, 228, 230, 231, 234, 235, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 254, 256, 269, 270, 271

*Mulher negra* 69, 74, 80, 83, 91, 112, 143, 145, 150, 151, 156, 163, 169, 174, 175, 179, 226, 239, 240, 242, 245, 247, 249

## P

*Pandemia* 12, 13, 14, 16, 17, 18, 65, 119, 121, 122, 124, 125, 204, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 235, 237, 238, 243, 246, 247, 248, 250, 253, 254, 256

*Patrão* 22, 25, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 50, 69, 72, 73, 88, 90, 93, 95, 120, 121, 122, 124, 125, 151, 152, 153, 154, 156, 159, 160, 165, 174, 194, 195, 197, 228, 233, 235, 237, 241, 256, 260

*Patriarcalismo* 61, 104, 143, 155, 226

*Patrões* 12, 14, 16, 17, 21, 24, 25, 26, 28, 29, 32, 49, 60, 64, 69, 87, 90, 93, 95, 96, 98, 122, 123, 133, 150, 151, 152, 154, 157, 158, 159, 160, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 181, 182,

183, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 225, 227, 235, 236, 237, 238, 241, 253, 256

*PEC das domésticas* 12, 15, 16, 17, 86, 119, 120, 123, 129, 144, 153, 154, 159, 165, 166, 167, 169, 170, 172, 173, 175, 176, 179, 181, 183, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 193, 195, 203, 208, 241

*Políticas* 12, 16, 18, 65, 71, 81, 86, 96, 102, 109, 112, 127, 129, 130, 131, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 143, 155, 161, 179, 182, 183, 186, 194, 200, 206, 207, 209, 210, 211, 229, 234, 243, 245, 246, 248

## R

*Racial* 14, 49, 55, 56, 58, 59, 64, 68, 69, 70, 75, 76, 80, 81, 82, 86, 132, 145, 151, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 187, 227, 231, 239, 240, 243, 249, 271

*Racismo* 16, 61, 62, 65, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 83, 86, 96, 97, 104, 105, 109, 111, 143, 145, 146, 155, 161, 162, 187, 211, 223, 226, 227, 232, 233, 238, 239, 240, 242, 243, 244, 247, 248

*Relações de poder* 12, 15, 17, 61, 74, 143, 149, 150, 158, 169, 187, 202, 205, 207, 208, 211, 219, 233, 272

*Representações midiáticas* 12, 17, 64, 143, 183, 187, 202

## S

*Salário* 23, 24, 26, 28, 29, 30, 32, 41, 72, 87, 90, 92, 121, 123, 125, 153, 154, 159, 160, 168, 173, 177, 183, 193, 194, 195, 205, 209, 217, 218, 227, 229, 236, 237, 238, 257

*Sindicato* 22, 26, 28, 29, 30, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 125, 173, 250, 259, 270

*Sociedade* 14, 22, 35, 53, 56, 58, 59, 61, 63, 66, 69, 76, 81, 85, 86, 96, 101, 105, 107, 109, 111, 113, 125, 130, 132, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 151, 154, 158, 159, 160, 162, 165, 167, 168, 170, 174, 178,

179, 183, 184, 185, 186, 187, 192, 197, 199, 200, 202, 203, 207, 208, 210, 211, 212, 226, 227, 235, 239, 243, 244, 245, 247, 254, 255, 260

*Subalternidade* 59, 104, 150, 170, 172, 178, 181

## T

*Telenovela* 143, 146, 147, 148, 149, 154, 161, 162, 163

*Trabalhadoras* 7, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 26, 28, 29, 31, 33, 62, 64, 65, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 117, 119, 120, 122, 124, 125, 128, 129, 131, 132, 133, 136, 140, 143, 144, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 165, 171, 173, 174, 176, 177, 178, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 207, 208, 212, 213, 218, 220, 227, 228, 230, 231, 234, 235, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 245, 247, 248, 253, 254, 256, 259, 260, 270

*Trabalho* 3, 4, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 44, 49, 50, 51, 54, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 101, 102, 103, 104, 106, 111, 113, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 129, 130, 132, 133, 135, 136, 143, 145, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 243, 245, 246, 247,

249, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 267, 269, 270, 271, 272

*Trabalho doméstico* 3, 4, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 21, 22, 25, 27, 31, 49, 50, 51, 56, 59, 60, 61, 62, 66, 67, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 79, 80, 81, 83, 85, 94, 95, 96, 97, 98, 119, 120, 123, 124, 125, 127, 129, 132, 143, 145, 153, 158, 159, 161, 163, 165, 166, 169, 171, 172, 175, 177, 179, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 197, 199, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 213, 216, 217, 218, 219, 221, 225, 226, 230, 231, 233, 234, 235, 236, 240, 241, 243, 245, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 269, 270, 271, 272

## U

*Uniforme* 16, 58, 129, 132, 133, 140, 150, 151, 152, 155, 157, 158, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 192

*Universidade* 5, 15, 17, 18, 30, 33, 35, 55, 64, 65, 78, 82, 97, 98, 127, 161, 163, 166, 179, 201, 204, 235, 237, 245, 246, 267, 269, 270, 271, 272

# SOBRE AS ORGANIZADORAS

## **Danila Gentil Rodriguez Cal**

Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com pós-doutorado em Comunicação (UFMG). É Professora da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da UFPA e uma das líderes do Grupo de Pesquisa Comunicação e Política na Amazônia (Compoa). Coordenou o GT Comunicação e Política da Compós, em 2017 e 2018, e foi vice-presidente da Compólítica (2017-2019). Conquistou o Prêmio de Teses Eduardo Peñuela – 2015 da Compós e menção honrosa no Prêmio Compólítica de Teses (2013-2014). É autora de “Comunicação e Trabalho Infantil Doméstico: política, poder, resistências” (Edufba, 2016). E-mail: danila@ufpa.br

## **Rosaly de Seixas Brito**

Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Realizou mestrado em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Doutora em Ciências Sociais, área de concentração em Antropologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA. Atualmente é professora associada da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da UFPA. É uma das líderes do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia. E-mail: rosaly@ufpa.br



# SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

## **Camila Leal**

É graduanda em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (Compoa). Foi bolsista de iniciação científica dos projetos de pesquisa “Mídia, debate público e negociação de sentidos sobre o trabalho doméstico” e “Comunicação, política e gênero: configurações discursivas das mulheres como sujeitos políticos em diferentes âmbitos comunicacionais”. Participou do projeto de extensão “Espia Juventude: Ação Comunicativa e Deliberação em Escolas Públicas”. Possui interesse nas áreas de pesquisa sobre comunicação e gênero, jornalismo e política e tem experiência em produção de conteúdo para as mídias digitais. E-mail: cah.jorn@gmail.com

## **Delha Ferreira dos Santos**

Veio para Belém do Pará aos 11 anos com objetivo de prosseguir com os estudos, isso porque, à época, sua terra natal, a cidade de Curuçá, no nordeste paraense, não oferecia recursos para essa continuidade. Tendo estudado até o ensino médio, narra que as dificuldades financeiras, mais especificamente a garantia do sustento aos dois filhos, a levaram até o trabalho doméstico. E-mail: delhaadonias0227@gmail.com

## **Elias Serejo**

É jornalista, mestre pelo Programa de Pós-Graduação Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC/Unama) e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Integra o Grupo de Pesquisa “Comunicação, Política e Amazônia” (Compoa). É bolsista Capes/Demanda Social. Ativista pelos direitos das pessoas LGBTQIA+ e sindicalista pelos direitos dos jornalistas. E-mail: eliasantos1001@gmail.com

## **Elzalina dos Reis Pamplona**

Nasceu em Santa Cruz do Arari, na Ilha do Marajó (Pará) e estudou todo o ensino fundamental. Chegando a Belém, em uma viagem a passeio realizada em 1982, resolveu ficar. Casou-se, teve quatro filhos. Iniciou no trabalho doméstico em busca de melhores condições de vida para seus filhos, hoje, adultos. E-mail: elzalinapamplona09@gmail.com

## **Kelly Prudencio**

É doutora em Sociologia Política e professora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Coordena o Grupo de Pesquisa em Comunicação e Participação Política (Compa), integrante do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD). Tem experiência na área de Comunicação e Política, atuando principalmente nos seguintes temas: mídia e movimentos sociais, comunicação e participação política, lutas por reconhecimento, ativismo digital e estudos de enquadramento noticioso e interpretativo. Organizou, junto com Rousiley Maia e

Ana Carolina Vimieiro, o livro “Democracia em Ambientes Digitais: eleições, esfera pública e ativismo”, pela editora da UFBA (2018). E-mail: kelly.prudencio5@gmail.com

### **Leandro Rodrigues Lage**

É professor da Faculdade de Comunicação (FACOM) e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor e mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com pós-doutorado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Lidera o Grupo de Pesquisa em Comunicação, Estética e Política (Cepolis/CNPq). É autor de “Testemunhos do sofrimento nas narrativas telejornalísticas”, lançado pela editora Insular (2018). E-mail: leandrolage@ufpa.br

### **Lorena Esteves**

É doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM/UFPA) e mestre em Comunicação (PPGCOM/UFPA). Foi Professora Substituta da Faculdade de Comunicação da UFPA (2016-2018). Faz parte do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia e dos Projetos de Pesquisa “Mídia, debate público e negociação de sentidos sobre o trabalho doméstico”; “Comunicação, política e gênero: configurações discursivas das mulheres como sujeitos políticos em diferentes âmbitos comunicacionais”; e “Observatório de Comunicação, Culturas e Resistências na Pan-Amazônia”. Linhas de Pesquisa: – Mídia, Política e Gênero – Feminismo Decolonial – Amazônia e Povos Tradicionais. Email: estevesjornalismo@gmail.com

### **Louize Nascimento**

É doutoranda e mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Integra o Grupo de Pesquisa em Comunicação e Participação Política (Compa). Tem como principais temas de pesquisa: trabalho doméstico, teoria do reconhecimento e enquadramento noticioso. E-mail: lunasci1987@gmail.com

### **Luana Laboissiere**

É jornalista graduada em Comunicação Social (2010) pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia – Compoa (UFPA/CNPq) e do grupo Interações e Tecnologias na Amazônia – ITA (Unama/UFPA). Infâncias em contexto escolar, vulnerabilidades e precariedades, gênero e política, e narrativas jornalísticas contemporâneas estão entre seus interesses de pesquisa. E-mail: luana.laboissiere@gmail.com

### **Lucileide Mafra Reis**

Graduada em Turismo pela Faculdade de Belém (Fabel). É ex-presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Estado do Pará (Sintdac-PA). Atualmente, é vice-presidenta estadual da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil e presidenta da Federação das Trabalhadoras Domésticas da Região Amazônica (Fetradoram). E-mail: lucireis2009@yahoo.com.br

### **Luísa Maria Silva Dantas**

É mestra e doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAS/UFRGS). Professora adjunta da Faculdade de Ciências Sociais (FACS), docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) e pesquisadora do Laboratório de Antropologia Arthur Napoleão Figueiredo (LAANF) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Principais temas de pesquisa: Trabalho doméstico remunerado e/ou realizado na casa de terceiros – continuidades, transformações e desafios; relações raciais, relações de gênero, trabalho, memórias, trajetórias, saúde e cidades. E-mail: luisadantas1@gmail.com

### **Maria Angelica Motta-Maués**

É doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/IUPERJ (1997) e mestre em Antropologia pela UnB (1977). É professora aposentada da Universidade Federal do Pará, atuando como professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/PPGSA. É autora do livro “Trabalhadeiras e camaradas: relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica” (UFPA, 1993), coautora do livro “O folclore da alimentação: tabus alimentares na Amazônia” (Belém: Falângola, 1980) e uma das organizadoras do livro “Mulheres amazônicas: imagens, cenários, histórias” (Belém: GEPEM, 2011). Suas temáticas de pesquisa são: gênero, questão racial, família e criança. E-mail: angelicamaues@uol.com.br

### **Maria Luiza Lopes**

É graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (Compoa). Foi bolsista de iniciação científica do projeto de pesquisa “Mídia, debate público e negociação de sentidos sobre o trabalho doméstico” e, atualmente, participa do “Comunicação, política e gênero: configurações discursivas das mulheres como sujeitos políticos em diferentes âmbitos comunicacionais”. E-mail: malulopesgoes@gmail.com

### **Maria Luiza Soares**

Nasceu no estado do Maranhão e saiu de lá em direção à cidade de Jari (Pará), onde seu pai passou a trabalhar como gamelino. Em Jari, iniciou sua trajetória no trabalho doméstico, aos nove anos de idade. E-mail: marialuizasolares@gmail.com

### **Mônica Conrado**

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo. É professora associada da Universidade Federal do Pará. Tem pós-doutorado em Antropologia pela Universidade de York (Toronto, Canadá) e pelo Núcleo de Estudos de Gênero Pagu – Unicamp. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisa NOSMULHERES Pela Equidade de Gênero Etnicorracial – UFPA. E-mail: monicaconrado6@gmail.com



**Nathália Fonseca**

É doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA), mestra em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC-Unama) e graduada em Comunicação Social: habilitação em Multimídia (Estácio-Belém). Também é integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia – Compoa (UFPA/CNPq), no qual direciona suas pesquisas para as interfaces entre comunicação, política, gênero, relações de poder/empoderamento e práticas político-feministas na internet a partir da perspectiva do Sul Global. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES). E-mail: s.nathaliafonseca@gmail.com

**Raphael Carvalho**

É jornalista com graduação em Comunicação Social (2010) pela Universidade da Amazônia (Unama), Mestre em Ciência da Comunicação pela Universidade do Minho (Portugal). Integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (Compoa / UFPA-CNPq) e colaborador da ONG Rádio Margarida (Belém/PA). Possui como foco de interesse pesquisas relacionadas a temas como direitos humanos, gênero e política, relações de poder, trabalho e tecnologia. E-mail: raphael.mcm@gmail.com

**Rosane Albino Steinbrenner**

É jornalista e possui doutorado em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e pós-doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). É professora permanente da Faculdade de Comunicação (FACOM) e do Programa de Pós-graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM/UFPA). Coordena o Grupo de Pesquisa “Observatório de Comunicação, Culturas e Resistências na Pan-Amazônia” (PPGCOM-UFPA) e integra o “Território, Trabalho e Mercados Globalizados”, do NAEA (UFPA). Busca compreender os processos sociais e de midiaticização na perspectiva do pensamento crítico latino-americano, pela vertente da ecologia política e do pensamento decolonial. E-mail: steinbrenner@ufpa.br

**Rosângela Darwich**

É doutora em Psicologia: Teoria e Pesquisa do Comportamento (UFPA). Realizou estágio pós-doutoral na Universidade Protestante de Freiburg (Alemanha). É professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) e do curso de graduação em psicologia da Universidade da Amazônia (Unama). E-mail: rosangeladarwich@yahoo.com.br

**Thais Rezende**

É graduada em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela Universidade da Amazônia (2009), tem MBA em Gestão da Comunicação Empresarial (2011) e é mestra pelo Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM/UFPA). Integra o Grupo de Pesquisa Comunicação, Cultura e Amazônia (Compoa) e participa do projeto “Mídia, debate público e negociação de sentidos sobre trabalho doméstico”. E-mail: thaiscrezende@gmail.com



**SOBRE O LIVRO**

Tiragem não comercializada

Formato: 16 x 23 cm

Mancha: 12,3 x 19,3 cm

Tipologia: Times New Roman 11,5/12/16/18

Arial 7,5/8/9

Papel: Pólen 80 g (miolo)

Royal Supremo 250 g (capa)